GERSON RIBEIRO COPPES JR.

“UM PROBLEMA HISTÓRICO-GEOGRÁFICO”:
Emergências de um saber geográfico no Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo. Uma geografia para e das bandeiras. (1894-1954)

Franca

2021

GERSON RIBEIRO COPPES JR.

“UM PROBLEMA HISTÓRICO-GEOGRÁFICO”:

Emergências de um saber geográfico no Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo. Uma geografia para e das bandeiras. (1894-1954)

Tese apresentada à Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, como pré-requisito para obtenção do título de Doutor em História. Área de Concentração: História e Cultura

Orientadora: Profa. Dra. Karina Anhezini de Araujo

Franca

2021

C785"

Coppes Junior, Gerson Ribeiro
"Um problema histórico-geográfico" : Emergências de um saber geográfico no Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo. Uma geografia para e das bandeiras. (1894-1954) / Gerson Ribeiro Coppes Junior. -- Franca, 2021
170 f. : tabs., mapas

Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Franca
Orientadora: Karina Anhezini de Araujo

1. História. 2. Historiografia. 3. Geografia. 4. República. 5. Século XX. I. Título.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Franca. Dados fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

“UM PROBLEMA HISTÓRICO-GEOGRÁFICO”:
Emergências de um saber geográfico no Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo. Uma geografia para e das bandeiras. (1894-1954)

Tese apresentada à Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, como pré-requisito para obtenção do título de Doutor em História. Área de Concentração: História e Cultura

BANCA EXAMINADORA

Presidente:_____
Dra. Karina Anhezini de Araujo, UNESP

1º Examinador:_____
Dr. Temístocles Américo Côrrea Cezar, UFRGS

2º Examinador:_____
Dra. Márcia Regina Capelari Naxara, UNESP

3º Examinador:_____
Dra. Virginia Célia Camilotti, UNESP

4º Examinador:_____
Dr. Diogo da Silva Roiz, UEMS

Franca, 01 de março de 2021.

AGRADECIMENTOS

Da promessa de um “até logo” expresso na pesquisa de mestrado alcanço este outro final, um pequeno salto de anos, um grande salto de experiência. Repensar a trajetória do doutorado me leva necessariamente a pensar sobre a dificuldade e complexidade do ofício de historiador e da pesquisa científica frente aos desafios e problemas colocados pelo presente. Em um ano em que a dimensão natural e biológica adentrou nossas vidas de forma abrupta impactando todos os aspectos da sociedade, e também da pesquisa, nos deparamos também com uma crescente onda de anticientificismo que assombra estas discussões urgentes que se colocam. Continuamos produzindo, divulgado e compartilhando esta ciência humana e social, mas também buscando habitar e compartilhar este admirável mundo [não tão] novo. Neste espaço venho, brevemente, expressar o agradecimento aqueles que tornaram possível a execução e a conclusão desta pesquisa, mas também aos que participaram de outras formas deste caminho.

Acompanhando este trabalho desde a graduação, um imenso agradecimento a minha orientadora, Profa. Dra. Karina Anhezini. O desenvolvimento das ideias e as discussões que transcorreram ao longo de tantos anos, tanto sobre a pesquisa quanto sobre outros aspectos, foram mais produtivas e agradáveis por serem divididas com a sua presença e sua orientação. Seja como pesquisadora, professora ou pessoa, todas suas facetas são inspiradoras.

Aos professores e professoras Diogo Roiz, Márcia Naxara, Temístocles Cezar e Virginia Camilotti. Agradeço o aceite do convite em participar das bancas de qualificação e defesa, contribuindo com observações importantes para o trabalho. Suas indicações apontam possibilidades outras que uma visão única as vezes deixa escapar, mas nestes dois momentos, em conjunto e coletivamente, o trabalho ganhará novos ares com sua colaboração que une *expertise* e experiência.

Agradeço aos funcionários da UNESP, FCHS, Franca, especialmente a Maísa e Viviane que sempre me auxiliaram em diferentes momentos de dúvida e desconhecimento. Aos funcionários do Arquivo do Estado de São Paulo, do Instituto de Estudos Brasileiro, da Biblioteca “Florestan Fernandes” e Biblioteca Central da

Escola Politécnica, estes três últimos ligados a Universidade de São Paulo, que me auxiliaram com gentileza e disposição na pesquisa aos arquivos.

Ao revisor de português Felipe, ou somente Fê, que novamente veio a minha salvação para resolver esta complicada língua portuguesa. Um cuidadoso trabalho que ninguém poderia ter feito melhor. Igualmente agradeço ao Bruno e a Amanda, tradutores que levaram um pedaço da pesquisa para outras línguas.

Aos meus pais, Gerson e Valdenia, que sempre me apoiaram nesta caminhada e sempre estiveram ao meu lado. As minhas irmãs, Daniela e Talita, e minhas sobrinhas e sobrinhos, Fernanda, Camile e Tiago, que sempre estão em meus pensamentos. Aquela que compartilho uma vivência de felicidade, companheirismo, confiança e sinceridade. Minha esposa, Carol, a parte mais especial do meu dia a dia, um raio de sol que ilumina, inspira e orienta. Também à sua família, que sempre me acolheram com carinho.

À Aline, Daiane e Marina, pesquisadoras espetaculares que fazem parte dessa jornada compartilhada da pós-graduação. Ao Thiago, cujas conversas construíram as maiores divagações, hipóteses e risadas. Da mesma forma à Lívia, Paula e Sabina por sempre me acolheram em Franca.

Aos meus amigos Dalmo, Douglas, Erivelton, Gabriel e Thiago. Vocês são minha inspiração para diversos aspectos e nossa amizade só cresce ao longo do tempo. Ao Breno, por, além disso, estar sempre pronto pra dividir a amargura de torcer pro Palmeiras. Estamos sempre aí pra ver qual é o rolê do mundo.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 88882.433410/2019-01.

Sonhos, quimeras, ficções inumeráveis, tudo é vão e praticamente incompreensível, e, todavia, é com isso que o mundo caminha. (SAMPAIO, 1899-1900, p. 94)

“Neste estado de divisão, o ‘comum’ que resta é nossa responsabilidade compartilhada em enfrentar o futuro” (GUINARD; LATOUR; LIN, 2020, tradução livre)

COPPES Jr., Gerson Ribeiro. *"Um problema histórico-geográfico": Emergências de um saber geográfico no Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo. Uma geografia para e das bandeiras. (1894-1954).* 2021. Tese (Doutorado em História) - Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Franca, 2021.

RESUMO

A presente pesquisa busca problematizar como a geografia foi definida no Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (IHGSP) entre o fim do século XIX e primeira metade do século XX. Para além de questionar o protagonismo ou não deste saber neste espaço institucional, buscamos questionar como o saber geográfico foi operado e instrumentalizado no projeto histórico-geográfico do Instituto exemplificado pela frase expressa no número inaugural de sua revista: "A história de S. Paulo é a própria história do Brasil" (RIHGSP, 1985). Esta definição indicava que os discursos e práticas discursivas construídos nesta instituição buscaram produzir uma história de São Paulo que sobrepusesse uma história da nação brasileira a partir de fatos e personagens locais, ou uma retórica bandeirante (ANHEZINI, no prelo). Ao nos dedicarmos aos estudos produzidos acerca das bandeiras, principal tema desta produção, percebemos a importância da geografia para prover uma representação do espaço para esta versão da história. Expusemos ainda, como os saberes história e geografia se imbricavam nos trabalhos dos sócios do IHGSP para a definição deste duplo histórico-geográfico como um projeto institucional. Comparamos essa produção, realizada no Instituto por letrados autodidatas, jornalistas, engenheiros, com a produção geográfica dos professores e discentes do Curso de História e Geografia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, da Universidade de São Paulo, USP, fundada em 1934, e buscamos reforçar como a geografia produzida no IHGSP não era menos moderna ou "velha", somente funcionava a partir de outros procedimentos, métodos, objetivos. Uma geografia para e das bandeiras.

Palavras-chave: História da historiografia; História de São Paulo; Institutos Históricos e Geográficos; Saber geográfico.

COPPES Jr., Gerson Ribeiro. *"A historical-geographical problem": Emergences of a geographical knowledge at the Historical and Geographical Institute of São Paulo. A geography for and of the* bandeiras*. (1894-1954).* 2021. Thesis (Doctorate in History) – School of Humanities and Social Sciences, São Paulo State University (Unesp), Franca, 2021.

ABSTRACT

This research aims to discuss how geography was defined at the Historical and Geographical Institute of São Paulo (IHGSP) between the late 19th century and the first half of 20th century. Beyond questioning this knowledge's protagonism in that institutional space, we seek to examine how geographic knowledge was operated and instrumentalized in the Institute's historical-geographical project, as exemplified by the statement expressed in its journal's inaugural issue: “The history of S. Paulo is the history of Brazil itself” (RIHGSP, 1985). This definition indicated that the discourses and discursive practices built in this institution sought to produce a history of São Paulo that could overlap a history of the Brazilian nation based on local facts and characters, or a *bandeirante* (explorer) rhetoric (ANHEZINI, in press). As we concentrate on the studies produced about the *bandeiras* (expeditions towards Brazilian inner country), the main theme of this production, we realize the importance of geography to provide a representation of space for that version of history. We also expose how history and geography were intertwined in the works of the IHGSP's associates for the definition of this historical-geographic duplet as an institutional project. We compare that production, carried out at the Institute by self-taught writers, journalists, and engineers, with the geographical production by professors and students from the History and Geography course at the Faculty of Philosophy, Sciences and Languages, at the University of São Paulo, USP, founded in 1934. Finally, we try to emphasize how the geography produced at IHGSP was no less modern or "old", it only operated through other procedures, methods, and objectives: a geography for and of the *bandeiras*.

Palavras-chave: History of historiography; History of São Paulo; Historical and geographical Institutes; Geographical knowledge.

COPPES Jr., Gerson Ribeiro. *“Un problema histórico-geográfico”: Emergencias de un saber geográfico en el Instituto Histórico y Geográfico de São Paulo. Una geografía para y de las banderas. (1894-1954).* 2021. Tesis (Doctorado en Historia) - Facultad de Ciencias Humanas y Sociales, Universidad Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2021.

RESUMEN

La presente investigación busca problematizar cómo se definió la geografía en el Instituto Histórico y Geográfico de São Paulo (IHGSP) entre fines del siglo XIX y la primera mitad del XX. Además de cuestionar el papel de este conocimiento en este espacio institucional, buscamos cuestionar cómo el conocimiento geográfico fue operado e instrumentalizado en el proyecto histórico-geográfico del Instituto ejemplificado por la frase expresada en el número inaugural de su revista: “La historia de S. Paulo es la propia historia de Brasil” (RIHGSP, 1985). Esta definición indicaba que los discursos y prácticas discursivas construidas en esta institución buscaban producir una historia de São Paulo que se superpusiera a una historia de la nación brasileña a partir de hechos y personajes locales, o una retórica de las banderas (ANHEZINI, en prensa). Cuando nos dedicamos a los estudios realizados sobre las banderas, tema principal de esta producción, nos damos cuenta de la importancia de la geografía para brindar una representación del espacio a esta versión de la historia. También presentamos cómo los conocimientos de historia y geografía se relacionan en los trabajos de los socios del IHGSP para definir este doble histórico-geográfico como un proyecto institucional. Comparamos esta producción, realizada en el Instituto por académicos autodidactas, periodistas e ingenieros, con la producción geográfica de profesores y estudiantes del Curso de Historia y Geografía de la Facultad de Filosofía, Ciencias y Letras de la Universidad de São Paulo, USP, fundada en 1934, y buscamos reforzar cómo la geografía producida en el IHGSP no era menos moderna ni “antigua”, solo funcionaba desde otros procedimientos, métodos y objetivos. Una geografía para y de las banderas.

Palabras clave: Historia de la historiografía; Historia de São Paulo; Institutos Históricos y Geográficos; Conocimiento geográfico.

LISTA DE ABREVIATURAS

IHGSP	Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo
RIHGSP	Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo
IHGB	Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro
RIHGB	Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro
FFCL	Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras
USP	Universidade de São Paulo
AGB	Associação de Geógrafos Brasileiros
CGGSP	Comissão Geográfica e Geológica de São Paulo
OESP	O Estado de S. Paulo

SUMÁRIO

Introdução.....11

CAPÍTULO 1 - E AFINAL, O QUE É ESTA GEOGRAFIA?.....22
1.1. Ciência do detalhe 23
1.2. Por uma geografia de São Paulo..... 26
1.3. Uma tentativa de geografia geral?.....36
1.4. Fonte em disputa?.....41
1.5. Tateando limites disciplinares..... 56

CAPÍTULO 2 - COMO ESTA GEOGRAFIA ESCREVEU A HISTÓRIA DAS BANDEIRAS?..... 71
2.1. Roteiros de bandeiras, tracejos no espaço..... 72
2.2. A emergência de um protagonismo..... 89

CAPÍTULO 3 - O QUE ESTA GEOGRAFIA NÃO É MAIS?.....110
3.1. O IHGSP e o quarto centenário de São Paulo..... 113
3.2. Divisor de águas.....116
3.3. Embates com a "velha geografia"..... 122
3.4. Entreato.....131
3.5. O que é esta geografia moderna?.....135
3.6. Produzindo uma "nova" geografia..... 139

Considerações finais.....155
Fontes..... 158
Fontes - Outros..... 161
Bibliografia..... 162
Bibliografia - Outros..... 169

INTRODUÇÃO

Na edição brasileira do livro *Regimes de Historicidade*[1], sua capa traz a imagem de um aeroporto. Se tal associação pode ser feita pela identificação da esteira rolante ou pelas placas de informações vistas na imagem, François Hartog indicava o local no prefácio. Propondo uma hipótese, o presentismo, e uma ferramenta de análise, os regimes de historicidade, Hartog questiona no livro se o imediatismo que vivenciamos atualmente seria sintoma da formação de um novo regime histórico marcado pelo domínio do presente. Nisto, ele indica que uma das formas de se experimentar o *presentismo* seria percorrer as grandes cidades do mundo que se tornaram "cidades genéricas", termo que emprestou do arquiteto Rem Koolhaas. Nesses locais haveria o predomínio do presentismo, o espaço é destruído e o tempo reduzido ou expulso conhecendo-se assim somente a autodestruição e a renovação, "o mais novo e o mais antigo". Os aeroportos dentro desse conceito são um bairro modelo, pois, estando sempre em movimento, sempre em transformação, resididos por habitantes temporários, "sua recusa em se cristalizar lhe garante uma amnésia instantânea". Olhando as placas que nos direcionam, as esteiras que nos dão alguns segundos para logo estarmos sobrevoando um espaço ao qual não temos conhecimento direto, somente experimentamos um mundo em miniatura.

Para além de ser um bairro modelo dessas cidades genéricas, por meio das modificações que esse local vivenciou nos últimos cinquenta anos, como a expansão do número de passageiros e a diminuição no tempo das viagens aéreas, os aeroportos são expressão das próprias modificações no processo de globalização acarretando em alguns dos fatores apresentados por Hartog como sintomas do presentismo. Aeroportos, assim como os cabos submarinos, navios e satélites encolheram o espaço e o tempo formando linhas e tramas de uma grande rede global. Em nosso cotidiano também experimentamos essas mudanças. Nossos deslocamentos diários são ditados pelo tempo do relógio, mas também por um tempo biológico e natural. Por carro, ônibus, trem, a pé ou de bicicleta estamos preocupados com itinerários e horários. Utilizamos o aplicativo de visualização de mapas para nos localizarmos e traçarmos rotas que nos levam a lugares

[1] HARTOG, François. *Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo.* Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

desconhecidos ou, ainda, para descobrir uma rota mais eficiente para um destino já conhecido.

Tempo e espaço permeiam nossas vivências, seja em um mundo globalizado ou mesmo antes dessa experiência, em menor ou maior escala, e dessa relação também não escapa a História. As metáforas espaciais são utilizadas na narrativa histórica para abordar a *distância* entre passado e presente, *posicionando* a pesquisa no tempo e *deslocando-nos* por histórias e narrativas. Falamos de regiões, territórios, espaços de experiência e horizontes de expectativas[2]. Ao apontar essa presença, Reinhart Koselleck afirma que os historiadores precisam utilizar metáforas espaciais para falar do tempo, pois só é possível representá-lo por meio desse movimento no espaço. Fazendo um jogo de palavras com os conceitos, se "acontecer" [geschehen] é o verbo que antecede a "história" [Geschichte], isso também remete a um deslocamento espacial. Se "história" em grego designa a "experiência" [erfahrung, em alemão], "experimentar" [erfahren, idem] significaria, portanto, ir a algum lugar para experienciar, conhecer, descobrir, ou seja, "viajar" [fahren]. Espaço e tempo para Koselleck representam, assim, as condições de possibilidade da história. Cada espaço de ação humana está ligado a uma dimensão temporal. Proximidade e distância delimitam um espaço, mas estas só podem ser experimentadas no tempo em que a "proximidade imediata" ou a "distância mediada" podem ser exploradas e transpostas pela recorrência e repetibilidade[3].

Tal relação entre tempo e espaço coloca-se como uma preocupação central desta pesquisa, sendo expressa logo em seu título e aproximando-se, dessa forma, da preocupação de Koselleck. O "problema histórico-geográfico" é emprestado de um trabalho publicado na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo* (RIHGSP), escrito por Teodoro Sampaio e intitulado *Um problema historico-geographico - Onde foi o assento da Villa de S. André da Borda do Campo*[4]. O trabalho se vincula a uma série de textos que discute a localização da vila a partir do interesse em seu fundador, o sertanista João Ramalho. Figura controversa, Ramalho era lembrado pela sua participação na captura e escravização de índios, mas com o desenvolvimento da discussão foi apontado como precursor das bandeiras. Se as

[2] Cf. KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos.* Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.
[3] KOSELLECK, Reinhart. *Estratos do tempo: estudos sobre história.* Rio de Janeiro: Contraponto: PUC-Rio, 2014. p. 9 et seq. e p. 19 et seq. e p. 83 et seq.
[4] SAMPAIO, Teodoro. Um problema histórico-geographico - Onde foi o assento da villa de S. André da Borda do Campo. *RIHGSP*, São Paulo, v.14, 1909.

duas características não necessariamente são contrárias elas indicavam, ao menos, uma disputa dentro do Instituto. Retomar a figura de Ramalho como precursor dos bandeirantes, mas captor de índios se chocava com a centralidade dos Jesuítas e de São Paulo que buscavam a conversão dos indígenas.

No *Correio Paulistano*, em 1894, foi publicado um convite para a formação de uma nova sociedade de "incontestável vantagem científica". Essa agremiação seria denominada Instituto Histórico de São Paulo tendo como objetivo "concorrer para a completa elucidação da história e geografia de São Paulo, promovendo a publicação de uma revista que arquive os trabalhos úteis que nesse sentido se publicarem". Convocavam-se aqueles interessados no progresso do estado de São Paulo, tanto na Capital quanto no Interior, e os signatários da nota esperavam que os "operários das boas ideias" comparecessem à reunião, pois esta sociedade trabalharia e seria útil ao "florescente" Estado[5]. Em novembro daquele ano, esses "operários" se reuniram para fundar o Instituto. Com a geografia adicionada ao seu nome, o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (IHGSP) surgiu inspirado no modelo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB)[6], mas frente à emergência dos regionalismos do fim do Império e do começo da República, seu projeto histórico-geográfico pautou-se em "evidenciar as singularidades locais e sua versão da história pátria". Havia uma disputa política, institucional e simbólica entre São Paulo e Rio de Janeiro. Tais características, no entanto, não estavam restritas a São Paulo sendo que outros Institutos estaduais surgiram nesse período e evidenciaram essa disputa entre nacional e regional. No entanto, Antonio Celso Ferreira afirma que somente em São Paulo esse choque assumiu um tom de desafio[7].

Após o estabelecimento do Instituto, foi organizada a publicação de uma revista anual que congregasse as principais publicações de seus sócios apresentadas no ano corrente. No primeiro volume da *RIHGSP*, a apresentação que

---

[5] INSTITUTO histórico de S. Paulo. *Correio Paulistano*, São Paulo, 19 out. 1894. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/090972_05/5712>. Acesso em: 17 dez. 2019.

[6] Sobre o IHGB Cf. GUIMARÃES, Manoel Luis Lima Salgado. Nação e Civilização nos Trópicos: o Instituto Histórico Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 5-27, jan. 1988. Disponível em:<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1935>. Acesso em: 01 mai. 2020; GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. *Debaixo da imediata proteção do imperial: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889). RIHGB*, jul./set., 1995; Id. *Da escola palatina ao silogeu: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1889-1938).* Rio de Janeiro: Museu da República, 2007.

[7] FERREIRA, Antonio Celso de. *A epopeia bandeirante*: letrados, instituições, invenção histórica (1870-1940). São Paulo: Editora UNESP, 2002, p. 110.

abria o volume dizia: “A história de S. Paulo é a própria história do Brasil”[8]. Tal frase expressava aquele desafio. Desde sua fundação, o IHGSP não somente buscou disputar a centralidade com o Rio de Janeiro e o IHGB, mas objetivava reescrever a história nacional a partir de personagens e fatos da história de São Paulo, substituindo a retórica da nacionalidade por uma retórica bandeirante[9]. A retórica da nacionalidade foi utilizada por Temístocles Cezar como o termo para designar o conjunto de práticas discursivas que participaram da construção da ideia de nação brasileira no Oitocentos – tendo em vista a produção histórica do IHGB. Karina Anhezini em *A retórica bandeirante e o imperativo do arquivo...* ao analisar a trajetória de Afonso de Taunay enxergava que ali houve a conformação de outra retórica, a retórica bandeirante. Esta retórica estava empenhada em criar e fazer crer em uma explicação para a História do Brasil orientada pela ação das bandeiras e dos bandeirantes, justificando, assim, um predomínio econômico e político paulista na Primeira República. A apresentação da *RIHGSP* expressava como a Associação buscaria conhecer a origem dos feitos mais importantes de seus antepassados e que a revista era a prova da fortificação no estudo da História. O Instituto definiu um molde que foi modificado e aperfeiçoado para que a história fosse a “fiel intérprete dos acontecimentos”.

Frente ao problema de reescrever a história local a fim de sobrepor-se à história nacional, a possibilidade de apontar um português, ou ainda um “paulista”, como primeiro desbravador e descobridor desse território trouxe a figura de João Ramalho para o centro do debate. Para “recuperar” o personagem, Francisco de Campos e Andrade defendeu que não se podia ignorar a “reabilitação da memória de antepassados que contribuíram [...] para a formação da nacionalidade”[10]. João Coelho Gomes Ribeiro de forma semelhante afirmava que a memória do “benemérito fundador de Santo André, ao lendário progenitor dos *sertanistas, e bandeirantes* de São Paulo, [...] bem merecia uma reabilitação pública”[11]. As falas estão presentes na edição da revista de 1902 que tinha, ainda, outros trabalhos que

[8] AO LEITOR. *RIHGSP*, São Paulo, v.1, n. 1, 1895.
[9] CEZAR, Temístocles. L’écriture de l’histoire au Brésil au XIXe siècle. Essai sur l’utilisation des modèles anciens et modernes de l’historiographie. Historiografías. Revista de Historia y Teoría, v. 2, p. 45-65, 2011; ANHEZINI, Karina. A retórica bandeirante e o imperativo do arquivo: a constituição de um saber científico para a invenção do paulista. No prelo.
[10] ANDRADE, Francisco de Campos. João Ramalho, Contribuição para a sua rehabilitação. *RIHGSP*, São Paulo, v.7, 1902. p. 371.
[11] RIBEIRO, João Coelho Gomes. João Ramalho, sua fé e nobreza. *RIHGSP*, São Paulo, v.7, 1902. p. 436-437

exploraram a figura de João Ramalho[12]. Pela proximidade com o quarto centenário do descobrimento do Brasil poderíamos pensar que a data seria a motivação para o interesse na vila de Santo André e em seu fundador, pois as comemorações trazem uma forma de rememorar o passado e retomar os aspectos simbólicos ali associados[13]. Nesse aspecto, João Ribeiro sugere que essa "reabilitação" poderia ser realizada pela colocação de um marco "no local das ruínas de sua querida vila", um sinal de gratidão de seus "descendentes e continuadores". Mas onde seria esse local?

Dois anos depois, Teodoro Sampaio buscou responder essa pergunta com a publicação do trabalho *Restauração da Villa de Santo André da Borda do Campo*[14]. A partir da análise de relatos históricos e da observação do terreno propunha-se uma hipótese: se a vila estava na "borda do campo" e o relato do Padre José de Anchieta indicava que também estava próxima ao caminho entre os campos de Piratininga e o Litoral, era possível que o local da vila estivesse no cruzamento desses dois marcos. Aceitando que o traçado do caminho respeitava pontos obrigatórios de passagem e que a paisagem natural não havia sofrido mudanças profundas ao longo do tempo, Sampaio indica a localização da vila acerca de um quilômetro da cidade de São Bernardo[15]. Tal posição satisfazia outra hipótese, a de Frei Gaspar da Madre de Deus, historiador do bandeirismo no século XVIII, que afirmou que a vila estaria dentro dos limites da fazenda que deu origem à referida cidade.

A resposta de Sampaio não foi definitiva e trazia problemas. Para que sua resposta fosse válida seria necessário crer em um espaço imóvel, em que não houve mudanças profundas na posição da estrada, das florestas e dos campos tornando possíveis as associações feitas. Além disso, outros estudos sobre a localização da vila surgiram, como os de Gentil de Moura e Luiz Piza, e o próprio Sampaio voltou ao problema no já referido *Um problema historico-geographico...* O problema histórico-geográfico na narrativa de Sampaio se tornou um embate entre História e Geografia. Se a noção de História, naquele momento, abre a possibilidade de

---

[12] Cf. *RIHGSP,* São Paulo, v.7, 1902.
[13] SILVA, Helenice Rodrigues da. "Rememoração" /comemoração: as utilizações sociais da memória. *Revista brasileira de história*, São Paulo, v. 22, n. 44, 2002.
[14] SAMPAIO, Theodoro. Restauração historica da villa de Santo André da Borda do Campo. *RIHGSP*, São Paulo, v.9, 1904.
[15] São Bernardo só ganha em seu nome "do Campo" em 1944.

mudanças nos relatos de acordo com a descoberta de novos documentos[16], nesse caso, acarretaria também a mudança do posicionamento da vila: estaria mais próxima ou mais afastada da vila de São Paulo? Qual relação existia entre as duas vilas? Estava em disputa tanto uma versão da história quanto uma representação do espaço. A dualidade presente em João Ramalho foi transposta para o espaço, para as vilas de Santo André e de São Paulo. A primeira representando a destruição do indígena e a outra a sua "salvação". Sampaio afirmava que Santo André não tinha os elementos de sucesso de São Paulo, quais sejam: a influência religiosa, a simpatia do gentio e um terreno que provia defesas naturais, e essas carências levaram ao seu fim. No entanto, se a vila de Santo André representava a conquista do indígena pela escravidão, ela ainda era precursora das bandeiras que conquistaram o território. Esse simbolismo associado à vila perdurou sua evocação. São Paulo e Santo André eram polos opostos, mas complementares.

O problema da localização da vila de Santo André é um exemplo de como o espaço se colocou como uma questão nesta Instituição e como História e Geografia relacionavam-se na produção desses letrados. Tais preocupações estiveram presentes na pesquisa que desenvolvemos durante o mestrado. Ao cruzarmos o questionamento do conceito de região com a formação de uma identidade regional paulista, formulamos, então, o problema da invenção de uma região denominada São Paulo. A reescrita da história local frente aos objetivos do IHGSP colocados em sua fundação teve grande preocupação com o espaço. Os letrados do Instituto, dessa forma, delimitaram a região, São Paulo, construindo falas que singularizavam esse recorte espacial na História e na Geografia. Junto às bandeiras e aos bandeirantes somávamos a figura de João Ramalho e a vila de Santo André da Borda do Campo; os personagens que resguardaram e defenderam as divisas do Estado; as histórias de cidades que, com suas singularidades locais, forneciam peças de um mosaico dessa imagem maior, o Estado; e ainda, encontramos disputas e embates: a defesa da cidade de Sorocaba como centro de formação das bandeiras em oposição a São Paulo e o embate entre uma cidade de São Paulo

[16] Ao analisar a trajetória de Afonso de Taunay, Karina Anhezini indica como ele se vinculou a noção metódica de história, que tinha, entre suas características, a crítica interna e a centralidade do documento. De certa forma, podíamos encontrar estas características em outros estudos do IHGSP. Cf. ANHEZINI, Karina. *Um metódico a brasileira: a história da historiografia de Afonso de Taunay (1911-1939)*. São Paulo: Editora UNESP, 2011.

moderna e cosmopolita com outra antiga e tradicional ainda existente em sua periferia[17].

As discussões em torno do conceito de região e as relações entre História e Geografia que analisamos durante o mestrado levaram à formulação de um questionamento mais amplo que se tornou o problema desta pesquisa de doutoramento: Quais enunciados definiam a Geografia no IHGSP? Novamente nos voltamos para esse espaço institucional, o Instituto, entendendo-o como um local privilegiado para a produção histórica e geográfica do estado de São Paulo no começo do século XX. Assim, também indicamos a preocupação em entender como tal saber participou da construção da retórica bandeirante, da criação de discursos valorativos sobre São Paulo. E, ampliando o escopo da pesquisa, não nos limitamos ao recorte institucional e buscamos mapear as publicações dos sócios do IHGSP em outras instituições. Nisto podemos destacar a presença recorrente desses nomes do IHGSP também como sócios do IHGB e, no terceiro capítulo, avançando no recorte temporal, a inserção ou absorção desses acadêmicos na recém-fundada Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo e na Associação de Geógrafos Brasileiros.

Como podemos definir a produção geográfica deste período em um plano geral? Ao analisar a formação de um "pensamento geográfico" entre 1870 e 1930, Lia Osorio Machado[18] caracteriza esse saber ligado à delimitação do território e à problematização da nação e de sua população, apontando que, formações "territorial-nacional-estatal" foram propícias para a formação da Geografia. Tal afirmação é semelhante às afirmações de Temístocles Cezar que, em sua análise da produção geográfica no IHGB no Oitocentos, afirma que a Geografia na instituição era uma geografia patriótica que buscava criar uma representação da nação: "A geografia busca conferir a essa retórica [da nacionalidade], sempre em definição, antes mesmo do conhecimento espacial da nação, a perspectiva de sua extensão. Desse modo, enquanto a história é a nação no tempo, a geografia é a nação no

[17] COPPES Jr., Gerson Ribeiro. *Definir os limites com história, preencher com história os limites: um estudo da construção de São Paulo como região na Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (1895-1949).* 2016. Dissertação (Mestrado em História). Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Campus de Assis, Assis.

[18] MACHADO, Lia Osorio. Origens do pensamento geográfico no Brasil: Meio tropical, espaços vazios e a ideia de ordem (1870-1930). In. CASTRO, Iná Elias; CORREA, Roberto Lobato; GOMES, Paulo Cesar da Costa (org.). *Geografia: Conceitos e Temas*. Rio de Janeiro: Editora Bertrand, 1995.

espaço”[19]. A retórica da nacionalidade como sendo o conjunto de narrativas que definem uma ideia de nação indicava que não era somente necessário criar um passado para a nação recém-formada, mas também inventar um espaço para essa narrativa agir e para seus cidadãos se relacionarem. Sérgio Luiz Nunes Pereira também indica que, se inicialmente a Geografia no Brasil esteve ligada a um saber descritivo e enciclopédico, associado à crônica de viajantes, a partir da inserção de teorias cientificistas no fim do século XIX modifica-se o entendimento da disciplina buscando uma atuação mais científica e exata[20].

Outro aspecto apontado por Lia Machado e Sergio Pereira também ampliava a dimensão da pergunta-problema desta pesquisa. Machado, escrevendo em meados da década de 1990, afirma que os estudos preocupados com a formação do pensamento geográfico voltaram-se, em grande parte, para o período pós-1930, momento no qual a Geografia se institucionalizou a partir da formação dos cursos universitários e da inserção da disciplina no currículo escolar. Os estudos preocupados com um período anterior a 1930 eram poucos e reforçavam um caráter pré-científico[21] da Geografia. Pereira, publicando um pouco depois, também indicava tal aspecto afirmando que a organização da disciplina, a partir das universidades, ocorreu junto ao estabelecimento de marcos e cânones, do que estava dentro e do que estava fora da Geografia pós-1930. O estudo de Pereira, a partir disso, questiona esse marco voltando-se para o período pré-1930, para o século XIX, e analisando instituições como os Institutos Históricos e Geográficos e as Sociedades Geográficas. Buscando, com isso, entender como a Geografia foi definida e operada nesses períodos e quais instituições produziam-na.

Atualmente, verifica-se o avanço dos estudos sobre o saber geográfico anterior àquele recorte canônico. Um exemplo é a nova série da revista *Terra Brasilis*, que congrega estudos sobre a história do pensamento geográfico antes e depois da fundação das universidades, tendo Sérgio Luiz Pereira como um de seus

---

[19] CEZAR, Temístocles. A geografia servia, antes de tudo, para unificar o Império. Escrita da história e saber geográfico no Brasil oitocentista. *Ágora*, Santa Cruz do Sul, v. 11, n. 1, jan./jun., 2005. p. 95.
[20] Cf. PEREIRA, Sergio Luiz Nunes*. Geografias: caminhos e lugares da produção do saber geográfico no brasil 1838/1922.* 1997. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo; Id. *Sociedade de geografia do Rio de Janeiro: origens, obsessões e conflitos (1883-1944).* 2003. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo; Id. Obsessões geográficas*:* viagens*,* conflitos e saberes no âmbito da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro. *Revista da SBHC*, v. 3, n. 2, p. 112-124, 2005.
[21] MACHADO, 1995, op. cit., p. 313-314.

editores[22]. Contudo, não pretendemos aqui fazer uma história do pensamento geográfico e de como ele foi estudado na contemporaneidade. Nossa proposta se aproxima mais da história da historiografia, utilizando um procedimento que busca empreender uma análise *genealógica e arqueológica* desse saber e de seus enunciados. Tais procedimentos são retirados dos estudos de Michel Foucault que focalizam os saberes e verdades construídos em diferentes períodos e por diferentes grupos. Buscamos, dessa forma, singularizar formações discursivas através das regularidades e repetições dos enunciados que compõe o discurso, como objetos, temas, teorias, estratégias. A palavra *arquivo* aqui ganha outro sentido, para além de reunir e organizar documentos e informações ele também organiza os enunciados ou as condições de formação destes elementos e do próprio discurso, definindo as condições de enunciabilidade, funcionamento, singularidade, da possibilidade do discurso ser dito, e ser dito de uma forma específica e não de outra[23].

O recorte tem como baliza inicial a fundação do IHGSP em 1894 e se encerra com a dupla comemoração realizada em 1954 dos sessenta anos do Instituto paulista e o quarto centenário da cidade de São Paulo. Buscaremos estabelecer as condições de emergência desse saber geográfico a partir das regularidades e repetições de temas e métodos que definem a operação da Geografia no IHGSP. Assim, a narrativa assume centralidade para desconstruir e desnaturalizar os conceitos e pactos de verdades ali estabelecidos, evidenciando a construção histórica desse saber no IHGSP e por seus sócios em torno das falas sobre São Paulo[24].

Tendo colocado algumas dessas balizas que orientam a análise, apresentamos um pouco da trajetória tomada na estruturação dos capítulos a serem apresentados. No primeiro capítulo foi definido como a construção do quadro de emergências desse saber, questionando em sua pergunta-título: o que é esta Geografia? A utilização do pronome não se deu por acaso, pois consideramos as particularidades que poderiam surgir ao focarmos nas publicações da *RIHGSP* e as construções de passado que tiveram lugar no Instituto, e, com isso, deixamos aberta

[22] Podemos citar como exemplo o dossiê sobre o 5º Congresso Brasileiro de Geografia, realizado em 1917. Cf. Dossiê "5º Congresso Brasileiro de Geografia – 100 anos". *Terra Brasilis* [on-line], v. 8, 2017. Disponível em: <https://journals.openedition.org/terrabrasilis/1947>. Acesso em: 03 mar. 2020.
[23] FOUCAULT, Michel. *A Ordem do discurso.* São Paulo: Edições Loyola, 1999; Id. *A Arqueologia do Saber.* Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.
[24] ALBUQUERQUE Jr., Durval Muniz de. *História: arte de inventar o passado*. Bauru, SP: Edusc, 2007; GUIMARAES, Manoel Luis Salgado. Historiografia e cultura histórica: notas para um debate. *Ágora*, Santa Cruz do Sul, v. 11, n.1, p. 31-47, jan./jun. 2005.

a possibilidade de se pensar outras geografias que surgiram, surgiam e surgiriam. Devemos pontuar aqui que não ficamos restritos à *RIHGSP* e buscamos publicações de seus sócios em outros meios, como na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* (RIHGB) no primeiro e segundo capítulos, e o periódico *O Estado de São Paulo* no terceiro capítulo.

Ainda no primeiro capítulo, perguntar o que seria *esta geografia* tem como objetivo buscar definir quais teorias, métodos e temas foram utilizados para a sua escrita e sua operação. Iniciaremos o capítulo questionando se poderíamos definir uma unidade para o saber e seus modos de fazer. Construindo, inicialmente, uma discussão sobre o duplo regional *x* nacional na escrita da geografia, pensando nas próprias disputas que marcaram a formação do IHGSP e explorando, principalmente, a utilização da metáfora do mosaico, uma visão fragmentada do território. Dando continuidade ao quadro questionaremos os usos das fontes, em específico dos mapas, e por fim, encerraremos explorando as relações estabelecidas com outras disciplinas. Ao fim do capítulo, foi possível destacar um saber disperso, híbrido com outras ciências, principalmente a História, mas que por certas repetições de enunciados podia ser destacado e singularizado.

O segundo capítulo aparece como um aprofundamento da discussão sobre a unidade desse saber a partir das produções que exploraram a temática das bandeiras. Iniciaremos a análise com os roteiros de bandeiras, seguindo por trabalhos monográficos que se dividiam entre uma preocupação sobre a ocupação e o povoamento durante o período colonial, de modo geral, tendo como foco específico as bandeiras. Buscaremos, então, mostrar como a centralidade e o protagonismo foram construídos aos poucos nas produções dos letrados do Instituto. Ao fim, alcançamos os esforços de síntese que surgiram na década de 1910, com os trabalhos de Gentil de Moura, Afonso de Taunay e Basílio de Magalhães. Se o projeto do IHGSP deu destaque em suas produções para a temática das bandeiras e bandeirantes, e, com isso, objetivava-se escrever uma história geral das bandeiras, a Geografia foi igualmente importante para dizer e pensar sobre esse episódio. O projeto do IHGSP só se cristalizou pela junção do tempo e do espaço, uma história e uma geografia das bandeiras.

Por fim, o terceiro capítulo será proposto como inflexão. Questionar as mudanças da Geografia definida no primeiro e no segundo capítulos busca pensar

as mudanças do IHGSP e do meio intelectual paulista. Principalmente, a partir da fundação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São Paulo que propôs outros modos de fazer Geografia. A fim de analisar as rupturas, continuidades e embates entre os dois modelos de Geografia, escolhemos a produção de Aroldo de Azevedo, intelectual inserido nesses dois espaços como sócio do IHGSP e discente da FFCL. Apresentaremos a atuação do Instituto na comemoração do quarto centenário da cidade de São Paulo, assim como, o texto publicado por Aroldo de Azevedo sobre a geografia de São Paulo durante essa efemeridade. Continuaremos por textos em que Aroldo de Azevedo e outros intelectuais presentes nas novas instituições comentavam a produção precedente à criação da Faculdade, seguindo para a análise dos trabalhos de Aroldo de Azevedo produzidos sob os novos parâmetros e a sua atuação no IHGSP. Os textos analisados marcam a defesa desta "nova" geografia, descartando uma "velha" que não havia utilizado a orientação moderna (francesa, vidaliana) e era caracterizada como um "pouco de tudo", uma imbricação de Geografia, História e Sociologia. Nesse contexto, a Faculdade era tida como marco institucional dessas inovações e Aroldo de Azevedo buscava inserir as novas ideias em sua atuação no IHGSP. Apesar de "nova", o papel de liderança de São Paulo em produzir esta geografia, mesmo que em novos espaços, não era questionado. Uma geografia, de fato, bandeirante.

Capítulo 1
E afinal, o que é esta geografia?

Nas atas referentes ao ano de 1914, na sessão ordinária do dia cinco de junho foi proferido o parecer da comissão de Geografia sobre o livro *Diccionario Geographico do Estado de S. Paulo* de Emílio Mario Arantes. Tal comissão era composta por Afonso de Freitas[25], Gentil de Moura[26] e Victor da Silva Freire[27], o primeiro um jornalista, os outros dois, engenheiros, sendo a emissão de pareceres pelo IHGSP e seus sócios uma atividade recorrente. O que indica a importância da instituição como referência para validar e/ou analisar publicações ou questões políticas[28]. O parecer, que aqui nos referimos, iniciava pontuando que, a partir de publicações da Comissão Geográfica e Geológica de São Paulo (CGGSP) e do Arquivo do Estado, o trabalho de Arantes tinha importante contribuição como repositório de informações sobre a topografia do Estado e dos núcleos de povoamento. No entanto, frisava que a contribuição para as "letras" poderia ser maior se o autor conferisse cunho mais científico à obra. Assim, a contribuição poderia se dar por meio da junção da Geografia com a História e a Etnografia, "ciências correlatas com aquela e que, portanto, não podem se separar em trabalhos dessa natureza, onde indispensável se torna o desenvolvimento do estudo sobre o aspecto físico, político e etnográfico"[29][30]. Uma possível correção eram as "indispensáveis" notas históricas adicionadas a cada ponto descrito acompanhadas da tradução da nomenclatura indígena desses locais: "Foi esse o sistema seguido pelos autores escolhidos pelo Sr. Professor para orientadores da confecção de sua

[25] Afonso Antônio de Freitas (São Paulo, SP, 1868 – São Paulo, SP, 1930) foi um historiador e jornalista. Foi sócio do IHGSP e do IHGB, tendo sido presidente do IHGSP e participado da Comissão de Limites entre São Paulo e Minas Gerais.
[26] Gentil de Assis Moura (São Paulo, 1868 - Rio de Janeiro, 1929) foi um engenheiro. Participou da Comissão Geográfica e Geológica do Estado e foi membro do IHGSP e do IHGB.
[27] Victor da Silva Freire (Lisboa, 1869 – 1951) foi um engenheiro. Chefiou o Serviço de Saneamento do Estado de São Paulo e a Diretoria de Obras Públicas da Prefeitura de São Paulo. Era sócio do IHGSP e foi professor e diretor da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo.
[28] Aqui podemos indicar dois exemplos: a participação do IHGSP na comissão de limites entre São Paulo e Minas Gerais, cujo relatório foi publicado como um volume da *RIHGSP*; e a apresentação do livro de Tomas Marcondes onde ele citava um mesmo parecer do IHGSP que tinha aprovado a publicação de seu livro.
[29] ACTAS. *RIHGSP*, São Paulo, v. 19, 1914. p. 1183.
[30] Nas citações de fontes a escrita foi atualizada, assim como os nomes dos autores, mas o título das fontes foi mantido como no original.

obra”[31]. O parecer concluía que, não utilizando tais critérios, o autor fez predominar de “maneira exagerada” a parte prática da “nossa geografia” perdendo o valor que podia ter para a “literatura histórico-geográfica”.

O parecer explicitava *como não fazer* um estudo geográfico, enquanto, indicando possíveis correções, definia o *modo correto*: aproximar a Geografia da História e da Etnografia e não enfatizar somente o caráter prático. Deveria o trabalho ter uma preocupação teórica ou abstrata? O trabalho de Arantes apesar de servir como repositório de informações, relacionando-se com a produção científica do período, que dava grande importância à formação de arquivos e à descoberta de novos documentos, apresentava omissões em relação às suas referências. Para a comissão, a utilização desses três saberes era ideal para que o trabalho tivesse cunho científico incontestável contemplando, desse modo, os aspectos principais da “nossa geografia”, a geografia de São Paulo. Se o parecer sobre a obra de Arantes expõe indicações de como um estudo geográfico, ou ainda, histórico-geográfico, deveria ser feito em 1914 e, considerando o IHGSP como o local privilegiado para a produção histórica e geográfica naquele período em São Paulo, podemos perguntar: esse seria o modelo para esse tipo de produção? Haveria uma unidade em torno de um saber geográfico ou encontraríamos antes de tudo dispersões? Qual seria o papel da Geografia no IHGSP, ou ainda, que geografia é esta?

1.1. Ciência do detalhe

No segundo Congresso Brasileiro de Geografia[32], em 1909, Gentil de Moura proferiu o discurso intitulado *A geographia nacional*[33], fazendo uma retomada do desenvolvimento da Geografia até aquele momento. Afirmando como tal disciplina coordenava um grupo de ciências relacionadas e, se libertando das normas da topografia e da corografia, ela se constituía como saber que observava, determinava e representava a forma da Terra e sua posição no espaço; registrava fenômenos meteorológicos e sísmicos, distribuindo os grupos de classificação botânicos e zoológicos; ainda de casos antropológicos e etnográficos que descreviam os produtos da atividade social na forma de colonização, indústria, comércio,

[31] ATAS, 1914, op. cit., p. 1183.
[32] Para uma discussão dos Congressos Brasileiros de Geografia Cf. CARDOSO, Luciene Pereira Carris. Os congressos brasileiros de geografia entre 1909 e 1944. *História, Ciências, Saúde - Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.18, n.1, jan./mar. 2011, p.85-103.
[33] MOURA, Gentil de Assis. A geographia nacional. *RIHGSP*, São Paulo, v. 15, 1910.

estatística, instrução: “Descrevendo a Terra, não poderia completar-se sem que ela fosse conhecida em todos os seus pontos. Tratando dos seus habitantes, sua ultimação dependia da relação minuciosa da vida e da atividade social”[34]. Ao determinar que a Geografia devesse estudar tanto os aspectos físicos quanto os aspectos humanos, Moura se afastava de uma tradição em que se associava a Geografia à dimensão física do espaço, e que se aproximava da geografia humana de Friedrich Ratzel[35].

Ao analisar o desenvolvimento da disciplina, Moura associa a Geografia aos avanços nas descobertas e viagens realizadas a partir do século XVI, pois corrigiram “concepções errôneas” sobre aquele espaço. No primeiro século de ocupação, os itinerários e as entradas contribuíram para “imperfeitas descrições do país ou para a incipiente cartografia colonial”. A “ciência do detalhe” evoluía com uma progressão crescente. Quanto mais se explorava o terreno, mais informações estavam disponíveis para a produção de novos materiais. A *Corografia brasílica* de Manuel Aires de Casal[36], publicada em 1817, foi o primeiro trabalho nacional que serviu de guia para o ensino e descreveu com relativa exatidão as feições topográficas do país. Assim como nas obras locais sobre as províncias, “contribuições parceladas”, formavam “cada uma o capítulo do compêndio geral”. Moura também pontuava que associações científicas como os Institutos Históricos e Geográficos *locais* também contribuíram para a “particularização” do conhecimento geográfico no fim do século XIX e começo do século XX[37].

Ao dissertar sobre o desenvolvimento da Geografia, Moura remontava aos viajantes da Era Moderna e indicava que a primeira obra nacional da disciplina foi a *Corografia...* de Aires de Casal. Tais aspectos aproximavam-se de uma tradição que estabelecia a formação da geografia moderna no século XIX[38], mas podemos pontuar outra tradição em sua análise a partir da utilização da metáfora do mosaico. Associado à escrita corográfica, no Brasil tal forma possibilitou uma resposta à

[34] MOURA, 1910, op. cit., p. 211.
[35] Friedrich Ratzel (Karlsruhe, Alemanha, 1844 - Ammerland, Alemanha, 1904) foi um geógrafo alemão. Sua obra *Antropogeografia* contribuiu para a definição da geografia humana assim como do determinismo ambiental a partir das interpretações desta obra. Seu outro livro *Geografia política* contribuiu para a definição do conceito de *lebensraum* (Espaço Vital) e do darwinismo social.
[36] Manuel Aires de Casal (Pedrógão, Portugal, 1754 - Portugal, 1821) foi um sacerdote português. É conhecido pela publicação de *Corografia Brasílica ou Relação Histórica e Geográfica do Reino do Brasil* considerada como a primeira obra de geografia publicada no Brasil.
[37] MOURA, 1910, op. cit., p. 213-217.
[38] Cf. MORAES, Antonio Carlos Robert. Origens e pressupostos da geografia. In. *Geografia: Pequena história crítica.* São Paulo: Annablume, 2003.

dispersão real e simbólica do território durante a Colônia. Pela impossibilidade ou dificuldade de descrever o todo buscou-se descrever unidades menores para formar a imagem do todo, o território nacional[39]. É nesse sentido que Moura se refere às "contribuições parceladas" sobre as províncias que formariam um "compêndio" geral, ou ainda à atuação dos Institutos Históricos e Geográficos *locais*. Desse modo, estas eram as peças do mosaico, o Brasil.

Tal metáfora foi retomada no fim do Oitocentos sendo, em parte, ressignificada. Capistrano de Abreu[40], ao propor novos procedimentos para a escrita da História do Brasil em sua crítica à produção de Francisco Adolfo de Varnhagen preconizou que, não havendo material para produzir uma história geral sob essa nova orientação, era necessária a produção de monografias locais para tornar possível, posteriormente, a produção de uma síntese[41]. Sabendo que Capistrano de Abreu estabeleceu intercâmbios, "orientações" e relações de amizade com os sócios do IHGSP[42], podemos afirmar que algumas de suas ideias tiveram reflexo na produção do IHGSP. Dessa forma, por exemplo, a ideia de mosaico estava presente em Afonso d'Escragnolle Taunay[43] para caracterizar como deveria ser produzida a

---

[39] ARAÚJO, Valdei Lopes; MEDEIROS, Bruno Franco. A história de Minas como história do Brasil. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, v. XLIII, 2007.

[40] João Capistrano Honório de Abreu (Maranguape, CE, 1853 - Rio de Janeiro, 1927) foi um historiador. Ao longo de sua trajetória tornou-se nome central no processo de reformulação da historiografia nacional, criando uma extensa rede de sociabilidade com a intelectualidade de seu período. Foi sócio do IHGB, bibliotecário da Biblioteca Nacional e lecionou no Colégio Dom Pedro II. Dentre suas obras podemos destacar *Capítulos de História Colonial*, que expunha sua proposta para a escrita da história do Brasil.

[41] Cf. ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. Ronda noturna: narrativa, crítica e verdade em Capistrano de Abreu. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 1, p. 28-54, 1988, Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1936>. Acesso em: 05 jun. 2019; PEREIRA, Daniel M. *Descobrimentos de Capistrano. A História do Brasil "a grandes traços e largas malhas".* 2002. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro; PEREIRA, Mateus Henrique de Faria; SANTOS, Pedro Afonso Cristovão dos. Odisseias do conceito moderno de história: "Necrológio de Francisco Adolfo de Varnhagen", de Capistrano de Abreu, e "O pensamento histórico no Brasil nos últimos cinquenta anos", de Sérgio Buarque de Holanda, revisitados. *Revista IEB*, n. 50, p. 27-78, set./mar. 2010; GONTIJO, Rebeca. *O velho vaqueano: Capistrano de Abreu (1853-1927): memória, historiografia e escrita de si.* Rio de Janeiro: 7 Letras, 2013; OLIVEIRA, Maria da Glória de. *Crítica, Método e Escrita da História em João Capistrano de Abreu*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

[42] Karina Anhezini afirma que Capistrano de Abreu era uma referência recorrente de inúmeros autores no começo do século XX, sendo que alguns se consideravam seus discípulos ao construir vínculos por meio dos Institutos Históricos ou do contato pessoal. ANHEZINI, 2011, op. cit., p. 79.

[43] Afonso d' Escragnolle Taunay (Florianópolis, SC, 1876 - São Paulo, SP, 1958) foi um historiador e professor. Em sua carreira fez parte da Academia Brasileira de Letras, Academia Paulista de Letras, IHGB e IHGSP. Sua produção em torno dos temas das bandeiras e bandeirantes, como a grandiosa *História Geral das Bandeiras Paulistas*, o fez ser reconhecido como "historiador das bandeiras". Foi diretor do Museu Paulista, sendo responsável pela mudança da orientação do museu de história natural para história. Foi um dos primeiros professores do curso de História e Geografia da FFCL.

história das bandeiras. Ela só seria possível a partir da produção de estudos localizados e pormenorizados sobre temas específicos formando um mosaico de história[44]. Seria este também o método para escrita da Geografia?

1.2. Por uma geografia de São Paulo

Moura apontava os Institutos Históricos e Geográficos como locais que contribuíam para a particularização do conhecimento geográfico. Evidentemente, o IHGSP não estava apartado dessa realidade, ainda mais que Moura era sócio da agremiação e conhecia sua produção. No parecer com o qual abrimos este capítulo, a comissão de Geografia contava com a presença de dois engenheiros e um jornalista. Ao analisarmos a produção dos letrados que tinham mais proximidade com a Geografia e/ou assuntos relacionados ao espaço, encontramos com frequência engenheiros[45], tal como Moura, que era engenheiro civil e presidiu a Comissão de Geografia do IHGSP. No entanto, dentre os membros da Comissão presentes no parecer chama atenção a produção do jornalista. Publicando em 1906 o livro, a *Geographia do Estado de São Paulo*[46], Afonso de Freitas iniciava a obra pela História, fazendo um esboço histórico do Estado, começando com o Período Colonial, delineando a divisão territorial da capitania de São Vicente e seus limites que logo mudaram:

> [...] não se demorando, porém, os bandeirantes, surgidos da união dos conquistadores com os aborígenes e herdeiros dos hábitos sertanejos destes, e do gênio aventureiro dos portugueses, em dilatar, por suas incursões e contínuas migrações, o seu domínio ao sul e a oeste, até aos rios da Prata e Paraguai e ao norte [...][47].

---

[44] Cf. ANHEZINI, Karina. São Paulo nunca coube dentro de suas fronteiras: a escrita da história de Afonso de Taunay e a invenção das regiões. In: SALES, Jean Rodrigues; FREITAG, Liliane; STANCZYK FILHO, Milton (org.). *História e região: Espaço, Linguagem e Poder.* São Paulo: Alameda, 2010; ANHEZINI, 2011, op. cit.

[45] Na produção intelectual do século XIX e início do século XX, muitos destes letrados eram formados nos cursos de engenharia e também por conta do ofício muitos participavam em diferentes instituições e iniciativas que contribuíam para a exploração do espaço e obras de infraestrutura como obras sanitárias, ferrovias, telégrafos etc. Cf. ABREU, Regina. *A Fabricação do Imortal: memória, história e estratégias de consagração no Brasil.* Rio de Janeiro: Rocco: Lapa, 1996; FIGUEIRÔA, Silvia Fernanda de Mendonça. *As ciências geológicas no Brasil: uma história social e institucional (1875-1934).* São Paulo: Editora Hucitec, 1997.

[46] FREITAS, Afonso A. de. Geographia do Estado de São Paulo. São Paulo: Escolas profissionais salesianas, 1906.

[47] FREITAS, 1906, op. cit., p. 5.

A geografia de São Paulo era aberta pela história de São Paulo, pelas bandeiras e bandeirantes e sua ação de exploração e expansão do território, aspectos centrais para o projeto histórico-geográfico do IHGSP. A figura de João Ramalho era apresentada como o fundador de Santo André, um dos primeiros povoamentos no Interior da capitania. Outros núcleos de portugueses, de início, ficaram restritos ao Litoral como as povoações de São Vicente, Iguape, Santos e Itanhaém, e, posteriormente, também adentraram o Interior com a fundação da vila de São Paulo[48]. Com o passar dos anos, as populações indígenas foram assimiladas ao "elemento europeu" originando a raça paulista, que desbravou o sertão e irradiou sua população, a princípio em busca de ouro e, posteriormente, em busca de terras férteis para a agricultura.

Após iniciar com a história, Freitas passava aos aspectos físicos. Em *Orografia*[49], Freitas listava as duas cordilheiras que compunham o sistema orográfico paulista: a Cordilheira Marítima (ou Serra do Mar) e a Serra da Mantiqueira. Seguindo a descrição dos rios, ou *Potamografia*, São Paulo era dividido em três grandes vertentes: rio Grande-Paraná, Litoral e rio Paraíba. Compreendendo todo o Interior do Estado, a vertente do Rio Grande-Paraná tomava grande parte do tópico, em que Freitas descreve os principais rios, seus afluentes e suas cachoeiras. A descrição deste último, indicava uma função específica, que era a de produção de

[48] Teodoro Sampaio, escrevendo sobre Santo André, afirma que a vila do século XVI se colocava como parte de polos opostos: de um lado Santo André, os bandeirantes e a escravidão indígena; do outro, São Paulo, os jesuítas, a catequização (SAMPAIO, 1904, p. 10). A figura de João Ramalho foi estabelecida, mesmo com a oposição de um grupo que destacava sua associação à escravização indígena, como primeiro desbravador do sertão e precursor dos bandeirantes. Essa dualidade entre uma visão positiva e negativa esteve no cerne da própria definição do bandeirante. Cf. SAMPAIO, Teodoro. Restauração historica da villa de Santo André da Borda do Campo. *RIHGSP*, São Paulo, v.9, 1904; CAPELATO, Maria Helena Rolim; FERRETTI, Danilo. João Ramalho e as Origens da Nação: os paulistas na comemoração do IV centenário da descoberta do Brasil. *Tempo*, Rio de Janeiro, v. 04, n.08, p. 67- 87, 1999. Disponível em: < http://www.historia.uff.br/tempo/artigos_dossie/artg8-4.pdf>. Acesso em: 12 jun. 2019; SOUZA, Laura de Mello e. Vícios, Virtudes e Sentimento regional: São Paulo, da Lenda Negra à Lenda Áurea. *Revista de História*, São Paulo, n. 142-143, 2000; SCHNEIDER, Alberto Luiz. Os *paulistas* e os *outros:* Fama e infâmia na representação dos moradores da capitania de São Paulo nas letras dos séculos XVII e XVIII. *Projeto História*, São Paulo, n. 57, pp. 84-107, set./dez. 2016.

[49] Freitas utiliza num curto espaço tanto a palavra topografia quanto orografia, parecendo indicar que as duas palavras têm o mesmo significado. Porém, quando usa topografia, Freitas se refere à divisão do estado em duas regiões distintas, o litoral e a serra acima, enquanto ao utilizar orografia se refere ao "sistema orográfico paulista" composto das duas cordilheiras, a Marítima e da Mantiqueira. Logo, apesar de semelhantes, os significados não eram equivalentes. Enquanto topografia era a descrição da localidade, orografia se foca nas partes que a compunham, as cordilheiras e serras. Pontuar isso, no entanto, evidencia o sentido da palavra topografia tendo em vista que Freitas em certo momento utiliza tal palavra como sinônimo de geografia. FREITAS, 1906, op. cit., p. 14-15.

energia. Na descrição do rio Tietê, Freitas pontuava a produção de energia na cidade de Parnaíba que abastecia a Capital paulista, além de indicar outras cachoeiras que poderiam, futuramente, serem aproveitadas da mesma forma, como os saltos do Itu-Guaçu, Avanhandava e Itapura. Na descrição do rio Paranapanema se repetia o mesmo, indicando o possível aproveitamento energético da cachoeira de Piraju e os Saltos de Aranhas e de Palmital. De modo geral, a descrição era pragmática indicando o desnível presente no local e a potência com que poderia ser aproveitada.

A Geographia... de modo geral era um livro essencialmente descritivo e pragmático, havendo uma grande preocupação com o aproveitamento econômico do espaço. Aqui, podemos retomar o convite publicado no *Correio Paulistano* para a fundação do IHGSP em 1894, requerendo pessoas preocupadas com o desenvolvimento do Estado. Se Freitas entrou no Instituto em 1910, esse sentimento perpassava o meio intelectual de São Paulo? Analisando a produção de seus sócios vemos que sim, e ainda poderíamos confirmar a hipótese ao analisar outras instituições paulistas do período. A CGGSP foi fundada com o objetivo de produzir mapeamentos do estado de São Paulo, com o objetivo de prover informações sobre como aproveitar e melhorar o espaço. Ainda, dois nomes importantes para o IHGSP circularam pela CGGSP, Teodoro Sampaio e Orville Derby, sendo que o último foi seu diretor por duas décadas[50].

Este não foi o único estudo de Freitas centrado na Geografia. Em 1924, Afonso de Freitas publicou o *Prospecto do diccionario etymologico, historico, topográfico, estatístico, biographico, bibliographico e ethnographico ilustrado*[51] e, como exposto em sua apresentação, o *Prospecto...* foi pensado como uma amostra para que a obra fosse apresentada e se decidisse pela publicação ou não de todo o material. Freitas também afirmava como tal obra era resultado de sua "vida de estudo" e tinha como objetivo a formação de um repositório, um arquivo sobre São Paulo. Tal dicionário sendo a junção de partes poderia ser um mosaico. Assim como a noção de repositório e de arquivo apontavam diretamente para a forma como se

[50] Para estudos sobre a CGGSP, cf. FIGUEIRÔA, 1997, op. cit.; FIGUEIRÔA, Silvia Fernanda de Mendonça. "Batedores da ciência" em território paulista: expedições de exploração e a ocupação do "sertão" de São Paulo na transição para o século XX. *História, Ciências, Saúde - Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 15, 2008.

[51] FREITAS, Afonso A. de. *Prospecto do diccionario etymologico, historico, topográfico, estatístico, biographico, bibliographico e ethnographico ilustrado*. São Paulo: Estab. Graph. J. Rossetti, 1924.

organizava esta e outras produções no IHGSP. Os documentos eram fundamentais para determinar as possibilidades de escrita sobre certo assunto. Quanto mais novos relatos pudessem ser reunidos, mais amplos estudos poderiam surgir.

Ao pensarmos nas possíveis proximidades entre os dois trabalhos, a forma como *A Geographia...* era estruturada foi reutilizada no verbete sobre o município de Araraquara. A estrutura era dividida nas seguintes partes: história/formação territorial, divisas, descrição física, descrição econômica e descrição humana. Freitas iniciava o verbete com a evolução da divisão territorial de tal cidade e detinha-se brevemente sobre um problema de datação. Criada a vila em 1832, seu território correspondia à freguesia de São Bento de Araraquara, criada em 1817 e destacada de Piracicaba. Freitas salientava nesse ponto a indicação de que no *Diccionario Geographico, Historico e Descriptivo do Imperio do Brasil,* Milliet de Saint-Adolphe citava que a data da criação da freguesia era 16 de julho de 1817. No entanto, no *Apontamentos históricos, geográficos, biográficos, estatísticos e noticiosos da Província de São Paulo*, de Manuel Eufrásio de Azevedo Marques, tal data era indicada como 30 de outubro de 1817. Afirmação que seria repetida por Jacinto Ribeiro em *Cronologia Paulista* e pela *Divisão Administrativa e Divisas Municipaes do Estado de São Paulo*. A documentação, contudo, não embasava a afirmação de Saint-Adolphe. Publicando junto ao verbete com resoluções do governo do ano de 1817, Freitas descartou a informação de Saint-Adolphe, pois era "evidentemente errada"[52]. Novamente verificamos a importância dos documentos e da sua análise para Freitas.

Continuando nessa estrutura, Freitas afirmava que pela dinâmica da evolução territorial do estado de São Paulo, em sua criação Araraquara tinha um extenso território que foi, posteriormente, desmembrado em outras vilas e municípios. O solo da cidade era fértil, possuindo "terra roxas de primeira qualidade, terras vermelhas, brancas, terras argilosas e arenosas que produzem muito bem"[53], tendo como principais produções, o café, a cana-de-açúcar, o fumo, a vinha e os cereais. Quanto ao clima era ameno e temperado e a cidade era "pouco sujeita ao vento sul". Também que apresentava extensos campos, assim como acidentes geográficos, como a Serra de Araraquara que funcionava como divisor das águas entre o rio Tietê

[52] FREITAS, 1924, op. cit., p. 15.
[53] Ibid., p. 18.

e o rio Mogi Guaçu. O município era servido pelas vias férreas Paulista e Araraquarense. Freitas frisava que o *progresso* do município tinha ligação com a melhoria nos meios de comunicação.

Se a mesma estrutura era reutilizada nesse verbete, a descrição e o caráter pragmático também estavam novamente presentes. Se Gentil de Moura afirma, em 1909, que a Geografia havia se libertado da norma da Corografia e da Topografia, e se Freitas não retoma o modelo corográfico com certeza havia fragmentos. O *Prospecto...* buscava construir essa unidade, o estado de São Paulo, a partir de partes menores, o *Município de ARARAQUARA*, a *Capela e imagem de BOM JESUS DA CABEÇA,* o *CAMINHO DO CARRO QUE VAE PAR SANTO AMARO,* o *Rio TAMANDUATEHY*. Eram as peças que compunham o mosaico paulista.

Ainda foram publicados, postumamente, dois trabalhos de Afonso de Freitas escritos durante a década de 1920. Os dois textos intitulados “capítulos da geografia de São Paulo”[54] trazem outra oportunidade de analisar o desenvolvimento da produção de Freitas. Abrindo o primeiro trabalho com a descrição mineral seguida pela hidrografia, Freitas pontuava a particularidade do Estado e como seus “volumes de água” mais numerosos corriam em direção ao Interior, em direção ao rio da Prata. Nesse aspecto, a descrição do rio Tietê chamava a atenção:

> Rio essencialmente paulista por não receber contribuições de sistemas hidrográficos estranhos, além de alguns insignificantes regatos mineiros e, tradicionalmente famoso por ter sido durante séculos a estrada por onde palmilhou o paulista em bandeiras triunfantes na luta pela grandeza da pátria ou em retorno ao torrão natal, alquebrado e abatido, mas não aniquilado pela adversidade[55].

O rio em seu aspecto físico ganhava a adição de uma dimensão simbólica. Dentro da retórica bandeirante, frisava seu papel de facilitador na incursão das bandeiras e dos bandeirantes território adentro. Manejando o aspecto físico para reafirmar tal afirmação, o Tietê era visto como *essencialmente paulista*, pois não tinha afluentes que provinham de outros estados a não ser por “regatos mineiros” insignificantes. Freitas ainda operava uma ligação entre o passado e o presente ao

[54] FREITAS, Afonso A. de. Capitulos da geographia physica de São Paulo. *RIHGSP,* São Paulo, v. 30, 1931-1932; FREITAS, Afonso A. de. Capitulos da geographia de São Paulo. *RIHGSP,* São Paulo, v. 31, 1933-1934.
[55] FREITAS, 1931-1932, op. cit., p. 22.

afirmar como o rio poderia ser um importante via de comunicação, não fossem as inúmeras cachoeiras. No entanto, essas cachoeiras poderiam ser utilizadas para a produção de energia.

A qualidade descritiva do texto de Freitas ainda estava presente, porém podemos destacar mudanças. No tópico *Mar do estado*, Freitas pontua que a formação do Litoral paulista podia ser atribuída a "algum fenômeno sísmico" que tinha feito recuar as costas do continente africano e do litoral paulista, inundando as partes baixas e avançando até o sopé da "cordilheira marítima", a Serra do Mar. Nesse aspecto, as ilhas do estado de São Paulo eram projeções da mesma cordilheira, sendo as partes mais elevadas aquelas que resistiram ao processo erosivo. Tais aspectos eram corroborados pela constituição geológica das ilhas, idêntica à da Serra do Mar[56]. Freitas no trecho escapava da pura e simples descrição e construía questionamentos a partir de discussões correntes, nesse ponto, a discussão que culminou na Teoria da Deriva Continental, publicada por Alfred Wegener[57], em 1912[58]. Em *Orographia,* Freitas ao descrever as principais elevações e serras do Estado retornava à Serra Negra. Freitas afirmava que tal terreno foi chamado indevidamente de *Serra do Mogi Guaçu* em seu trabalho antigo "que, na realidade, [a serra] não existe". Fazendo essa autocorreção, a geografia para Freitas parecia aberta para modificações frente à novas informações posteriores.

Por último, no tópico *Clima*, havia uma clara menção às teorias deterministas e raciais. Na definição desse tipo étnico, o bandeirante, as teorias foram utilizadas para explicar sua formação e o seu êxito em relação a um meio que, segundo tais teorias, condenava ao fracasso suas populações[59]. Freitas não se afastava desse

---

[56] FREITAS, 1931-1932, op. cit., p. 30.

[57] Alfred Lothar Wegener (Berlim, Alemanha, 1880 - Groenlândia, 1930) foi um geógrafo alemão. É reconhecido como propositor da Teoria da Deriva Continental.

[58] Gabriel Gohau cita como a teoria de Frank Bursley Taylor, publicada em 1910, precedeu a teoria de Wegener compartilhando alguns pontos em comum. Maria Margaret Lopes e Silvia Mendonça Figueirôa também apontam para a contribuição dos estudos de Hermann Ihering, sócio do IHGSP e diretor do Museu Paulista, para o trabalho de Wegener e de como a Teoria da Deriva Continental remete aos estudos do século XIX. Gohau ainda expõe como a Teoria encontrou resistência na comunidade cientifica e só foi totalmente aceita na década de 1960. GOHAU, Gabriel. *A history of geology*. Londres: Rutgers University Press, 1990; LOPES, Maria Margaret; FIGUEIRÔA, Silvia Fernanda de Mendonça. A criação do Museu Paulista na correspondência de Hermann von Ihering (1850- 1930). *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, v. 10/11, 2002-2003.

[59] Cf. ABUD, Katia. *O sangue intimorato e as nobilíssimas tradições*. *A construção de um símbolo paulista: o bandeirante.* 1985. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo; QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de.

debate e afirmava que o paulista, ao superar o meio, transformou São Paulo no "centro da civilização" brasileira:

> É verdade que o paulista mais facilmente venceu a natureza do seu torrão pátrio transformando-o no centro de civilização apurada que já é, do que o brasileiro, e só o brasileiro, está vencendo as exuberâncias da vida amazônica, e as vencerá totalmente, corrigindo-as e adaptando-as ao livre desenvolvimento da ação humana, e essa será a mais convincente das provas de que, si tudo é grande no Brasil, "menos o homem" este, entretanto, não é tão pequeno como se apregoa e como pareceu a Buckle[60].

Freitas reforça o pressuposto da adaptação e de como o êxito do bandeirante aconteceu pela via da superação do meio. Citando Henry Thomas Buckle e um aspecto da teoria de Buckle que apregoava a inferioridade racial das populações que viviam nos trópicos[6162], Freitas se opunha à afirmação apontando que o sucesso do paulista no centro da civilização brasileira ecoaria para a nação em uma nova empreitada, o domínio da floresta amazônica. A superação desse obstáculo era a "prova" final de que o clima não era determinante para definir o destino da população brasileira.

Ufanismo paulista: vicissitudes de um imaginário. *Revista USP*, São Paulo, v. 13, p. 78-87, 1992; ABUD, Katia. A ideia de São Paulo como formador do Brasil. In. FERREIRA, Antônio Celso; LUCA, Tania Regina de; IOKOI, Zilda Gricoli. *Encontros com a história: percursos históricos historiográficos.* São Paulo: Editora UNESP, 1999; FERREIRA, Antônio Celso. Vida (e morte?) da epopeia paulista. In. FERREIRA, Antônio Celso; LUCA, Tania Regina de; IOKOI, Zilda Gricoli. *Encontros com a história: percursos históricos historiográficos.* São Paulo: Editoria UNESP, 1999; LUCA, Tania Regina de. São Paulo e a construção da identidade nacional. In. FERREIRA, Antônio Celso; LUCA, Tania Regina de; IOKOI, Zilda Gricoli. *Encontros com a história: percursos históricos historiográficos.* São Paulo: Editoria UNESP, 1999; FERRETTI, Danilo. *A Construção da paulistanidade: Identidade, historiografia e política em São Paulo (1856-1930).* 2004. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

[60] FREITAS, 1931-1932, op. cit., p. 37.

[61] Henry Thomas Buckle, historiador britânico (1822-1862), se localiza no debate cientificista do final do século XIX na busca em definir relações entre as personalidades dos povos e a natureza. Em sua principal publicação, *História da civilização da Inglaterra,* Buckle define sua teoria da história baseada em duas leis fundamentais: a primeira, que, em sociedades não europeias a natureza desenvolveu a imaginação e a superstição, enfraquecendo a razão; e que as determinações exercidas pelo clima, alimentação e solo induziu a baixa disposição para o trabalho e o desenvolvimento tecnológico. Esse era o aspecto criticado por Freitas e ao qual o tipo étnico paulista provava o inverso. Cf. ARAUJO, Valdei Lopes. Henry Thomas Buckle (1822-1862). Apresentação. In. MARTINS, Estevão Rezende. *A história pensada: teoria e método na historiografia europeia do Século XIX.* São Paulo: Contexto. 2010; MURARI, Luciana. *Brasil, ficção geográfica: ciência e nacionalidade no país d'Os sertões.* São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: Fapemig, 2007. p. 65 et seq.

[62] A crítica às afirmações de Buckle pode ser encontrada em outros autores do período, como Pedro Lessa que também contestou esse prognóstico negativo dado ao Brasil. Cf. Menoncello, Aline. *Pedro Lessa, um juiz-historiador: nação, patriotismo e raça*. 2016. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Assis.

No volume seguinte, foi publicado o segundo texto intitulado “capítulos da geografia” e aqui Freitas retomava a história, a capitania de São Vicente e a dinâmica de ocupação e povoamento destacando novamente o papel dos bandeirantes. Freitas reforçava o aspecto negativo das consequentes perdas do território paulista durante o Período Colonial, afirmando que o “conjunto de vicissitudes tendenciosas de aniquilamento” da província não abateu a energia dos paulistas[63]. Comentando as disputas de limites que São Paulo participava, Freitas indicava um processo de revisão de certas divisas litigiosas em fins da década de 1910. Se esses trabalhos foram produzidos entre 1920 e 1922, é interessante pensar que alguns anos depois, Freitas compôs a comissão do IHGSP para análise da questão de limites com Minas Gerais, fato lembrado, por ele, em uma nota de rodapé do texto[64].

O texto continuava com a descrição de diversas atividades e estatísticas que delineavam o panorama econômico de São Paulo. Freitas usava o argumento de que, com o fim das grandes expedições bandeirantes, seus integrantes levaram seu “espírito de iniciativa” para a agricultura e a pecuária. Perpassava o texto, aspectos dessa identidade que se construía em torno das bandeiras e dos bandeirantes, do seu protagonismo na expansão e exploração do território nacional durante a Colônia. E ainda se operava uma ligação entre passado e presente. Em *Vias de comunicação,* Freitas indicava como as trilhas indígenas anteriores ao descobrimento tornaram-se antigas estradas coloniais que facilitaram a penetração no território. Destas algumas foram remodeladas, no tempo em que Freitas escreveu, para permitir a passagem do automóvel[65]. Sua conclusão era a de que São Paulo continuava a cumprir sua missão de trabalhar pela constituição e grandeza do Brasil. Caberia, então, aos paulistas da Primeira República o mesmo protagonismo dos bandeirantes, agora na política e na economia.

Ao considerarmos os dois “capítulos” escritos por Freitas, podemos estender uma linha temporal e espacial entre passado e presente, na qual a partir das ações das bandeiras e bandeirantes emergia uma São Paulo, agora tomada pelo automóvel e pelo avião. Afonso de Freitas, ao longo dessas produções, definia uma

---

[63] FREITAS, 1933-1934, op. cit., p. 425.
[64] Cf. CONSAGRADO a questão de limites entre São Paulo e Minas Geraes. *RIHGSP*, São Paulo, v.24, 1926.
[65] FREITAS, 1933-1934, op. cit., p. 453 et. seq.;463.

geografia do estado de São Paulo atrelada à história e à identidade local, mas também delineava uma estrutura, um plano para um estudo histórico-geográfico. Mais próximo ao modelo corográfico, com uma qualidade descritiva e pragmática, tendo em vista a crítica explicitada no parecer do trabalho de Emilio Arantes do qual Freitas compunha a comissão responsável. Mas qual era a extensão desse modelo? Ele foi utilizado por outros autores?

Em 1915, o livro *O estado de São Paulo, physico, politico, economico e administrativo*[66] de Tomás Oscar Marcondes de Souza[67] era aberto com um parecer da Comissão de História e Estatística do IHGSP. O parecer apontava como a obra se apresentava como repositório de informações referentes à geografia física, política e administrativa e uma coletânea de dados estatísticos da vida econômica de São Paulo. Concluíam que a obra tinha êxito em sua proposta e auxiliaria quem não "dispondo de tempo para largos estudos" quisesse conhecer a vida passada de São Paulo e "seu vertiginoso progresso em todos os ramos das atividades humanas em o presente"[68]. Tal parecer, colocado antes mesmo da abertura do livro, indicava a importância do IHGSP para validar o trabalho e novamente a História aparece como componente importante da narrativa sendo que a Geografia se confunde com o aspecto econômico e o progresso material.

Para além da presença do parecer do IHGSP, *O estado de São Paulo...* segue uma divisão semelhante aos trabalhos de Afonso de Freitas, sendo dividido nos seguintes tópicos: *Parte física*, *Parte política*, *Parte Econômica* e *Parte Administrativa*. No prólogo, Marcondes expunha que o objetivo era o de apresentar ao público "de modo analítico" a "notável prosperidade" de São Paulo. Ao pensar tal livro como repositório de informações econômicas e científicas "tendo em vista bem orientar o leitor e satisfazer o quanto possível a curiosidade dos estudiosos de nossas coisas pátrias"[69]. Também pontuava duas dificuldades na elaboração do trabalho: "a falha e escassa literatura" e a "falta de respostas a pedidos de informações"[70]. Tais aspectos resultavam em lacunas, principalmente na parte física, tendo em vista que a literatura sobre tal tema era pobre e como os nomes científicos

[66] SOUZA, Tomás Oscar Marcondes de. *O estado de São Paulo, physico, politico, economico e administrativo*. São Paulo: Estabelecimento gráfico universal, 1915.
[67] Tomás Oscar Marcondes de Souza (Pindamonhangaba, SP, 1883 – São Paulo, SP, 1968) foi um historiador e professor. Foi sócio do IHGSP e professor da Universidade de São Paulo.
[68] SOUZA, 1915, op. cit., p. VI.
[69] Ibid., p. VII.
[70] Ibid., p. VII.

eram de difícil comprovação utilizavam-se, em grande parte, os nomes populares. Novamente nos deparávamos com tais ideias. Para superar as lacunas eram necessários documentos, arquivos, repositórios...

Começando com o *Esboço geológico,* Marcondes abria com a afirmação de Pierre Denis:

> É ainda impossível escrever a história geológica detalhada do Estado de S. Paulo. É evidente, porém, que grandes fraturas contribuíram para dar ao Estado o seu aspecto atual, mas presentemente não é possível esboçar o traço como prever a idade. Contudo, o que se conhece de geologia basta para fazer um pequeno apanhado[71].

Esse trecho era uma citação *ipsis litteris* do trabalho de Denis, *L'état de Saint-Paul d'après les travaux de la commission géographique*[72], não havendo nenhum comentário de Marcondes sobre o motivo de citar uma extensa parte que toma três páginas. Essa "ausência" de Marcondes gerava outros questionamentos. No original, a parte final da frase pode ser traduzida como "o que se conhece de geologia é suficiente para explicar a paisagem". A ausência da palavra paisagem no texto de Marcondes, um conceito que se fazia presente em alguns autores desde o século XIX[73], era problemática para pensar na relação de Marcondes com essas discussões. Seria uma tradução livre? Ou simplesmente ele não contemplou o conceito em sua narrativa? Não encontramos resposta para isso.

Como Freitas, Marcondes se detêm no rio Tietê para apontar sua importância histórico-geográfica, o "principal veículo" para a expansão territorial do Brasil[74]. Como exposto na bibliografia do livro de Marcondes, parte das informações era retirada dos relatórios da CGGSP havendo semelhante preocupação econômica quando se indicava o aproveitamento energético. Em seu resumo histórico, o texto

---

[71] DENIS apud SOUZA, 1915, op. cit., p. 3.

[72] Cf. DENIS, Pierre. L'État de Saint-Paul, d'après les travaux de la Commission géographique. *Annales de Géographie*, t. 17, n. 94, 1908, p. 333. Disponível em: <https://www.persee.fr/doc/geo_0003-4010_1908_num_17_94_18237>. Acesso em: 17 mai. 2019. Para uma discussão do conceito de paisagem, Cf. SERPA, Angelo. Paisagem, lugar e região: perspectivas teórico-metodológicas para uma geografia humana dos espaços vividos. *GEOUSP*: Espaço e Tempo, n. 33, 2013.

[73] SCHIER, Raul Alfredo. Trajetórias do conceito de paisagem na geografia. *RA'EGA*, UFPR, Curitiba, n. 7, p. 79-85, 2003.

[74] SOUZA, 1915, op. cit., p. 17 et seq.

de Marcondes centrava na ocupação, povoamento e formação do território. Ainda ao fim, como em *A Geographia...,* estavam presentes descrições de todos os municípios paulistas, com um breve histórico e informações gerais sobre população, topografia e produção econômica. A estrutura e a narrativa de Tomás Marcondes traçavam profundas semelhanças com a de Afonso de Freitas. Não somente o modelo para um estudo histórico-geográfico era reafirmado, com os elementos de corografia, o aspecto descritivo e pragmático, mas também a presença de falas simbólicas sobre o Estado. No cruzamento entre História e Geografia, um rio, o Tietê, se tornava personagem de destaque dessa narrativa.

1.3. Uma tentativa de geografia geral?

O começo deste capítulo tem grande foco no IHGSP e caminhamos para a análise da escrita de uma geografia atrelada à reformulação da história de São Paulo, além da metáfora do mosaico. Parece assim conveniente continuarmos a discussão indo da parte para o todo. Se no IHGSP eram claras as possibilidades de se escrever uma geografia local, quais eram as possibilidades de se escrever uma geografia geral? E houve alguma tentativa nesse sentido? Saímos um pouco do IHGSP e seguimos um de seus sócios até o IHGB. Alberto Rangel[75] publicou *Aspectos Geraes do Brasil*[76] que chama a atenção pelo seu nome, mas também por propor uma organização e uma divisão para o Brasil. Havia ali uma tentativa de definir as partes, mas sem desconsiderar o todo. Abrindo o texto com o *tremedal do Norte*, o "lodaçal", o foco se voltava para o rio Amazonas, "a mais abundante das bacias fluviais do mundo" e um dos "poucos espetáculos" ainda restante no mundo que revivia a "formação diluvial da terra". A "formação diluvial" era um termo utilizado por Louis Agassiz[77], teórico do racismo científico e citado por Rangel para afirmar do início de uma "era fecunda das investigações do cientificismo" no Brasil[78]. O canal que dividia o bloco sul-americano havia fechado nas "bocas", formando uma enorme

[75] Alberto do Rego Rangel (Recife, PE, 1871 - Nova Friburgo, RJ, 1945) foi um engenheiro, escritor e jornalista. Foi sócio do IHGSP e IHGB, além de ter atuado como cônsul na Europa. Dentre suas obras se destacam *Inferno Verde*, contando sua experiência como funcionário do governo do estado do Amazonas e que foi prefaciado por seu amigo Euclides da Cunha, e *D. Pedro I e a Marquesa de Santos.*

[76] RANGEL, Alberto. Aspectos geraes do Brasil. *RIHGB,* Rio de Janeiro, t. 76-1, 1913.

[77] Jean Louis Rodolphe Agassiz (Môtier, Suíça, 1807 — Cambridge, Inglaterra, 1873) foi um zoólogo e geólogo suíço.

[78] Este conceito indicava a interpretação da geologia através do episódio do dilúvio no livro do Génesis da Bíblia.

bolsa da qual o líquido escapava pela extremidade leste criando as formas de relevo ali presentes. O sistema amazônico sendo um tecido de rios e afluentes, tal rede impediu a região de se tornar um “deserto”. A “mata grossa” contribuía para a “umidade reinante” que oferecia a seus habitantes “resistências múltiplas de vida e diátese inevitáveis de morte”. A floresta não era toda benigna e aproveitável investindo contra os seus habitantes com doenças[79].

Tais afirmações apontavam para as teorias deterministas, descrevendo as dificuldades que o meio impunha à população, com a mata, a chuva e as doenças. Se o rio impediu que a floresta se tornasse um deserto, este espaço tinha problemas que dificultavam seu progresso. Mesmo não se tornando um deserto poderíamos pensar na relação dessa palavra com o termo *sertão* que Rangel utiliza na sequência do texto. Este “outro geográfico”, o sertão, surge como oposto ao litoral, povoado, e é associado ao vazio, ao deserto, ao espaço do bárbaro em oposição a outro espaço civilizado[80]. A presença do conceito se faz presente em diferentes sócios do IHGSP, como na obra de Afonso de Freitas que analisamos anteriormente.

No texto de Rangel havia uma preocupação econômica e com o povoamento da região. Vilas e povoados eram transitórios e associados a períodos prósperos de certas culturas, como a borracha, e por isso a administração central havia se concentrado em cidades como Belém e Manaus. Mas o que explicava as limitações ao povoamento? Rangel apesar de indicar a concordância com as teorias deterministas, por outro lado considera a dimensão social. O clima não era suficiente para entender as flutuações em seu povoamento, além de que, os “recursos da profilaxia” e da indústria tinham colocado tudo isso em plano secundário. O clima com sua “descarga ardente” podia facultar a imigração para a região, mas ele não era responsável pelos mandos e desmandos da política local. Ainda, as indústrias que florescem em uma “economia destrutiva” têm sua vitalidade ameaçada, um “fato geográfico”, a “lei do esgotamento e da morte” de povos mal civilizados[81]. Apesar

[79] RANGEL, 1913, op. cit., p. 455-457.

[80] Cf. AMADO, Janaína. Região, Sertão, Nação. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 15, 1995; NAXARA, Márcia. Desiertos de civilización: significando el Brasil (historia y literatura). In. *Fragmentos da identidade do Brasil: espaços, escritas, paisagens.* São Paulo: Intermeios; Brasília: Capes, CNPq; Curitiba: Fundação Araucária; Campinas: UNICAMP-PPGH, 2018.

[81] Rangel faz referência a Jean Brunhes e Friedrich Ratzel. Jean Brunhes (Toulouse, França, 1869 - Boulogne-Billancourt, França, 1930) foi um geógrafo francês. Discípulo de Vidal de La Blache, foi importante nome no processo de disciplinarização da geografia na França. Sua principal obra é *Geografia humana.*

disso, “a população, habituada às coações sociais e climáticas em que nasceram, disseminou-se no vale amazônico por todos os cantos”, ponderando que “a terra em si é nada, sem o concurso do animal que a habita”[82]. A afirmação apontava sua apropriação da antropogeografia de Ratzel, que o próprio Rangel expunha no texto. No entanto, havia a mistura com as teorias deterministas e essa narrativa social.

O cenário de luta entre o homem e o meio podia ser vislumbrado também na divisão *Sector de nordeste*[83]. Definido como um triângulo que limitava os “fenômenos perturbadores e dolorosos da seca”, Rangel pontua a “física incidental” de suas serras. Se estivessem em outra posição, o aspecto “fisiográfico”, climático, agrológico e social do espaço seriam diferentes. As “barreiras geográficas” retinham as precipitações no litoral, causando no interior a seca que afetava tudo e todos naquele espaço. Sua hidrografia era “desenhada às pressas pelo inverno” e as plantas se adaptavam à escassez de água. Novamente, adentrando no aspecto social, a população não escapava da crítica, e Rangel expunha sua contribuição para a seca por conta do desmatamento: “A árvore é condensadora e chamariz de umidade, [...]. Destruí-la é concorrer para a temível adustez do solo, [...]”. O problema da seca não era somente um fato meteorológico, mas também um fato social: “A grande missão das nacionalidades hodiernas vem a ser também opor a civilização aos males cosmológicos, o gênio humano as agressões terrestres”. A solução para Rangel era equalizar a “a crueza de desvios sociais” e educar o sertanejo[84], ou seja, civilizar. Ainda podemos pontuar se esse espaço tinha uma definição a partir de seus aspectos físicos, Rangel indicava uma formação histórica específica:

> Ao longo da moldura, em cotovelo, do rio Real ao Gupuri, se insere o teatro do drama histórico e guerreiro da resistência e dominação de Portugueses, Franceses, Holandeses e Potiguares e a do tremendo esforço das adaptações seculares do homem mestiço do Brasil central[85].

---

[82] RANGEL, 1913, op. cit., p. 461-466 e p.468-469.
[83] Escrevendo no começo da década de 1910, era interessante Rangel apresentar uma divisão Nordeste. Apesar de não utilizar a palavra região, *esta* região emergiu como construção narrativa a partir deste período. Cf. ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz. *A Invenção do Nordeste e outras artes.* São Paulo: Cortez, 2009.
[84] RANGEL, 1913, op. cit., p. 476-481.
[85] RANGEL, 1913, op. cit., p. 469.

Além da adaptação frente às particularidades do meio, o mestiço do Brasil central resistiu à dominação dos invasores e defendeu o território. Nesse cenário, haveria a formação de um tipo étnico, os “mamelucos do Norte”, caracterizados pela vivacidade, força de vontade e hospitalidade.

Rangel finalmente chegava àquele espaço que concentrava a “civilização efetiva”, o povoamento mais denso do Brasil. A *Cordilheira Marinha* contava com as condições ideais para a imigração, a exploração mineral e agrícola, e por isso era um dos “países da humanidade”[86]. O termo tende a ser uma referência a Jean Brunhes, citado anteriormente por Rangel. Brunhes ao falar sobre as unidades climáticas do mundo, aponta que os locais com clima ameno eram países populosos com uma civilização vigorosa, sendo, por causa dessas características, “home lands of humanity”, a “pátria [ou países] da humanidade”. O caminho tomado por Rangel indicava ir daqueles espaços em que o autor considerava menos civilizados para os mais civilizados, do Sertão para o Litoral.

Do outro lado da Serra do Mar, a formação de “correntes” que avançaram território adentro fez surgir a “epopeia bandeirante”. Ao fim do século XVII, a geografia política do Brasil se deslocou do Norte para o Sul, por motivos de defesa, coincidindo com disputas na região do rio da Prata ou pela intenção de expansão para o Oeste. O que modificou a “face” do Brasil. Com o desenvolvimento da agricultura e da pecuária, a Cordilheira reforçava sua posição de “aspiradora e vazadora” de riqueza, centralizando tanto a economia nacional quanto o conjunto da orografia brasileira[87]. Rangel ainda se voltava para discutir a imigração. Apesar de este elemento contribuir para o desenvolvimento da nação, Rangel afirma que era preciso manter a guarda no “interior das fronteiras” a fim de não cometer um “atentado geográfico” que era perder o “patrimônio das raças” pela “fusão acentuada” que poderia liquidar a soberania brasileira. A miscigenação exacerbada era um problema grave, pois atentava contra a coesão e subsistência nacional: “A

[86] Rui Ribeiro de Campos ao analisar a bibliografia que coloca estes dois geógrafos em campos opostos ainda afirma que a própria concepção geográfica de Ratzel serviu para o estabelecimento da concepção geografia de La Blache. Cf. BRUNHES, Jean. *Human Geography*. Chicago: Rand, McNally & Co., c. 1920. p. 246. Disponível em: <https://archive.org/details/in.ernet.dli.2015.260590/page/n259>. Acesso em: 17 mai. 2019; CAMPOS, Rui Ribeiro. Visão de Vidal de La Blache a respeito de Friedrich Ratzel. *Soc. & Nat.*, Uberlândia, v.26, n.3, dez. 2014.

[87] RANGEL, 1913, op. cit., p. 494.

raça é uma expressão da pátria, e esta é antes de tudo expressão geográfica"[88]. Para assegurar a nação era necessária prudência, mas também um feixe de prevenções:

> A vida das nacionalidades garante-se na livre função e intangibilidade de nódulos geográficos melindrosos. Toda pátria digna e prudente, [...], é um círculo de armas, tendo por centro suscetível feixe de prevenções potenciais... Se as melhores assim se dispõem, urge não esquecer o exemplo[89].

Frente à "ideia de luta nas fronteiras" e o "medo da absorção interna" pelo elemento estrangeiro não se podia esquecer a "independência intangível" e a unidade "física do território". Assim, uma "geografia pátria" emergia. As características físicas do território e a sua unidade eram centrais para definir a nação. E considerando que estabeleciam relações entre o meio e o homem, a população será igualmente importante para essa definição. Se Rangel anteriormente citava Ratzel, essas afirmações também traçavam proximidade com as concepções de Estado e território. Ratzel entendia que a questão nacional estava vinculada à unidade territorial e aos interesses relacionados à formação e consolidação do Estado, como a delimitação das fronteiras e a defesa do território, aspectos que influenciaram a própria definição de sua antropogeografia. Podemos também considerar a análise de Yves Lacoste, que expõe como a Geografia, principalmente no século XIX, foi utilizada como saber estratégico para fins políticos e militares, exercendo o poder no espaço e auxiliando na organização do território e para controle de sua população[90]. Ainda, Renato Peixoto ao analisar a cartografia produzida no Brasil do Período Colonial até o século XIX, também indica que nessa produção houve a definição de uma narrativa territorial caracterizada pela defesa da

[88] RANGEL, 1913, op. cit., p. 498.
[89] Ibid., p. 499.
[90] Cf. CAMPOS, op. cit., 2014; CARVALHO, Marcos de. Ratzel: releituras contemporâneas. Uma reabilitação? *Revista Bibliográfica de Geografia y Ciencias Sociales*, Barcelona, n.25, abr. 1997; LACOSTE, Yves. *A geografia. Isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra.* Campinas: Papirus, 1997; SANTIAGO, João Phelipe. A valorização estratégica do território na acepção ratzeliana. *Anais do I Congresso Brasileiro de Geografia Política, Geopolítica e Gestão do Território. Rio de Janeiro*. Porto Alegre: Editora Letra1; Rio de Janeiro: REBRAGEO, 2014.

unidade e extensão do território, narrativa esta que estava atrelada à construção do estado e da nação brasileira[91].

A “geografia pátria” era o foco de *As terras centrais*. Após o “amadurecimento” de quatro séculos, em que foram reunidos os conhecimentos essenciais da geografia nacional, Rangel aponta que o “destino” da nação indicava a necessidade de construir uma nova capital no Interior, no centro do Brasil. Mas onde seriam essas terras centrais? Os geógrafos ainda não haviam medido tudo, os geólogos não haviam explorado as formações geológicas das “terras desertas”. Convocava-se o geógrafo, mas ainda havia limitações técnicas, sendo necessário atacar as “incógnitas da geografia de nossa casa”, indicando uma sensação de incompletude. Rangel era enfático na necessidade de interiorização da capital: “Internemo-nos! É uma fórmula de patriotismo, um objeto e razão de progresso”. Se as bandeiras desvendaram esse território central, as gerações seguintes deveriam se dedicar à constituição geográfica do país. Explorar, modificar, aproveitar o espaço, para salvar o Brasil e sua grandeza, sua extensão e sua unidade. Portanto, era necessário compreender o valor desse espólio histórico e geográfico e superar as disputas locais que emergiam na República. Se apenas foram tateados os principais acidentes geográficos, era necessário ampliar tal conhecimento para utilizá-los no futuro para o desenvolvimento da nação[92].

1.4. Fonte em disputa?

Apesar dos autores até aqui analisados não discutirem em detalhes os mapas, o conhecimento e a representação do espaço eram vislumbrados em seus trabalhos – e os mapas estavam presentes como forma de dar materialidade e visualidade ao espaço. Tal fonte teria importância para o projeto histórico-geográfico do IHGSP? Próximo ao quarto centenário do Descobrimento do Brasil, Orville Derby[93] publicou *Os mappas mais antigos do Brasil*[94]. Apesar de Derby não fazer

[91] PEIXOTO, Renato Amado. *A Máscara da Medusa: a construção do espaço nacional brasileiro através das corografias e da cartografia no século XIX.* 2005. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Programa de Pós-Graduação em História Social, Rio de Janeiro.

[92] RANGEL, 1913, op. cit. 503; 514.

[93] Orville Adelbert Derby (Kellogsville, EUA, 1851 - Rio de Janeiro, 1915) foi um geólogo estadunidense. Participou da Comissão Geológica do Império chefiada por Charles Hartt, seu

referência à data, nas revistas dos anos de 1900-1901 e de 1902, ainda assim foram publicados trabalhos voltados para o período do Descobrimento, indicando uma preocupação com o acontecimento. Ao analisarmos outras publicações, era visível uma preocupação com as comemorações, o que pode ser explicado como uma forma de reviver e a reavivar esses momentos e seu aspecto simbólico[95]. O trabalho de Derby em específico empreendia a análise dos primeiros mapas que representaram partes do território brasileiro indicando quatro mapas que escaparam da "ação destruidora do tempo": o mapa de Juan de La Cosa, de 1500; o mapa de Cantino, de 1502; e os mapas números II e III publicados no Atlas de Kunstmann, de 1859. Frisa-se que, com exceção do mapa de Juan de La Cosa, nenhum mapa organizado pelos descobridores fora preservado.

Derby indica que os mapas desse período, de modo geral, eram compilações, ampliações ou simplificações das versões "originais". No entanto, os quatro mapas eram tão próximos dos protótipos originais que, mesmo sendo cópias, poderiam ser tomados como autênticos e havia a "forte probabilidade" de suas informações terem sido adquiridas por pessoas que fizeram parte das expedições de descoberta[96]. Havia, em Derby, o esforço de destacar o caráter autêntico e a coetaneidade entre o momento da produção dos mapas e as expedições para assim começar a análise.

Começando pelas características gerais dos mapas, Derby aponta que a partir disso era possível discernir dois tipos ou escolas diferentes. Enquanto no mapa de La Cosa e Kunstmann II a "parte americana" é desenhada com traços largos, tendo pouca preocupação com pequenos detalhes artísticos, os quais os "desenhadores de profissão" não desprezariam, o mapa de Cantino e no mapa Kunstmann III, por outro lado, apresentava esses detalhes artísticos. Essas diferenças eram explicadas pelas circunstâncias de sua produção. Enquanto o mapa de La Cosa foi produzido por um cosmógrafo e navegador em um curto intervalo entre duas viagens, o mapa de Cantino fora produzido ao longo de dez meses. Derby afirma assim que os mapas de La Cosa e Kunstmann II poderiam ser descrito como tendo sido produzidos por um "cosmógrafo militante", ou atuante, enquanto o mapa Cantino e Kunstmann III foram produzidos por um "cosmógrafo sedentário".

---

professor. Participou da fundação e dirigiu a Comissão Geográfica e Geológica de São Paulo, fez parte do Serviço Geológico e Mineralógico do Brasil e foi membro do IHGSP e do IHGB.

[94] DERBY, Orville. Os mappas mais antigos do Brasil. *RIHGSP,* São Paulo, v. 7, 1902.

[95] Cf. SILVA, 2002, op. cit.

[96] DERBY, 1902, op. cit., p. 227-228.

Derby fazia, em linhas gerais, uma separação entre amadores e profissionais. Acrescentando que a pouca preocupação com detalhes artísticos nos mapas de La Cosa e Kunstmann II só era válida para a parte americana dos mapas, e isto podia indicar que este trecho foi encaixado em um mapa esboçado por um profissional, se reforçava uma imagem de que, por mais que os navegadores tivessem a experiência direta com o espaço, o profissional sedentário tinha as melhores condições de produzir a representação daquele espaço[97].

Ao analisar as nomenclaturas nos mapas de Cantino, Kunstmann II e La Cosa, as semelhanças nos nomes se explicavam, para Derby, pois tais mapas haviam se baseado em uma só viagem de exploração. Se havia semelhanças nos mapas de Cantino, Kunstmann II e La Cosa, por terem surgido de uma só viagem, as diferenças entre eles se davam pela presença de três indivíduos distintos produzindo três descrições e representações distintas[98]. O que embasava essa hipótese? A produção do mapa de Cantino fornecia uma resposta “plausível”. Solicitado pelo Duque de Ferrara, que solicitou a seu embaixador em Lisboa, Alberto Cantino, a produção de um mapa contendo as descobertas portuguesas e espanholas, contratando para isso um cartógrafo residente em Lisboa. Pelas informações contidas no mapa e pela data em que ele foi terminado, novembro de 1502, o autor tinha as informações das seguintes expedições: a expedição de Gaspar de Corte Real, em 1500; do explorador desconhecido, possivelmente João Caboto, pela costa dos EUA, em 1498; a de Cristovão Colombo, ou outros navegantes, pelas Antilhas; a de Ojeda, ou outro navegante espanhol, na costa das Pérolas; a de Pinzon ou de Lepe, na costa Nordeste do Brasil, em 1500; a expedição portuguesa na costa Sul do Brasil, em 1501. De todas essas viagens, as únicas de caráter “oficial” com informações acessíveis em Lisboa eram as da expedição de Corte Real, em 1500, e a da costa Sul do Brasil, em 1501. Como então o cartógrafo teria acesso às informações das expedições espanholas? Derby presume que era comum questionar marinheiros sobre onde tinham navegado, e, caso tivessem visitado locais não representados em mapas obtinha-se um esboço a partir dos seus relatos:

[97] DERBY, 1902, op. cit., p. 229.
[98] Ibid., p. 229 e p. 231.

> Assim, nos tempos atuais, um viajante no sertão do Brasil, correndo os ranchos dos tropeiros, obtém elementos para representar muito regularmente as regiões por eles percorridas, sendo neste caso a sua fonte de informações não um mapa protótipo, mas simples notícias verbais, às vezes desenhos na areia, que ele próprio figura graficamente no mapa. [...]
>
> Um simples marinheiro analfabeto, mas inteligente e bom observador, podia lhe ter servido de informante, do mesmo modo porque o geógrafo, no sertão hoje, obtém em regra gerais melhores elementos para seus mapas de tropeiros ignorantes do que das pessoas letradas da localidade[99].

A importância do olhar era um aspecto recorrente e que atravessava o texto. O testemunho visual podia ser entendido como uma intervenção do narrador para provar algo, pois tornava possível a autopsia, o que se via dava credibilidade ao que era escrito[100]. Nesse caso, o que era visto servia para criar uma representação do espaço, uma narrativa espacial. Em outro momento do texto, Derby afirma que a proximidade do desenho da costa no mapa de Kunstmann II com o traçado real indicava que o desenhista conhecia o terreno de vista. No mapa de Cantino, a pobreza de detalhes indicava que seu autor fora guiado pela fantasia e por informações imprecisas[101]. Derby ainda asseverava que essa estratégia estando, presumivelmente, presente na produção desses mapas do século XVI poderia ser replicada para o presente em que escrevia na produção de mapas do sertão – a partir do conhecimento visual dos tropeiros. Derby continuava a mostrar preocupação sobre as condições de produção e reprodução dos mapas, aspectos que não se distanciavam da busca em definir a autenticidade dos documentos e assim garantir sua veracidade.

Derby afirmava que esse trabalho buscava “verificar até que ponto estes mapas podem, por evidência interna, elucidar a história do descobrimento do Brasil”. Derby se aproximava de um método delineado por Capistrano de Abreu, no qual se valorizava o documento e a crítica documental, a “evidência interna”. Dentro desse método, o testemunho visual também tinha importância. Buscando determinar qual fora a primeira expedição que havia alcançado a costa brasileira na era dos descobrimentos, Capistrano de Abreu analisou os relatos dessas expedições a fim

---

[99] DERBY, 1902, op. cit., p. 233.
[100] HARTOG, François. *O espelho de Herodóto:* ensaio sobre a representação do outro. Belo Horizonte: Editora UFGM, 1999. p. 273-278.
[101] DERBY, 1902, op. cit., p. 240.

de confirmar suas informações e determinar sua veracidade. Seu procedimento comparava relatos contemporâneos e valorizava aqueles que contavam com o testemunho visual. O “eu vi” como marca de credibilidade. Derby, por fim, afirma que o mapa Kunstmann II era, indubitavelmente, o melhor e mais completo, mas também o mais exagerado nos detalhes topográficos, o que também poderia demonstrar maior “preocupação geográfica”[102], indicando uma noção de geografia mais próxima à dimensão física do terreno.

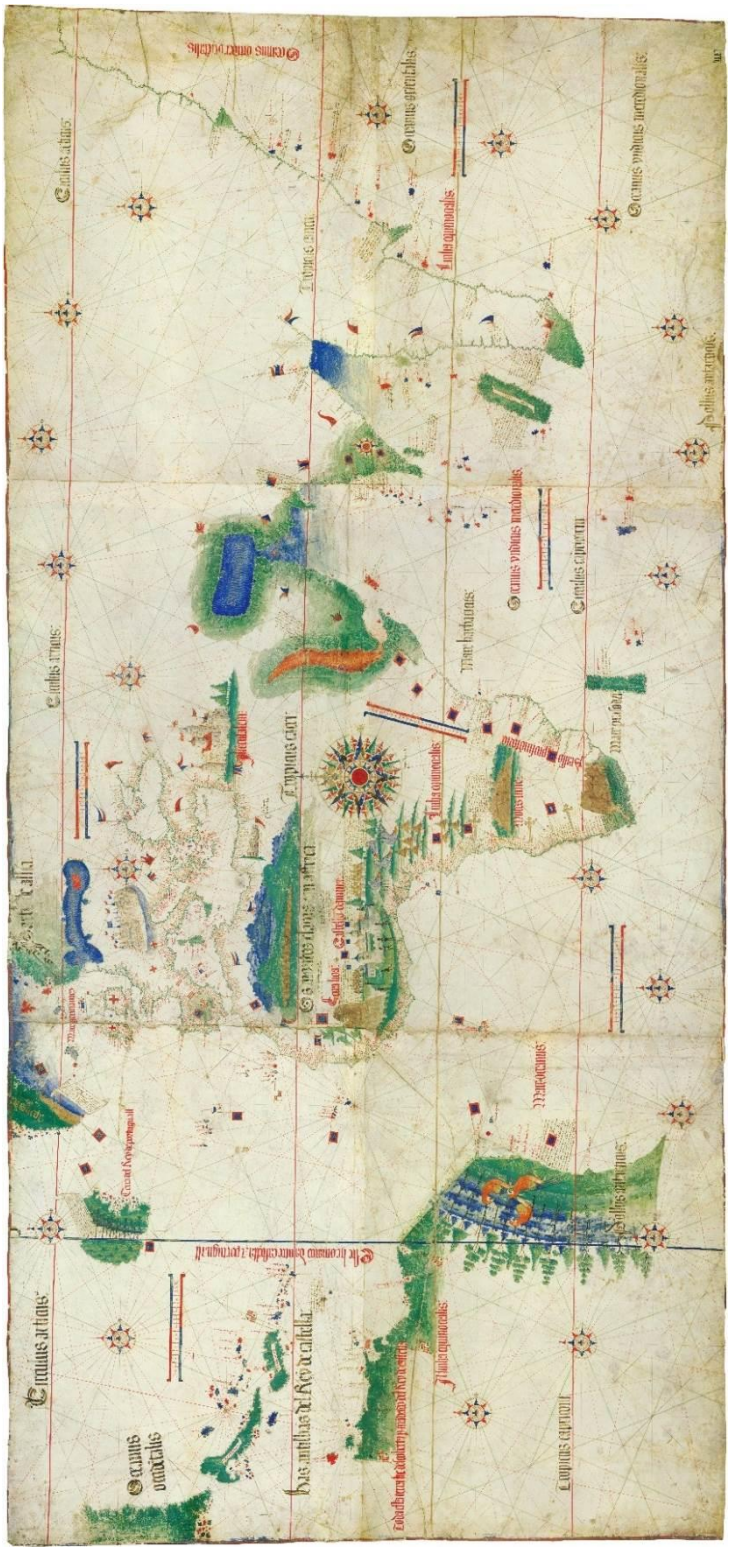
Figura 1 – Mapa de Juan de La Cosa

No centro do mapa está o continente africano, e na parte inferior as terras recém-descobertas na América. Com a mesma disposição das massas continentais no mapa de Cantino.

[102] DERBY, 1902, op. cit., p. 237.

Fonte: Museo Galileo[103]

Figura 2 – Mapa de Cantino



[103] Disponível em: <https://mostre.museogalileo.it/waldseemuller/iwal.php?c[]=38821>. Acesso em: 14 jun. 2019.

Fonte: Mapas Históricos[104]

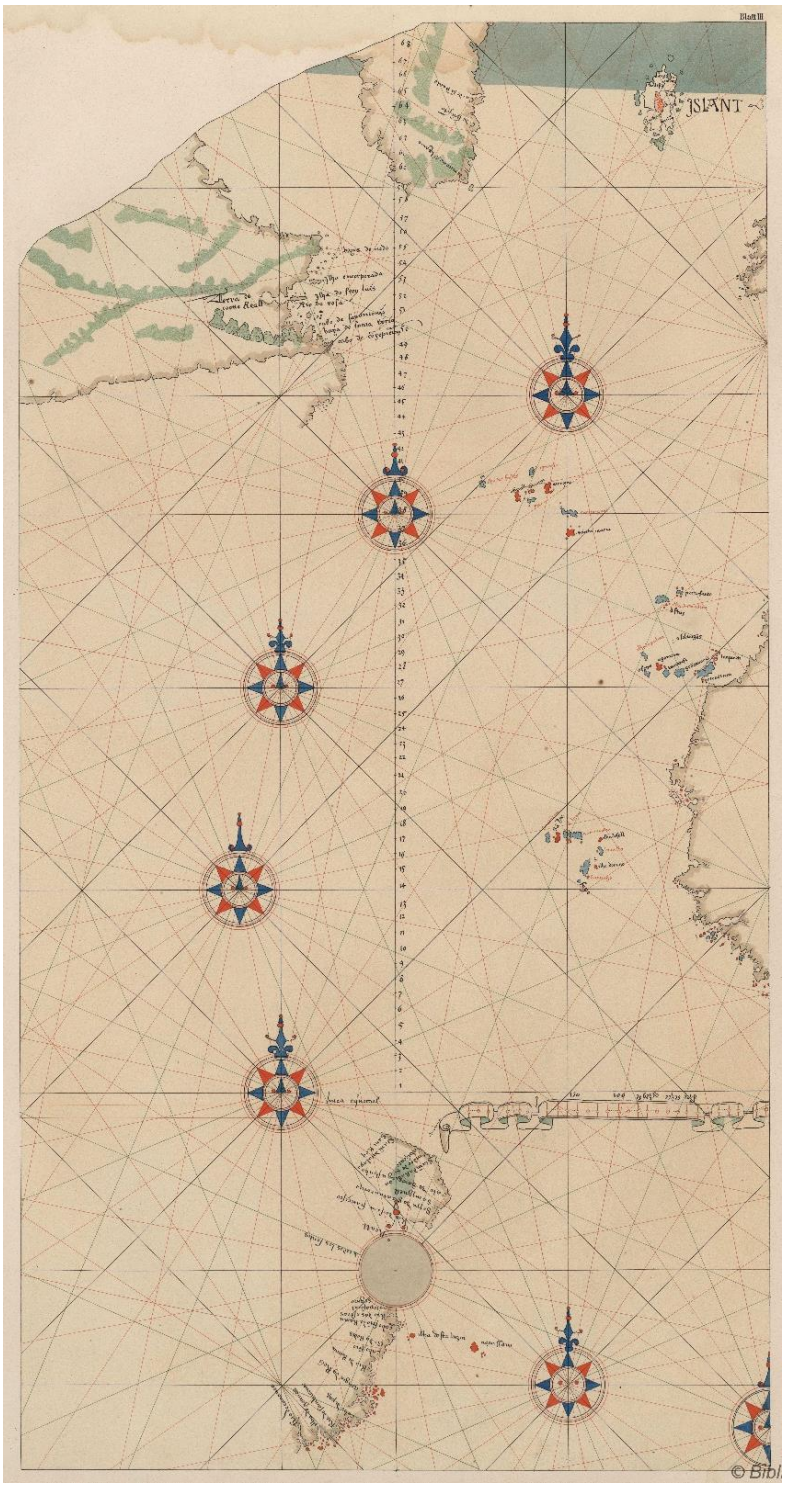
Figura 3 – Mapa II do Atlas de Kunstmann

Comparado com os outros mapas, a orientação deste está “invertida” com o Sul no topo.

Fonte: Die Entdeckung Amerikas[105]

[104] Disponível em: <http://www.mapas-historicos.com/imagens/download/planisferio-hd.jpg>. Acesso em: 14 jun. 2019.

Figura 4 – Mapa III do Atlas de Kunstmann



Fonte: Die Entdeckung Amerikas[106]

[105] Kunstmann, Friedrich. Die Entdeckung Amerikas. Munique: A. Asher & Co, 1859. Disponível em: <http://bdh.bne.es/bnesearch/detalle/bdh0000000806>. Acesso em: 19 dez. 2019.
[106] Kunstmann, Friedrich. Die Entdeckung Amerikas. Munique: A. Asher & Co, 1859. Disponível em: <http://bdh.bne.es/bnesearch/detalle/bdh0000000806>. Acesso em: 19 dez. 2019.

Uma última questão acerca do trabalho de Derby. Dando grande importância às nomenclaturas dos locais e buscando identificá-los em seu tempo, Derby indicava outra concepção acerca dos mapas: “Estando conservada a maior parte destes nomes e sendo *pouco provável que estes tenham mudado de posição*, podemos tentar a identificação, [...] dos que têm desaparecidos dos mapas modernos”[107]. Derby ao comparar a nomenclatura entre os mapas julgava que locais como os cabos de São Roque e de Santo Agostinho, o rio São Francisco e a Baía de Todos-os-Santos, dificilmente teriam mudado de posição. Dessa forma, para identificar outros locais cuja localização havia sido perdida era necessário confirmar a correspondência desses “pontos bem fixados” nos mapas “modernos”, e, a partir disso, comparar as datas e distâncias presentes nos relatos para estabelecer a posição das demais localidades. Criando essa equivalência entre os mapas antigos e modernos, Derby parece concordar com a precisão daquelas representações, parecendo desconsiderar as diferentes técnicas e de interesses que poderiam estar presentes nas produções. E, assim sendo, confere-se ao espaço e à sua representação uma característica imóvel e imutável. O que explicaria essa abordagem?

Matthew Edney ao questionar as preconcepções que se estabeleceram dentro de um “ideal de cartografia” na produção de mapas no século XIX e XX coloca como a “materialidade”. Os mapas ao mesmo tempo em que são imagens, também são objetos, podendo ser caracterizados como estáveis, fixos, imutáveis, ou ainda, “móveis imutáveis”[108]. Ao naturalizar essa materialidade, a fixidez poderia ser tomada como ponto de partida para a análise. Além disso, o “preconceito” da materialidade em relação aos mapas também sustenta a acepção de que eram objetos produzidos em pontos fixos do tempo, criando uma barreira entre aquele que produz o mapa e quem lê o mapa. A análise de Derby criando uma ligação entre os séculos XVI e XIX tomava esse espaço como imóvel, um *vir a ser* de um estado e uma nação que não existiam quando aqueles mapas foram produzidos. Outra preconcepção, apontada por Edney, indica uma segunda justificativa para a

[107] DERBY, 1902, op. cit., p. 243. Grifo nosso.

[108] Edney faz uso do termo de Bruno Latour que designa objetos científicos que funcionam como veículos de produção e reprodução do pensamento dominante vigente. Cf. LATOUR, Bruno. *Science in Action. How to Follow Scientists and Engineers through Society.* Cambridge, EUA: Harvard University Press, 1988.

abordagem de Derby reforçando a importância do olhar. O ideal da "observação" definia que mapas e mapeamento resultavam, essencialmente, de observação e medições. Assim, todo progresso nas técnicas e no conhecimento seria a partir de pesquisas, explorações, formando um "arquivo espacial". Isso tinha grande proximidade com a afirmação de que tais navegadores contribuíam para o conhecimento e representação do espaço por terem estado ali, por terem visto com seus olhos[109].

Na *RIHGSP* havia outros exemplos de trabalhos problematizando os mapas e o mesmo período que Derby investigou. Em *Estudos Cartográficos*[110], João Coelho Gomes Ribeiro[111] buscou determinar a primazia do uso do nome Brasil na toponímia do começo do século XVI. A preocupação inicial era com a posição do "rio do Brasil", assinalado em grande parte dos mapas do século XVI próximo a Porto Seguro, "na própria zona do descobrimento, [...]". Ribeiro constatava com espanto que o rio nunca tenha sido identificado após esse período mesmo estando próximo de um importante local para a história da nação[112]. Lamentava-se o fato de que nenhum historiador ou geógrafo, nacional ou estrangeiro, havia identificado rio de "tamanho interesse histórico" tendo em vista que era o único a trazer o nome de "nossa pátria", antecedendo à própria denominação desta[113]. Ribeiro cita nomes como Manuel Aires de Casal, Pero de Magalhães Gândavo[114], Rocha Pita[115], Capistrano de Abreu, Francisco Adolfo de Varnhagen[116] e Johann Eduard Wappäus[117], como alguns

[109] Edney expõe que, para superar esses ideais, era preciso questionar as condições de produção, assim como a recepção e o uso dos mapas, vislumbrando as relações culturais e o circuito de usos e trocas presente nestas etapas. Também há em seu livro uma crítica aos estudos recentes de cartografia que, apesar de questionar estas condições de produção e uso dos mapas, reiteraram este ideal e estas preconcepções. Outro estudo que acompanha essa linha é o trabalho de Rob Kitchin e Martin Dodge que traz uma visada sobre a bibliografia recente que buscou empreender essa visão crítica sobre os mapas, propondo um novo caminho para os estudos em Cartografia. EDNEY, Matthew H. *Cartography: the ideal and its history.* Chicago; Londres: The University of Chicago Press, 2019. p. 1-8, 74 et seq; KITCHIN, Rob; DODGE, Martin. Rethinking maps. *Progress in human geography*, v.31, n.3, 2007.

[110] RIBEIRO, Joao Coelho Gomes. Estudos cartographicos. *RIHGSP*, São Paulo, v. 20, 1915.

[111] João Coelho Gomes Ribeiro (1853-1931) foi um jurista brasileiro. Foi sócio do IHGB.

[112] RIBEIRO, 1915, op. cit., p. 29.

[113] Ibid., p. 30.

[114] Pêro de Magalhães Gândavo (Braga, c. 1540 - c. 1580) foi um historiador e cronista português. Sua principal produção é o livro *História da Província Santa Cruz a que vulgarmente chamamos Brasil*.

[115] Sebastião da Rocha Pita (Salvador, 1660 - 1738) foi um advogado e historiador português. Sócio do IHGB, sua principal obra é *Historia da America Portugueza.*

[116] Francisco Adolfo de Varnhagen (Iperó, SP, 1816 — Viena, Áustria, 1878) foi um historiador e diplomata brasileiro. Sócio do IHGB, sua obra principal é *Historia Geral do Brazil* que, para o autor, almejava ser a primeira história do Brasil.

desses nomes que poderiam ter realizado tal tarefa e não a fizeram. Sem separar os historiadores dos geógrafos, o apanhado de nomes de Ribeiro compreendia autores do século XVI até o século XIX. Aires de Casal com sua *Corografia Brasilica* é considerada a primeira obra de Geografia nacional. Varnhagen publica *História geral do Brazil*, em 1854, que almejava ser a "primeira história do Brasil" e, ele, o "primeiro historiador brasileiro"[118]. Capistrano de Abreu teve seu nome associado à História, mas também à Geografia e à Sociologia. Ribeiro também cita alguns trabalhos de autores que perpassavam o problema de "nomenclatura geográfica", como o de Rudolf Schuller[119].

Apesar da crítica, dois autores eram reconhecidos por Ribeiro por tentarem identificar o rio. No entanto, baseando seus trabalhos em "meras conjecturas, sem apoio racional" demonstravam a "fraqueza" de seus argumentos[120]. O primeiro deles era Candido Mendes[121], que, na introdução de *Direito Mercantil* de Visconde de Cairu, ao descrever uma expedição à costa brasileira, em 1525, afirmava que ela havia passado por Porto Seguro "onde havia o rio do Brasil, hoje Buranhém". Porém, Ribeiro afirmava que, anos mais tarde, Mendes mudou sua versão sobre a localidade do rio: "a incerteza da afirmação e, o que é mais, a sua incoerência, são

---

[117] Johann Eduard Wappäus (Hamburgo, Alemanha, 1812 – Göttingen, Alemanha, 1879) foi um geógrafo alemão. Aluno de Carl Ritter, entre seus livros podemos destacar *Geografia física do Brasil* que foi traduzida por Capistrano de Abreu e conta com a revisão de seus capítulos por nomes como Barão Homem de Melo, Orville Derby, Ramiz Galvão, dentre outros.

[118] Cf. CEZAR, Temístocles. Varnhagen em movimento: breve antologia de uma existência. *Topoi*, v. 8, n. 15, jul./dez. 2007; Id. Ser historiador no século XIX. O caso Varnhagen. Belo Horizonte: Autêntica, 2018; GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. Francisco Adolfo de Varnhagen. História geral do Brasil. In: MOTA, Lourenço Dantas. *Introdução ao Brasil. Um banquete no trópico*. São Paulo: SENAC, 2001; REIS, José Carlos. Varnhagen (1853-7). O elogio da colonização portuguesa. *Vária História*, Belo Horizonte, n. 17, p. 106-131, 1997; REIS, José Carlos. As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000; WEHLING, Arno. *Estado, História, Memória: Varnhagen e a construção da identidade nacional.* Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

[119] O trabalho citado de Ruldof Schuller, *O mappa portuguez mais antigo do Brasil,* tinha semelhanças tanto com Ribeiro quanto Derby principalmente pela importância dos documentos. Apesar deste somente citar o "RIO D (E) BRASIL", este estudo também explorava os primeiros mapas que representaram o Brasil auxiliando na elucidação do uso primevo do nome. Schuller ao longo de sua estada no Brasil trabalhou no museu paranaense Emilio Goeldi e buscou levantar documentação sobre a região Amazônica e sobre o Pará, principalmente no Período Colonial, tendo proposto e realizado levantamento e cópia de documentos para a Biblioteca Nacional nestes mesmos recortes. Cf. SCHULLER, Rodolfo R. O mappa portuguez mais antigo do Brasil. *O Imparcial*, Rio de Janeiro, a. III, n. 512, 27 mai. 1914; INVENTÁRIO analítico do fundo Rudolf R. Schuller. *Museu Paraense Emílio Goeldi*, Belém, 1987. p. 5-9 e p. 84-86. Disponível em: <https://repositorio.museu-goeldi.br/bitstream/mgoeldi/464/1/INVENTARIO%20ANALITICO%20RUDOLF%20SCHULLER%201987.pdf>. Acesso em: 04 jan. 2020.

[120] RIBEIRO, 1915, op. cit., p. 30.

[121] Candido Mendes de Almeida (Anapurus, MA, 1818 - Rio de Janeiro, RJ, 1881) foi um jurista e político brasileiro. Na sua produção podemos destacar *Direito Mercantil Brasileiro*, edição anotada do livro do político brasileiro Visconde de Cairu. Durante grande parte da sua vida atuou como deputado e senador no Império brasileiro.

flagrantes”[122]. O outro autor era Orville Derby com o trabalho discutido anteriormente. Ao analisar o mapa de Kunstmann II, em que associou o Rio Brasil a qualquer um dos rios pequenos da região como o rio Peruíbe ou o Caravelas. Ribeiro com isso afirma que “o sábio mestre não tem opinião formada sobre a identidade do rio” se abstendo de afirmações positivas[123].

Para Ribeiro, a melhor forma de resolver tal questão era aceitar a hipótese de que a abundância de paus-brasil nessa região é que gerou a denominação. A afirmação seria confirmada pela existência de uma feitoria para o tráfico da madeira em Porto Seguro, no início do século XVI. A grande quantidade de tal árvore deixou seu marco no “espírito dos indígenas” levando a “dar-lhe [o local] uma denominação de igual significado”, pois estes estavam “sempre atentos aos fatos e objetos mais impressionantes, ao dar qualquer denominação a localidades ou acidentes geográficos, como rios, lagos, montanhas”. A partir dessas hipóteses sobre a forma como os indígenas nomeavam as localidades, pela observação e utilizando características que se destacavam, Ribeiro identificava o rio Ibipitanga como uma modificação de Ibirapitanga, palavra tupi para pau-brasil, como o rio Brasil que batizou a futura nação[124].

Na segunda parte do texto, Ribeiro foca nos usos do nome Brasil nos mapas do século XVI, aproximando-se ainda mais do trabalho de Orville Derby. Assim como a problemática do nome Brasil, havia a controvérsia entre historiadores e geógrafos sobre a prevalência do uso de América para designar o novo continente. Os primeiros documentos cartográficos que traziam a denominação América datam de 1515. No entanto, em 1901, foram descobertos mapas que apresentavam essa denominação no ano de 1507. Se havia a discussão sobre o nome do continente, os brasileiros ainda estavam “indiferentes ao estudo da origem histórica do nome do nosso país” e do predomínio do seu uso nos mapas do século XVI.

Se era mais simples traçar o desenvolvimento e os usos dos diferentes nomes, tais como Bracir, Vera Cruz, Terra dos Papagaios, determinar a prioridade do uso do nome Brasil em mapas deste período era mais complexa. O primeiro uso do nome Brasil em sua forma “adulterada” de “prisilia” datava de mapa de 1504. Nenhum mapa anterior ou posterior, considerando os primeiros anos do século XVI,

[122] RIBEIRO, 1915, op. cit., p. 30.
[123] Ibid., p. 31.
[124] Ibid., p. 31-32.

trazia o nome Brasil aplicado à porção de terra. No entanto, Ribeiro revelava a recente publicação do planisfério de Jerônimo Marini, de 1512, que trazia o nome "Brazil" como designação de parte do continente. Pela data de sua publicação, o documento poderia deter o "direito de prioridade gráfica" da utilização do nome, e somente por isso representava um "sucesso histórico-geográfico". No entanto, havia o problema sobre a autenticidade do mapa, exatamente pelo uso precoce e a falta de referências ao autor do mapa. Frente às tais questões, Ribeiro argumentava que formas do nome Brasil já eram empregadas na década de 1510 e, que se mapas de La Cosa e Cantino permaneceram desconhecidos por longo tempo, Marini podia ser outro cartógrafo desconhecido ou um simples copista: "A fraude, aliás, seria inverossímil e impossível mesmo de praticar-se, dada a publicidade do leilão [onde se adquiriu o mapa], sua larga propaganda ou reclame em um centro culto como Roma". Desta forma, afastando a possibilidade da fraude e do falso, o mapa de Marini chegava a substituir a carta de Pero Vaz de Caminha como "certidão de batismo" do Brasil[125].

Examinando recorte temporal e fontes semelhantes, Ribeiro se aproximava em vários momentos de Derby e alguns enunciados eram até mesmo repetidos, como a importância do testemunho visual e a imutabilidade do espaço e dos mapas. Esse território é visto também, na narrativa de Ribeiro e de Derby, como um vazio que deveria ser preenchido e imaginado pela nação que virá a ser. Antes mesmo de a nação ser inventada, seu território já estava delimitado. Tais narrativas ou práticas discursivas imaginavam e delimitavam o espaço, definindo o campo de ação de saberes e poderes[126]. Ao elencar o nome daqueles autores que podiam ter explorado o problema, Ribeiro apontava para uma tradição de autores que, escrevendo sobre História e/ou Geografia, tinham a preocupação com o espaço em suas obras. O que nos leva a afirmar que Ribeiro também entendia que na produção do conhecimento sobre o território nacional tais saberes estavam próximos, imbricados.

Por fim, voltamos a Derby. Se no estudo analisado anteriormente havia uma discussão próxima dos aspectos simbólicos, ele voltava ao problema dos mapas em

[125] RIBEIRO, 1915, op. cit., p. 35-39.

[126] Durval Muniz Albuquerque Jr. ao estudar a invenção do Nordeste, a construção discursiva da região, afirma que as práticas discursivas é que definem os limites regionais antes mesmo de existir a delimitação espacial da região. Seus limites físicos, assim, estão sujeitos às configurações que este discurso assume. Cf. ALBUQUERQUE JR., 2009, op. cit.; PEIXOTO, 2005, op. cit.

seu aspecto prático. Em *Contribuições recentes para a cartographia do Brazil*[127] Derby indicava que nas últimas décadas houvera um grande esforço de exploração do território nacional contribuindo com materiais que ampliavam o conhecimento de sua geografia. Apesar disso, pouco desses fundamentos haviam sido incorporados pela cartografia corrente nos "mapas gerais da República e dos Estados", "de modo a serem acessíveis ao público em geral", pois em sua maioria estavam arquivados em repartições públicas ou escritórios privados. Mesmo se estivessem publicados tinham pouca distribuição e eram de difícil localização[128]. O problema, então, tinha natureza técnica, social e cultural. Não se considerava somente a sua não utilização para a produção de novos mapas, mas a dificuldade de acesso pela população também era um problema. Mas por quê? Uma explicação pode estar no papel desses mapas como forma de visualização da nação. Temístocles Cezar ao estudar o papel da Geografia no IHGB, no século XIX, questiona sobre a função dos atlas. Afirmando que, não sendo apenas uma coletânea de mapas geográficos, o atlas concilia o todo e o detalhe e oferece uma "dominação simbólica do espaço", conferindo visibilidade e materialidade do espaço para os cidadãos[129].

Se Derby indica a noção do conhecimento do espaço ligado à sua exploração, essas expedições dentro de um "grande esforço" para explorar o território tinham diferentes objetivos. Assim, Derby dividia as expedições em dois grupos: um primeiro grupo realizado pelo governo com objetivo de fazer a representação completa de "frações administrativas" do território; e o segundo também realizado pelo governo, e por empresas particulares, com objetivo de fazer a representação de regiões menores a partir de demandas específicas, como questões de limites, instalação de cabos telegráficos, linhas férreas etc. O primeiro grupo buscou uma representação total de feições naturais e artificiais, resultando em mapas puramente topográficos e cujo trabalho estendia-se a longo prazo. O segundo grupo representando regiões específicas gerou mapas que eram, essencialmente, itinerários. Para "os fins da cartografia geral do país" tais diferenças eram importantes. No primeiro grupo, os mapas podiam ser manipulados a partir da necessidade do cartógrafo, podendo ser reproduzidos sem modificações essenciais em outros mapas. Por outro lado, no segundo grupo, por conta de os mapas

[127] DERBY, Orville. Contribuições recentes para a cartographia do Brazil. *RIHGB*, Rio de Janeiro, t. 72-2, 1909a.
[128] DERBY, 1909a, op. cit., p. 36-37.
[129] CEZAR, 2005, op. cit., p. 93-94

representarem regiões menores, para serem aproveitados em outros conjuntos, era necessário que o cartógrafo modificasse e ajustasse tal representação. O segundo grupo requerendo grande precisão na representação dessas pequenas áreas tinham grande valor para o cartógrafo, pois forneciam informações para formar um "esqueleto" do mapa que de outra forma teria de ser preenchido pela "fantasia": "como contribuições à cartografia, estes últimos trabalhos fazem a figura de uma ou outra pedra lavrada que o construtor de casas encaixa numa parede composta na sua quase totalidade de taipa"[130].

Esqueleto, pedra, taipa. Derby construía a ideia de uma edificação que, a partir da contribuição de produções localizadas resulta em um mapa geral da nação. Os mapas locais, pela sua precisão, eram comparados às pedras enquanto o mapa geral do Brasil estava, naquele momento, semelhante às paredes de taipa, indicando sua precariedade ou incompletude. Derby pontua que, apesar de tais elementos cartográficos estarem disponíveis, eles ainda eram dispersos e inacessíveis. Sendo difícil a tarefa de um cartógrafo reunir tal material, era, portanto, necessária a formação de um "arquivo cartográfico" para "colecionar e guardar todo cabedal cartográfico existente"[131]. Além de indicar as preconcepções cartográficas apontadas por Edney para a produção do século XIX, a imagem da casa ou edifício havia sido utilizada por Capistrano de Abreu, uma aproximação recorrente em Derby.

No *Necrológio de Francisco Adolpho de Varnhagen, Visconde de Porto-Seguro*, Abreu escreve que esperava surgir aquele que reuniria o material à disposição para elevar um edifício, uma nova história do Brasil, tendo em vista sua proposta de renovação dos procedimentos para sua produção. Em uma carta de 1920, Capistrano de Abreu também escreveu: "a História do Brasil dá a ideia de uma casa edificada na areia. É uma pessoa encostar-se numa parede, por mais reforçada que pareça, e lá vem abaixo toda a grampiola"[132]. Esse jogo de linguagem mostra a percepção da fragilidade ou impossibilidade de se produzir uma história geral do Brasil. Se Capistrano de Abreu defende que para ser possível uma história geral era necessária produzir antes monografias locais, no trabalho de Derby encontramos componentes semelhantes, no caso, a intenção de produzir um mapa geral do Brasil

[130] DERBY, 1909a, op. cit., p. 38-42.
[131] Ibid., p. 47.
[132] Cf. GONTIJO, 2013, op. cit., p. 256; PEREIRA; SANTOS, 2010, op. cit., p. 64.

a partir de mapas locais. Apesar de não detalhar a relação entre os dois campos, a Cartografia estava próxima à Geografia e ambas contribuíam para o conhecimento sobre o território nacional, dando visualidade e materialidade para aquele espaço.

1.5. Tateando limites disciplinares

Nos trabalhos analisados até aqui pudemos vislumbrar uma relação e tensão da Geografia com a História. Alguns autores indicavam as questões desse relacionamento de maneira direta, ao propor que esses estudos geográficos deveriam contemplar ao mesmo tempo História e Geografia, como o próprio parecer da Comissão de Geografia do IHGSP com o qual abrimos este capítulo. Quando analisamos os mapas não se definia sua relação com a Cartografia, se era uma disciplina, um ofício ou uma ferramenta. Tendo em vista essas relações de proximidade e afastamento, encontramos outros exemplos que contribuem para a formação de um quadro de relações entre a Geografia e outros saberes. Como esta relação é estabelecida? A Geografia é vista como uma disciplina principal ou auxiliar? Buscaremos analisar alguns trabalhos que, a nosso ver, caminharam no limiar entre saberes e poderão responder a estas questões.

Se analisamos anteriormente o trabalho de Alberto Rangel e sua proposta de divisão do Brasil, encontramos no trabalho *Zonas geograficas brasileiras*[133] de Artur Orlando[134] outra proposta de divisão. Orlando colocava essa necessidade como uma forma para melhor explicar e entender as diferentes partes que compunham o Brasil. Apesar de ser uma "unidade geográfica" constituída por um enorme espinhaço, que se estendia de Norte a Sul, e por quatro chapadões que o circundam, a unidade Brasil poderia ser dividida em várias regiões "distintas umas das outras por seus caracteres fisiógrafos"[135]. Considerando a relação homem e natureza, um duplo que define a civilização e integra o território nacional, cada país deveria ser estudado a partir de seu "clima, a sua constituição geológica, a sua estrutura orográfica e hidrográfica" e suas "peculiaridades minerais, vegetais e animais, constitutivas de

[133] ORLANDO, Artur. Zonas geográficas brasileiras. *RIHGSP,* São Paulo, v. 13, 1908.
[134] Artur Orlando da Silva (Recife, PE, 1858 - Recife, PE, 1916) foi um jurista e ensaísta brasileiro. Formado na Faculdade de Direito de Recife, compôs a chamada Escola de Recife. Foi membro da Academia Brasileira de Letras, do IHGB e do IHGSP.
[135] ORLANDO, 1908, op. cit., p. 314.

suas zonas agrícolas e industriais"[136]. Apesar de indicar a unidade do território, o melhor entendimento do todo viria por meio da divisão e estudo de suas partes. E ainda, tal estudo para Orlando parecia estar mais próximo dos aspectos físicos do que humanos, apesar de contemplar estes em seu aspecto econômico.

A fim de definir critérios para essa divisão, Orlando apresentava duas propostas de divisões anteriores à sua: a de André Rebouças[137] e de Silvio Romero[138]. A divisão de André Rebouças, utilizando aspectos do meio físico, definia dez zonas "agrícolas", divisões naturais tendo como critério os minerais e os produtos agrícolas de cada área não se confundindo com divisões administrativas, pois essas "nem sempre refletem o desenvolvimento histórico e muito menos a feição geográfica do país"[139]. A preocupação de Rebouças voltava-se para a articulação entre as regiões e a dificuldade do escoamento da produção, podendo ser ainda considerada a primeira tentativa de diferenciar as partes do país por critérios geográficos[140].

As zonas geográficas de Silvio Romero consideravam aspectos econômicos, comerciais e naturais, mas dentro dessas divisões existiam tantas outras zonas sociais, tendo em vista a natureza do trabalho de grupos que compunham a população brasileira. Havia uma preocupação de Romero em pensar e entender a população nacional e definir guias para ações políticas e sociais[141]. Orlando, talvez conversando com essa orientação de Romero, afirmava que essa divisão oferecia a "mais larga e sólida base a qualquer investigação, ensaio ou reforma de caráter agrícola ou industrial"[142][143]. A associação com as ideias de Romero era uma clara

---

[136] ORLANDO, 1908, op. cit., p. 314.

[137] André Rebouças (Cachoeira, BA, 1838 - Funchal, Portugal, 1898) foi um engenheiro e abolicionista brasileiro. Teve importante papel no movimento pela abolição da escravatura no Brasil ajudando a criar a *Sociedade Brasileira contra a Escravidão*.

[138] Sílvio Vasconcelos da Silveira Ramos Romero (Lagarto, SE, 1851 - Rio de Janeiro, 1914) foi um advogado, escritor e jornalista brasileiro. Era membro da Escola de Recife e foi sócio do IHGB. Na sua produção podemos destacar *A filosofia no Brasil* e *Ensaios de philosophia do direito.*

[139] ORLANDO, 1908, op. cit., p. 315.

[140] Cf. MACHADO, 1995, op. cit.

[141] ORLANDO, 1908, op. cit., p. 318-319.

[142] Ibid., p. 321.

[143] O delineamento de uma "geografia social" baseada na tipologia regional de Frédéric Le Play, no darwinismo social de Herbert Spencer, e na noção de milieu, meio físico, de Hippolyte Taine, definia três fatores fundamentais para a análise de Romero: raça, meio e história. A partir disso, o estudo do Brasil devia ocorrer através do estímulo da produção de monografias, identificação dos povos que participaram da formação nacional, a relação entre o meio físico e a organização social centrada na família. A partir disso, dividia-se o país em zonas sociais que deveriam ser estudadas detalhadamente, identificando todas as classes da população, indústria, educação, costumes etc. Ao fim do trabalho de Orlando, a redação da *RIHGSP* publicou uma carta do próprio Romero propondo

indicação da sua participação na denominada Escola de Recife, um grupo de letrados formados na faculdade de Direito de Recife. Esse grupo compartilhava uma concepção dos estudos jurídicos pautados no racionalismo científico, positivismo e evolucionismo darwinista. Dentre seus membros havia Tobias Barretos e Silvio Romero, seus nomes principais, assim como também Aníbal Falcão, Araripe Jr., Clóvis Beviláqua, Franklin Távora, Graça Aranha e Higino Cunha[144].

Após analisar as propostas, Orlando concluía que era necessário produzir uma "classificação natural de zonas geográficas de acordo com a ideia de *meio* e a noção de *optimum* biológico ou *maximum vegetal e animal"*[145]. Orlando tomava as plantas como determinante da condição de existência de animais e das atividades humanas. Assim, o critério inicial para a classificação eram as plantas e animais, associados ao solo, clima e outros elementos do ambiente[146]. No entanto, se primeiras classificações naturais foram pautadas pelo clima e a influência dele nas plantas e animais, somente com a introdução da noção de meio é que seria possível criar uma divisão contemplando as zonas climatéricas em harmonia com o meio físico, biológico e social[147]. Orlando se aproximava de Romero ao buscar contemplar o meio e o aspecto social. O cultivo das plantas e a domesticação de animais também impulsionava o progresso e definia "graus diversos de civilização". Como exemplo, a criação de gado fora o principal capítulo da "história da vida colonial" brasileira, pois auxiliou no povoamento dos sertões provendo alimento, vestimenta e habitação. Citando Capistrano de Abreu, "De couro era a porta das cabanas, o rude

---

uma segunda divisão baseada na planta útil predominante, seu valor comercial e social, sua utilidade. A "proposta geográfica" de Romero passava, antes de tudo, pela busca de soluções para as questões sociais e problemas práticos. Tais discussões também apontavam para as apropriações teóricas presentes na Escola do Recife. Cf. CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz. A "Geografia Social" de Sílvio Romero. *Terra Brasilis* [on-line], jul. 2000. Disponível em: <http://journals.openedition.org/terrabrasilis/301>. Acesso em: 07 jun. 2019; MACHADO, 1995, op. cit., p. 336; SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: Cientistas, instituições e questão racial no Brasil do século XIX.* São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

144 SCHWARCZ, 1993, op. cit.

145 ORLANDO, 1908, op. cit., p. 321.

146 Tal afirmação dava maior ênfase aos estudos de Wladimir Köppen, geógrafo e climatologista russo, que foi responsável pela noção de *optimum* e *maximum.* A partir do desenvolvimento da climatologia, na segunda metade do século XIX, com a formação de redes de monitoramento e de sociedades meteorológicas, Köppen desenvolveu um sistema de classificação climato-botânico que foi a primeira tentativa "séria" de uma classificação climática. Cf. MACHADO, Lia Osório. As ideias no lugar. *Terra Brasilis* [on-line], fev. 2000. Disponível em: <http://journals.openedition.org/terrabrasilis/298>. Acesso em: 06 jun. 2019; RUBEL, Franz; KOTTEK, Markus. Comments on: "The thermal zones of the Earth" by Wladimir Köppen (1884). *Meteorologische Zeitschrift,* v. 20, n. 3, jun. 2011.

147 ORLANDO, 1908, op. cit., p. 322.

leito aplicado ao chão duro e, mais tarde, a cama para os partos"[148][149]. Ao fim, Orlando afirma que no Brasil a vegetação proporciona a "feição especial" para as zonas naturais e propunha uma divisão em três zonas: florestas, campos e sertões.

O trabalho foi republicado, posteriormente, no livro *Brazil, A terra e o homem*[150], onde Orlando ampliava a discussão da relação homem e natureza definindo sua compreensão nessa discussão. Se, para muitos, a natureza era constituída por contrastes e opostos, em que a afirmação de um elemento negava o outro, dentro dessas "antíteses" estava a dicotomia indivíduo e sociedade, porém Orlando negava que fossem polos opostos, mas sim complementares. Na formação e estudo da sociedade deveria se considerar o indivíduo, mas também o meio físico. Orlando enquadrava seu estudo dentro do campo do Direito, ou ainda, da Sociologia, e definia esse campo como a compreensão das socializações de relações físicas, fisiológicas e psíquicas. Orlando afirma que os fatos jurídicos mais importantes não passavam de fenômenos puramente biológicos. Casamento, propriedade, domicílio, são socializações da natureza, tendo como base pessoas ou coisas, o tempo e o espaço[151][152]. Na junção entre ciências naturais, sociais e humanas, haveria lugar para a Geografia nesse trabalho?

Orlando continuava a se localizar dentro destes saberes. Citando o trabalho de Rudolf Von Ihering[153], ele afirmava: "A geografia é a história traçada de antemão, a história é a geografia em ação". Ihering afirma que as diferenças entre os povos eram, antes de tudo, diferenças de *habitats* e apesar de sua influência na formação da raça, a história também a moldava, tornando o que ela é. A Geografia era, então,

---

148 ORLANDO, 1908, op. cit., p. 324.

149 Capistrano de Abreu inserido em uma nova "geração historiográfica" que buscou compreender o povo, em oposição à historiografia oitocentista focada na invenção do Estado e da Nação, tornou possível acrescentar a, então história política, uma inovadora história social, uma narrativa social da história que explicava a formação da população brasileira e definia seu futuro. Cf. BARROS, José D'Assunção. Duas Fases de Capistrano de Abreu: notas em torno de uma produção historiográfica. *História, Historiadores, Historiografia*, n. 41, dez. 2010.

150 ORLANDO, Artur. *Brazil, A terra e o homem*. Recife: Empr. D'O TEMPO, 1913.

151 ORLANDO, 1913, op. cit., p. 9 et seq.

152 A recusa deste dualismo na sociedade traçava paralelo com o monismo germânico, a interpretação do darwinismo por Ernest Haeckel, a qual Orlando possivelmente havia entrado em contato através de Tobias Barreto dentro da Escola de Recife. Cf. MACHADO, 2000, op. cit.

153 Rudolf Von Ihering (Aurich, Alemanha, 1818 — Göttingen, Alemanha, 1892) foi um jurista alemão. Tido como pioneiro na defesa da concepção de direito como produto social, sua obra foi marcada pela influência de Charles Darwin e Herbert Spencer, associação esta que o aproximava da escola de Recife. Era pai de Hermann Von Ihering e avó de Rodolpho Von Ihering. Cf. GODOY, Arnaldo Sampaio de. O jurista alemão Rudolf von Ihering e a luta pelo Direito. *Portal conjur,* 31 ago. 2014. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2014-ago-31/embargos-culturais-rudolf-von-ihering-luta-direito>. Acesso em: 28 jan. 2020.

associada ao imóvel e a História ao movimento – e estavam interligadas. Orlando ainda indicava que "antropo-sociólogos" afirmavam que a "evolução histórica" era resultado antes da pureza ou mistura das raças, ou da "química das raças" [154]. As raças tinham caracteres especiais e que estes definiam sua função social. Avaliando esses dois aspectos, Orlando concordava que os povos eram produtos do meio e que este determinava sua "vocação", mas não negava a influência do "elemento étnico", a raça[155], afirmando que:

> Na economia universal os fenômenos físicos, biológicos e psíquicos são solidários e interdependentes; na economia *social* cada fenômeno é ao mesmo tempo físico, psicológico e psíquico. [...]. Assim é que se pode avaliar a insuficiência das múltiplas teorias sociológicas tão somente pelo unilateralismo, considerando cada uma delas o meio, a raça ou qualquer manifestação de psiquismo individual ou coletivo como o fator exclusivo da evolução social[156].

No trecho Orlando define uma relação mais clara com Silvio Romero. Para Romero, três aspectos destacavam-se para entender a formação da população: meio, raça e história. Se Orlando concordava sobre a importância do meio e da raça, a História era, então, substituída pela Sociologia. Elencando três fatores sociais, as circunstâncias presentes, as condições passadas e as influências futuras. Tomando que, as circunstâncias presentes eram o solo e o clima, que as condições passadas eram os costumes e tradições, e as influências futuras, as tendências, aspirações, descobertas e invenções. Orlando dividia as categorias temporais entre os saberes, presente/geografia, passado/história, futuro/sociologia, e afirma que o fator social por excelência era o futuro. O povo devia se voltar para o futuro apesar do seu "honroso passado": "Assim, as nacionalidades, além do solo, clima, costumes e tradições, supõem novas ideias, novas vocações, novas descobertas, novas invenções"[157]. Dois pontos que podemos indicar são: como Orlando aparenta romper com uma

---

[154] Este termo foi cunhado por Arthur de Gobineau, diplomata e filósofo francês, responsável pela primeira obra de grande repercussão sobre as teorias raciais na segunda metade do século XIX, *Ensaio sobre a desigualdade das raças humanas*. Sua teoria centrava na proximidade entre atributos físicos e qualidade moral. Cada raça determina um grau de aperfeiçoamento e somente a raça branca consegue alcançar um patamar superior. A mestiçagem, por outro lado, expressa o desaparecimento dessas características superiores. Cf. MURARI, 2007, op. cit., p. 108 et seq.
[155] ORLANDO, 1913, op. cit., p. 13.
[156] Ibid., p. 11.
[157] Ibid., p. 16.

concepção de História orientada pelo passado[158], mas sua concepção da Geografia continua restrita a dimensão física do espaço. Se Orlando estava a par das discussões em torno da disciplinarização da Sociologia e da Geografia, isto indicava a defesa do estudo do aspecto humano pela Sociologia, em oposição à definição de uma geografia humana por Ratzel e La Blache.

Alguns capítulos e trechos de *A terra e o homem* foram publicados anteriormente, como *Zonas geográficas brasileiras*, e assim, alguns enunciados eram retomados e reforçados. Ao se referir à América do Sul, Orlando retomava a imagem da "unidade geográfica". Se nas bordas do continente havia montanhas, no interior o terreno era menos brusco sem grandes acidentes geográficos. Essa era a fórmula de Arnold Guyot e James Dana, geólogos americanos, que afirmavam que os continentes eram compostos "de um interior deprimido e de um litoral montanhoso". No Brasil, o planalto no interior mantendo "a continuidade de um bloco", pela altitude, corrige os excessos de calor das regiões equatoriais e tropicais[159]. Ao vislumbrar esses aspectos físicos, ainda se vislumbrava o aspecto social. Se a altitude corrigia os excessos do clima, a "parte geológica" era onde a "geografia brasileira" se tornava um "caos em prejuízo da economia, mais ainda da higiene nacional". A ação econômica se refere aos materiais passíveis de aproveitamento econômico, enquanto a questão higiênica se refere a "água como elemento de vida e meio de alimentação". Se rios e oceanos influem sobre as civilizações, Orlando elencava problemas que iam desde a contaminação de fontes e a falta da água, o "problema do norte". Além disso, estas populações podiam influir nesses processos, como com a destruição da vegetação[160]. Ao evidenciar esses problemas sociais do país, Orlando buscava formas de ação política, fazendo outra aproximação com Silvio Romero.

Essa "unidade nacional" tinha como base os rios, exemplificando como as bandeiras utilizaram dos rios para penetrar no território. Os rios tinham uma "função

---

[158] Na tentativa de ordenar estas categorias temporais e dividi-las entre estas ciências, Orlando parece afinado com aquilo que Hartog definiu como regime moderno de historicidade, pois o futuro predominava como categoria para explicar e guiar as ações no presente. Cf. HARTOG, François. Tempo, História e a Escrita da História: a ordem do tempo. *Revista de História*, n. 148, 2003. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/18952/21015>. Acesso em: 18 jun. 2019/ KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos.* Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.

[159] ORLANDO, 1913, op. cit., p. 19 et seq.

[160] Ibid., p. 21-22.

social". Enquanto, "as correntes longitudinais formam as grandes artérias da vida internacional, [...] as linhas transversais constituem artérias da vida nacional". Se o rio Tietê, de "corrente transversal", serviu para a penetração do território pelos bandeirantes, o rio São Francisco "correndo em um e outro sentido, desempenharia tanto função nacional ao organizar as forças econômicas internas quanto de proteção territorial contra os ataques estrangeiros"[161]. Orlando ainda afirma que:

> No Brasil os rios e as montanhas se prendem, se ligam se combinam para formar o tecido oro-hidrográfico, que é o estupendo berço da pátria brasileira. Observando o curso de nossos rios e a orientação de nossas montanhas, tem-se diante dos olhos o arcabouço de nossa nacionalidade[162].

E ainda:

> Ao solo, [...], não somente no sentido de influência climatérica, de configuração geográfica, de constituição geológica, mas ainda no de contato com os povos vizinhos, isto é, de fronteira, devem os povos sua condição social, seu desenvolvimento histórico, [...], seus conceitos morais, políticos, filosóficos, religiosos [163].

Ao pensar a exploração do território pelas bandeiras que utilizaram o rio Tietê, e a proteção do território e sua articulação econômica a partir do rio São Francisco, reforçava-se o sentido da unidade e da extensão do território. Enquanto os rios definiam linhas de ocupação e povoamento, as montanhas delimitavam as fronteiras da nação, local de proteção contra o estrangeiro, ou ainda, quando Orlando se refere à Serra do Espinhaço ela era descrita como a "espinha dorsal do Brasil". Se em *Zonas geográficas*, Orlando propunha três divisões, aqui se definiam dois *brasis*, Norte e Sul. Enquanto os nortistas defendiam as costas setentrionais, menos acidentadas e mais acessíveis aos invasores, os sulistas aproveitaram a proteção do terreno para se lançarem ao interior do país:

---

[161] ORLANDO, 1913, op. cit., p. 29.
[162] Ibid., p. 32.
[163] Ibid., p. 31.

> Não se trata, pois, de duas histórias distintas, em que se averbam 'movimentos e tendências opostas', porém de modalidades de um mesmo *processus* de evolução social, mantendo conjuntamente a integridade e a expansão nacional. O colosso brasileiro se distende ao mesmo tempo que se articula[164].

Se existiam dois *brasis*, eles trabalharam conjuntamente e não em oposição, para garantir a integridade e extensão desse território. No entanto, Orlando ao indicar que outros autores podiam ver nesses grupos "histórias distintas" ou opostas entrava, então, em choque com o próprio projeto do IHGSP que demarcava essa diferença para valorizar um papel único do bandeirante.

Enquanto nos trabalhos de Artur Orlando, a Geografia, a História e a Sociologia se encontravam em um jogo entre indivíduo, meio e sociedade, expondo as discussões que fizeram parte da definição da chamada Escola de Recife, outro trabalho apresentava uma interessante operação da Geografia nas páginas da *RIHGSP*. Nas primeiras linhas d'*O tupi na geografia nacional*[165]*,* Teodoro Sampaio[166] indicava a complexidade do problema que se colocava: "Não é novo, [...] o objeto do presente estudo. Sobra-lhe, porém, interesse histórico, exaltando o notável valor que assume na geografia nacional e, sobretudo, o recomenda a atenção simpática que sempre logrou despertar no nosso meio literário". No trabalho, Sampaio propunha-se a analisar a nomenclatura indígena presente na geografia nacional, afirmando como os estudos linguísticos ou investigações linguísticas deram abertura ao imaginário e ao hipotético em relação ao entendimento dos significados desses nomes. O estudo linguístico aplicado na "geografia ou na história nacional" era propriamente mais investigação histórica que lexicológica. Para realizar a "identificação histórica" ou "restauração histórica" de tais vocábulos eram necessários os documentos antigos, as crônicas, roteiros, relatos de viagem, mapas geográficos[167]. No entanto, tais elementos não eram também fontes da Geografia? E, por essa razão, o problema não deveria ser geográfico?

A predominância nas denominações geográficas em uma época em que o tupi era língua geral gerou "verdadeiros enigmas" a partir de alterações e

---

[164] ORLANDO, 1913, op. cit., p. 32.
[165] SAMPAIO, Teodoro. O tupi na geográfica nacional. *RIHGSP,* São Paulo, v. 6, 1900-1901a.
[166] Teodoro Fernandes Sampaio (Santo Amaro, BA, 1855 - Rio de Janeiro, RJ, 1937) foi um engenheiro brasileiro. Participou da Comissão Hidráulica de Dom Pedro II e da Comissão Geográfica e Geológica de São Paulo. Foi membro do IHGB, IHGSP e Instituto Geográfico e Histórico da Bahia.
[167] SAMPAIO, 1900-1901a, op. cit., p. 488 e p. 550-551.

corruptelas, tornando certos nomes indecifráveis. Sampaio defende que resgatar a verdadeira grafia, a verdadeira pronúncia, e fixar seu significado valia “tanto como resguardar um monumento histórico”[168]. Enfatizando essa ligação com a História, Sampaio apontava trabalhos que tentaram explicar o “vocabulário geográfico”. Se inicialmente cronistas e viajantes produziram trabalhos sobre nomenclaturas, o interesse nesse gênero ganhou impulso no século XIX. Sampaio afirma que o maior colaborador dessa “literatura do *brasilianismo”,* ou etimologias brasílicas, foi Carl Von Martius[169]. Tendo conhecimento da língua tupi e do país nas viagens que aqui realizou, além de possuir “vasta erudição científica”, Von Martius teve “os melhores elementos para um trabalho do vulto nesta questão de origem e interpretação dos vocábulos tupis usados na geografia nacional”[170]. Porém, este não pôde aprofundar a leitura das crônicas e relações de viagem, o “elemento histórico”, para descobrir a “verdadeira grafia primitiva dos vocábulos”[171].

Afirmando que não buscava definir um método para esse tipo de estudo, Sampaio detalhou as regras para a restauração dos vocábulos: descobrir a grafia primitiva nos documentos ou nos povos do interior; analisar o vocábulo restaurado verificando se na sua evolução as modificações seguiram as regras filológicas, podendo confirmar pelo “processo histórico”; decompor as aglutinações dos vocábulos para serem traduzidos; considerar a natureza descritiva das denominações indígenas, expressando características marcantes do local. Tais regras podiam ser entendidas como instruções ou orientações tendo proximidade ao “exame etimológico” de Von Martius: reconhecer o vocábulo, discutir suas alterações, fazer a tradução e definir seu significado. Se tais vocábulos podiam descrever características de certa localidade, Sampaio indica que esse aspecto

---

168 SAMPAIO, 1900-1901a, op. cit., p. 488.

169 Carl Friedrich Philipp von Martius (Erlangen, Alemanha, 1794 - Munique, Alemanha, 1868) foi um médico e botânico alemão. Foi ganhador do prêmio do IHGB para uma proposta de modelo para escrever a história do Brasil, publicando o trabalho *Como se deve escrever a história do Brasil.*

170 SAMPAIO, 1900-1901a, op. cit., p. 492.

171 Von Martius a partir de suas viagens pelo Brasil buscou delinear um método que fosse possível compreender a população indígena. Neste aspecto, se recorre à natureza para recolher informações sobre a temporalidade destas sociedades, e seu contato com outros grupos indígenas para compreender seus costumes e hábitos. Tentar compreender a temporalidade destes grupos os inseria no processo civilizador, tendo em vista que a História, organizando e hierarquizando o passado, guiava a ação humana para o presente onde o conceito de civilização se tornava central. Cf. GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. História e natureza em von Martius: esquadrinhando o Brasil para construir a nação. *História, Ciências, Saúde - Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, s/p., out., 2000.

auxiliava na identificação e tradução do vocábulo, assim como o fez João Ribeiro em relação ao rio Brasil.

No exemplo da palavra Bertioga, a partir da consulta de documentos e relatos de época é identificada sua grafia original como sendo *Parati-oca*. Parati-oca significando “refúgio ou paradeiro de tainhas”, leva Sampaio a utilizar a observação para afirmar que no local onde estava a cidade haveria abundância de peixes. No relato de Hans Staden, Sampaio indica a descrição de como as tainhas se dirigiam aos canais para reprodução e reforçava aquela afirmação com outro relato de 1865 apontando a abundância do peixe no entorno de Bertioga e ao norte, próximo de Parati, cidade cuja denominação teria a mesma origem:

> Como se vê, a interpretação do vocábulo, apoiando-se nas investigações históricas que lhe restituíram a grafia primitiva e verdadeira e tornaram possível a tradução pela análise dos elementos aglutinados, se confirma inteiramente pela *característica* local[172].

A partir da análise dos documentos e das características locais se confirmava a restauração. Novamente a observação, mesmo que não a do autor, tinha importância na narrativa. Sampaio reforça que, pelo aspecto descritivo da nomenclatura indígena, quando se interpretava um nome de origem tupi era necessário conhecer a característica, atual ou de outrora, que deu origem à denominação, seja uma característica topográfica, da fauna ou da flora[173].

Sampaio, ao fim, ainda apresentava um panorama da ocupação e povoamento do território a partir da relação com a linguagem. Sendo o tupi a língua geral da Colônia, as levas de europeus ou seus “descendentes cruzados” que partiam do litoral usavam o tupi para designar “os novos descobertos, os rios, montanhas, os próprios povoados que fundavam”. Os bandeirantes sendo falantes do tupi utilizaram essa língua para nomear os locais que alcançavam em suas explorações:

---

[172] SAMPAIO, 1900-1901a, op. cit., p. 557.
[173] Ibid., p. 555.

> As *bandeiras* quase que só falavam o tupi. [...] Recebiam então um nome tupi as regiões que se iam descobrindo, e o conservavam pelo tempo adiante, ainda que nelas jamais tivesse habitado uma tribo de raça tupi. E assim é que no planalto central, onde dominam povos de outras raças, as denominações dos vales, rios e montanhas e até das povoações são pela maior parte da *língua geral*[174].

A utilização do tupi nas nomenclaturas das localidades desenhava um mapa da movimentação desses grupos pelo território. Sampaio afirmava que, ao pegar uma carta do país, o tupi predominava no litoral e nos sertões pelos vales dos rios que facilitaram a penetração no continente, tanto do indígena, quanto dos bandeirantes e missionários. A língua imprimia pontos e linhas no espaço e o espaço em si também impunha limites à língua. Em áreas em que o solo e o clima não permitiam a instalação permanente não havia indícios de nomes em tupi. Saindo das áreas secas e aproximando-se dos grandes rios, como o São Francisco, apareciam novamente nomes tupis designando acidentes geográficos. Pelo papel do bandeirante e do missionário, a generalização do tupi na geografia nacional era o "efeito da influência civilizadora dos europeus"[175]. A língua também se ligava aos enunciados construídos para defender a primazia das bandeiras na exploração do território e, aqui, Sampaio enfatiza sua ação civilizadora, avançando contra o sertão.

Por fim, um último trabalho completava esse quadro das relações da Geografia com outras disciplinas. Em *Speleologia brasileira*[176], Antonio Pires buscava delinear essa disciplina, a Espeleologia, o estudo das cavernas, defendendo que tal ciência não se resumia a mera curiosidade, uma "excursão de recreio" ou ainda uma "geografia subterrânea". Tal doutrina contava com princípios, leis, métodos, características que garantiam seu rigor científico e a incorporação dela às "ciências físicas naturais". Inicialmente a espeleologia limitava-se a colher material para a Paleontologia e, posteriormente, outros tópicos foram inseridos em seu campo de ação, como o estudo da fauna e flora subterrânea e a circulação de água dentro das cavernas. Fazendo uma breve retomada dos estudos que delimitaram tal ciência, Pires indicava o recente desenvolvimento com os estudos pioneiros de Édouard-Alfred Martel[177] e a fundação, em Paris, da Sociedade de

---

174 SAMPAIO, 1900-1901a, op. cit., p. 494-495.
175 Ibid., p. 495 et. seq.
176 PIRES, Antônio Olinto dos Santos. Speleologia brasileira. *RIHGSP*, São Paulo, v. 15, 1910.
177 Édouard-Alfred Martel (Pontoise, França, 1859 - Montbrison, França, 1938) é considerado o fundador da espeleologia moderna.

Espeleologia, em 1895. No Brasil, Pires citava os trabalhos de Peter Lund[178], Rodolpho von Ihering[179] e Ricardo Krone[180]. Ao fim dessa apresentação, Pires afirmava que, inicialmente estando restrita a descrever os "acidentes do subsolo, até onde pudessem chegar as investigações humanas" [181], tal ciência:

> [...] nos revela fatos de uma importância capital sobre a evolução da crosta terrestre e o destino do globo; e, pela multiplicidade dos assuntos que ela abrange é um novo contingente para o desenvolvimento da geologia, da geografia física, da hidrografia, da zoologia, da botânica e da hidrologia[182].

Pires afirma, ainda, que a espeleologia chama a atenção dos geógrafos brasileiros para o "manancial de informações" que existia no interior do país – ainda sem qualquer investigação científica. No entanto, ao mesmo tempo em que Pires coloca a Espeleologia como ciência autônoma ele indica como outras ciências, inclusive a Geografia, poderiam se beneficiar dessa ciência. Pires, por fim, retoma a ideia do arquivo para defender a necessidade da formação de um "arquivo geológico"[183], que seria composto por ossos, troncos, folhas e frutos fossilizados. O texto de Pires indicava o momento de disciplinarização desse saber. Se em muitos casos tal processo se dava pelo conflito e a disputa com outras disciplinas, Pires, ao mesmo tempo em que particulariza e defende a autonomia do saber espeleológico, também indica as proximidades que se podiam criar com outras ciências.

---

[178] Peter Wilhelm Lund (Copenhage, Dinamarca, 1801 – Lagoa Santa, MG, 1880) foi pioneiro nos estudos de Paleontologia, Arqueologia e Espeleologia no Brasil e na América sendo conhecido por seu trabalho em Lagoa Santa, MG, descobrindo inúmeros fósseis de espécies animais e de humanos. Cf. HOLTEN, Birgitte; STERLL, Michael. The Danish Naturalist Peter Wilhelm Lund (1801-80): Research on Early Man in Minas Gerais. *Luso-Brazilian Review*, v. 37, n. 1, 2000.

[179] Rodolpho Theodor Wilhelm Gaspar von Ihering (Taquara, RS, 1883 - 1939) foi um zoólogo e biólogo brasileiro. Trabalhou no Museu Paulista durante a diretoria de seu pai, Hermann Von Ihering. Desenvolveu posteriormente uma técnica de reprodução assistida de peixes ganhando reconhecimento e sendo considerado pai da piscicultura no Brasil. Cf. OLIVEIRA, Emanuel de. Rodolpho von Ihering (1883-1939): a hipofisação como técnica inovadora na piscicultura. *Portal Sociedade brasileira de história da ciência.* Disponível em <https://www.sbhc.org.br/conteudo/view?ID_CONTEUDO=1045>. Acesso em: 28 jan. 2020.

[180] Sigismund Ernst Richard Krone (1861-1917) foi pioneiro em estudos de Arqueologia e Espeleologia no Brasil. Cf. MORALES, Walter Fagundes. Ricardo Krone e as pesquisas arqueológicas no vale do Ribeira de Iguape, SP. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, n. 8, p. 281-286, dez. 1998.

[181] PIRES, 1910, op. cit., p. 9.

[182] Ibid., p. 10.

[183] Ibid., p. 13.

***

Assim, por fim, podemos definir o que era esta geografia produzida no IHGSP. Se o Instituto quase foi à existência sem a Geografia em seu nome, o que foi ali produzido de saberes geográficos teve grande proximidade com a História e essa ligação era defendida por vários autores, tal como no parecer do *Diccionario Geographico...*, de Emilio Arantes. No parecer, uma das críticas era a ausência da História. As proximidades e as imbricações feitas por esses autores entre Geografia e História mostravam a importância da relação. Se o projeto do IHGSP buscava a reescrita da história de São Paulo, provendo uma explicação para a nação a partir de fatos e personagens da história local, a geografia tinha grande importância para esse objetivo – pela centralidade que ganharam essas temáticas relacionadas à ocupação e ao povoamento do território. Isto reforça a ideia que reiteramos ao afirmar que o projeto intelectual do IHGSP era, portanto, histórico e geográfico.

Frente a estas discussões, podemos afirmar que se destacavam as dicotomias *regional x geral*, *monografia x síntese* e a utilização da *metáfora do mosaico*. Isto tinha relação com a própria natureza do IHGSP e seu projeto histórico-geográfico, dessa ideia de uma história de São Paulo sobreposta à história do Brasil. Interessante pensar também na extensão de tais ideias, como no texto de Alberto Rangel, que foi publicado na RIHGB. Rangel não era paulista, mas tinha profundas ligações com os letrados que atuavam em São Paulo. Ao mesmo tempo em que o texto era orientado pela temática da ocupação e do povoamento do território, o Brasil era dividido em partes singulares que formavam o todo. Tal problema tinha relação direta com Capistrano de Abreu, o que era apontado pelo próprio Rangel. Ao propor uma renovação da historiografia nacional, Abreu indicou novos procedimentos e novos temas, como estes ali tratados. Tal método e, principalmente, as temáticas foram amplamente exploradas pelo IHGSP e pelos intelectuais que ali circulavam e que compartilhavam essa ligação com Capistrano de Abreu – o que se repetiu por diferentes autores ao longo do capítulo. Estabeleceram-se relações de amizade, orientação e influência. Nos estudos sobre mapas, por exemplo, Orville Derby ao utilizar um método de análise que tinha grande semelhança ao de Abreu, também usava a imagem de um esqueleto e de um edifício para a formação de um mapa geral do Brasil. Essas metáforas encontravam correspondência na produção de Capistrano de Abreu.

Apesar das convergências, havia aspectos que podiam indicar fragmentações na definição desse saber. No discurso de Gentil de Moura, durante o segundo Congresso Brasileiro de Geografia em 1909, Moura apontava as discussões correntes sobre a geografia humana, como a antropogeografia de Ratzel, afirmando que essa ciência havia se libertado do modelo topográfico e corográfico. Por outro lado, na produção de Afonso de Freitas verificamos que, se não havia uma retomada, havia fragmentos desse modelo corográfico. Freitas delineia um modelo que contempla a história e a formação do território, a descrição detalhada dos seus aspectos físicos, econômicos e humanos, uma descrição em grande parte pautada em estatísticas. A proximidade com o modelo corográfico se estabelece pela divisão do território para sua melhor compreensão – esmiuçando à exaustão essas partes. O texto tinha uma qualidade descritiva e pragmática, contando com uma grande preocupação de abordar o desenvolvimento econômico do Estado. Tais divergências negavam a unidade desse saber? Ou poderíamos aceitar sua existência como múltipla?

A Geografia em diferentes momentos era vista como uma ciência em desenvolvimento desde o século XVI, a partir de viagens e expedições como as navegações e as bandeiras. O conhecimento do espaço estava relacionado à sua exploração, à sua observação, e, sendo assim, o olhar ganhava importância como marca de veracidade dos relatos pela proximidade do observador com o que se relatava, ou representava. Nesse aspecto é importante pontuar como o documento tinha centralidade nas produções, sejam estas na Geografia ou na História, e nisto a ideia do arquivo era recorrente, fosse ele histórico, cartográfico ou arqueológico. As lacunas e deficiências da geografia se resolveriam com o aumento das explorações, com o acúmulo de documentos, com a criação de arquivos. Nesses trabalhos também surge outro enunciado repetido com frequência, a ideia do *espaço imóvel*. Ao acessar esse espaço no passado, sua evocação no presente acontece de modo que ignora as mudanças ou condições na/da produção dessas representações, criando uma ligação direta entre passado e presente – passado em alguns casos da própria origem da nação.

Na emergência de uma *geografia pátria* se fez presente uma narrativa territorial que defende a unidade e a extensão do território proporcionando proximidade e materialidade aos tempos e espaços distantes. A partir das teorias deterministas, outras explicações para a nação foram construídas, buscando evitar o

seu prognóstico negativo para os países de clima tropical ou buscando formas de ação social para progredir. A raça e o clima eram aspectos recorrentes para salvar ou condenar esta ou aquela área, este ou aquele tipo étnico, mas ao mesmo tempo se indicava a própria ação desses grupos na natureza e o impacto que isso gerava. Rangel trabalha com o duplo “civilização” e “barbárie” e indica esse espaço geográfico, o sertão, como espaço do outro associado ao vazio, ao deserto, ao bárbaro – e que deve ser civilizado e modificado pelo progresso. O sertão como esse “outro geográfico” foi retomado em diferentes momentos e por diferentes autores no IHGSP para expressar aquele duplo.

Para além das definições havia também indefinições e hibridações. Se os trabalhos de Artur Orlando partiam do Direito e da Sociologia, sua preocupação com o espaço não podia ser ignorada, sendo que o meio era um aspecto importante na sua explicação da nação e do nacional. Se Teodoro Sampaio nomeava seu trabalho *o Tupi na geografia nacional* ali ele empreendia uma mistura, em suas palavras, entre Literatura, História e Geografia. Essa definição que se tornava confusa no texto – podendo ser simplesmente nomeada *toponímia* – repetia semelhante método de análise e uma mesma noção de espaço imóvel, o espaço era tido como documento, testemunho. No projeto do IHGSP, bandeiras e bandeirantes emergiram como aspectos centrais do discurso, da retórica, pelo seu papel na exploração e ocupação do território nacional. Tendo em vista as afirmações deste primeiro capítulo, propomos, no próximo, discutir como *esta geografia* foi utilizada para a construção das bandeiras e dos bandeirantes.

Capítulo 2

Como esta geografia escreveu a história das bandeiras?

O primeiro volume da *RIHGSP* abria com a afirmação que a história de São Paulo era a história do Brasil. Se tal associação não existia naquele momento, o IHGSP devia construir essa sobreposição. Mais de 30 anos depois, Alfredo Ellis Jr. complementava tal pensamento afirmando "São Paulo é Brasil. É uma questão simplesmente de geografia"[184]. A frase foi proferida durante sessão da Câmara dos Deputados de São Paulo, em 1929, onde se discutiu sobre os candidatos à sucessão presidencial nas eleições do ano seguinte. Ao indicar que a candidatura de Júlio Prestes havia sido apoiada por outros estados, Ellis Jr. afirma que isso era a prova de que "São Paulo também é o Brasil". Tal cena pode ser vista, em retrospecto, como algo nefasto. No ano seguinte, com a chegada ao poder de Getúlio Vargas, São Paulo viu-se apartado de seu predomínio político constituído durante a Primeira República. Para chegarmos até esse ponto, temos que voltar um pouco.

Apontamos até aqui como a descentralização política durante a Primeira República motivou, em parte, a fundação dos Institutos Históricos e Geográficos regionais no final do século XIX e no início do século XX. Junto a outras instituições científicas locais, buscou-se contribuir para o desenvolvimento cultural, econômico e social de seus estados, assim como se dedicaram à construção de narrativas que defendiam uma particularidade local[185]. Da mesma forma, nos deparamos com a proposta de reformulação da historiografia brasileira por Capistrano de Abreu,

---

[184] CAMARA DOS DEPUTADOS. 31ª sessão ordinária em 17 de setembro. *Correio Paulistano,* São Paulo, 18 set. 1929, p. 10.

[185] LOVE, Joseph. *A locomotiva: São Paulo na Federação Brasileira, 1889-1937.* Paz e Terra, São Paulo, 1982; OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *A questão nacional na Primeira República.* São Paulo: Brasiliense, 1990; SCHWARCZ, 1993, op. cit.; FIGUEIRÔA, 1997, op. cit.; FIGUEIRÔA, 2008, op. cit. Um exemplo destas instituições seriam os Institutos Históricos e Geográficos regionais que foram explorados por Schwarcz, 1993, e Ferreira, 2002. Para outras leituras cf. CALLARI, Cláudia Regina. Os Institutos Históricos: do Patronato de D. Pedro II à construção do Tiradentes. *Revista brasileira de história*, São Paulo, v. 21, n. 40, p. 59-82, 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882001000100004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 03 mar. 2020; Dossiê "Os Institutos Históricos e Geográficos". Patrimônio e memória [on-line], UNESP, Assis, v.7, n.1, jun. 2011. Disponível em: <http://pem.assis.unesp.br/index.php/pem/issue/view/13/showToc>. Acesso em: 03 mar. 2020; GONÇALVES, Tatiana Mol; NICOLAZZI, Fernando. Inventando a historiografia mineira: O Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais em sua "primeira fase", 1907-1927. *Revista de Teoria da História,* UFG, a.6, n.11, mai. 2014.

colocando as temáticas de ocupação e povoamento do território nacional no centro das atenções desses autores. Em especial, no IHGSP em que tais temáticas contribuíam para pensar o seu projeto histórico-geográfico: tornar São Paulo o Brasil, na História e na Geografia. Retomando o que foi explorado no primeiro capítulo, os aspectos gerais que definiram essa geografia, sua proximidade com a história, sua qualidade descritiva e pragmática, as concepções de observação e imobilidade do espaço, neste capítulo questionaremos: como esses enunciados foram operados na produção de trabalhos centrados na história das bandeiras e dos bandeirantes. A Geografia também era importante para se pensar essa temática? A fim de ampliar o quadro delineado no primeiro capítulo, buscaremos também ampliar o entendimento dos usos das bandeiras e bandeirantes como objetos de pesquisa dessa produção, discutindo a formação e a definição da retórica bandeirante.

2.1. Roteiros de bandeiras, tracejos no espaço

Na apresentação do quarto volume da *RIHGSP*, o editor, apresentando brevemente os trabalhos ali publicados, chamava a atenção para o texto de Orville Derby que, transpondo "os estreitos limites geográficos para brilhar na Cosmópolis da ciência"[186], publicava o trabalho *Roteiro de uma das primeiras bandeiras paulistas*[187]. O trabalho era destacado como um importante e documentado capítulo da *História dos Bandeirantes*, mas afirmava que o episódio estava à espera de um Capistrano de Abreu, Barão Homem de Melo[188] ou um Barão do Rio Branco[189] para ser escrito convenientemente. Assim, a história ainda esperava seu *arquiteto*, uma imagem que havia sido utilizada por Capistrano de Abreu no *Necrológio de Francisco Adolpho de Varnhagen, Visconde de Porto-Seguro*: "Por toda parte pululam materiais e operários; não tardará talvez o arquiteto"[190]. Abreu refere-se à produção de uma história geral do Brasil seguindo os novos procedimentos por ele propostos, enquanto o editor da *RIHGSP* refere-se, na apresentação do quarto

[186] AO LEITOR. *RIHGSP*, São Paulo, v.4, 1898-1899. p. III.
[187] DERBY, Orville. Roteiro de uma das primeiras bandeiras paulistas. *RIHGSP*, São Paulo, v.4, 1898-1899.
[188] Francisco Inácio Marcondes Homem de Melo (Pindamonhangaba, 1837 - Campo Belo, 1918) foi um político, escritor e professor brasileiro. Foi membro do IHGB, IHGSP e da Academia Brasileira de Letras.
[189] José Maria da Silva Paranhos Júnior (Rio de Janeiro, 1845 - Rio de Janeiro, 1912) foi um diplomata brasileiro. É reconhecido pela atuação na questão de limites internacionais do Brasil. Foi sócio e presidente do IHGB.
[190] PEREIRA; SANTOS, 2010, op. cit., p. 64.

volume da revista, somente à história das bandeiras, mas não podermos negar a possível aspiração à generalidade que essa história poderia conter.

Derby buscou, nesse trabalho, reconstruir o traçado do roteiro da expedição de 1601. Afirmando não ser provável que fosse a primeira bandeira, mas a primeira que contou com um relato minucioso tornando, assim, possível sua reconstituição. Devemos discorrer sobre tal afirmação. As informações contidas nas crônicas portuguesas não forneciam informações detalhadas das expedições, no entanto, outra descrição de origem holandesa provia importantes informações. Transcrita inicialmente por Capistrano de Abreu, que convidou Derby para prosseguir o estudo do relato presente na *História Natural do Brasil*, dos naturalistas Willem Piso e George Marcgrave, publicado em 1648, e supostamente baseado no relato de Wilhelm Glimmer, participante da expedição de 1601. Como garantir essa hipótese? Confrontando o roteiro com as informações das crônicas portuguesas, Derby confirmava essa relação pela descrição da ordem da expedição ter partido de Dom Francisco de Souza, então governador geral do Brasil, e o estabelecimento do rumo norte depois de Mogi Guaçu. Descrevendo a presença de um estrangeiro com certa instrução, Derby afirma que se tratava de Glimmer.

Estabelecida a identificação entre os relatos, destaca-se como a clareza do relato permitia identificar o trajeto da expedição. No entanto, pelo roteiro ter sido produzido após o fim da expedição, Derby afirma que isso poderia levar a “falhas de memórias, ou erros de transcrição”, sem contar a descrição “fantástica” do mineral trazido da serra que motivara a expedição[191]. Derby também recorria ao relato da expedição de Fernão Dias Paes Lemes, ocorrida mais de setenta anos depois. O seu uso era justificado a partir da hipótese de que todas essas expedições utilizaram caminhos indígenas já existentes. Se os caminhos eram os mesmos, concluía-se que seus trajetos eram idênticos[192]. Retomando o procedimento na análise dos documentos, na ausência das informações necessárias para a reconstituição, Derby utilizava os relatos próximos ao acontecimento para comparar, confirmar e preencher as lacunas presentes[193]. De forma semelhante aos seus estudos de mapas, em que buscava estabelecer a correspondência entre os acidentes geográficos do passado no presente:

[191] DERBY, 1898-1899, op. cit., p. 337.
[192] Ibid., p. 338.
[193] ARAÚJO, 1988, op. cit.

> Uma outra consideração de certa importância histórica é que a derrota do roteiro é a mais favorável possível entre S. Paulo e o alto S. Francisco, sendo habilmente aproveitadas as feições naturais dos rios navegáveis, campos abertos, espigões descampados e gargantas baixas.[194].

Em trabalho anterior a esse estudo, Derby buscando determinar a estrada mais antiga a ter feito a ligação entre as províncias de São Paulo e Minas Gerais afirma que:

> A antiga estrada, portanto, seguia de Guaratinguetá pela margem direita do Paraíba até abaixo de Lorena onde passou para a margem esquerda continuando pelo vale abaixo por uma distância representada por três dias de marcha [...]. As cinco serras muito altas referidas no roteiro são provavelmente contrafortes da serra que a estrada ia contornando na procura da garganta do cruzeiro, onde hoje passa a estrada de ferro “rio e minas”, que é com efeito a mais baixa que se encontra nesta seção da serra da Mantiqueira.[195]

Se a estrada de ferro buscava o caminho mais propício para a travessia, era lógico aproveitar um caminho utilizado durante o Período Colonial e escolhido pela sua facilidade. O conhecimento e a observação do espaço participavam da reconstituição, ao confirmar ou não a plausibilidade do trajeto, segundo Derby. Em um trecho em que se discutia o acesso ao rio Paraíba, Derby afirma que “os dois rios menores” pelos quais a expedição acessou o Paraíba eram, sem sombra de dúvida, os rios Parateí e Jaguari, discordando do relato que descrevia campos próximos ao rio Parateí. Derby indica que essa era uma confusão com os campos próximos ao rio Paraíba propriamente dito. Essa defesa era feita a partir das informações da expedição da CGGSP que levantaram a planta do vale do rio Parateí e não encontraram campos notáveis na região – mesmo que a bandeira e a comissão geográfica estivessem separadas por uma longa distância temporal. Após seguir junto à bacia do rio Paraíba, a expedição se afastava do corpo d’água e se dirigia para a Serra da Mantiqueira, em direção à garganta que foi posteriormente utilizada pela estrada de ferro.

Ao fim, Derby ainda indica a presença de uma estrada larga e bem trilhada, muito provavelmente de origem indígena, indo ao encontro de sua justificativa para o

---

[194] DERBY, 1898-1899, op. cit., p. 343.
[195] DERBY, 1895, op. cit., p. 11.

uso do relato da expedição de Fernão Dias Paes Leme. Essa tese, mais ampla, defendia que o sertão era cortado por caminhos indígenas e que eles foram utilizados pelas bandeiras durante o Período Colonial. Pelas condições que tais expedições ocorreram, Derby não achava verossímil que tais investidas acontecessem sem esse conhecimento prévio, ou sem um guia, o que, de certa forma, minimizava o caráter excepcional das bandeiras e dos bandeirantes na exploração do território:

> É pouco provável que um grupo de homens criados em São Paulo tivesse, na primeira investida do um Sertão inteiramente desconhecido, acertado, sem guias, tão bem com o caminho mais fácil. A conclusão a tirar é que este sertão já era trilhado pelos gentios e que os bandeirantes nesta, como em muitas outras entradas no Sertão, nas quais se nota o mesmo acerto, apenas seguiram caminhos já existentes, pelos quais comunicavam entre si os índios de diversas tribos relacionadas, ou grupos destacados de uma mesma tribo[196].

Derby continuou a pesquisar roteiros de expedições em seu trabalho *Os primeiros descobrimentos de ouro em Minas Geraes*[197]. Apontando que, em diferentes relatos quase sempre estava presente a notícia de metais e pedras preciosas, lendas e supostas notícias verídicas misturavam-se no imaginário dos colonizadores que buscavam a riqueza no continente cujo lado oposto abundava em prata nas minas do Peru. “Em parte imaginários, em parte verdadeiros”, as descobertas não levaram ao povoamento permanente de tais localidades até o descobrimento no século XVII das jazidas em Minas Gerais, ocasionando um *rush*, como Derby se refere e compara a outros casos semelhantes como o descobrimento do ouro na Califórnia, Austrália e Transvaal[198].

Derby indica no estudo a primeira entrada de que se tinha relato, presumivelmente, a primeira de todas, a expedição de 1552 ou 1553. O objetivo de tal expedição era alcançar uma região mineral que seria um prolongamento das minas peruanas, mas também outras notícias alimentavam essa expedição, como a que relatava sobre a existência da Serra de Sabarabuçu. Derby retomava a tese das trilhas indígenas:

---

[196] DERBY, 1898-1899, op. cit., p. 343.
[197] DERBY, Orville. Os primeiros descobrimentos de ouro em Minas Geraes. *RIHGSP*, v.5, 1899-1900.
[198] DERBY, 1899-1900, op. cit., p. 240.

> Com esta indicação tão positiva podemos tomar como extremamente provável, se não absolutamente certo, que em regra geral foram feitas as primeiras entradas no sertão por caminhos preexistentes, de modo que o roteiro de uma, uma vez conhecido, podia ser aproveitado para esclarecer os pontos obscuros das outras[199].

Derby reforçava a ideia da utilização de caminhos preexistentes e que a reconstituição de um roteiro auxiliava a determinação de outros roteiros que utilizariam a mesma rota. Nesse aspecto, Derby utilizava novamente a expedição de Fernão Dias Paes Leme para confirmar aspectos dessa expedição, pois Paes Leme tinha utilizado o mesmo caminho. Ao tentar entender como a expedição de 1552 ou 1553 alcançou o Rio São Francisco, Derby aponta que isso ocorreu a partir da barra de um rio maior e fronteiriço à serra do Espinhaço. Por essa razão, somente dois rios podiam se encaixar na descrição, o rio Jequetaí ou o Rio das Velhas. Utilizando o mapa de Coronelli de 1688, apareciam representados dois afluentes orientais do Rio São Francisco, o Geta Gaig ou Jequetaí e o Guibuig ou Rio das Velhas. No entanto, no mapa de Sanson, de 1650, o mais oriental desse rio, presumivelmente o das Velhas, aparece sem nome. Nisso, Derby concluía que o Rio Jequetaí foi descoberto antes do Rio das Velhas, pois fornecia um acesso mais fácil ao rio São Francisco. Além disso, tal expedição não encontrou indícios de metais ou pedras preciosas[200]. O procedimento para confirmar as informações continuava o mesmo, utilizar relatos contemporâneos para confirmar e confrontar informações incompletas ou ininteligíveis. Assim como na descrição do traçado da ferrovia pela serra da Mantiqueira, a observação do espaço continuava a servir para verificar as hipóteses.

Derby alcançava, no estudo, a própria origem da lenda sobre a existência de esmeraldas na serra do Sabarabuçu. Em outra expedição, anterior a 1570, seguindo até certo ponto o roteiro da expedição de 1552 ou 1553, ao chegar à região da serra julgaram descobrir ouro. No entanto, Derby pontua que nessa exploração faltava aquilo que estava ausente na maioria das bandeiras, uma pessoa que soubesse como e onde se devia procurar o “precioso metal”[201]. Tal notícia teria iniciado a lenda sobre a serra das pedras verdes por referir-se a uma serra “mui formosa e *resplandecente*”. Utilizando a hipótese de Teodoro Sampaio de que “Serra

[199] DERBY, 1899-1900, op. cit., p. 243.
[200] Ibid., p. 244-245.
[201] Ibid., p. 248.

resplandecente" na língua tupi era *Itaberaba* ou *Iaberaba-bussú*, sua corruptela *Ituberá-bussú* por fim se tornou *Sabará-bussú*[202]:

> [...] a fabulosa montanha de tesouros que por cerca de dois séculos encheu a imaginação dos colonos europeus e seus descendentes e deu motivos para diversas entradas no sertão, ora na região entre os rios Doce e Jequitinhonha, onde esta lenda a coloca, ora na do alto S. Francisco[203].

No processo de reconstituição dos roteiros, Derby lançava mão de uma miríade de documentos, fossem relatos escritos e cartográficos, crônicas de viagens, aproximando-se da História, da Geografia e da Cartografia. Nesse caso, Derby retomava os estudos de Teodoro Sampaio sobre a nomenclatura indígena na toponímia local. Após as expedições no século XVI decorreu a expedição de Wilhelm Glimmer, em 1601, e a de Fernão Dias Paes Leme, em 1674, que finalmente descobriu as supostas esmeraldas. No entanto, não acrescentando muito ao que já se conhecia da região, a importância da expedição de 1674 estava na iniciativa de abrir postos ao longo da rota dando maior permanência ao caminho utilizado: "A estrada aberta de S. Paulo até o Rio das Velhas nunca mais se fechou aos brancos e o resto, si por algum tempo esteve abandonado, não tardou a ser aberto de novo logo que se divulgou a notícia da verdadeira descoberta de ouro"[204]. A preocupação com os roteiros também é a preocupação com a exploração e o povoamento do território, definindo linhas de penetração e de ocupação. Se o fim do ciclo das bandeiras levou o bandeirante, o sertanista a exercer outras atividades, quando o imaginário e as aventuras foram superados decorreu o povoamento efetivo daquela região. Dentro da primeira década, após os descobrimentos, ficou conhecido e povoado o "vasto sertão", conquistado e civilizado pelos brancos, que durante um século e meio tinha sido percorrido pelas bandeiras perseguindo lendas e imaginações.

---

[202] Possivelmente. Derby faz referência ao trabalho de Teodoro Sampaio *O sertão antes da conquista,* onde Sampaio afirma: "Esta serra resplandecente, que o gentio, em sua língua, dizia *Itáberába-oçú* e que a corruptela em lábios portugueses transformou em *Taberaboçú e* mais geralmente em *Sabaráboçú,* vai ser por todo o século seguinte o alvo das mais arrojadas expedições sertanejas conduzidas de São Paulo em direção ao vale do São Francisco, das quais não poucas vararam os sertões em busca de Porto Seguro ou do Espirito Santo, donde lhes vinha a longínqua tradição da *serra das Esmeraldas.*" Cf. DERBY, Orville. 1899-1900, op. cit., p. 248; SAMPAIO, Teodoro. O sertão antes da conquista (Século XVII). *RIHGSP*, São Paulo, v.5, 1899-1900. p. 93.
[203] DERBY, Orville. 1899-1900, op. cit., p. 248.
[204] Ibid., p. 263.

Derby retomava o estudo dos roteiros no trabalho *O itinerário da expedição espinhosa em 1553*[205] [206]. Aqui, ele recorria à figura de Capistrano de Abreu para expor que, instigado pelo "ilustre historiador", havia estudado documentos relacionados às primeiras explorações do interior do Brasil para que:

> [...] quanto fosse possível, precisar aproximadamente os seus respectivos itinerários pela identificação das feições topográficas mencionadas nelas, às vezes por denominações que ainda hoje se conservam, mas em geral só identificáveis por hipóteses mais ou menos plausíveis[207].

O tema dos "caminhos coloniais" tinha grande importância para Capistrano de Abreu, pois, além de servirem como vias de ocupação e povoamento do sertão, eles "costuravam" os "retalhos", as áreas geográficas dispersas pela colônia fazendo a integração entre elas[208]. Além disso, Derby definia de forma mais direta os procedimentos para a reconstituição dos roteiros por meio da retomada de aspectos esparsos e encobertos em seus trabalhos anteriores. A reconstituição devia utilizar as feições do relevo e da topografia e os nomes desses locais no passado e presente.

Derby retomava a expedição de 1552 ou 1553, pela serra do Espinhaço e liderada por Francisco Bruza Espinoza, para discutir as interpretações que surgiram posteriormente à publicação de seu último trabalho, *Os primeiros descobrimentos de ouro em Minas Geraes*, e tendo em vista o "interesse histórico e geográfico" no assunto. A retomada se dava pela discussão em torno do relato do padre jesuíta João de Azpilcueta Navarro, que proveu outro roteiro até a serra do Espinhaço nesse período. De forma resumida, a expedição saindo de Porto Seguro dirigiu-se ao rio denominado localmente como "Pará", identificado como o Rio São Francisco,

---

[205] DERBY, Orville. O itinerário da expedição espinhosa em 1553. *RIHGB*, t. 72-2, 1909b.

[206] Derby ainda publicou um terceiro trabalho sobre a região da serra do Espinhaço, discutindo os aspectos geológicos e morfológicos da referida serra. Derby expõe nesse trabalho o fato de que havia realizado excursões na região, mas que por serem breves eram "insuficientes para mais do que um ligeiro esboço da região". Para, além disso, também afirmava que "As outras secções e as regiões a cada lado são quase uma terra incógnita, tanto do ponto de vista topográfico como geológico, e, como em todas as outras partes do Brasil, a falta de bons mapas é um obstáculo quase insuperável para estudos geológicos detalhados", indicando, em parte, um objetivo para sua atuação, de ampliar o conhecimento sobre o território nacional. DERBY, Orville. A serra do Espinhaço. *RIHGSP*, São Paulo, v. 12, 1907.

[207] DERBY, 1909b, op. cit., p. 23.

[208] FERRETTI, 2004, op. cit., p. 139.

passando próximo a uma serra nesse local onde nasciam diferentes rios, identificados como o rio Jequitinhonha e o Pardo. Derby concordava quanto à identidade do rio Jequitinhonha, mas discordava em relação ao rio Pardo, identificação que era confirmada por outros letrados como Capistrano de Abreu e Pandiá Calógeras[209]. Derby afirmava que os integrantes da expedição não tinham conhecimento das feições hidrográficas da região, no entanto, sabiam que ao Norte do ponto de partida havia dois rios consideráveis. Era natural considerar a identificação do rio Jequitinhonha ao primeiro rio "considerável" que a expedição cruzou "à mão direita do seu caminho". Contudo, Derby afirma que a expedição cruzou um afluente do Jequitinhonha, o rio Araçuaí, e o suposto rio Pardo era o Rio Jequitinhonha:

> Casos semelhantes a este são muito frequentes no desenvolvimento do conhecimento geográfico de todos os países novos. Exploradores que conhecem um rio em uma parte somente dos seus cursos: - barra, curso médio ou cabeceiras, - naturalmente identificam com essa parte, às vezes com acerto, às vezes erradamente, qualquer outra parte que encontram em posição que lhes parece correspondente[210].

Encontramos novamente a noção de que o conhecimento geográfico do território era desenvolvido por explorações e pela observação, mas as limitações do conhecimento dessas expedições sobre o terreno podiam acarretar em descrições errôneas. Nesse exemplo, Derby considera a possibilidade de associar rios diferentes por supor que o leito de um rio "A", estando na mesma direção da barra ou cabeceira de um rio "B", eram um único curso d'água. A confusão na identificação dos rios colocava o roteiro em outra direção, caso seguisse literalmente o relato do padre. Derby ainda dava outro exemplo da associação. Em 1840, os mapas de São Paulo representavam o rio Mojiguaçu e Pardo como independentes e desaguando no Rio Grande ou Paraná, sendo que na realidade o Mojiguaçu era afluente do Pardo. Ainda, Manuel Aires de Casal, "o melhor conhecedor da geografia brasileira, no seu tempo", sugeriu a hipótese de que o Mojiguaçu desaguava no rio Tietê[211].

---

[209] João Pandiá Calógeras (Rio de Janeiro, RJ, 1870 - Petrópolis, RJ, 1934) foi um engenheiro e político brasileiro. Teve extensa atuação como deputado federal pelo Partido Republicano Mineiro e Partido Progressista. Na sua produção podemos destacar *As minas do Brasil e sua legislação*.
[210] DERBY, 1909b, op. cit., p. 26.
[211] Ibid., p. 26.

Derby recuperava a tese do uso das trilhas indígenas e como elas eram determinadas pela posição das aldeias, mas também pela topografia local. Sem maiores desvios, a trilha seguiu o caminho mais natural e de fácil acesso. Essas trilhas ficaram abertas até a "época de ocupação definitiva do sertão pelos brancos" e por essas trilhas que ligavam o litoral e o sertão desciam as pedras verdes que alimentaram a imaginação dos portugueses acreditando serem esmeraldas. Nisso, nasceu o empenho de explorar tal região, em busca da "terra das esmeraldas", que posteriormente foi associada à serra de Sabarabuçu.

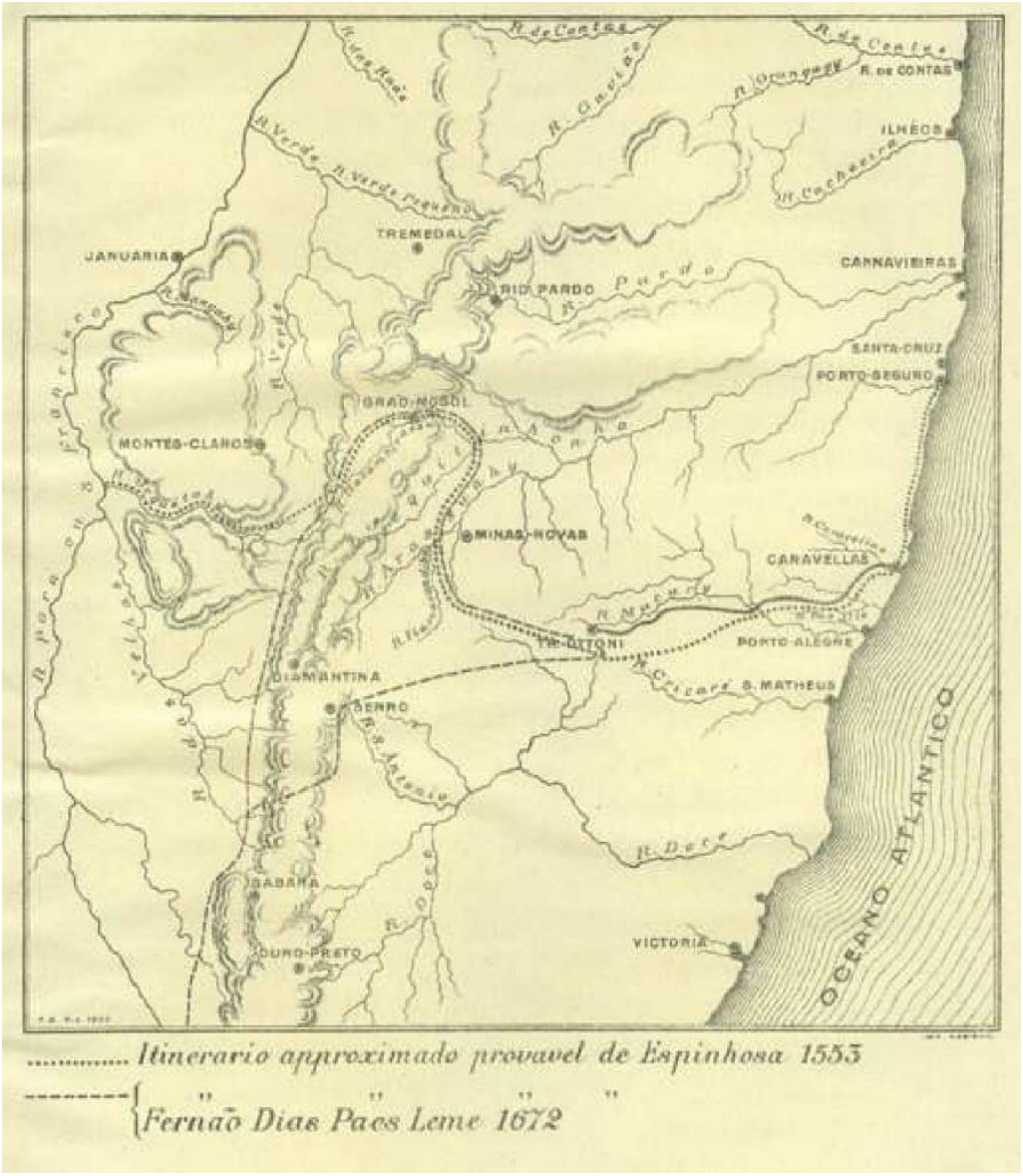
Se Capistrano de Abreu e Pandiá Calógeras limitaram-se a aceitar o relato do padre sem procurar traçar o itinerário, Derby analisou a reconstituição do roteiro por Lobo Leite[212], que publicou o trabalho *Em busca das esmeraldas*, na *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Ele também fez uma interpretação literal do relato do padre Navarro e para justificar essa escolha utilizou outros documentos da época. Na expedição de Martim Carvalho, relatada por Pero de Magalhães Gândavo, havia a referência à serra resplandecente estando à margem de um "grande rio". O "grande rio" foi interpretado por Lobo Leite como sendo o rio Jequitinhonha, afirmação embasada principalmente no relato do padre: "Em partes, no espaço de quatro ou cinco léguas, passamos cinquenta vezes contadas por água, e muitas vezes se me não socorreram me houvera afogado"[213]. Para Leite, tal passagem indica que a expedição atravessou um rio caudaloso e com penhascos de modo a impossibilitar o trânsito e precisando atravessar continuamente seu curso, características essas que confirmam a identidade como o Jequitinhonha. A essas afirmações, Derby tinha algumas críticas.

Naquela região muitos rios poderiam se encaixar na descrição de um "grande rio", seja o Jequitinhonha, o Pardo ou o São Francisco. Não tendo informações sobre a vadeabilidade do rio, trechos que permitiam a travessia a pé ou a cavalo, se supunha que, por ser um rio caudaloso o número de vaus era limitado, não sendo possível atravessar muitas vezes como Navarro relatava. Recorrendo aos relatos das expedições que adentraram as minas, a descrição se aproximava mais de um córrego descendo a serra e não de um curso caudaloso. Dessa forma, Derby

[212] Francisco Lobo Leite Pereira (Campanha, MG, 1843 – 1920) foi um bacharel em ciências físicas e matemáticas. Atuou em instituições públicas como a Inspetoria Federal das Estradas de Ferro e Obras Públicas do Estado de Minas Gerais.
[213] NAVARRO apud DERBY, 1909b, op. cit., p. 33

enxergava que a interpretação de Lobo Leite “embora plausível, não deixa de ser um tanto forçada e contestável”[214].

Figura 5 – Mapa da “expedição espinhosa” em 1553 e de Fernão Dias Paes Leme em 1672



Fonte: *RIHGB*[215]

[214] DERBY, 1909b, op. cit., p. 32.
[215] Ibid., p. 32a.

O estudo de roteiros não ficou restrito aos trabalhos de Orville Derby. Gentil de Moura publicou, em 1908, o trabalho *O primeiro caminho para as minas de Cuyabá*[216], que buscou reconstituir os roteiros das bandeiras do Mato Grosso sendo possível traçar algumas similaridades entre os dois autores. De forma semelhante, as lendas que impeliram as expedições em direção à serra do Sabarabuçu, o "desejo do desconhecido", movimentaram os bandeirantes em direção às minas que ficavam na margem do Rio Cuiabá. As primeiras notícias das "riquezas das minas" encheram de "satisfação o espírito aventureiro dos paulistas daquela época". Essas expedições utilizavam essencialmente os rios, sendo definidas como monções, e usavam o rio Tietê para adentrar o continente[217]. Quatro meses de penosa expedição, e apesar de "acostumados às custosas e arriscadas excursões ao interior do país", os bandeirantes cogitavam encurtar esse tempo abrindo um novo caminho até as minas[218].

As tentativas de abrir um caminho mais curto tiveram início com Bartolomeu Pais de Abreu, que tinha "conhecimento do país por ele palmilhado em vários pontos". Pela região próxima a Sorocaba, Abreu tentava alcançar o rio Grande ou o Paraná, entre os rios Aguapeí e Sucuriú, para definir o caminho mais "conveniente" para as minas de Cuiabá. No entanto, o governo da província entregou a tarefa de abertura do caminho à outra associação liderada por Manuel Godinho. Não havia relatos se Godinho começou sua estrada pelo Rio Grande ou Paraná ou se havia aberto uma estrada paralela àquela já iniciada por Bartolomeu Paes de Abreu. Gentil de Moura acreditava que a última hipótese era mais aceitável, pela facilidade de conduzir animais e mantimentos partindo de Sorocaba e não do "centro do sertão". Godinho não teve êxito e também foi substituído. A tarefa liderada finalmente por Luiz Pedroso, após alguns percalços, conseguiu chegar ao Rio Paraná próximo à

---

[216] MOURA, Gentil Assis de. O primeiro caminho para as minas de Cuyabá. *RIHGSP*, v. 13, 1908a.

[217] Maria Borrego discutiu a representação das monções em Museus e aponta como, principalmente, no Museu Paulista com a direção de Afonso de Taunay, ocorreu a construção de uma narrativa que confundia as monções com as bandeiras, mesmo que estes dois tipos de expedições tivessem roteiros e objetivos distintos, segundo a autora. Moura escrevendo, em 1908, parece antecipar a confusão entre os dois termos, confusão que também estava presente em seu artigo de 1914, *As bandeiras paulistas*. Quando consideramos a construção de um passado valorativo sobre São Paulo que teve lugar no IHGSP, não era de se estranhar que este e outros autores sócios do Instituto fizesse a associação dos dois termos, ambos organizados dentro das expedições paulistas que exploraram o território nacional. BORREGO, Maria Aparecida de Menezes. Perspectivas sobre a representação das monções no Museu Paulista e no Museu Republicano de Itu. *MIDAS: Museu e estudos interdisciplinares*, n. 10, 2019.

[218] MOURA, 1908a, op. cit., p. 127-129.

barra do Rio Pardo. Moura pondera que Pedroso possivelmente aproveitou o trabalho de Abreu pela rapidez em que esse caminho foi aberto. No entanto, apontava um problema para essa hipótese. Segundo o plano de Abreu, sua estrada sairia no rio Paraná entre o Rio Aguapeí e o Sucuriú. A estrada aberta por Pedroso, saindo próxima ao rio Pardo, estava ao sul do Aguapeí e do Sucuriú. Gentil de Moura pondera que Abreu podia ter se enganado quanto ao ponto onde sua estrada interceptava o rio Paraná, ou presumia que os alagadiços entre o rio Aguapeí e o Peixe tenham desviado a expedição de Luiz Pedroso para o Sul[219].

A partir de um mapa presente no acervo do IHGSP, Gentil de Moura apontava a existência de uma estrada traçada na cabeceira do Rio Aguapeí. Não podendo identificar o autor, o mapa trazia os dizeres “caminho que hizo el paulista Simão Bueno em 1730”. Gentil de Moura defende que o mapa havia se enganado de nome e data, e afirma que a referência a Simão Bueno devia ser a Luiz Pedroso: “Se efetivamente há engano de nome e data e ela se refere à estrada de que vimos tratando, absurdo seria desviá-la daí para os campos do Avaré. Nosso traçado parece estar bem aproximado à realidade”. Moura, buscando reconstituir o roteiro, recorre a outros relatos para responder às lacunas, aproximando-se do procedimento utilizado por Derby. Ainda centrado nos aspectos topográficos, Moura chamava a atenção para um terceiro engano. A cabeceira designada como sendo a do Rio Aguapeí estava a 15 léguas de sua localização real devendo se referir, possivelmente, ao Rio Batalha ou ao Dourados. Após atingir o rio Paraná pelo lado de São Paulo “podia-se dizer que a estrada estava aberta até as minas”, pois os vastos campos que se formavam a partir desse ponto facilitavam a marcha das expedições[220].

No mesmo ano, Gentil de Moura publicou outro trabalho de reconstituição de roteiro, *O caminho do Paraguay a Santo André da Borda do Campo*[221], propiciando mais amostras da relação com os trabalhos de Orville Derby, ainda mais que havia uma referência direta ao letrado na abertura do texto. Moura afirma que Derby, juntamente a Teodoro Sampaio, havia iniciado esse “gênero de estudos” contando com vários roteiros reconstituídos: “Historiadores consumados e geógrafos eméritos trataram de fazer a união de uma ciência com a outra, o que nem sempre se podia

[219] MOURA, 1908a, op. cit., p. 129-132.
[220] Ibid., p. 133-134.
[221] MOURA, O caminho do Paraguay a Santo André da Borda do Campo. *RIHGSP*, v. 13, 1908b.

fazer, atenta à falta de mapas regulares do país". Derby e Sampaio eram reconhecidos como historiadores e geógrafos ao se dedicarem ao estudo dos roteiros. Moura reflete que a reconstituição de roteiros auxiliava o estudo da história, pois eles criariam ou representariam os fatos históricos que definiriam o "temperamento" da nacionalidade incipiente. Antes de tudo, era necessária a união entre as duas ciências:

> Sem essa concordância, impossível seria fazer-se a reconstituição; - a Geografia, como auxiliar da História, tem de ser como ela a expressão da verdade, porque as cenas da vida do homem não têm outro palco senão a superfície da terra; e por isso é primordial que a integridade de uma corresponda à exatidão da outra. Daí o não se conciliarem elas, quando os elementos se harmonizam[222].

Vemos aqui, outro exemplo da defesa da união entre História e Geografia, nesse caso para o estudo dos roteiros. No entanto, Moura esclarece que a Geografia, mesmo sendo necessária para as reconstituições, tinha um papel auxiliar para a História. O objeto da História sendo a "vida do homem", a Geografia se voltava para o "palco", a superfície terrestre. A afirmação de Moura indicava sua relação com a geografia humana de Ratzel, como exposto em seu discurso no segundo Congresso Brasileiro de Geografia, em 1909. Mas também remontava ao desenvolvimento da Geografia no século XIX, como a afirmação de Carl Ritter da Terra como o palco onde se desenrolam as atividades do homem[223]. A concepção da Geografia associada essencialmente à dimensão física do espaço era um aspecto que estava presente no desenvolvimento desse saber durante o século XIX e início do século XX[224].

Apesar disso, a Geografia também tinha de ser "expressão da verdade", mesmo sendo uma ciência auxiliar. A "verdade" estava relacionada à exatidão do

---

[222] MOURA, 1908b, op. cit., p. 168.

[223] Carl Ritter e Alexander Von Humboldt são tidos como pioneiros na sistematização da Geografia como ciência moderna na primeira metade do século XIX. Enquanto Ritter buscou destacar o local, o regional e a ação humana, Humboldt priorizou em sua produção o global e os aspectos físicos, sem privilegiar o homem. Cf. ALVES, Flamarion Dutra; NETO, Danilo Piccoli. O legado teórico-metodológico de Karl Ritter: Contribuições para a sistematização da geografia. *Geo UERJ*, a.11, v.3, n.20, 2009; MORAES, 2007, op. cit.

[224] CEZAR, op. cit., 2005, p. 80-81; A dissertação de Lillian Beatriz Carlos faz uma análise aprofundada do papel desempenhado pela Geografia no desenvolvimento e consolidação do IHGB durante o Oitocentos. Cf. CARLOS, Lillian Beatriz. *Uma relação a dois: A história e a geografia nos primeiros anos do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. 2008. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo.

saber geográfico a fim de manter a integridade da História. Moura afirma que não faltavam documentos históricos para a reconstituição, mas para saber onde tais expedições ocorreram faltava uma representação do terreno onde se podia assinalar o local e descrever o acontecimento, construir o palco da história, produzir mapas. A união entre os dois saberes ocorria, então, nos mapas. Apesar de indicar essa necessidade, Moura também indicava que havia documentos cartográficos produzidos por explorações e expedições geográficas para auxiliar na reconstituição[225].

O roteiro ao qual Moura se voltava era o da expedição de Ulrich Schmidl. Moura reclamava do modo "lacônico" que os primeiros roteiros eram escritos, descrevendo rapidamente os lugares e citando poucas referências aos locais pelos quais passavam – levando a uma necessidade de certo grau de adivinhação na reconstituição dos roteiros. Como descrição do caminho, o relato de Schmidl "não tem a menor importância". No entanto, pondera que, se fosse possível a reconstituição do roteiro dessa expedição, Schmidl trazia uma importante contribuição para compreender a história dos "dois primeiros séculos do descoberto".

Moura expõe que Schmidl, após servir vinte anos no Paraguai, fora chamado a retornar à seu país natal em 1552, que hoje corresponde a Alemanha. Tendo partido em dezembro do Paraguai, seguiu em direção ao rio Paraná percorrendo 100 milhas por terra durante seis semanas. Ao fim desse tempo, Schmidl atravessa o rio Urquan, prosseguindo para Jurubatuba, Santo André da Borda do Campo e, por fim, São Vicente[226]. As poucas referências levavam Moura a utilizar outros relatos. A partir da informação de que, após sair de Assunção, desertores alcançaram a expedição de Schmidl na aldeia de *Juberic Sabaie*, Moura utiliza a crônica da Companhia de Jesus para descobrir a possível identidade de um desertor. Havendo a ordem da formação de uma expedição para a região do rio Paraguai a fim de converter indígenas, a empresa teve como guia o padre Antônio Rodrigues, pois ele havia servido como soldado no Paraguai e era versado nos costumes dos índios Carijós. Na ocasião do falecimento de Rodrigues, a crônica informava também que havia participado de uma Armada Castelhana em partes do rio da Prata e voltou a São Vicente viajando 200 léguas por caminhos pouco utilizados com a intenção de

[225] MOURA, 1908b, op. cit., p. 168.
[226] Ibid., p. 168-169

seguir para Lisboa. Para Moura, Rodrigues era um daqueles soldados desertores que se juntaram a Schmidl e por isso conhecia o caminho para o Paraguai. A partir da alegação, o roteiro de Schmidl poderia ter similaridades com o roteiro da expedição jesuíta e, portanto, preencher as lacunas do relato de Schmidl. Não sendo, no entanto, o único relato que Moura utilizou para reconstituir esse roteiro.

Apontado por Moura, ao lado de Derby, como iniciador desse gênero de estudo, há um trabalho de Teodoro Sampaio que é explicitamente um estudo de roteiro intitulado *Peregrinações de Antonio Knivet no Brasil no século XVI*[227] e publicado na ocasião do *Primeiro Congresso de História Nacional*. Nele, Sampaio afirma que analisava uma narrativa de viagem, um gênero de escrita que não estava isento de erros, episódios fantásticos, falhas sobre a geografia e etnografia dos sertões. Tais erros não significavam que as informações eram falsas, mas tinham relação com o tempo em que o autor as escrevia, utilizando fontes não confiáveis e apoiando-se no uso da tradição oral indígena. Em certo momento, Sampaio usava o termo "geografia fantástica" que com as explorações subsequentes foi "esclarecida"[228]. Joseph Conrad, escrevendo em 1925, buscou dividir o desenvolvimento da Geografia em fases e definiu o período quinhentista como *geography fabulous*, ou geografia fabulosa, uma fase de "especulação extravagante" que englobava as visões fantásticas da geografia medieval abarrotando os mapas com gravuras estranhas, mas com precisão de continentes somente teoricamente concebidos[229]. A partir das expedições, o fantástico e o fabuloso eram elucidados deixando de ser fantasia e tornando-se real.

Ao se voltar para as expedições, Sampaio afirmava que a "geografia contemporânea" precisava ser bem conhecida para se entender as referências presentes no relato. Indicava-se, como no final do século XVI, somente o litoral era conhecido e tinha a posse garantida, seja por Portugal ou Espanha. Pelo sertão, o interior, os limites não eram certos e não se tinham conhecimentos sobre a região, como a crença de que os rios São Francisco, Amazonas e o da Prata nasciam no mesmo local. No relato de Knivet, por exemplo, se expunha que a origem do rio

[227] SAMPAIO, Teodoro. Peregrinações de Antonio Knivet no Brasil no século XVI. *Anais do Primeiro Congresso de História Nacional*, Rio de Janeiro, IHGB, Imprensa Nacional, 1915.
[228] SAMPAIO, 1915, op. cit., p. 363-364.
[229] O trabalho de Joseph Conrad é explorado por Felix Driver ao fazer uma análise do desenvolvimento do conhecimento geográfico durante o Império Britânico. Cf. CONRAD apud DRIVER, Felix. Geography's empire: histories of geographical knowledge. *Society and Space*, 1992, v. 10, p. 23-40.

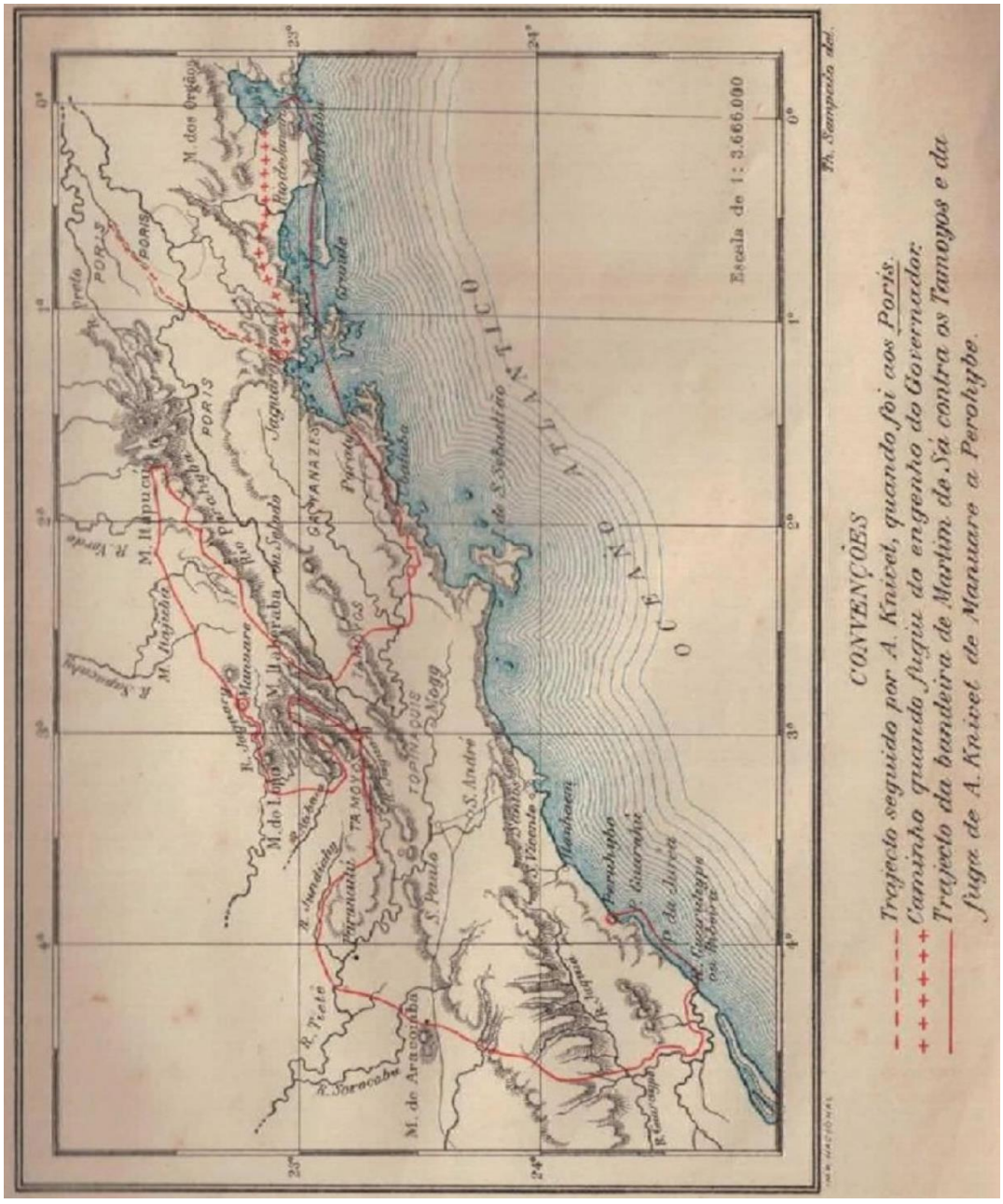
Jaguari, explorado pela expedição de Martim de Sá, em torno de 1593, e da qual ele fez parte, eram as “montanhas do Potosí no Peru”. Sampaio caminhava pelos erros e fantasias de Knivet. Indicando que as terras do Paraguai eram repartidas em três territórios (Guairá, Paraguai, Tucumán), o território de Tucumán, mais conhecido por ser próximo das minas de Potosí, não raro nomeava o todo. Ao fugir da bandeira de Martim de Sá, Knivet escreveu que atravessou essa província, mas Sampaio indica que possivelmente ele ainda estava em território português pelo relato de um volumoso rio que, pelo relato, Sampaio identifica como sendo o rio Tietê. Ainda, Knivet descrevia uma “montanha de todos os metais”, a qual Sampaio identificava como o morro de Araçoiaba, em São Paulo, no qual sertanistas mineiros haviam encontrado ouro e prata, aceitando que sua hipótese sobre o rio Tietê estivesse correta[230].

Contudo, se o conhecimento da “geografia contemporânea” era importante, também era importante o conhecimento da “geografia brasílica” do século XVI. Em um exemplo, Sampaio aponta para o fato de que os rios da costa ao sul de São Vicente tinham uma grande variação de nomes. Ocorrendo grande presença de patos selvagens pela extensão da costa, o que criava grande confusão com o termo que se repetia em variados locais como “rio dos Patos”, “porto dos Patos”, “lagoa dos Patos”. O relato de Knivet também descreve a navegação por um rio dos Patos até sair em uma baía onde, em uma ponta, se localizava uma aldeia. Um então rio dos Patos foi descrito por Gabriel Soares de Souza em seu *Roteiro Geral do Brasil*, de 1587, desembocando próximo à Ilha de Santa Catarina. Sampaio pontua que o rio que desembocava próximo à Ilha não contava com essas características. A questão, segundo Sampaio, direcionava-se para o nome primitivo do rio Ribeira do Iguape, que também se chamava rio dos Patos, e que contava com as características correspondentes ao relato: largo trecho navegável, a baía a qual Sampaio associa a barra formada no estuário e a ponta onde se localizava a aldeia, identificadas como a ponta da Jureia e a aldeia de Peruíbe – onde padres jesuítas haviam construído uma igreja em 1559[231]. O relato de Knivet “pelas minúcias com que é feita e pelos dados geográficos e históricos que a enriquecem” provia importantes informações para a história da ocupação e do povoamento do Brasil, mas não tinha o mesmo valor para “a história dos descobrimentos dos nossos

[230] SAMPAIO, 1915, op. cit., p. 362-365.
[231] Ibid., p. 366.

sertões” – como a descrição das bandeiras e entradas[232]. A afirmação de Sampaio era incisiva ao indicar a importância do estudo das bandeiras avançando sobre o vazio do sertão – o que nos direcionará para o próximo tópico.

Figura 6 – Mapa das expedições de Antonio Knivet, por Teodoro Sampaio



No mapa produzido por Teodoro Sampaio, a linha contínua designava a bandeira de Martim de Sá, da qual Knivet fez parte, e depois se evadiu em direção ao rio Ribeira do Iguape, alcançando o litoral e subindo até Peruíbe.
Fonte: *Anais*...[233]

[232] SAMPAIO, 1915, op. cit., p. 390.
[233] Ibid., p. 368a

2.2. A emergência de um protagonismo

Na sessão comemorativa do quarto centenário do Descobrimento do Brasil, Teodoro Sampaio proferiu um discurso discutindo aspectos da ocupação e do povoamento do território nacional motivados pela efeméride[234]. Ao abrir o texto, a história era convocada para a reflexão, pois o passado era necessário para examinar aquilo que a nação tinha sido e o que podia ser no futuro. Sampaio reforçava sua crença na História para explicar o povo e a nação[235]. A nação era vista como incompleta e ainda em elaboração, assim como seu povo formado pela mistura das três raças, sem ainda, no entanto, fundirem-se em um tipo único[236]. Ao se voltar para a Geografia, ele questionava: "Que valor tem aqui, de fato, o problema geográfico na política dos povos sul-americanos?". Vislumbrar o mapa da América do Sul através de quatro séculos de "conquistas, de colonização e de trabalho", levantava o problema dos destinos desses "dois povos ibéricos" e seus descendentes: "Se os destinos das nações têm alguma coisa de real e positivo que o meio terreno indica ou impõe de um modo inelutável, força é inquirir qual a nossa missão nesta parte do continente [...]?". A Geografia era associada ao mapa e Sampaio retomava as teorias deterministas. Pelos "ensinamentos" da História, o progresso da humanidade ocorria em função da raça, sendo o clima um fator preponderante[237]. Trabalhando com as ideias de "exemplo" e "destino", se o "meio climatológico" das posses portuguesas não era o melhor, Sampaio afirma que era necessário expor as evidências que a "ciência geográfica" poderia fornecer para confirmar ou não a afirmativa[238].

Apesar de estar em quase sua totalidade na "zona tórrida"[239], o Brasil tinha importante ligação com o Oceano Atlântico, "um lago de civilização e do comércio".

---

[234] SAMPAIO, Teodoro. IV Centenário do Descobrimento do Brazil. *RIHGSP*, São Paulo, v.6, 1900-1901b.

[235] Cf. FERREIRA, Antonio Celso; MAHL, Marcelo Lapuente. Preservação e Patrimônio no Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (1894-1937). *Patrimônio e Memória (UNESP)*, v. 7, 2011.

[236] A noção de que o povo e a nação brasileira eram compostos por três raças remontava ao trabalho de Carl Von Martius, *Como se deve escrever a história do Brasil*. Tal texto buscou determinar as diretrizes do projeto histórico do IHGB para produzir discursos que delimitavam a História, a Geografia e a identidade da nação recém-formada. Cf. GUIMARÃES, op. cit., 1988.

[237] Perspectivas semelhantes sobre a relação raça e clima estão presentes em outros sócios do IHGSP, como Alberto Rangel e Arthur Orlando. Tal afirmação também traçava paralelo com o determinismo de Henry Thomas Buckle. Cf. ARAUJO, 2010, op. cit.; MURARI, 2007, op. cit.

[238] SAMPAIO, 1900-1901b, op. cit., p. 98-100.

[239] Tal termo foi utilizado para designar a zona inabitável por causa do clima quente, os trópicos. Tal divisão foi utilizada pelas teorias deterministas para expor a influência do clima e do meio no desenvolvimento das raças. Cf. VENTURA, Roberto. Leituras de Raynal e a ilustração na América

Assim como também era um dos “pontos avançados do continente em relação ao progresso da humanidade que marcha ao nosso encontro seguindo a rotação da Terra”. Possivelmente Sampaio refere-se à Europa e a menor distância do continente em relação ao Litoral brasileiro. Tendo em vista a “muralha” formada pela Cordilheira dos Andes, Sampaio assevera que o tráfego do Atlântico prevaleceria sobre o Pacífico. Tendo preeminência nesse espaço, o Brasil confirmaria sua “hegemonia nos negócios sul-americanos”. No entanto, as condições climáticas tornavam possível manter a preeminência resultante de seu posicionamento? A resposta estava nos quatro séculos de conquistas, “através dos domínios da geografia gradual e simultaneamente por eles dilatados”, ou seja, a vantagem estava assegurada pela unidade e extensão territorial do Brasil[240].

Sampaio expõe como a partilha do continente entre Espanha e Portugal demonstrou “a índole, a energia, ou o sentimento político” de seus povos. O império espanhol na América, em menos de 50 anos, estava fundado e atingia seus limites definitivos. A colonização portuguesa, no entanto, não teve uma marcha “dramática e maravilhosa” como a espanhola. As dificuldades encontradas na costa brasileira diminuíram a marcha e consumiram cerca de um século para ultrapassar seus limites ao Norte, o Cabo do São Roque, e ao Sul, a localidade de Cananeia. Na “zona genesíaca dos Trópicos”, e apesar de “genesíaca” ainda “tórrida”, o calor dissolvia a energia da raça. Não abandonando as concepções deterministas, foi necessária a ação do tempo para que ocorresse a adaptação do europeu. Mesclado ao indígena e ao negro, formou-se uma população mestiça “apta a enfrentar as agruras do deserto”, expandindo e explorando as riquezas dos “ignotos sertões” da Colônia[241]. Sampaio utiliza recorrentemente o conceito de sertão para indicar esse espaço vazio a ser conquistado.

Após o estabelecimento da Colônia, definiram-se três correntes povoadoras: a paulista, a baiana e a pernambucana. Nessas correntes, o missionário e o bandeirante foram os agentes da expansão avançando sobre o desconhecido, indo além dos limites definidos pelos tratados, ampliando e assegurando pontos-chave do

---

Latina. *Estudos avançados* [on-line], 1988, v.2, n.3, p.40-51. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141988000300003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 06 jun. 2019.

[240] SAMPAIO, 1900-1901b, op. cit., p. 100-101.

[241] Ibid., p. 101-103.

território sul-americano[242]. “As fronteiras recuavam sempre”. Alcançando o presente, Sampaio indicava, mas não explicitamente, São Paulo onde o “céu mais brando” dentro da “zona tórrida” podia formar um tipo nacional que se igualasse à energia do europeu. A história do povoamento do Brasil mostrava como o gênio de uma raça migrou para a América, mas cujo caráter vinha se distinguindo pela audácia, iniciativa e amor à independência, características que foram associadas ao bandeirante[243].

Se dois anos antes na *RIHGSP*, o editor abria o volume afirmando que a história das bandeiras esperava seu arquiteto, nos primeiros anos do Instituto, Orville Derby e Teodoro Sampaio se colocaram a produzir essa história. Enquanto Derby estudou os roteiros das bandeiras, Sampaio produziu diferentes estudos que se voltaram para a questão da ocupação e povoamento do território. Ainda podemos pontuar que nesse discurso havia a presença de alguns enunciados que se tornaram aspectos recorrentes e estabelecidos da produção. No primeiro volume da *RIHGSP*, Sampaio publicou o trabalho *A posse do Brazil Meridional. Fundação da primeira colonia regular dos portuguezes em S. Vicente*[244] que buscou analisar as primeiras expedições que exploraram a América do Sul e se estabeleceram no Brasil. Sampaio descreve como as dificuldades e o jogo de interesses em relação ao recém-descoberto território se fizeram presentes no período: “o Brasil não tinha para seduzir o espírito mercantil da época nem o ouro, nem o marfim”. O abandono inicial por não ter as qualidades que o colono buscava, contudo, teve uma mudança brusca. Os tesouros descobertos pelos espanhóis e uma série de expedições marítimas e terrestres desvelava uma América opulenta, vasta e extraordinária e que finalmente chamava a atenção do Império português[245].

Em 1899, Teodoro Sampaio publicou *O sertão antes da conquista (Século XVII)*[246] e, avançando para o século XVII, as incertezas, vacilações, tibieza e descrença das primeiras expedições do século anterior eram abandonadas. Ao longo da costa, “quase toda ocupada, mas muito escassamente povoada”, o sertão

---

[242] SAMPAIO, 1900-1901b, op. cit., p. 104.
[243] ABUD, 1985, op. cit., p. 132. Para outras produções sobre a retórica bandeirante Cf. QUEIROZ, op. cit., 1992; ABUD, op. cit., 1999; FERREIRA, 1999, op. cit.; LUCA, 1999, op. cit.; FERREIRA, op. cit., 2002; FERRETTI, op. cit., 2004.
[244] SAMPAIO, Teodoro. A posse do Brazil Meridional. Fundação da primeira colônia regular dos portuguezes em S. Vicente. *RIHGSP*, São Paulo, v.1, n.2, 1895.
[245] SAMPAIO, 1895, op. cit., p. 29.
[246] SAMPAIO, 1899-1900, op. cit.

ainda estava envolvido em obscuridade e o sentimento de inércia, ou incapacidade, era o que impedia avançar em direção ao interior. No entanto, a "imaginação popular" fazia sua propaganda em prol dos sertões com contos fantásticos e riquezas incalculáveis, como a crença de que os domínios portugueses eram contíguos às minas do Peru ou a lenda das riquezas da Serra de Sabarabuçu[247].

Sampaio indicava duas áreas distintas em seu aspecto físico e divididas naturalmente, o norte e o sul: "Em uma e outra região, o aspecto físico, a característica do sertão é fenômeno em intima dependência com o relevo e altitude das montanhas, a constituição do solo e o grau de umidade do clima continental"[248]. Elencando as diferenças físicas entre as duas áreas, Sampaio afirma que no norte o relevo era menos acentuado, formando planícies ou chapadas. Seco e monótono, a vegetação era raquítica, espinhenta, retorcida, formando uma paisagem desolada e evidenciando a escassez de chuva e a temporalidade de alguns rios. No sul, por outro lado, o relevo era mais variado, os rios não secavam e os campos estavam abertos. O norte, por seu aspecto físico, não era propício para a expansão da ocupação. No sul, a partir da transposição da serra, os rios se abriam para adentrar o interior tendo as condições geográficas ideais para a expansão que, posteriormente, assegurou a Portugal a posse de vasto território:

> O destino de cada uma das duas metades da colônia, diante do problema da conquista, estava, pois, perfeitamente assinalado na constituição geográfica dos respectivos territórios. O paulista, pelo seu *habitat,* tinha de ser o *bandeirante* por excelência. A conquista dos sertões estava no seu destino histórico[249].

Se os aspectos físicos propiciam as condições favoráveis para a expansão no sul da Colônia, as dificuldades impostas pelo *habitat*, o meio, fizeram surgir uma população adaptada à "zona tórrida", uma "sub-raça" resultante do cruzamento do europeu com o indígena. Mestiços, audazes, independentes, afeitos às "aventuras em terras distantes"[250]. Tais características compunham o cerne da caracterização do bandeirante, tanto na produção de Sampaio quanto nos estudos que surgiram

[247] SAMPAIO, 1899-1900, op. cit., p. 79 et seq.
[248] Ibid., p. 84.
[249] Ibid., p. 87.
[250] Ibid., p. 79.

antes e depois[251]. Se as teorias deterministas condenavam a população por causa do clima, Sampaio inverte a lógica e enxerga na conquista do espaço a superação dessa condenação.

Outros estudos se juntaram às preocupações de Derby e Sampaio. Artur Orlando em *São Paulo versus Alexandre VI*[252] analisava como os tratados de divisão entre Portugal e Espanha tiveram efeito sobre as ações dos povoadores no Brasil. Iniciando tal texto afirmando que a glória dos bandeirantes estava menos em ter descoberto as minas de ouro, e mais por ter conquistado os indígenas e os espanhóis, alcançando a imensa região que chegava às fraldas dos Andes. O bandeirante é visto como conquistador e dilatador do território. A determinação da linha de Alexandre VI e da linha de Tordesilhas, em "virtude da desinteligência entre cosmógrafos, não somente no tocante às dimensões da terra" geraram múltiplas questões geográficas e diplomáticas, fomentando as "modernas 'fronteiras matemáticas'" fixadas segundo latitude e longitude. A ausência de fixidez daquelas linhas de limite impulsionou a marcha dos bandeirantes. Caminhando rumo ao Oeste conquistaram para o Brasil uma ampla rede hidrográfica que colocava o país em uma posição de proeminência em relação ao continente sul-americano[253].

Publicado na *RIHGSP*, em 1910, o discurso de Manoel de Oliveira Lima[254] *A Conquista do Brazil*[255] expressava que o território do Brasil teve de ser conquistado pelos brasileiros, pois estava defendido por tribos selvagens. Mesmo não sendo um processo pacífico, fora uma "conquista civilizadora". Retomando os tratados de limites do final do século XIV, reforçava como importantes territórios escapavam da posse portuguesa, mas que, posteriormente, foram tomados pelas expedições em busca de metais preciosos. Essas expedições de fato conquistaram o Brasil. A partir da formação de uma raça do cruzamento do indígena com os colonos formou-se uma população especial e nacional. Seu primeiro posto avançado foi São Paulo, onde se estabeleceram missionários e colonos, os primeiros para ficarem próximos aos indígenas, os segundos para acharem as minas que almejavam. Avançando sobre o território, lutavam contra o meio, contra o indígena.

---

[251] ABUD, 1985, op. cit., p.132.
[252] ORLANDO, Artur. São Paulo versus Alexandre VI. *RIHGSP*, São Paulo, v. 14, 1909a.
[253] Ibid., p. 47.
[254] Manoel de Oliveira Lima (Recife, 1867 — Washington, EUA, 1928) foi um escritor, diplomata, historiador e jornalista brasileiro. Foi membro da Academia Brasileira de Letras, do IHGB e do IHGSP.
[255] OLIVEIRA LIMA, Manoel de. A conquista do Brazil. *RIHGSP*, São Paulo, v. 17, 1912.

O bandeirante, “veterano da exploração brasileira”, era elogiado pela coragem, tenacidade e resistência: “A geografia do continente foi-lhes desvendada em todos os seus segredos no decorrer dessas penosas viagens”[256]. De São Paulo prosseguiu a exploração não sistemática, mas progressiva e metódica do sertão, essas “terras além de uma larga zona do litoral”. A conquista do deserto, do sertão, fora ininterrupta e inflexível. Avançando pelo interior e se habituando aos caminhos de um imenso território desocupado, a linha de Tordesilhas era ultrapassada e, assim, se alcançava as margens dos sistemas hidrográficos do rio Amazonas e do rio da Prata. Quando da Proclamação da Independência, havia núcleos de população dispersos sobre a superfície “colossal” separados por desertos imensos e, no entanto, representavam pontos de convergência e marcos de continuidade da ocupação e povoamento do território. Juntos representavam a unidade do país e da nação. O discurso de Oliveira Lima retomava o papel dos bandeirantes na expansão e conquista do território, assim como, a noção de que o conhecimento geográfico se dava a partir da exploração do espaço. Além disso, recuperava a imagem do sertão como deserto, e, desse modo, um espaço a ser conquistado e civilizado.

Com o avanço da preocupação nesses aspectos do povoamento, as bandeiras e os bandeirantes paulatinamente caminharam para o centro das atenções. Em 1909, Artur Orlando escreve o trabalho *Bandeirantes*[257]*,* fazendo uma comparação entre esses personagens com os heróis gregos presentes na *Odisseia* de Homero e utilizando o termo “epopeia dos bandeirantes”. A influência do meio era retomada, assim, como a ideia do bandeirante como o mestiço, fundindo duas raças que foram as fundadoras do tipo nacional brasileiro. No mesmo ano, José Felício Buarque de Macedo publica *Acção das bandeiras*[258], onde explora a premissa da dificuldade de determinar a linha divisória do Tratado de Tordesilhas e como o fato fez surgir “questões geográficas e diplomáticas” que favoreceram os portugueses. Os bandeirantes, ao “invadirem” o interior do país, conquistaram vastos territórios, alargando as fronteiras nacionais e assegurando a formação de um território “indiviso” e “colossal”.

[256] OLIVEIRA LIMA, 1912, op. cit., p. 8.
[257] ORLANDO, Artur. Bandeirantes. *RIHGSP*, São Paulo, v. 14, 1909b.
[258] MACEDO, José Felício Buarque de. Acção das bandeiras. *RIHGSP*, São Paulo, v. 14, 1909.

Em sua *Contribuição para a historia da capitania de São Paulo*[259], Washington Luís[260] produzia um trabalho que tratava do período que, segundo ele, marcava o fim das grandes expedições bandeirantes. Retomando o aspecto racial, afirmava que a população nesse período era composta de brancos, vermelhos, negros, e dos cruzamentos entre essas raças se formaram os paulistas. Estes "heróis dos fins do século XVI e do século XVII sobre os quais repousou o trabalho grandioso da constituição geográfica do país"[261]. Explorando o interior "ignoto", em expedições que se arrastavam por anos lutando com a natureza, privações, sofrimentos, eles estabeleceram uma "rede arterial" que concentrou a circulação do futuro país. Apesar de produzir o estudo, Washington Luís ecoava as palavras de Capistrano de Abreu e do editor da RIHGSP: "São os descobridores de minas, são os autores dessas ações extraordinárias e maravilhosas, cuja epopeia ainda não encontrou cantor"[262]. Apesar de haver letrados explorando estes temas e objetos, ainda se esperava o arquiteto para produzir a síntese[263].

Se a análise dos roteiros de bandeiras e das primeiras discussões, centradas na ocupação e no povoamento durante a Colônia, estavam concentradas no ano de 1910, encontramos na próxima década as primeiras tentativas do esforço de síntese sobre a história das bandeiras. Gentil de Moura publicou, em 1914, o trabalho *As Bandeiras Paulistas*[264], buscando reunir e organizar as expedições que ocorreram durante a Colônia e como se estabeleceu o movimento de povoamento. Moura afirma que as bandeiras paulistas foram fundamentais para a "constituição geográfica" do país, impulsionadoras do povoamento do solo e "formação da raça": "As bandeiras paulistas não consubstanciam somente a epopeia de Tordesilhas, mas sintetizam também os fatos políticos, sociais, etnográficos e econômicos da raça em formação".

Utilizando a descrição geral das expedições que datavam desde 1561, Moura destaca a persistência das expedições em atingir seus objetivos. As campanhas definiram os caracteres desse tipo étnico, iniciaram o povoamento de diversos

---

[259] LUIZ, Washington. Contribuição para a historia da capitania de S. Paulo. Governo de Rodrigo Cesar de Menezes. *RIHGSP*, São Paulo, v. 8, 1903.
[260] Washington Luís Pereira de Sousa (Macaé, RJ, 1869 - São Paulo, SP, 1957) foi um político e historiador brasileiro. Foi eleito governador de São Paulo e Presidente do Brasil. Era sócio do IHGB e IHGSP, tendo sido presidente honorário do primeiro.
[261] LUIZ, 1903, op. cit., p. 30.
[262] Ibid., p. 31.
[263] PEREIRA; SANTOS, 2010, op. cit., p. 64.
[264] MOURA, Gentil Assis de. As Bandeiras Paulistas. *RIHGSP*, São Paulo, v. 19, 1914.

estados. Além de beneficiar a ciência e a educação, pois propiciaram as primeiras notícias da geografia do país. O bandeirante deparava-se com obstáculos que necessitavam obstinação e resistência para serem vencidos como o indígena, a mata fechada e os rios caudalosos. Em outras palavras, o meio. Moura retomava tanto a ideia da defesa do território quanto o conhecimento do espaço atrelado à sua exploração[265]. O bandeirante, nesse aspecto, tornava-se um agente geográfico expandindo o território e congregando conhecimento.

Moura definia duas categorizações para as bandeiras. Uma por sua natureza: bandeiras de expansão, religiosas, guerreiras, exploradoras de ouro e de exploração científica. E, outra, em regiões: bandeiras do Sul, de Mato Grosso, Goianas, Mineiras, e do Norte[266]. Retomando as disputas de limites entre Portugal e Espanha nos primeiros anos da Colônia, o estabelecimento da soberania portuguesa veio por meio da ocupação regular do território. Com a expulsão dos espanhóis consolidou-se a posse portuguesa na costa a partir da fundação de São Vicente e de outras vilas. A fundação do povoado de Maniçoba e do Colégio de Piratininga, no interior do continente, começou a "ocupação regular do sertão". Entre disputas e conflitos com os espanhóis, no século XVI, as Missões jesuíticas espanholas na região do Guaíra foram destruídas deixando a região ao Sul "desimpedida", faltando "uma ocupação de natureza permanente para incontrastabilidade da posse"[267].

Seguindo a conquista do Sul, os paulistas voltaram-se para o rio Paraguai e o Mato Grosso. Para Moura, a maior contribuição das bandeiras do Mato Grosso deu-se pelo conhecimento dos cursos de diversos rios, sendo, por isso uma "contribuição geográfica" de "alto valor científico". "Com elas [as expedições] ficaram conhecidos os cursos dos rios Cuiabá e Paraguai, dos afluentes do Paraná desde o Aporé até o Pardo na bacia do Prata, e os rios Guaporé, Mamoré, Madeira, Arinos, Araguaia e o Amazonas na bacia deste último rio".

Assim como no Mato Grosso, as bandeiras goianas, mineiras e do norte eram lembradas pelas contribuições ao conhecimento do território brasileiro e o "estudo da Geografia". "E são essas viagens ou bandeiras que concorrem nos primeiros séculos da nossa vida, para as imperfeitas descrições do país ou para a incipiente

[265] EDNEY, 2019, op. cit.
[266] MOURA, 1914, op. cit., p.79-80.
[267] Ibid., p. 90.

cartografia colonial aproveitada quase exclusivamente na representação do campo da atividade dos Jesuítas". Moura refletia que se a costa brasileira foi mapeada sob "orientação cientifica" de João Teixeira, em 1626, somente no século XVIII e que tais métodos foram aplicados para fazer os levantamentos no interior do país. Elencando diversos esforços de trabalhos cartográficos e de "geógrafos de valor", como Teodoro Sampaio e sua publicação, *Atlas dos Estados Unidos do Brazil*, Moura retomava as conclusões de seu discurso do *Segundo Congresso Nacional de Geografia.* Sendo a ciência do detalhe, a Geografia se beneficiava do volume de informações pela ampliação das explorações que ocorriam[268].

Outro texto publicado na década de 1910 foi *Na Era das Bandeiras*[269], de Afonso de Taunay. Apesar de Taunay ser um importante membro do IHGSP, chegando a ser seu presidente, esse trabalho foi primeiramente publicado na *RIHGB*. Sendo reconhecido, posteriormente, como "historiador das bandeiras", após a publicação de *História Geral das Bandeiras Paulistas*, aqui nos deparamos com sua primeira investida em um livro sobre a temática[270]. A frente da direção do Museu Paulista, tal livro era fruto da reestruturação da seção de História do museu. Taunay, nesta posição, engajou inúmeros intelectuais a fim de reunir documentos e mapas do Período Colonial que podiam contribuir para o estudo do passado paulista, além de livros do mesmo período para complementar a biblioteca do museu[271] [272]. A partir do estudo desse material, Taunay produziu cinco artigos que foram reunidos no livro.

O primeiro artigo lidava com a vila de Santo André da Borda do Campo. Taunay voltava-se brevemente para o problema de sua localização afirmando que "a borda do campo" era a borda do sertão, o "deserto ignoto". Santo André é tido como "o primeiro marco da conquista do Brasil", um sinal da predestinação dos paulistas em seu recuo dos limites do país, iniciado por João Ramalho, quando se

---

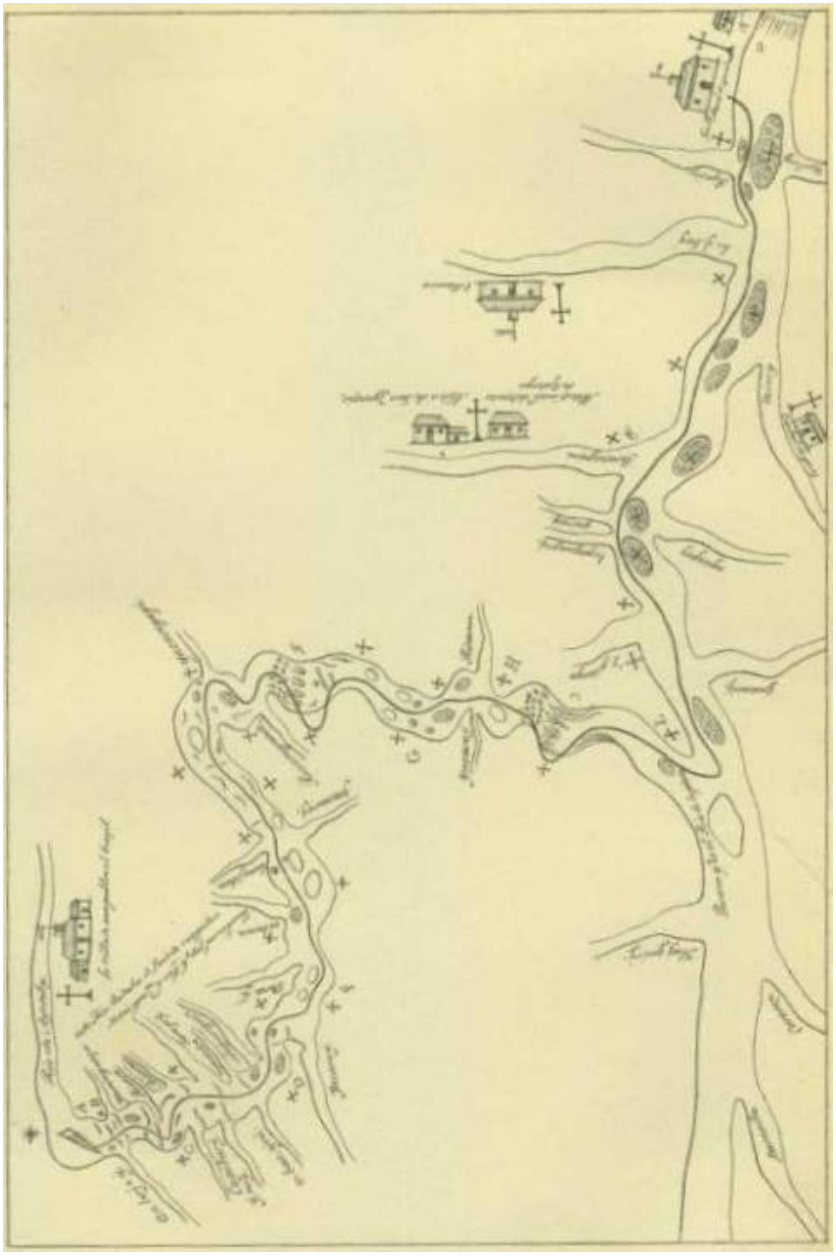
[268] MOURA, 1914, op. cit., p. 93 e p. 100 e p.102.
[269] TAUNAY, Afonso. Na era das bandeiras. *RIHGB*, Rio de Janeiro, t. 84, 1918.
[270] ANHEZINI, 2011, op. cit., p. 82 et seq. e p. 188.
[271] ANHEZINI, 2011, op. cit., p. 154 et seq. Para estudos sobre o Museu Paulista Cf. SCHWARCZ, 1993, op. cit.; ALVES, Ana Maria de Alencar. *O Ipiranga apropriado: ciência, política e poder: o Museu Paulista, 1893-1922*. São Paulo: Humanitas - FFLCH/USP, 2001; BREFE, Ana Cláudia Fonseca. História nacional em São Paulo: o Museu Paulista em 1922. *Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material*, v. 10, n. 1, p. 79-103, 2003; LOPES, Maria Margaret. *O Brasil descobre a pesquisa científica: os museus e as ciências naturais no século XIX.* São Paulo: Aderaldo&Rothschild; Brasília: UnB, 2009.
[272] Tal afirmação indica a importância do documento para a produção de Taunay, e associava este ao método delineado por Capistrano de Abreu e pelos metódicos franceses que ele resumiu em 1911. Cf. ANHEZINI, 2011, op. cit.

estabeleceu no planalto de Piratininga fundando a primeira povoação brasileira no interior: “Daí em diante, ficariam os Portugueses agarrados ao litoral como caranguejos, [...]. Tocava aos filhos do Brasil a empresa magnífica de rechaçar o meridiano de Alexandre VI e de Tordesilhas para o coração da América do Sul”[273]. Retomando a imagem do sertão como vazio a ser conquistado e uma visão de destino associada à ação das bandeiras, Taunay separava essas correntes povoadoras. Aqueles que adentraram o interior do território eram os verdadeiros brasileiros.

No ensaio *A viagem de D. Luis de Cespedes Xeria,* Taunay analisava a viagem desse personagem que, assumindo-se como governador do Paraguai, empreendeu viagem a partir do Brasil para chegar ao Paraguai. Dessa expedição, Xeria produziu um mapa ou roteiro, nas palavras de Taunay, ou “topografia” nos relatos de época da viagem, como o autor também aponta, sendo este o objeto de análise do texto. Taunay chamava a atenção para o estilo de descrição de Xeria que não tinha cristalinidade, trazendo problemas para a interpretação. Apesar disso, o mapa/roteiro tinha importância por ser a primeira carta de penetração no Brasil, delineando o curso do rio Tietê e do Rio Paraná, sem, no entanto, apresentar escalas, proporções, coordenadas geográficas ou acidentes orográficos[274]. Sendo o primeiro e, utilizando uma rota utilizada por outros, poderia ser útil como referência em outros estudos. Em sua análise do mapa de Xeria, constata-se uma narrativa focada na temporalidade da expedição, não parecendo haver o mesmo interesse pelo espaço. Mesmo se considerarmos as imbricações entre esses dois saberes e o cruzamento no uso das fontes, a obra de Taunay se define, através dessa narrativa, como histórica? Podemos encontrar uma explicação possível para isso na trajetória de Taunay, que, ao longo de sua carreira buscou uma proximidade e a afirmação como historiador[275]. Se o livro tinha uma estrutura mais fragmentária, isso se confrontava com a característica do texto que iremos analisar a seguir.

[273] TAUNAY, 1918, op. cit., p. 387.
[274] Ibid., p. 472-473.
[275] Cf. ANHEZINI, 2011, op. cit.

Figura 7 – Mapa de Dom Luís de Céspedes Xeria, por Santiago Montero Diaz



Na reprodução do mapa, encomendada por Afonso Taunay, o pesquisador Airton Cavenaghi aponta a modificação no desenho original da vila de São Paulo, no canto inferior esquerdo, deixando mais "luxuoso" a fim de referenciar o passado glorioso das bandeirantes[276]

Fonte: *RIHGB*[277]

[276] CAVENAGHI, Airton José. A construção da memória historiográfica paulista: Dom Luiz de Céspedes Xeria e o mapa de sua expedição de 1628. *Anais do museu paulista,* São Paulo, v.19, n.1, jun. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-47142011000100003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 06 jun. 2019; Há ainda outro estudo que analisou a reprodução do mapa Cf. CINTRA, Jorge Pimentel; BEIER, José Rogério; RABELO, Lucas Montalvão. Affonso de Taunay e as duas versões do mapa de D. Luis de Céspedes Xeria (1628). *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, Nova Série, v. 26, 2018, p. 1-53.

[277] TAUNAY, 1918, op. cit., p.448c.

Entre a publicação de Moura e Taunay, foi publicado nos anais do "Primeiro Congresso de História Nacional", em 1915, o trabalho *A expansão geographica do Brasil até fins do século XVII*[278], de Basílio de Magalhães. Sócio correspondente do IHGSP desde 1909, Magalhães publicou na *RIHGSP* produções que antecederam uma organização desse trabalho, como a compilação de documentos sobre o bandeirismo em 1913[279]. Essa compilação reforçava a importância dos documentos e da descoberta de novos relatos para a produção desenvolvida no IHGSP e, em grande parte, do mundo letrado do começo do século XX no Brasil. Em um texto de apresentação intitulado *Explicação Necessária*, Magalhães indicava que buscava "reunir tudo quanto diz respeito ao 'bandeirismo paulista'". Pontuava que os documentos foram copiados dos originais e que buscou preservar suas características, e que o bandeirismo era um "fenômeno histórico de alta relevância na evolução pátria", mas que ainda estava envolto em "escurezas", indicando que havia poucos estudos sobre o tema[280]. Um elogio a temática das bandeiras e ao IHGSP estava presente em seu discurso de posse como sócio, afirmando que o Instituto foi fundado pelos homens que mais se dedicaram "ao culto das gloriosas e venerandas tradições da terra dos intrépidos pioneiros da nossa civilização, triplicadores da área territorial do Brazil e contendo no seu ilustre grêmio o escol da intelectualidade paulista". Magalhães indica, por fim, o desejo de colaborar com o Instituto nesse "culto do passado" de um templo para história [Instituto] erguido pelos descendentes dos bandeirantes[281].

No prefácio da segunda edição de *Expansão geográfica...*, publicada em 1935, Magalhães apresenta algumas opiniões e recepções produzidas sobre seu livro entre as duas publicações. Destaca que em *História Geral das Bandeiras,* Afonso de Taunay escreve como o livro agregou estudos esparsos sobre as

---

[278] Uma segunda edição foi publicada em 1937, ampliando o trabalho original e o recorte temporal. Utilizaremos essa versão para análise. MAGALHÃES, Basílio de. A expansão geographica do Brasil até fins do século XVII. *Anais do Primeiro Congresso de História Nacional*, Rio de Janeiro, IHGB, Imprensa Nacional, 1915; MAGALHÃES, Basílio de. *Expansão Geographica do Brasil Colonial*. Companhia Editora Nacional: São Paulo, 1935.

[279] MAGALHÃES, Basílio de. Documentos relativos ao Bandeirismo paulista e questões connexas, no período de 1664 a 1700, - peças históricas todas existentes no Archivo Nacional, e copiadas, coordenadas e annotadas de ordem do Governo do Estado de S. Paulo. *RIHGSP,* São Paulo, v. 18, 1913.

[280] MAGALHÃES, Basílio de. Explicação Necessária. *RIHGSP,* São Paulo, v. 18, 1913. p. 257

[281] MAGALHÃES, Basílio de. Discurso de Posse. *RIHGSP,* São Paulo, v. 18, 1920. p. 124-125.

bandeiras e como isso mostrava um extenso trabalho de compilação e crítica de fontes. Salienta, ainda, que João Ribeiro[282], no artigo *O culto da historia[283],* escreve que suas contribuições "são valiosas e dizem muito da sua vocação manifestada pelos estudos históricos". Para Ribeiro, de todos os trabalhos de Magalhães, o de maior "amplitude" era a *Expansão geográfica...*, e que se travava de um livro de História, sendo uma importante contribuição para a formação do Brasil, de seu povoamento e "conhecimento das nossas terras". Ribeiro ainda escreve que a *Expansão geográfica...* era a "planta do edifício" que deveria ser erguido pelo pesquisador com os melhores "materiais de construção[284]. Magalhães parece fazer um esforço próprio de construir um lugar para sua obra, e qual seria o lugar de sua obra? Se João Ribeiro afirma que Magalhães tem uma importante contribuição, este ainda não era o arquiteto.

Nos dois primeiros capítulos, *Causas geraes da expansão geographica do Brasil e razão-de-ordem do presente estudo* e *Cyclo das entradas ou cyclo oficial da expansão geographica do Brasil – 1504 a 1696*, Magalhães traça um panorama geral do descobrimento e conquista do território português entre fim do século XV e início do século XVI. Afirmando como tais expedições tinham como motivação a procura de pedras e metais preciosos, a "montaria aos selvícolas" ou a garantia da posse da "terra extensa e desguarnecida". As descobertas dos espanhóis no Peru encheram a imaginação dos primeiros colonizadores, impulsionando o povoamento do "deserto" de "plantas miríficas, de animais fabulosos e de gemas maravilhosas, vindo a ser conquistado e civilizado[285]. As primeiras três expedições portuguesas "baseadas em provas incontrastáveis" foram todas ordenadas na armada de Martim Afonso de Sousa, em 1531[286]. A primeira delas explorou o sertão do Rio de Janeiro, entrando pela baía de Guanabara. Magalhães cita a tese de Orville Derby e Pandiá Calógeras, duvidando de que tal expedição composta por quatro portugueses tivesse entrado tão profundamente no interior sem auxílio*:*

---

[282] João Batista Ribeiro de Andrade Fernandes (Laranjeiras, SE, 1860 - Rio de Janeiro, RJ, 1934) foi um jornalista e historiador brasileiro. Foi membro da Academia Brasileira de Letras.
[283] RIBEIRO, João. O culto da história. *O Imparcial,* Rio de Janeiro, a. 7, n. 1871, 18 fev. 1918. p. 3.
[284] MAGALHÃES, 1935. op. cit., p. 7-8.
[285] Ibid., p. 21-22.
[286] Ibid., p. 24.

> Não é brincadeira palmilhar, no curto espaço de 60 dias, 130 léguas sobre serras matagosas e 100 [léguas] em região campestre, logo após a estação das águas. Onde e como teriam vadeado o [rio] Paraíba, o qual, fosse qual fosse o rumo que tomassem, deveriam fatalmente ter atravessado, e esse fato se não menciona no "Diário da navegação"?[287]

A mesma desconfiança exposta por Derby era retomada para indicar a descrença de que esses exploradores adentrassem o território sem utilizar caminhos existentes ou sem ter um guia. A segunda expedição adentrado o território em Cananeia e, citando Ernesto Young[288], aponta como tal grupo poderia ter seguido a rota de Aleixo Garcia, uma rota preexistente. E a terceira explorou o rio da Prata, objetivo principal da armada. Para além de tais expedições, a marcha de conquista e povoamento do Litoral brasileiro foi lenta e as capitanias não tiveram sucesso. A fundação de São Paulo marcava o fim desse panorama "ao tempo do domínio espanhol" iniciado em 1580. A ocupação da "ourela atlântica setentrional" até o extremo norte do meridiano de Tordesilhas foi feita sobre domínio espanhol, e a do interior, a zona da pecuária, na segunda metade do século XVII. O restante da irradiação na região ficou a cargo dos missionários católicos e criadores de gados[289]. Magalhães construía uma narrativa linear, progressiva, tanto no tempo quanto no espaço. Esse movimento ia do litoral para o interior, do litoral para o sertão, o vazio a ser conquistado.

Assim como Moura, Magalhães propunha uma divisão para as entradas oficiais em quatro ciclos regionais: "baiano, sergipano, cearense e espírito-santense". Sob as notícias de riquezas escondidas no interior do país, o primeiro governador-geral Thomé de Souza, organizou duas entradas, a de Miguel Henriques e a de Francisco Bruza de Espinosa. Enquanto a primeira falhou em adentrar o território, buscando fazê-lo pelo rio São Francisco, a de Espinosa apesar de não

---

[287] MAGALHÃES, 1935. op. cit., p. 25.

[288] Ernesto Guilherme Young (Londres, Reino Unido, 1850 - Iguape, SP, 1914) foi um político e historiador inglês. Atuou como vereador e intendente, cargo equivalente a prefeito, em Iguape (SP), e participou da criação do Museu Municipal de Iguape sendo nomeado seu primeiro diretor. Produziu uma série de estudos em que escreveu sobre as explorações e exploradores na região da cidade de Iguape no século XVI. Cf. YOUNG, Ernesto. Esboço histórico da fundação da cidade de Iguape. *RIHGSP*, São Paulo, v.2, 1896-97; Subsídios para a história de Iguape - Mineração de ouro. *RIHGSP*, São Paulo, v.6, 1900-1901; YOUNG, Ernesto. Subsidio para História de Iguape. *RIHGSP*, São Paulo, v.7, 1902; YOUNG, Ernesto. História de Iguape. *RIHGSP*, São Paulo, v.8, 1903; YOUNG, Ernesto. História de Iguape (documentos para a). *RIHGSP*, São Paulo, v.9, 1904; YOUNG,Ernesto. Apontamentos genealógicos de família iguapenses. *RIHGSP*, São Paulo, v.10, 1905.

[289] MAGALHÃES, 1935, op. cit., p. 26 et seq.; 32; 39.

atingir seu objetivo principal percorreu trezentas e cinquenta léguas. Capistrano de Abreu e Orville Derby haviam reconstituído o roteiro dessa expedição, no entanto, Magalhães optava pela reconstituição de Pandiá Calógeras.

Em relação ao ciclo sergipano, Magalhães indica a formação da lenda da serra resplandecente, Sabarabuçu. A *geografia fabulosa* intensificava sonhos de riqueza e a imaginação dos colonos. Durante um século e meio, inúmeras expedições perseguiram tal "quimera" e ao fim do século XVII encerrou-se esse ciclo oficial de explorações e busca pelas esmeraldas[290]. Magalhães afirma que se a dilatação das fronteiras brasileiras tivesse ficado a cargo da metrópole "pouco, muito pouco" tinha transposto a linha de Tordesilhas. Se tal "terra privilegiada" havia ocultado seus "seios virgens" aos lusitanos, logo revelou seus "miríficos" tesouros aos paulistas:

> Sem a audaciosa iniciativa deles, não teria ela estendido o seu domínio para o sul, para o centro, para o sudoeste e para o oeste, até aos contrafortes da cordilheira andina, e foi ainda graças ao arrojo dos intrépidos bandeirantes que ela também se distendeu pelo nordeste e norte[291].

Magalhães inicia o capítulo seguinte falando do ciclo espontâneo da expansão geográfica do Brasil, ou o ciclo das bandeiras. Retomando aspectos recorrentes na produção sobre essa temática, Magalhães indica as condições mesológicas, étnicas e sociais de São Paulo – uma "fácil explicação" do porquê de os paulistas serem os responsáveis pela triplicação da área da Colônia. Citando o trabalho de Teodoro Sampaio, retomava-se a divisão Norte e Sul do território brasileiro, e como o Sul era mais propício para a entrada no interior, frisando com isso o "destino histórico" dos bandeirantes.

Da mesma forma, retomava o trabalho de Joaquim da Silveira Santos. Ao afirmar que o contato com a "mata bravia" habituou o paulista aos bosques, aos perigos e à fascinação pelo desconhecido, em oposição aos outros núcleos assentados no Litoral, ou ainda, citando João Ribeiro, as circunstâncias étnicas e sociais levaram à formação de uma raça adaptada ao clima local[292]. A "geração mameluca", mestiça, adaptada, surgiu primeiro em São Paulo, mas também na

[290] MAGALHÃES, Basílio de. 1935. op. cit., p. 47; 52; 57.
[291] Ibid., p. 69.
[292] Ibid., p. 70 et seq.

Bahia. Nesse segundo local, a maior façanha de penetração foi aquela empregada por Moreia, enquanto em São Paulo o impulso dessa geração foi a figura de João Ramalho e os habitantes da vila de Santo André, que depois se juntou aos primitivos povoadores de São Vicente, Santos, São Paulo, Itu e Sorocaba, os novos focos de ocupação e de irradiação para a "conquista do *far-west* brasileiro"[293]. Aqui estava uma diferença importante de Magalhães para os demais letrados do IHGSP: o ciclo das bandeiras não era obra exclusiva dos paulistas.

Magalhães propunha três subdivisões para o ciclo das bandeiras: ciclo do ouro de lavagem, ciclo da caça ao índio e o grande ciclo do ouro. No primeiro ciclo, citava as viagens de Aleixo Garcia e Ulrich Schmidl. As descobertas, não sendo abundantes, impeliam os colonos para o interior[294]. A lenda da "serra resplandecente" exerceu influência na expansão geográfica do Brasil, e nesse ponto Magalhães dava grande importância à expedição de Fernão Dias Paes Leme, utilizada por Orville Derby para reconstituir o roteiro de Glimmer. A expedição de Paes Leme, organizada no ano de 1674, plantou roças e estabeleceu pousos, ao longo de seu trajeto, fixando a rota e auxiliando bandeiras futuras. Tal expedição não conseguiu achar as riquezas que procurava, mas teve contribuição em explorar a região:

> A esse aspecto, a bandeira de Fernão Dias Paes, cujo objetivo principal, - as valiosas pedras coradas - não foi efetivamente alcançado, tem capital importância na história da conquista dos sertões brasileiros, em que, ao esvaecimento de uma efêmera miragem, sucedeu a mais deslumbradora realidade[295].

Mesmo não alcançando seus objetivos, a serra do Sabarabuçu, a bandeira de Fernão Dias Paes Leme confirmou o caráter imaginário dos relatos antigos. Ao confirmar que as esmeraldas não existiam, dissipou a "miragem" prendendo-se, assim, ao real e garantindo a posse e o povoamento da região em que, em um futuro breve, fora descoberto ouro e pedras preciosas. A *geografia fabulosa* era substituída por outra real e resultante das expedições e dos conhecimentos concretos acumulados por tais exploradores, vindos da observação desse espaço.

---

[293] MAGALHÃES, 1935, op. cit., p. 72.
[294] Ibid., p. 78 et seq.
[295] Ibid., p. 107.

No ciclo da caça ao índio, Magalhães introduzia o duplo jesuíta e bandeirante. A fundação do Colégio de São Paulo buscou criar uma capital das missões do sul do Brasil, com objetivo de catequizar o indígena, mas tal objetivo foi dificultado pelos bandeirantes. Estes, tomando o hábito da guerra contra o indígena e somado à perda de influência dos jesuítas fizeram ceder o "direito de liberdade dos índios" frente à "vontade inamolgável destes indefesos conquistadores de tribos"[296]. "Tudo concorreu a propelir e justificar a expansão paulista". A primeira expedição desse tipo foi organizada em 1561, tendo o padre Anchieta como intérprete, seguida por outra, em 1562, chefiada por João Ramalho contra os índios do Paraíba. Magalhães caminhava pela linha tênue entre uma visão positiva e negativa do bandeirante. Ao mesmo tempo em que eles eram os exploradores que ampliaram o território nacional, também faziam a guerra com o indígena[297].

Ao sul da linha de Tordesilhas, as duas expansões, brasileira e espanhola, se encontraram. A destruição das missões do Guairá assegurou a posse desse extenso território, a margem esquerda do rio Paraná:

> [...] as quais, se não fora a audácia deles [...] não pertenceriam hoje ao Brasil e sim, a qualquer dos Estados que vieram a constituir-se pelo desmembramento do antigo vice-reino da Prata. [...] A segunda metade do século XVII assinala a irradiação das bandeiras paulistas para o *far-west* e para os sertões setentrionais do Brasil[298].

O caráter belicoso da conquista do território era frisado como uma forma de poder impresso no espaço. Aqueles territórios estando além da linha de Tordesilhas foram conquistados pela "audácia" do bandeirante, compondo futuramente a unidade territorial brasileira. Mesmo sendo um episódio violento, o impulso contra a província do Guairá impulsionou a conquista do Sul do país. Entre visões positivas e negativas, Magalhães escolhia a primeira, mas não escondia a violência do processo.

Magalhães ia do *far-west* para o *far-north,* adentrando no ciclo da vacaria, a expansão para o Mato Grosso, e, finalmente, alcançava o último ciclo, o grande ciclo do ouro. Este último ciclo marcava, para Magalhães, o momento em que os

---

[296] Ao mesmo tempo em que a imagem do bandeirante era valorizada como símbolo histórico, havia a discussão em torno de uma visão positiva, associada ao seu papel na ocupação e no povoamento do território, e uma negativa, que frisava sua participação na captura e escravização indígena. Cf. SOUZA, op. cit., 2000; SCHNEIDER, 2016, op. cit.
[297] MAGALHÃES, 1935, op. cit., p. 108.
[298] Ibid., p. 124.

“audazes e indefesos” bandeirantes passaram de despovoadores para povoadores, trocando a caça do índio pela caça das riquezas que brotavam dos córregos[299]. Por algum tempo, as descobertas e relatos que seguiram outras expedições ficaram fora dos termos regimentais e não estimularam um *rush* para o sertão, seja pelo descaso dos aventureiros ou da Corte, segundo Derby e Calógeras. Começando esse ciclo na última década do século XVII, na primeira década do século seguinte já se havia descoberto quase todo o interior de Minas Gerais. Magalhães frisa como os paulistas perderam o controle da área em que descobriram, mas não inibindo suas atividades descobriram as minas de Goiás e Mato Grosso[300].

Nos dois últimos capítulos da primeira edição, *Os Criadores de Gado* e *Os missionários catholicos*, Magalhães encerrava esse panorama do povoamento até o século XVII. Os criadores de gado tinham sido responsáveis por uma ampla expansão operada dentro do século XVII, auxiliada pelos bandeirantes e sem violar o tratado de Tordesilhas, desenvolvendo o sertão baiano e sergipense em direção ao Rio São Francisco, seguindo para Pernambuco e atingindo as cabeceiras do rio Parnaíba. Se essa foi a “grande irradiação” pelo Interior, uma pequena irradiação seguiu pelo Litoral, delimitando a área da zona de criação. Quanto à ação dos jesuítas, Magalhães se refere ao seu papel de povoamento no vale do rio Amazonas, sendo responsáveis por muitas das povoações no extremo norte, onde se criaram missões para além do meridiano de Tordesilhas. Também aqui contava com a presença dos bandeirantes, mas tais entradas eram mais destruidoras que povoadoras. Nesse aspecto, Magalhães concordava com a afirmação de João Ribeiro, citando-o:

> [...] a grandeza territorial seria fruto do jesuíta, o criador e o paulista bandeirante são os autores da grandeza territorial. Os jesuítas congregam e aldeiam os índios nas margens dos grandes rios do Amazonas e Paraná; os criadores desvendam o sertão do norte; e os paulistas todo o centro e oeste até Goiás e Mato Grosso. [301]

Magalhães somente discordava da ordem exposta por Ribeiro, pois estava em ordem inversa por sua contribuição para a extensão territorial: “pois que a ação

---

[299] Tal jogo de palavras era emprestado de Capistrano de Abreu, mas este, no entanto, utiliza o termo conquistador, em vez de povoador. CAPISTRANO apud MAGALHÃES, 1935. op. cit., p.144 e p. 154.
[300] MAGALHÃES, 1935, op. cit., p. 170-171.
[301] RIBEIRO apud MAGALHÃES, 1935, op. cit., p. 195.

dos bandeirantes meridionais, por sua intenção e extensão no tempo e no espaço, foi em muito superior à dos outros coeficientes da constituição geográfica do Brasil"[302]. A ordem deveria ser: paulistas, criadores de gado e missionários católicos. Os paulistas tinham a maior parcela na ação de expansão do território. Mesmo que os missionários tivessem povoado o vale do Amazonas, o local ainda permanecia um "deserto", um "inferno verde", possivelmente se referindo ao livro de Alberto Rangel, e o cearense, "bandeirantes do século XIX", ajudaram a explorar e integrar a pátria[303]. Apesar da posição, novamente nos deparávamos com a visão de que a exploração do território não foi obra única dos bandeirantes e dos paulistas, e em certos momentos é dado ainda que os paulistas trouxeram prejuízo para o povoamento de certa região. O espaço não era somente palco de uma epopeia dos bandeirantes "meridionais", mas era importante como espaço de disputa, espaço de poder[304]. O sertão associado ao "deserto" deveria ser integrado à pátria, ou seja, civilizado, eliminando, assim, os elementos que impediam o progresso do local. Magalhães concluía que a colonização periférica do Brasil dependeu da necessidade do "território contínuo":

> [...]só depois de São Vicente e Espírito Santo, coloniza-se o Rio; depois de Bahia e Pernambuco, colonizam-se Sergipe e Alagoas; foi preciso a posse da Colônia do Sacramento, no Prata, para colonizar o trecho de Laguna ao Rio Grande do Sul. Às vezes, um dos termos desta série é o estrangeiro: o francês, localizado no Maranhão, impele o português (cujo limite de ocupação efetiva era a Paraíba) a ocupar o Ceará[305].

Reafirma-se uma visão estratégica do território, expondo relações de poder estabelecidas pela Metrópole, pelo Império português. Além da ameaça que indígenas ou nações estrangeiras traziam aos colonos, ao mesmo tempo em que indica como o território se articula por meio das ideias de sua unidade e extensão e, consequentemente, da sua defesa. Apesar de todos esses pontos, Magalhães conclui que o Brasil que surge em meados do século XVIII era "conquistado e engrandecido pelo esforço dos paulistas". Para o bandeirante é construída a função de conquistador e povoador. Na narrativa de sua história, ao se estabelecer em certo

[302] MAGALHÃES, 1935, op. cit., p. 195
[303] Ibid., p. 195.
[304] FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1989.
[305] MAGALHÃES, 1935, op. cit., p. 280.

local, ele era impelido a se lançar ao próximo pedaço de território a ser conquistado, empossado, civilizado, um grande mosaico que assegurou os limites daquilo que viria a ser a nação brasileira[306].

***

A escolha por analisar essa temática tem profunda relação com a centralidade do IHGSP em nossa pesquisa. Ao analisarmos a bibliografia que tratou do Instituto e dos letrados a ele associados, observamos que os discursos que ali emergiram centraram-se na temática da ocupação e do povoamento do território e, especificamente, nas bandeiras e bandeirantes. Como apontado anteriormente, se o Instituto almejava que a história de São Paulo fosse ou se confundisse com a história do Brasil, isso foi feito a partir da defesa do protagonismo dos bandeirantes paulistas na expansão territorial durante o Período Colonial. Tendo isso em vista, é importante observar que, mesmo conseguindo destacar esse quadro de produções sobre esses temas, eles não estavam à parte daquelas discussões sobre a Geografia e, assim, muitos aspectos eram retomados.

Alguns nomes centrais para a discussão foram Orville Derby, Teodoro Sampaio e Gentil de Moura. Se anteriormente enquadraram Derby e Sampaio em uma historiografia territorialista, podemos afirmar, a partir de nossa análise, que tal territorialismo era simplesmente a aproximação e a operação da geografia, seja por suas formações, suas atuações profissionais, ou seus próprios interesses de pesquisa. Ao analisarmos os roteiros de bandeiras, os quais concentram estudos desses autores, havia ali uma grande semelhança com os estudos dos mapas, compartilhando um método similar na análise das fontes e na investigação do espaço para reconstituir o traçado dessas rotas. Capistrano de Abreu se destaca, novamente, como uma importante referência, além das noções de um espaço que era conhecido por meio da sua exploração e de sua observação, ainda, um espaço imóvel que torna possível essas reconstituições que ligam tempos e espaços distintos e afastados.

Os roteiros foram o primeiro momento de um processo que paulatinamente levou à emergência do protagonismo das bandeiras e bandeirantes dentro da temática. Mostramos como diferentes autores se voltaram para esse problema,

[306] Cf. MAGNOLI, Demétrio. *O corpo da pátria: imaginação geográfica e política externa no Brasil, 1808-1912.* São Paulo: Editora UNESP/Editora Moderna, 1997.

surgindo, posteriormente, obras que buscaram juntar essas partes, destacando, novamente, a importância da ideia do mosaico. Para além daqueles nomes, tínhamos Artur Orlando, José Felício, Manoel de Oliveira Lima e Washington Luís mostrando o alcance e difusão desse problema pelos sócios do IHGSP. No fim, centramos a discussão nos estudos de Gentil de Moura, Afonso de Taunay e Basílio de Magalhães. Moura aparece como a primeira tentativa de produzir uma síntese do movimento das bandeiras, porém, seu estudo ainda apresentava limitações. Taunay, que foi reconhecido como “historiador das bandeiras” pela sua ampla produção no assunto, produziu seu primeiro livro sobre isso expressando grande proximidade com a História. A Geografia aparecia em seu texto como auxiliar, o que ficava expresso em sua breve visada do problema da vila de Santo André e pela forma como ele instrumentalizava os mapas.

Dentro desses esforços da década de 1910, e entre o trabalho de Moura e Taunay, nos deparamos com o trabalho de Magalhães. Encontramos novamente os enunciados do conhecimento geográfico atrelado à exploração do espaço, assim como, o entendimento do território nacional por meio da sua extensão, unidade e defesa. Compartilhando referências e ligações semelhantes às de Taunay e de outros letrados que circulavam pelo IHGSP, vimos que, em certos pontos, a fala de Magalhães divergia do discurso estabelecido no Instituto. Se Capistrano de Abreu era uma referência recorrente, Magalhães recorria, em diferentes momentos, a Pandiá Calógeras. Se não contestava a importância das bandeiras na exploração do território, elas também não eram colocadas como os únicos fatores que contribuíram para o processo. Contestando a exclusividade do bandeirante, Magalhães apresenta os missionários e vaqueiros e, contestando a exclusividade do paulista, apresenta os baianos e cearenses. Por mais que Magalhães estivesse próximo, suas conclusões divergiam e isso mostra como os discursos constituídos em torno dos bandeirantes não foram homogêneos. No processo de trazer o bandeirante ao centro da discussão encontramos heterogeneidade em diferentes interpretações e autores que se debruçaram sobre o problema, mesmo que a produção posterior tenha se esforçado em homogeneizar essas diferentes falas sobre o bandeirante.

Capítulo 3

O que esta geografia não é mais?

> *Aroldo de Azevedo em seu estudo sobre A Geografia em São Paulo e sua evolução, após tecer judiciosas observações em torno do controvertido problema da busca de critérios, tomou o ano de 1934 como o divortium aquarum [divisor de águas] de duas grandes épocas da geografia bandeirante.* Aziz Ab'Saber*. Vinte e Cinco anos de Geografia em São Paulo (1934-1959)*[307]

Em 1930, Afonso de Freitas, que por nove anos foi presidente do IHGSP, veio a falecer. Afonso de Carvalho[308] proferiu um discurso em sua homenagem lembrando como ele foi "uma das personalidades mais distintas da geração dos alentados da história regional paulistana" e que havia se comprometido com a "tarefa nobilíssima de defender a história paulistana". Freitas era um mergulhador da História, alcançando em sua profundidade "a pérola de qualquer verdade", um mágico que havia vencido as leis do tempo e do espaço. Se o passado desaparece no "vórtice do tempo", isso era combatido com a jovialidade desses "velhos" que compunham o Instituto[309]. Em meio aos elogios que rememoravam o papel de Afonso de Freitas na agremiação, Afonso de Carvalho, tomando posse como vice-presidente, também fazia um elogio à própria instituição:

> [...] Rememorei então que o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo se constituiria sempre em depositário fiel das tradições e um guarda avançado, esperto e sempre atento ao menor sinal de perigo para dar o alarme se aventureiros rebuscadores de nosso passado regional ousassem atacar o reduto dessas mesmas tradições a fim de deturpá-las. E eu concluía, assinalando, quão grande honra adivinha a quem alista-se na fileira dos bravos combatentes defensores da história paulista, desta nossa clangorosa história, que, por uma extensão natural de seus valores, quase que podíamos confundir com a história pátria, tal a sua influência na formação geral

[307] AB'SABER, Aziz Nacib. Vinte e cinco anos de geografia em São Paulo (1934-59). *Boletim Paulista de Geografia*, São Paulo, n.34, 1960.
[308] Afonso José de Carvalho (São Bento do Sapucaí, SP, 1868 - São Paulo, SP, 1952) foi um advogado brasileiro. Atuou nesta profissão em diferentes cidades do interior de São Paulo, assim como no Tribunal eleitoral regional de São Paulo. Foi sócio do IHGSP.
[309] CARVALHO, Afonso José de. Discurso. *RIHGSP*, São Paulo, v. 28, 1930. p. 766 et seq.

> do país, a ponto de não sabermos onde ficam os limites da história regional e onde aparece o que possa pertencer, independente e autônomo, aos restantes departamentos do Brasil.[310]

Em 1895, o primeiro volume da *RIHGSP* abria com a frase "A história de S. Paulo é a própria história do Brasil"[311]. Tal correlação não existindo, de fato, naquele momento foi construída ao longo dos anos por meio dos trabalhos dos sócios do Instituto. Em 1930, Carvalho indicava o cumprimento daquela afirmativa, ou ainda, predição. Qual seria a missão do IHGSP depois de escrever a História do Brasil a partir de São Paulo? Em 1930, o IHGSP alcançava sua quarta década de existência. Importantes nomes desapareceram de seus quadros, assim como outros surgiram e se tornaram igualmente importantes. Na sessão aniversária de quarenta anos, em 1934, Nicolau Duarte Silva retomando a trajetória da "instituição bandeirante" lembrava os nomes de Domingos Jaguaribe[312], Estevam Bourroul[313] e Antonio de Toledo Piza[314] que haviam publicado no periódico *O Estado de S. Paulo* (OESP) o convite para a formação do Instituto em 1894. Taunay também lembrava desse "triunvirato" em seu discurso no aniversário de cinquenta anos, em 1944. Indo além, afirmava como Piza era representante da mais velha estirpe vicentina, Jaguaribe uma antiga geração brasileira do norte, e Bourroul um francês há muito radicado em São Paulo, indicando a "força assimiladora da terra paulista, afeiçoadora de mentalidades". Taunay parece querer simbolizar a união desses dois *brasis*, ao norte e ao sul além do estrangeiro. Ele também lembrava outros nomes importantes para a formação do Instituto, tais como: Eduardo Prado[315], Ernesto Young, Orville Derby, Teodoro Sampaio, Washington Luís dentre outros[316].

---

[310] CARVALHO, op. cit., 1930, p. 765.
[311] AO LEITOR. *RIHGSP*, São Paulo, v.1, n. 1, 1895.
[312] Domingos José Nogueira Jaguaribe Filho (Aracati, CE, 1847 - Santos, SP, 1926) foi um médico brasileiro. Era sócio do IHGB e do IHGSP. Atuou como deputado e senador por diferentes estados.
[313] Estevam Leão Bourroul (Nice, França, 1859 - 1914) foi um jornalista francês. Radicado no Brasil, colaborou no *Correio Paulistano* e foi membro do IHGSP e da Academia Paulista de Letras.
[314] Antonio de Toledo Piza e Almeida (Capivari, SP, 1848 - São Paulo, SP, 1905) foi um engenheiro e jornalista brasileiro. Atuou como jornalista no *Correio Paulistano*. Em 1893 foi designado diretor da Repartição de Estatística e Arquivo do Estado, subordinada a Secretária do Interior. No Arquivo, iniciou a coleção *Documentos interessantes para a história e costumes de São Paulo*, que buscou publicar toda a documentação conhecida da História de São Paulo, organizando 43 volumes até 1903. Após sua morte em 1905, a publicação dos volumes foi retomada, ainda em 1915, continuando até 1990 com um total de 95 volumes.
[315] Eduardo Paulo da Silva Prado (São Paulo, SP, 1860 - São Paulo, SP, 1901) foi um advogado e jornalista brasileiro. Colaborou no *Correio Paulistano*, era sócio do IHGSP e foi membro fundador da Academia Brasileira de Letras.
[316] TAUNAY, Afonso de. Discurso do Sr. Afonso de Taunay. *RIHGSP*, São Paulo, v.44, 1949.

Entre mudanças e permanências, a frase que abria o primeiro volume da Revista expressava, também, uma distância entre a expectativa e o concreto. O objetivo de escrever, ou ainda, reescrever a História e a Geografia de São Paulo com o objetivo de que se tornasse a História do Brasil precisou se cristalizar. E, talvez, uma cristalização nunca completa, mas sempre em modificação ou em dispersão. Nesse aspecto, poderíamos apontar que nas reuniões durante o primeiro ano do IHGSP, o presidente Cesário Mota Junior[317] indicou dez teses ou temáticas a serem desenvolvidas por seus sócios. Apesar de apontar para a História de São Paulo, como nas teses *Da influência do rio Tietê na civilização de S. Paulo* e *Missões jesuíticas do Guaíra*, as bandeiras e os bandeirantes não apareciam explicitamente nos títulos[318]. Tal produção só se acentuou a partir da década de 1910 com Afonso, Basílio e Gentil.

Taunay se alongava nos elogios em seu discurso em 1944. Os nomes por ele citados não são ao acaso e eram precedidos pelas contribuições desses sócios ao Instituto. Indicava-se a atuação de Piza no Arquivo do Estado e a edição de dez mil páginas de documentação[319], a aquisição de documentos por Eduardo e Veridiana Prado[320], o trabalho de Young nos arquivos municipais de Iguape e, por fim, a dedicação de Derby com a Geografia nacional e regional. Taunay historiador reconhecia Derby geógrafo. Em 1954, completando o Instituto sessenta anos, Taunay retomou alguns aspectos de sua fala de 1944, principalmente em relação à aquisição do Instituto de uma sede própria, em 1906, e de como na década de 1950 se fez necessária a reconstrução desse espaço. Tal fala era mais breve, pois havia uma coincidência de comemorações. Ao mesmo tempo em que o Instituto completava sessenta anos, a cidade de São Paulo comemorava quatrocentos anos[321].

---

[317] Cesário Nazianzeno de Azevedo Mota Magalhães Júnior (Porto Feliz, SP, 1847 - Rio de Janeiro, RJ, 1897) foi médico e político brasileiro. Atuou como deputado e secretário do Interior de SP. Era sócio do IHGSP e do IHGB.

[318] ACTAS das sessões. *RIHGSP*, São Paulo, v.1, n.1, 1895. p. 168.

[319] Aqui se faz referência à coleção *Documentos Interessantes...* Cf. MENDES, André Oliva Teixeira. *Os Documentos interessantes para a história e costumes de São Paulo: subsídios para a construção de representações*. 2010. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

[320] Veridiana Valéria da Silva Prado (São Paulo, SP, 1825 - São Paulo, SP, 1910) foi uma intelectual brasileira. Administrava os negócios de sua família e em sua chácara organizava um salão cultural que reunia artistas, cientistas e intelectuais. Era mãe de Eduardo Prado.

[321] A primeira sessão do ano do IHGSP ocorreu no dia 25 de janeiro, mesmo dia do aniversário da cidade, mostrando outra ligação simbólica do Instituto com São Paulo.

3.1. O IHGSP e o quarto centenário de São Paulo

O quarto centenário de São Paulo movimentou as fileiras do Instituto pelo entendimento de seus sócios da importância cultural da agremiação para a cidade e o Estado. Assim, a centralidade da fala de Taunay na inauguração do novo prédio relacionava e confundia a trajetória do Instituto com a história da cidade:

> Renasce e revigora-se a árvore nascida da pequenina semente de Eduardo Prado e certamente a todos nós se afigura que cada vez mais frondosa se mostrará com o decorrer dos anos.
>
> [...]
>
> No conjunto da grandeza do passado nacional, com a mente empolgada pela obediência à nossa vocação, estamos certos de que a partir desta gratíssima efeméride de 25 de janeiro de 1954, a nova fase da existência de nosso querido Instituto conte uma sucessão dos mais felizes e profícuos anos de trabalho indefeso e probo[322].

Tal data representava um novo marco para o Instituto e para a cidade. No relatório da diretoria do Instituto, para o ano de 1954, havia uma frase com sentido semelhante: “A abertura de uma nova era para a Metrópole paulistana corresponde, assim, a uma nova fase da nossa agremiação cultural. Coincidência feliz e marcante”. O que gerava esse sentimento de esperança em relação ao futuro? Uma ruptura completa com o passado. A cidade de São Paulo em pouco mais de cinquenta anos havia passado de uma pequena vila com casas de contornos coloniais para uma metrópole de arranha-céus, chaminés e automóveis, em grande parte impulsionada pela prosperidade econômica proporcionada pela cultura do café e depois pela indústria. Afonso de Carvalho, escrevendo em 1938, rememorava uma São Paulo “antiga” em 1886, uma Pauliceia que vivia “[...] sem o cinema e sem o rádio, sem automóveis [...], sem energia elétrica e sem os viadutos, sem futebol e sem estabelecimentos modernos de ensino [...]”[323]. Tais modificações materiais tiveram impacto na própria definição da identidade local.

Nicolau Sevcenko pontua como a emergência de grandes metrópoles carrega consigo um aspecto desnorteador. Sua escala extra-humana leva a uma fragmentação do tempo e do espaço ocasionando a dissipação de qualquer base

[322] TAUNAY, Afonso de. Oração pronunciada na sessão solene de inauguração da nova sede aos 25 de janeiro de 1954. *RIHGSP*, São Paulo, v. 53, 1953. p. 8; 10.
[323] CARVALHO, Afonso J. de. São Paulo Antigo. *RIHGSP*, São Paulo, v. 41, 1942. p. 47.

cultural estável e contínua. Tal aspecto pode ser entrevisto quando, com o advento da República, as demandas da oligarquia paulista por maior participação política levaram a buscar no passado uma justificativa para os anseios do presente. O IHGSP e outras instituições científicas surgiram como parte da solução desse problema. Porém, não tendo um passado colonial que houvesse deixado "marcas residuais", como monumentos, obras literárias, o novo foi escolhido como referencial para São Paulo, eliminando o passado e mantendo somente aquilo que reforçasse a ideia de progresso[324]. A definição de Afonso de Carvalho de uma São Paulo "antiga", já em 1886, podia ser sintoma dessa ruptura, desse estranhamento com o passado. Elias Saliba reforça esse quadro afirmando que, no fim do século XIX, São Paulo vivenciou uma segunda fundação, a sua transformação em metrópole e a formação dessa identidade que elimina o passado e só mantém aquilo que reforça a ideia de progresso. O que não elimina o bandeirante, pois as suas características contribuíam para pensar essa identidade pautada no movimento, na velocidade, no progresso e na impermanência[325].

No relatório das atividades ou materiais desenvolvidos pelo IHGSP para o quarto centenário estavam descritos, além da construção do novo edifício, placas comemorativas, um congresso de História, medalha comemorativa, publicações, exposições e o traslado dos restos mortais da Imperatriz Maria Leopoldina. Por meio da produção desse relatório, a memória da cidade e do Instituto era construída e reavivada e podiam ser levadas para o futuro, mesmo que essa identidade fosse marcada pela impermanência. Quanto às publicações, a preocupação com os documentos continuava com a publicação de um catálogo de verbetes e documentos sobre São Paulo, assim como o livro, em dois volumes, *São Paulo em Quatro Séculos*[326]*.* A comissão responsável pelos livros *São Paulo em Quatro Séculos* era composta por Afonso de Taunay, Tito Lívio Ferreira, José Pedro Leite Cordeiro, Aroldo de Azevedo e Américo Brasiliense Antunes de Moura. A ideia inicial do livro era uma visada em retrospectiva dos principais fatos relacionados a São

[324] SEVCENKO, Nicolau. *Orfeu extático na metrópole: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20.* São Paulo: Companhia das Letras, 1992; GLEZER, Raquel. As transformações da cidade de São Paulo no final do século XIX e no início do século XX. In. *Chão de terra e outros ensaios sobre São Paulo.* São Paulo: Alameda, 2007.
[325] SALIBA, Elias Thomé. Histórias, memórias, tramas e dramas da identidade paulistana. In. PORTA, Paula. *História da cidade de São Paulo: a cidade na primeira metade do século XX (1890-1954)*. São Paulo: Paz e Terra, 2004; SILVA, 2002, op. cit.
[326] SÃO PAULO em quatro séculos. São Paulo: [s.n.], 1954.

Paulo a fim de “rememorar e solenizar feitos do passado e fatos do presente”. Objetivava-se organizar um “dicionário enciclopédico” contendo dados históricos, geográficos, etnográficos e genealógicos de São Paulo. No entanto, pela impossibilidade de executar a obra dessa forma os livros se restringiram às monografias, trabalhos “elaborados por altos valores do nosso meio cultural e científico”. Impossibilidade ou mudança de rumo? O proêmio, apesar de breve, trazia afirmações que geravam questionamentos sobre a posição do IHGSP dentro da produção intelectual naquele momento. Definido como núcleo cultural para o cultivo dessas ciências, a História e a Geografia, se afirmava que a “linha de interferência” do Instituto, que “deve indicar o rumo das associações como a nossa”, era a conservação da ciência feita e abertura de novos horizontes através do estudo e pesquisa. Sendo escrito por Ernesto de Sousa Campos, um dos fundadores da Universidade de São Paulo, é difícil não pensar que essas localizações, “associações como a nossa” e “novos horizontes” através do estudo e pesquisa, estavam relacionados com esse novo espaço de produção histórica e geográfica que em 1954 já completavam 20 anos de sua fundação[327].

O primeiro volume de *São Paulo em Quatro Séculos* abria com *Pequeno esboço geográfico do Estado de São Paulo*, escrito por Tomás Oscar Marcondes de Souza. Se no livro a *Geographia do Estado de São Paulo*, de Afonso de Freitas, a Geografia era aberta pela História, aqui havia uma inversão. Definindo esse espaço, esse palco que seria povoado pela História, Marcondes retomava grande parte de seu livro publicado em 1915, *O Estado de São Paulo...* Por mais que alguns dados tenham sido atualizados, o texto permanecia o mesmo em muitas partes. Com exceção desse, os outros trabalhos nos livros se relacionavam, em grande parte, com a História. Exceções eram, por exemplo, *São Paulo e São Pedro na alta toponímia brasileira*, de Basílio de Magalhães, e *Esboço da marcha do povoamento do estado de São Paulo*, de Fausto Ribeiro de Barros. São Paulo em 1954 devia ser definido somente pela História? José Carlos de Macedo Soares[328] no capítulo *São Paulo em quatro séculos*, fazendo um apanhado da obra, afirma que em um país

[327] CAMPOS, Ernesto de Sousa. PROÊMIO. In. *SÃO PAULO em quatro séculos*. São Paulo: [s.n.], 1954.

[328] José Carlos de Macedo Soares (São Paulo, SP, 1883 - São Paulo, SP, 1968) foi um jurista brasileiro. Foi Ministro da Justiça e de Negócios Interiores de Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek. Presidiu o Instituto Nacional de Estatística, atual IBGE, foi presidente perpétuo do IHGB e membro do IHGSP e da Academia Paulista de Letras.

com formação tão recente, era importante a tradição e o passado: “Amar o passado é amar o presente e o futuro. Quem não ama a História, não ama a Pátria”. Preservação e comemoração caminham juntas para clarificar a ideia de nação, de identidade e, nesse aspecto, os “historiadores” do IHGSP escrevendo mais de cinquenta trabalhos à luz da “história moderna” traziam importante contribuição à “historiografia brasileira” ao explorar a história de São Paulo[329]. Ainda havia lugar para a geografia no IHGSP?

3.2. Divisor de águas

Se o proêmio mencionava o Instituto como espaço de cultivo para as ciências, a História e a Geografia, chama a atenção, dentre os nomes dos organizadores dos livros o de Aroldo de Azevedo. Azevedo era sócio do IHGSP e dirigia sua Comissão de Geografia, mas também compunha o corpo docente da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL) da Universidade de São Paulo (USP) no curso de História e Geografia. Mesmo antes de ingressar como aluno do curso em 1936, Azevedo havia escrito, na década de 1930, livros para o ensino primário e secundário de Geografia. No ano em que ingressou no curso de História e Geografia ele já lecionava no ensino superior na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Sedes Sapientiae, posteriormente incorporada à Pontifícia Universidade Católica de São Paulo[330]. Denotava-se uma escolha por essa disciplina logo no início de sua carreira? A existência do curso duplo na FFCL, de História e Geografia, levava a necessidade de seus discentes pela escolha por essa ou aquela ciência[331].

---

[329] CAMPOS, 1954, op. cit., p. 381, et. seq.

[330] Em 1939, Azevedo foi eleito sócio do IHGSP e se formou no curso da FFCL. Em 1940, ingressou como docente na FFCL e, em 1942, foi escolhido para chefiar a Comissão de Geografia do IHGSP, no qual permaneceu até o fim da vida. Entre 1934 e 1974 Aroldo de Azevedo publicou 30 livros didáticos de Geografia vendendo cerca de 12 milhões de exemplares. Cf. RELATÓRIO de 1939. *RIHGSP*, São Paulo, v. 38, 1940. p. 206; INSTITUTO Histórico e Geográfico de São Paulo. *Jubileu Social 1894-1944.* São Paulo: Imprensa oficial do estado, 1944. p. 148; CAMPOS, Rui Ribeiro de. A geografia de Aroldo de Azevedo. *Geografia*, Rio Claro, v. 25, n. 2, ago. 2000, p. 56-57.

[331] Estudando a historiadora Alice Canabrava, uma integrante da geração formada e “formadora” da FFCL, Otávio Erbereli expõe os percalços da formação de uma identidade profissional pessoal frente ao curso duplo. Canabrava, apesar de ser reconhecida como historiadora, ao longo de sua trajetória esteve presente em temas e problemas que mantiveram proximidade com a Geografia. Cf. ERBERELI JR., Otávio. *A escrita da história entre dois mundos: uma análise da produção de Alice Piffer Canabrava (1935-1961).* 2014. Dissertação (Mestrado em História), Faculdade de Ciências e Letras de Assis, Universidade Estadual Paulista; Id. *A trajetória intelectual de Alice Piffer Canabrava: um ofício como sacerdócio (1935-1997)*. 2019. Tese (Doutorado em História Econômica) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

Aryana Costa, ao analisar a inserção dos sócios do IHGSP na FFCL, aponta que a universidade congregou duas gerações diferentes, uma nacional, ainda imersa no modelo das academias científicas, e outra estrangeira, já imersa no modelo universitário. No choque e, na relação entre as duas gerações, surgiu uma terceira que formou um "coletivo inédito" que propôs uma nova forma de se fazer e de se pensar a História ou a Geografia. Dessa geração de "formadores" todos eles se tornaram sócios do IHGSP. Além de Aroldo de Azevedo, tínhamos nomes como Alice Canabrava, Ary França, Astrogildo Rodrigues de Mello, Eduardo d'Oliveira França, Eurípedes Simões de Paula, Olga Pantaleão, Pedro Moacyr de Campos, Rozendo Sampaio Garcia e Rui Bloem. Além disso, Costa aponta que Azevedo frequentou o círculo do IHGSP antes de sua consolidação acadêmica, em 1945, com a defesa de sua tese para a cátedra de Geografia do Brasil. O movimento *Instituto* > *universidade* foi feito de forma inversa por outros colegas da mesma época, pois a Faculdade assumiria uma importância maior em suas carreiras profissionais. Porém, Costa também aponta que apesar de buscar participar ativamente das atividades do Instituto, eles não publicaram na *RIHGSP*, o que, no caso de Azevedo, verificamos não ser um dado preciso, pois o autor terá textos publicados na Revista[332].

Apesar de não ter publicado naquele livro, Azevedo publicou, no suplemento do *OESP* em comemoração ao quarto centenário, o artigo *A geografia em São Paulo e sua evolução*[333]*.* Tal texto é importante para entender a posição de Azevedo frente à sua formação e sua inserção nesses dois espaços, o Instituto e a Faculdade. Ao mesmo tempo em que havia uma análise do desenvolvimento de tal "setor", como ele se refere à Geografia evitando o termo ciência, também podemos enxergar uma disputa, um combate por esse saber. Questionando-se sobre qual Geografia iria tratar, Azevedo elencava três tipos: primeiro, a geografia puramente descritiva e enumerativa; segundo, uma que se confunde com a topografia e a cartografia;

Departamento de História.

[332] Cf. COSTA, Aryana. *De um curso d'Água a Outro: memória e disciplinarização do saber histórico na formação dos primeiros professores no curso de História da USP*. 2018. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de História, Programa de Pós-Graduação em História Social; Id. Um regime de transição: O papel do IHGSP no curso de História da Universidade de São Paulo (1934). *Estudos Históricos,* Rio de Janeiro, v. 32, n. 67, pp. 530-548, mai.-ago. 2019.

[333] Aqui, utilizamos o texto republicado no Boletim Paulista de Geografia. AZEVEDO, Aroldo E. A geografia em São Paulo e sua evolução. *Boletim Paulista de Geografia,* São Paulo, n. 16, mar. 1954. Disponível em: <https://www.agb.org.br/publicacoes/index.php/boletim-paulista/article/view/1335/1170>. Acesso em: 29 dez. 2019. Cf. Id. A geografia em São Paulo e sua evolução. *O Estado de São Paulo*, 25 jan. 1954.

terceiro, a “verdadeira Geografia”, a geografia moderna estudada na Europa e na América baseada na “interpretação dos fatos” e em estudos elaborados com base científica. Em todo o texto, quando Azevedo se refere à geografia moderna, ele grafa a palavra com um G maiúsculo.

Os três tipos de geografia era um problema de “grande importância”, pois dependendo do conceito que se adotasse o texto tomaria rumo diferente, além de variar o “ponto de partida”. Tal escolha também servia para verificar o atraso ou não desse “setor” em relação aos “grandes centros de cultura do Mundo”. No entanto, apesar do aspecto depreciativo com o qual caracterizava os dois primeiros tipos, Azevedo apontava uma injustiça pelo “investigador apressado” que desprezava tais produções. Elas continuavam a ser úteis para o “geógrafo moderno”, pois continham “obras-fontes” e eram repositórios de informações. Dessa forma, a solução para tal problema era a escolha de um divisor entre essas fases de “conceitos tão diferentes”. Esse marco era a criação da FFCL em 1934[334].

De início, podemos definir que Azevedo não deixava de caracterizar como Geografia a produção anterior a 1934, porém defendia a divisão a partir desse marco que definia uma ruptura entre modos de fazer. Na “velha Geografia”, os compêndios, quase sempre voltados para o ensino primário ou secundário, apresentavam os defeitos característicos dessa fase sendo sua estrutura semelhante. Eles se iniciavam por elementos da Geometria ou da História, determinavam coordenadas e linhas de fronteiras, continuando na geografia física e por “uma infinidade de ‘grafias’”, a descrição do clima, “por toda parte era muito saudável”, e das riquezas naturais. Por fim, vinha a geografia política. A geografia econômica, segundo Azevedo, dificilmente aparecia separada, estando ora junto às riquezas naturais, ora junto à geografia política. Por essa estrutura, todos se assemelhavam diferindo somente na quantidade de informações. Todavia, Azevedo lembra iniciativas que fugiram ao esquema, como *Geografia do Estado de São Paulo*, de Afonso de Freitas, e *O Estado de São Paulo...* de Tomás Oscar Marcondes de Souza. Ainda nessa “pré-história” da Geografia paulista, os trabalhos empreendidos pela CGGSP também forneceram importantes contribuições para

[334] AZEVEDO, 1954, op. cit., p. 45-46. Para um estudo detalhado da formação do curso de História e Geografia da FFCL Cf. ROIZ, Diogo da Silva. *A Institucionalização do Ensino Universitário de História na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (1934-1956).* 2004. Dissertação (Mestrado em História). Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Campus de Franca, Franca.

esse conhecimento, uma “verdadeira obra de Bandeirismo moderno”[335]. Apesar do elogio à produção precedente, Azevedo era categórico em afirmar que:

> [...] seus autores não podem ser considerados geógrafos no sentido moderno da palavra, pois não tinham (e, na verdade, não podiam ter) a indispensável formação metodológica que conduz aos estudos dos fatos geográficos, através da localização, comparação e interpretação[336].

Mesmo que fugissem desses modelos e empreendessem explorações que eram comparadas às bandeiras, eles não podiam ser taxados como geógrafos para Azevedo, pois não escreveram uma geografia sob orientação moderna, destacando trabalhos disponíveis naquele período sobre a nova orientação, moderna, como *Nouvelle Geographie Universelle* de Élisée Reclus, *Le Brésil Au XXème siècle* de Pierre Denis, e *Géographie Universelle* dirigida por Vidal de La Blache e Lucien Gallois. No vai e vem entre o elogio e a crítica, reiteradamente Azevedo chamava a atenção dos leitores a não estigmatizarem tal produção. Se naquele momento se aproximava do centenário da morte de Humboldt e Ritter, os pais da geografia moderna, Azevedo afirmava que ainda havia trabalhos escritos como aqueles há um século[337].

Azevedo buscava definir com clareza a ruptura em 1934. Mesmo se referindo a uma “geografia velha”, ela não era e nem podia ser igual a “nova”. A FFCL, assim, iniciou o ensino em nível superior da Geografia sob orientação moderna com o objetivo de formar professores para o magistério e pesquisadores para o trabalho de campo. Nesse processo, Azevedo destacava o papel dos professores franceses na organização do curso. Pierre Deffontaines[338], o primeiro a ocupar a cátedra de geografia, dissipou uma “treva secular” rasgando novos horizontes, abrindo os olhos, oferecendo “interpretações inesperadas e surpreendentes”. Sua presença tinha feito a Geografia evoluir “cem anos” nos poucos meses em que ele permaneceu na faculdade: “a Geografia deu um salto espetacular, como certamente não se registrou em nenhum outro setor do saber humano, entre nós”. O cuidado ao tratar da

[335] AZEVEDO, 1954, op. cit., p. 46 et. seq.
[336] Ibid., p. 47
[337] Ibid., p. 48-49.
[338] Pierre Deffontaines (Limoges, França, 1894 - Paris, França, 1978) foi um geógrafo francês. Além de ter atuado na Universidade de São Paulo também participou da missão francesa, no Rio de Janeiro, na Universidade do Distrito Federal.

Geografia anterior a 1934, indicando aqui e ali exceções às críticas, desaparecia para apresentar uma verdadeira revolução[339]. A passagem de Deffontaines foi seguida por outros geógrafos franceses como Pierre Monbeig[340], Emmanuel De Martone[341], Roger Dion[342], Pierre Gourou[343], Louis Pay e Francis Ruellan. Nesse ponto, Azevedo afirma que se podia definir uma "escola paulista de Geografia" e que uma das suas características era a orientação metodológica francesa, ligada aos nomes que passaram pela FFCL e formaram essa geração de geógrafos.

Azevedo também lembrava que, juntamente a FFCL, também contribuiu para o estabelecimento dessa ruptura a fundação da Associação de Geógrafos Brasileiros (AGB). Fundada e tendo como primeiros presidentes Deffontaines e Monbeig, outros nomes como Caio Prado Junior[344], Luís Flores de Moraes Rego[345], Rubens Borba de Moraes[346], além de alunos do curso de Geografia e História da FFCL, participaram da organização. Algumas publicações como os *Anais da Associação dos Geógrafos Brasileiros* e os *Boletins Paulista e Carioca de Geografia*, foram os "porta-vozes" da AGB divulgando os resultados de estudos e pesquisas "puras" realizados em suas assembleias anuais. O adjetivo puro era uma forma de defender o caráter científico da Geografia moderna. Azevedo descreve que nessas assembleias o aspecto central era o trabalho de campo, em que três ou quatro equipes se dividiam para pesquisar a área ao redor do local da reunião. Decorria que, "uma associação de geógrafos com sede em São Paulo realizar[ou] uma

---

339 AZEVEDO, 1954, op. cit., p. 48.

340 Pierre Monbeig (Marissel, França, 1908 - Cavalaire-sur-Mer, França, 1987) foi um geógrafo francês. Além de ser professor na FFCL, presidiu a Associação de Geógrafos Brasileiros.

341 Emmanuel de Martonne (Chabris, França, 1873 - Sceaux, França, 1955) foi um geógrafo francês. A publicação de seu livro *Traité de géographie physique* consolidou sua posição como autoridade nesse campo. Foi orientador de Francis Ruellan que participou da missão francesa da Universidade do Distrito Federal, no Rio de Janeiro.

342 Roger Dion (Argenton-sur-Creuse, França, 1896 - Neuilly-sur-Seine, França, 1981) foi um geógrafo francês. Professor do *Collège de France*.

343 Pierre Gourou (Tunis, Tunísia, 1900 - Bruxelas, Bélgica, 1999) foi um geógrafo francês. Professor do *Collège de France.*

344 Caio Prado Junior (São Paulo, SP, 1907 - São Paulo, SP, 1990) foi um historiador e geógrafo brasileiro. Sua publicação *Formação do Brasil Contemporâneo*, ao lado de *Casa Grande e Senzala* de Gilberto Freyre e *Raízes do Brasil* de Sergio Buarque de Holanda são vistas como uma tríade que marcou a ruptura e o início de um novo momento de produção intelectual no Brasil. Foi professor na Universidade de São Paulo.

345 Luís Flores de Moraes Rego (Rio de Janeiro, RJ, 1896 - 1940) foi um engenheiro brasileiro. Trabalhou no Serviço Geológico e Mineralógico do Brasil e lecionou na Escola Politécnica que posteriormente foi integrada à Universidade de São Paulo.

346 Rubens Borba de Moraes (Araraquara, SP, 1899 - Bragança Paulista, SP, 1986) foi um bibliotecário, bibliófilo e pesquisador brasileiro. Foi organizador da Semana de Arte Moderna e dirigiu a Biblioteca Municipal de São Paulo, hoje Biblioteca Mario de Andrade.

verdadeira revolução no campo das pesquisas geográficas em nosso país", e o resultado estaria publicado nos *Anais...* e *Boletins...*[347].

Azevedo afirma, em relação à AGB, que ela foi a primeira associação de âmbito nacional fundada fora da capital federal. Ao encerrar o texto comentando a bibliografia que vinha ao final do artigo, Azevedo frisava como a maioria das contribuições estava associada à FFCL e à AGB, demonstrando a assertiva de que a fundação delas representou, de fato, um marco. Não considerando sua ação na escolha desses trabalhos, podemos afirmar que a valoração do papel de São Paulo não era deixada de lado. A ruptura era com um modo de fazer, não negando a centralidade que o Estado e as instituições ali fundados tinham. A "escola paulista de Geografia", a partir de seu estabelecimento pós-1934, havia ofuscado tudo aquilo feito fora de seu raio de atuação:

> Trata-se de uma verdade que não receia contestação e que nos sentimos sumamente felizes em proclamar de público, não apenas por ser de rigorosa justiça, como por que o destino fez com que assistíssemos a todas as etapas de sua evolução, desde os passos incertos da fase "heroica" até essa esplêndida realidade que deve constituir motivo de orgulho para a gente bandeirante[348].

Azevedo, dessa forma, caracterizava a escola paulista a partir de três aspectos: a orientação metodológica francesa; a preocupação com temáticas nacionais; e a ênfase na geografia humana sem "desprezar o quadro natural". Porém, fazendo uma breve apresentação desses aspectos ainda carecia de solidez a caracterização dos procedimentos que definiam esta "nova" Geografia. A partir disso, propomos ampliar o quadro apresentado por Azevedo, discutindo alguns textos tanto de Azevedo quanto de outros intelectuais inseridos nestas instituições. Buscamos reforçar os combates com essa produção precedente, definir essa geografia humana de orientação francesa e, por fim, compreender como Azevedo operou esta Geografia em sua produção e como ele a apresenta para o IHGSP.

---

[347] AZEVEDO, 1954, op. cit., p. 52 et. seq.
[348] Ibid., p. 57.

3.3. Embates com a "velha geografia"

> Fato de excepcional importância para a história da literatura brasileira é o de que a obra máxima de Euclides da Cunha, "Os Sertões", encontrou no Instituto sua primeira consagração pública. [...] em sessão realizada no dia 05 de fevereiro de 1898, conforme indica a respectiva ata, lia Euclides 'alguns trechos de uma obra que está escrevendo: versam os trechos lidos sobre a climatologia dos sertões da Bahia [...]'[349]

Na nota publicada, em 1 de novembro de 1944, se noticiava a comemoração do aniversário de cinquenta anos do IHGSP. Além de ser um convite para a reunião que se reuniu naquele dia na sede do Instituto, também havia ali uma rápida retomada da história da agremiação, de seus idealizadores, sua revista, sua biblioteca e seu arquivo, um núcleo que se repetia nos discursos elogiando o Instituto. Mas também era indicado como ali fora o local onde Euclides da Cunha apresentou pela primeira vez um trecho de seu livro *Os Sertões*. No suplemento publicado na ocasião pelo IHGSP, intitulado *Jubileu Social,* apresentavam-se outros aspectos dessa indicação. Um dos textos rememorava a apresentação de um trecho d'*Os Sertões* intitulado *Climatologia dos Sertões da Bahia,* mas que não fora publicada nas atas ou na revista, possivelmente porque faria parte de seu livro, publicado, pela primeira vez, em 1902. Dessa forma, a publicação buscava transcrever o trecho presente em *Os Sertões* que correspondia a tal fala. Cunha foi sócio do IHGSP e era próximo de outros associados, principalmente Alberto Rangel, Orville Derby e Teodoro Sampaio[350]. Euclides da Cunha ocupou e ocupava um lugar de destaque na produção intelectual nacional, sendo que tal obra marca, para alguns autores, uma ruptura e um momento de fundação de um fazer sociológico[351].

Em 1950, Aroldo de Azevedo publica no *Boletim...* uma crítica ao livro de Euclides da Cunha com o título *"Os sertões" e a geografia*[352]*.* Tal análise fora

---

[349] COMEMORA-SE hoje o cinquentenário do Instituto Historico e Geografico de S. Paulo. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 1 nov. 1944. Disponível em: <http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19441101-23045-nac-0009-999-9-not>. Acesso em: 03 dez. 2019.

[350] Cf. MARCOLIN, Neldson. Euclides no Instituto Histórico. *RIHGSP*, São Paulo, vol. XCIX, 2015.

[351] NICOLAZZI, Fernando. À sombra do mestre. Gilberto Freyre leitor de Euclides da Cunha. *História* [on-line]. v. 29, n.1, pp.254-277, 2010.

[352] AZEVEDO, Aroldo. Os "sertões" e a geografia. *Boletim Paulista de Geografia,* São Paulo, n. 5, jul. 1950a. Disponível em: <https://www.agb.org.br/publicacoes/index.php/boletim-paulista/article/viewFile/1398/1257>. Acesso em: 29 dez. 2019.

proferida durante a Semana Euclidiana, evento realizado na cidade de São José do Rio Pardo, local onde Cunha escreveu o livro, para rememorar a obra e o autor – o tema do evento, em 1949, fora, inclusive, a ciência geográfica. Azevedo busca analisar *Os sertões* a partir da geografia moderna e as primeiras divisões de seu trabalho indicavam uma tentativa de localizar a obra de Cunha dentro do desenvolvimento desse saber: *A cultura geográfica geral de Euclides*, *A cultura geográfica sobre o Brasil*, e o *Plano de "Os Sertões" e a metodologia geográfica.* Azevedo afirma que Cunha não estava preocupado em apresentar sua "cultura geográfica", pois ele não tinha pretendido escrever uma obra exclusivamente geográfica. O ponto de partida para Azevedo era esse, e também seu ponto de chegada. Dessa forma, questionava-se: ele teria conhecimento de referências ligadas à Geografia? Conhecia a obra de Elisée Reclus? Possivelmente teve contato com William Moris Davis pela proximidade que tinha com Orville Derby. Seu ponto de vista e a "ideia mestra" de *Os sertões* traçava um claro fundamento "'determinista' e ratzeliano", mas Azevedo colocava em dúvida se tais ideias tinham sido tiradas do geógrafo alemão, pois seu livro não teve divulgação no Brasil e Cunha não tinha conhecimento da língua alemã. Talvez de fato não houvesse contato com a obra em si, mas as ideias de Ratzel circulavam pelo Brasil como, por exemplo, nos trabalhos de Capistrano de Abreu[353]. Em relação à Geografia brasileira, as indicações de seu percurso eram mais claras. Além de conhecer Aires de Casal, Saint-Hillaire, Spix, Martius e Couto de Magalhães, havia a clara influência de Emanuel de Lias, Orville Derby e Teodoro Sampaio. Sampaio em especial tinha auxiliado Cunha provendo informações de sua expedição à Chapada Diamantina e ao vale do São Francisco, além de ouvir e ler os originais[354].

Apesar disso, Azevedo indicava cinco importantes obras contemporâneas que tinham sido ignoradas por Cunha: *Geology and Physical Geography of Brazil,* de Charles Hartt, "mestre e companheiro de Orville Derby"; *Geografia do Império do Brasil*, de Johann Wappäus, "traduzida e posta em dia por Capistrano de Abreu"; *Le Brésil,* de Pierre Émile Levasseur, "parte integrante da 'Grand Encyclopédie' que recebeu a autorizada colaboração do Barão de Rio Branco"; *Le Brésil en 1889,* de Santa-Anna Nery, com contribuições de Capistrano de Abreu, Eduardo Prado e Orville Derby; e *Géographie Universelle*, de Élisée Reclus, organizada no Brasil por

[353] MACHADO, 1995, op. cit., p. 319.
[354] AZEVEDO, 1950a, op. cit., p. 24 et seq.

Ramiz Galvão. A ausência de tais obras se agravava por terem delas participado ou divulgado "nossa 'elite' intelectual de então" e ainda: "A alentada bibliografia que figura no livro de Levasseur pode muito bem sintetizar o que um *homem culto* devia conhecer ao iniciar-se a última década do século passado se desejasse possuir as fontes fundamentais de nossa *bibliografia geográfica"*[355]. A partir disso, Azevedo afirmava que Cunha não era geógrafo, muito menos culto.

Continuando para o plano da obra e sua metodologia, Azevedo elogiava a estrutura d'*Os Sertões* e sua divisão "terra" e "homem", divisão que "qualquer aluno de geografia superior" atual sabe que era o caminho correto para um estudo geográfico que não se resumisse a enumerações e nomenclaturas[356]. O elogio se encerrava ali. A análise do texto por Azevedo, esse "geógrafo ranzinza", mostrava que o livro começava mal, com um "erro geográfico". Cunha confundia o Planalto brasileiro com o Planalto Central, e tal engano era seguido por outras descrições "sintéticas", "defeituosas" e "incompletas". Azevedo afirma, em certo momento, que não achava crível que uma descrição sobre um corte geológico carregada de incongruências tinha sido aprovada por Teodoro Sampaio ou que Orville Derby tivesse lido tal parte: "O poeta é soberano no pequeno reino onde o entroniza a sua fantasia"[357]. Apesar da crítica a Cunha, havia uma valorização da imagem de Derby e Sampaio. Nas partes em que o geógrafo moderno discordava, Azevedo voltava ao argumento da obra não ser exclusivamente geográfica, e que em certos momentos se desviava para a Literatura: "é evidente que, em tais trechos, o cientista cede lugar ao escritor". O trecho em específico refere-se às afirmações de Cunha em relação à seca na região. Afirmando que havia um intervalo de 32 anos sem seca, Azevedo indicava como tal afirmação não tinha fundamento na realidade[358]. Faltava nesse caso o rigor científico, a hipótese e a análise crítica.

Em outros momentos do texto, Azevedo indica que a inconstância entre ciência e literatura era reafirmada. Ao adentrar na parte *O Homem* e explorando o "elemento humano" na obra de Cunha, Azevedo afirma como a palavra tinha poder "quando bem escrita e bem sonante", fazendo ignorar aspectos que sob uma análise

[355] AZEVEDO, 1950a, op. cit., p. 25.
[356] Ibid., p. 26
[357] BRANNER apud AZEVEDO, 1950a, op. cit., p. 30
[358] AZEVEDO, 1950a, op. cit., p. 33

mais atenta revelava uma “opulenta desordem”[359]. Em relação aos grupos étnicos, a orientação de Cunha era mais histórica do que geográfica. Os “grupos étnicos fundamentais” aparecem pela “sequência histórica”, o indígena, o negro e o português. Azevedo chama atenção para o uso da expressão raça, criticando a apropriação das teorias deterministas. A definição por Cunha de dois grupos étnicos no Brasil ao norte e ao sul, somente considerava o meio físico, ignorando o fator humano e econômico. Azevedo via, nesse aspecto, uma obsessão exagerada pelo determinismo geográfico[360].

Azevedo caminhava entre a crítica e o elogio. Os adjetivos se somavam para expressar o “intrometimento” de Azevedo e afirmando em diferentes momentos do texto que Cunha não teve a ambição de escrever uma obra exclusivamente geográfica, Azevedo afirma que ele estava em “boa companhia”, pois muitos geógrafos de seu tempo seguiram esses critérios. No texto, podemos ver que Azevedo, mesmo antes de 1954, já buscava construir uma ruptura entre a velha e a nova Geografia. Criava-se um “nós”, aqueles que fazem Geografia sob preceitos modernos, e os “outros”, que fazem *outra* Geografia. Para tal, ele despoja Euclides da Cunha do caráter científico e geográfico, e indica como havia obras naquele período que podiam ser utilizadas para aproximar sua metodologia de uma geografia moderna. Tal trajeto tomado por Azevedo alinhava-se a outras produções que buscaram fazer “tábula rasa” da produção precedente ao estabelecimento dessas instituições e até silenciá-los[361]. Dentro de um cenário maior, podemos inferir que isso se relacionava a um esforço de taxar a produção precedente como pré-científica e relacionada às estratégias de institucionalização da geografia “moderna” no Brasil[362]. Entre presenças, ausências, lacunas e “senões”, Azevedo ao fim ainda perguntava, mesmo tendo exposto ao longo do texto a resposta, “poderemos em sã consciência classificar a grande obra como um livro geográfico?”. Se um “ilustre geógrafo francês” havia afirmado que *Os Sertões* foi a primeira obra de geografia humana do Brasil, Azevedo era categórico em afirmar que tal livro não era uma obra

[359] Azevedo de forma irônica utiliza uma frase do próprio Euclides da Cunha em seu livro *A margem da história* para caracterizar sua produção.
[360] AZEVEDO, 1950a, op. cit., p. 38 et seq.
[361] LIRA, Larissa Alves de. *Pierre Monbeig e a formação da geografia brasileira: uma ciência no contexto do capitalismo tardio. Erosão dos valores literários, “tentação à ação e sistematização do método (1925-1957).* 2017. Tese (Doutorado em Geografia humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo. p. 196 et seq.
[362] MACHADO, 1995, op. cit.

de Geografia, assim como não era de História ou Sociologia, mas continha “um pouco de tudo”.

Além do trabalho de Azevedo, havia outro texto proferido na Semana Euclidiana e publicado no *Boletim...* que era *O espírito geográfico na obra de Euclides da Cunha*[363] de José Veríssimo da Costa Pereira, então presidente da AGB. Ao analisarmos esse trabalho encontramos um contraponto ao texto de Azevedo, principalmente porque a crítica negativa e a combatividade eram praticamente inexistentes. Euclides da Cunha era apresentado como uma “exceção”, um “geógrafo nato” em um período de transição em que “poucos souberam ou puderam abrir os olhos para ‘ver’ o que devia ou podia ser visto” para trilhar o caminho mais seguro para o futuro. Muitas das características apontadas por Azevedo como negativas aparecem de forma positiva nesse texto. Na seção *A orientação moderna de Euclides,* Costa Pereira, retomando os princípios metodológicos de Albert Demangeon, geógrafo francês orientador de Pierre Monbeig, que compôs a missão francesa da FFCL, explicitava como Cunha se encaixava dentro de tais preceitos. Se o segundo princípio de Demangeon preconizava que, na “geografia humana é preciso não acreditar numa espécie de determinismo brutal, numa fatalidade saída dos fatores naturais”, Costa Pereira não enxergava a obsessão pelo determinismo apontado por Azevedo, mas sim um “cuidado da análise e da interpretação humana em face da complexidade do problema etnológico do Brasil”. Citando Cunha para provar sua assertiva: “Estamos condenados à civilização. Ou progredimos ou desaparecemos”. Ainda, se Azevedo indicava que a obra de Cunha não era nem geográfica, nem histórica, mas tinha um pouco de tudo, Pereira indica que um dos princípios metodológicos indica como a geografia humana devia utilizar da História para analisar a “evolução dos fatos”. Se a segunda parte d’*Os Sertões* fazia uso da história para narrar os fatos, isso era um artifício da produção geográfica, e não uma mistura desses saberes[364].

Essa busca em associar Cunha com a geografia moderna perpassava o discurso de Costa Pereira como um todo. Recorrendo ao conceito de Jean Brunhes, Pereira afirma que *Os Sertões* estava impregnado de “espírito geográfico”. Ou seja,

[363] PEREIRA, José Veríssimo da Costa. O espírito geográfico na obra de Euclides da Cunha. *Boletim Paulista de Geografia,* São Paulo, n. 5, jul. 1950. Disponível em: <http://www.agb.org.br/publicacoes/index.php/boletim-paulista/article/view/1404/1261>. Acesso em: 29 dez. 2019.
[364] PEREIRA, 1950, op. cit., p. 55 et seq.

por buscar discernir os fenômenos que transcorrem na superfície terrestre e estabelecer relações entre eles. Nesse aspecto, Cunha tinha seguido tal “espírito” na descrição dos meios geográficos do Nordeste e da Amazônia, fazendo a correspondência entre esses meios e os tipos humanos ali presentes ou comparando com outros meios. Ainda, Costa Pereira afirma que Cunha precedeu o conceito de gênero de vida, de Vidal de La Blache, que dizia dos modos de colaboração entre homem e natureza[365]. Da mesma forma, se Aroldo de Azevedo enxergava uma ausência do conceito de paisagem na obra de Cunha, a presença do elemento humano era valorizada por Pereira para defender como a paisagem geográfica tinha importância na obra de Cunha. Citando o geógrafo francês Camille Vallaux, para quem a paisagem era impregnada de “antropocentrismo”, pois a observação inicia-se pela “paisagem geográfica familiar”, a qual o observador tem mais proximidade. A paisagem geográfica, no entanto, só adquire significado real e valor científico quando engloba o conjunto percebido pela visão ideal e uma visão telescópica, por instrumentos, superando essa característica familiar. Tais visões podiam tornar impessoal a observação pela limitação do horizonte, e esse era o limite da paisagem geográfica, sendo que a observação do geógrafo começa da periferia e se direciona para o centro[366]. Novamente, Verissimo enxergava esses aspectos em Cunha exemplificando com sua descrição do alto da Favela:

> Em roda uma elipse majestosa de montanhas... A Cana Brava, à nordeste, de perfil abaulado e simples; a do Poço de Cima, próxima, mais íngreme e alta; a de Cocombó, no levante, ondulando em seladas, dispersa em esporões; as vertentes retilíneas do Calumbi ao sul; as grimpas do Cambaio, no correr para o poente; e, para o norte, os contornos agitados do Caipan — ligam-se e articulam-se no infletir gradual traçando, fechada, a curva desmedida.
>
> Vendo ao longe, quase de nível, trancando-lhe o horizonte, aquelas grimpas altaneiras, o observador tinha a impressão alenta — dora de se achar sobre platô elevadíssimo, páramo incomparável repousando sobre as serras. Na planície rugada, embaixo, mal se lobrigavam os pequenos cursos d’água, divagando, serpeantes...
>
> Um único se distinguia — o Vaza-barris, atravessava-a, torcendo-se em meandros. Presa numa dessas voltas, via-se uma depressão maior, circundada de colinas... E atulhando-a, enchendo-a de confusos tetos incontáveis, um acervo enorme de casebres[367]

[365] PEREIRA, 1950, op. cit., p. 51-52
[366] Ibid., p. 58 et seq.
[367] CUNHA apud PEREIRA, 1950, op. cit., p. 59-60

A linha do horizonte e a descrição do espaço eram interpretadas literalmente e de uma forma que as palavras de Cunha se encaixassem nas afirmações de Vallaux. Nesses exemplos, Costa Pereira explicava tais teorias e conceitos, que em alguns casos foram produzidos posteriormente a *Os Sertões*, para que pinçasse trechos em que Cunha teria inferido ou antecedido essas ideias. Apesar de ser uma fala valorativa, assim como Azevedo, havia o recorte e a seleção para atingir o sentido que se desejava. Se no texto de Azevedo nos deparamos com um Euclides da Cunha valoroso, mas equivocado, em Pereira emerge um Euclides da Cunha inovador e precursor. Ao confrontarmos o trabalho de José Verissimo com o de Aroldo de Azevedo suas diferenças podem indicar que havia uma disputa pela memória dessa disciplina e suas balizas temporais podiam mudar dependendo do autor. A discussão estava, então, aberta?

Na edição de 1952 da *RIHGSP,* dos quatro textos comemorativos sobre o cinquentenário de publicação de *Os Sertões* chama atenção o texto de Fausto Ribeiro de Barros. Indicando que Euclides da Cunha não fora um "geógrafo de escola", *Os Sertões,* no entanto, repousava em fundamentos geográficos sendo que os "problemas de geografia física e humana dos sertões surgiram coloridos e animados, às vezes apenas configurados, porém, magistralmente definidos noutras". A partir disso, Barros era resoluto em sua reprimenda. Se a crítica não poupava a obra, a crítica acadêmica, em específico, buscava destruir o valor geográfico contido no livro. Aqui a combatividade se invertia, e Barros era tão incisivo quanto Azevedo. Apesar disso, as investidas não tiveram sucesso contra uma "obra luminar" e que continuava a ser um "soberbo e indestrutível farol da cultura brasileira". E ainda, "qualquer nação do mundo daria um milhar de gerações de críticos e vaidosos em troca da simples glória de possuir uma obra como *Os Sertões"*. Em outro texto, de Almeida Magalhães, vemos sentido semelhante. Magalhães assevera que a "glória de Euclides permanece íntegra a despeito das tentativas de quantos, por qualquer antipatia ou esnobismo literário, muito em voga, pretendem amesquinhá-la". Euclides havia composto capítulos indestrutíveis em que "o geólogo, o meteorologista, o

etnólogo, o geógrafo, e ecólogo, em suma, se disputam em grandeza e primazia"[368]. A ideia de um pouco de tudo reaparecia do outro lado da disputa.

Ainda podemos analisar um terceiro texto publicado no *Boletim...* que apesar de não tratar da obra de Euclides da Cunha, contribuía para pensar nesse quadro de disputas com a produção precedente a 1934. Como exposto anteriormente, o *Boletim...* publicava trabalhos anteriores ou externos ao periódico. Aqui, nos deparamos com a introdução de Caio Prado Júnior à edição de 1945 da *Corografia Brasílica* de Aires de Casal[369]. Na abertura do texto, Caio Prado afirma que Casal ignorava as noções científicas elementares de seu tempo, não percebendo em seu trabalho a observação, análise, comparação e síntese, sendo um "simples colecionador e registrador de fatos", estando, portanto, ausente o senso crítico tão importante para a geografia moderna. Caio Prado passava assim a elencar lacunas e aspectos que indicavam a ausência de rigor científico. Um enunciado recorrente nas obras de Azevedo e Costa Pereira se indicava como Casal se limitava a simples enumeração de fatos e de nomenclatura. Trabalhando nos arquivos e bibliotecas conseguiu reunir abundante material para tal obra, no entanto, a partir disso se limitou a transcrevê-las. Casal havia utilizado todas as obras clássicas de seu tempo, mesmo de brasileiros como Rocha Pita e Gaspar da Madre de Deus, no entanto, carecia o trabalho de ilustrações apagando esse "elemento essencial" da matéria geográfica, as cartas e mapas[370].

Caio Prado buscando localizar a obra de Casal, trazia um interessante panorama do desenvolvimento da Geografia. Apesar da obra de Casal parecer afastada da noção de Geografia do Oitocentos, Caio Prado afirma que duas concepções de Geografia se colocavam naquele momento. Por um lado, tínhamos uma concepção clássica associada tanto aos estudos de Ptolomeu, de maior proximidade com a Cosmografia e a Matemática, deixando a Geografia em segundo plano; e uma concepção associada a Estrabão, "mais geógrafo que Ptolomeu", mas faltando ainda a crítica dos fatos. Esses dois modelos originaram a concepção clássica que alcançou o século XIX e subordinou a Geografia a quadros políticos e

[368] BARROS, Fausto Ribeiro de. Cinquentenário de "Os Sertões". *RIHGSP*, São Paulo, v. 51, 1952. p. 131-132; MAGALHÃES, Almeida. "Os Sertões" e o Facundo. *RIHGSP*, São Paulo, v. 51, 1952. p. 142.
[369] PRADO Jr., Caio. A evolução da geografia e a posição de Aires de Casal. *Boletim Paulista de Geografia,* São Paulo, n. 19, 1955. Disponível em: <https://www.agb.org.br/publicacoes/index.php/boletim-paulista/article/view/1318/1154>. Acesso em: 29 dez. 2019.
[370] Ibid., p. 61 et seq.

históricos. Por outro lado, o século XVIII viu a formação de outra concepção, moderna, a partir das ciências naturais, não somente preocupada com os fatos naturais em si, mas com sua interdependência, associação e coordenação. Assim, Caio Prado chamava a atenção que o "primeiro grande geógrafo moderno" era um naturalista, Alexander Von Humboldt, que ainda havia publicado suas principais obras no mesmo momento que a *Corografia...*[371]. De certa forma, esse trecho era muito semelhante ao texto de Azevedo em que ele questionava sobre a semelhança ou a presença de obras contemporâneas que eram exemplos melhores do fazer geográfico daquele período. Mas diferente daquele, Caio Prado não resguarda a denominação *moderno* somente para a geografia francesa do começo do século XX.

Caio Prado define que o momento de publicação da *Corografia...* foi um período de transição, e, que mesmo em 1946 tal disputa não havia terminado, ainda havendo produções que se basearam na concepção clássica da Geografia. Caio Prado, no entanto, não negava a natureza geográfica da obra:

> Se Aires de Casal está longe de merecer a qualificação de geógrafo, no sentido atual da palavra, e fica muito apartado mesmo daqueles naturalistas seus contemporâneos que, inclusive com relação ao Brasil, estavam lançando as bases da verdadeira ciência geográfica, ele se coloca, relativamente ao método e concepção que tem da sua ciência tão criticáveis hoje, num plano que pouco ou nada fica a dever aquele, então oficialmente adotado e reconhecido para os estudos geográficos[372].

Apesar da obra não ter contribuído com novas informações para o conhecimento geográfico, a importância que ela ganhou estava associada em ser a primeira publicação do gênero no Brasil. Além disso, por ter alcançado grande repercussão internacional e, a partir disso, ter se tornado um modelo e repositório de informações para a produção de estudos geográficos. Tais aspectos mantiveram os estudos geográficos em um "nível baixo". Caio Prado não nega que as produções de outros países do mesmo período compartilhavam características semelhantes ao trabalho de Casal. Um "novo rumo" para a matéria geográfica só aconteceu com a publicação, no fim do século XIX, da tradução das obras de Sellin e Wappäus por Capistrano de Abreu e com iniciativas como a CGGSP. Os Institutos Históricos e

[371] PRADO Jr., 1955, op. cit., p. 54 et seq.
[372] Ibid., p. 63

Geográficos eram citados, mas como exemplos de como a Geografia ficou por muito tempo em segundo plano, não havendo se ocupado “seriamente do assunto”.

Caio Prado Jr. ainda indicava como o apego exclusivo aos autores franceses influía de forma negativa na constituição dos estudos geográficos brasileiros, e ainda como a França estava atrasada em relação à Alemanha. Prado Jr. mostrava nessa rápida passagem uma discordância de Azevedo afirmando que a melhor produção sobre a geografia nacional ainda vinha de fora e não da França. O interesse de Aires de Casal para Caio Prado Jr. era renovado, não mais como tratado geográfico, mas como obra de História para reconstituir esse Brasil à beira da independência e que começava a ter consciência de sua individualidade[373]. Contudo, Caio Prado afinal concordava com o epíteto criado por Saint-Hillaire para Aires de Casal, “pai da geografia brasileira”.

3.4. Entreato

O texto, aqui citado, de Costa Pereira sobre Euclides da Cunha no *Boletim...* tinha semelhanças com outros trabalhos do autor que haviam sido publicados na seção “Vultos da Geografia Nacional”, da *Revista Brasileira de Geografia.* Tal periódico teve seu primeiro número publicado em 1939 e era organizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Na apresentação do primeiro volume do periódico, apontava-se que, dentre seus objetivos, estava a difusão do “sentido moderno da metodologia geográfica”[374], nada mais próximo aos objetivos de todos esses geógrafos que analisamos até então, tendo em vista ainda a circulação desses nomes nestes espaços institucionais[375]. Na seção foram publicados perfis biográficos de figuras como Alfredo de Taunay, Barão de Capanema, Capistrano de Abreu e Teodoro Sampaio e, grande parte dos textos estava delimitada pelo século XIX, com exceção de um perfil que cobria uma figura do século XVIII. Dentro dessa seção tais nomes eram apresentados como botânicos, engenheiros, exploradores e viajantes. Seriam também geógrafos?

---

[373] PRADO Jr., 1955, op. cit., p. 63 et seq.; 65-66.
[374] SOARES, José Carlos de Macedo. Apresentação. *Revista Brasileira de Geografia,* Rio de Janeiro, a. 1, v.1, jan. 1939. p. 4.
[375] ARANHA, Patricia. O IBGE e a consolidação da geografia universitária brasileira. *Terra Brasilis* (Nova Série) [on-line], n.3, 2014. Disponível em: <http://journals.openedition.org/terrabrasilis/971>. Acesso em: 09 dez. 2019.

Os primeiros nomes a figurar na seção, na ocasião de sua criação, e antes de José Veríssimo assumi-la, foram o Barão do Rio Branco e Elisée Reclus. Reclus era identificado como "geógrafo francês" e era lembrado pela parte dedicada ao Brasil, com sua obra *Nova Geografia Universal*, que teve a influência de Carl Ritter e foi traduzida no Brasil por Ramiz Galvão. Enquanto Rio Branco é elogiado pela sua "atividade intelectual" e seu papel como diplomata, sendo "figura indispensável para o estudo da evolução das nossas fronteiras e do nosso território". Indicar essa inspiração em Reclus criava uma ligação com esses fundadores da geografia moderna, mesmo que Ritter não tivesse escrito ou visitado o Brasil, e em Rio Branco eram valorizadas suas ações referentes ao território nacional, como que retomando o enunciado da unidade territorial e a defesa de suas fronteiras. Entre os trabalhos escritos por José Veríssimo tínhamos nomes como Charles Hartt e Von Martius. O recorte do século XIX estava colocado, pelo menos em relação à geografia nacional[376].

Dentre os nomes analisados por José Veríssimo, o texto sobre Capistrano de Abreu[377] chama atenção. Tido como um nome associado à historiografia brasileira, José Veríssimo inicia o texto apresentando uma discussão da relação entre História e Geografia para que houvesse um "melhor julgamento da contribuição [de Capistrano de Abreu] [...] em favor da geografia do Brasil". Essa localização era semelhante ao texto sobre Euclides da Cunha, quando se buscava em Demangeon a mesma relação entre as disciplinas. Aqui, José Veríssimo busca tal sentido em Brunhes e Vallaux. Para esses autores, a História tinha como função narrar a coordenação da "vida da humanidade", enquanto a Geografia ilustrava e demonstrava tais relações. Se a iniciativa humana modifica a História, a humanidade coopera para transformar a superfície terrestre, objeto de estudo da Geografia. "Nestas condições, de certo modo, a história se incorpora na geografia, havendo,

[376] Patrícia Aranha afirma que na seção citada a geografia nacional aparece mais como conhecimento do território do que como disciplina. Ali, houve o esforço de criar uma história para a geografia nacional, criar uma memória para a disciplina, e isso vinha por meio das escolhas dos vultos. Ao escolher uns, outros eram silenciados. Cf. ARANHA, Patrícia Marinho. *Geografia como profissão. Campo, auto-representação e historiografia (1934-1955)*. 2017. Tese (Doutorado em História Social) - Instituto de História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. p. 204 et seq. Para o conceito de memória disciplinar Cf. GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. Historiografia e cultura histórica: notas para um debate. *Ágora,* Santa Cruz do Sul, v. 11, n. 1, 2005.

[377] PEREIRA, José Veríssimo da Costa. Capistrano de Abreu. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, a. 6, n. 2, abr.-jun. 1944.

consequentemente, em quase todos os fatos históricos, uma maior ou menor tradução geográfica".

José Veríssimo afirma que Capistrano de Abreu fazendo a História do Brasil fez também sua Geografia, e que ao englobar aspectos da vida humana, econômica e social o "historiador-geógrafo" preparou o campo onde o "geógrafo do futuro" atuaria, com "a massa dos fatos sociais"[378]. Verissimo indicava a ligação que Capistrano de Abreu construiu ao indicar o uso das teorias sociológicas para o estudo da história nacional. E que esse era seu maior mérito e sua maior contribuição para a Geografia do Brasil, mas José Veríssimo ia além. Pela influência que Abreu teve nas gerações seguintes, se asseverava que "Capistrano de Abreu representa para a história do Brasil, o que Vidal de La Blache significa para a geografia da França". Capistrano de Abreu era equiparado a grande figura dessa rede que unia os geógrafos franceses que circularam pela FFCL e reforçava a imagem que apresentamos de Capistrano de Abreu no centro de uma rede de relações entre letrados constituindo estes modos de fazer História e Geografia no começo do século XX no Brasil.

Costa Pereira ainda lançava a pergunta: "Quem, até hoje, melhor que Capistrano, estabeleceu, com doutrina verdadeiramente moderna, bases tão seguras para uma geografia do Brasil?"[379]. Tal questionamento reforçava a argumentação da importância e influência de Capistrano de Abreu para a Geografia brasileira, além de asseverar o uso de uma doutrina moderna. José Verissimo indicava o trabalho de Capistrano de Abreu, *A geografia do Brasil*[380], publicado em 1904, e esse texto chama a atenção, pois cinquenta anos antes de Aroldo de Azevedo, Capistrano de Abreu também escreveu suas próprias impressões da Geografia *do* e *no* Brasil. Do e no*,* pois Abreu buscava entender o conteúdo e a prática desse saber, aspecto que se assimilava a perspectiva encontrada nos trabalhos do IHGSP em que o desenvolvimento da Geografia estava atrelado à exploração direta do espaço. Assim, o texto se inicia no século XVI com as primeiras

---

[378] Costa Pereira, aqui, retomava a influência do método sociológico na produção de Capistrano de Abreu. Além disso, Lia Osório Machado defende que houve uma preocupação geográfica em si em Capistrano de Abreu ao se voltar para os temas da ocupação e povoamento do território e questionar como a organização social e territorial brasileira explicaria o "atraso" do Brasil. Cf. MACHADO, op. cit., 1995, p. 319; OLIVEIRA, 2013, op. cit.

[379] PEREIRA, 1944, op. cit., p. 238.

[380] ABREU, João Capistrano de. A Geografia no Brasil. *Almanaque Brasileiro Garnier*, [s.l], 1904, p. 210. Lia Machado também fez uma discussão sobre tal trabalho. Cf. MACHADO, 1995, op. cit.

explorações no litoral brasileiro e cita, seguindo uma cronologia, os roteiros de expedições portuguesas e a ampla produção de mapas, itinerários e estudos botânicos realizados pelos holandeses. Após a expulsão dos holandeses, a Geografia havia estagnado: “Muitos pontos do rio São Francisco ou Maranhão foram mais exatamente representados na primeira metade do século XVII do que na metade correspondente do século XIX, quem sabe mesmo se na segunda”[381].

Se não faltaram viagens pelo interior realizadas pelos bandeirantes, é possível dizer que eles não se interessaram pelas “questões geográficas” ou eram incapazes de resolvê-las. Mesmo assim, aquilo que fora produzido até o início do século XIX foi reunido na *Corografia Brasilica* de Aires de Casal, que tinha uma “intuição de geógrafo”, pois sabia que os “terrenos tinha[m] fisionomia” e “lia a ação da natureza em fenômenos da natureza descurados por outros”. Intuição, natureza, nato, a utilização de tais características traçava a distância entre o eu e o outro, assim como José Verissimo fazia com a produção que o precedia. Ao fechar o texto, Capistrano de Abreu ainda completava: “Ainda hoje em nossa língua não saiu obra original que se lhe avantajasse”[382]. Ao fim do texto, eram elencados diferentes nomes que tinham contribuído para os estudos de Geografia no Brasil: Carl Von Martius, Friedrich Ratzel, Auguste de Saint-Hillaire, Jean Agassiz, Charles Hartt, Orville Derby, Johann Wappäus. Do fim do século XIX até o momento em que escrevia, eram conhecidos e explorados outros rios, o Litoral e o Interior, o que tornava necessário um trabalho “se não sintético, pelo menos sinóptico”:

> O ideal seria uma só pessoa se encarregar de tudo, de modo a apresentar uma Geografia una, em que o aspecto do céu, a circulação atmosférica, a estrutura do subsolo e do solo, a vegetação que o veste como a animalidade que o cobre e o homem que domina sobre a criação, aparecessem, todos, nas correlações que os prendem e penetram.
>
> Como isto seria impossível hoje, resta o recurso da colaboração de muitos, embora o defeito insanável de distribuir por capítulos isolados como espécimes mortos de museus, o litoral, o relevo, o clima, a vegetação, a vida econômica etc.[383].

[381] ABREU, 1904, op. cit., p. 210.
[382] Ibid., p. 211.
[383] Ibid., p. 212.

Capistrano de Abreu retomava os enunciados que defendeu no *Necrológio de Francisco Adolfo Varnhagen* para a produção da história e os indicava também para a produção geográfica. A síntese seria possível a partir da reunião do conhecimento sobre o céu, solo, clima, vegetação, os homens e suas correlações. Não sendo isso provável naquele momento restava a distribuição desses estudos em "capítulos", monografias. Sendo, no entanto, um defeito isolar esses elementos. Capistrano de Abreu ao mesmo tempo em que endereçava a metáfora do mosaico também conversava com a tradição europeia, possivelmente a partir de Ratzel, que vislumbrava a dimensão unitária da Terra. Falando, como último aspecto a pontuar, sobre a *Geographia...* de Wappäus, Capistrano de Abreu afirmava como tal obra mostrou que a "Geographia" não era "simples estudo de memória, simples enfiada de nomes, sem ligação, podendo ser recitados em qualquer ordem, contanto que fosse numerosos"[384]. Interessante escolha de palavras, estranha coincidência de sentidos, cinquenta anos antes de Aroldo de Azevedo.

3.5. O que é esta geografia moderna?

No texto de 1954 de Aroldo de Azevedo dois nomes se sobressaíam no processo de formação do curso de História e Geografia da FFCL: Pierre Deffontaines e Pierre Monbeig. Enquanto Deffontaines ficou pouco tempo no Brasil, a estadia de Monbeig se estendeu por uma década tendo influenciado uma geração de geógrafos formados na faculdade. Tendo em vista isso, a publicação da aula inaugural do curso de Geografia Humana na FFCL intitulada *Que é geografia?*[385] E ministrada por Monbeig, podia indicar uma visão de como esse saber era definido naquele espaço – a partir das referências ali estabelecidas. Na abertura da aula, Monbeig buscando explicar a pergunta do título retomava um enunciado recorrente em Azevedo e José Veríssimo. A pergunta se fazia necessária, pois a noção de Geografia era desconhecida e menosprezada sendo para alguns apenas a enumeração de lugares e números, uma lista telefônica. Tal concepção era "atrasada", "fóssil", se opondo à "verdadeira" Geografia, a geografia moderna. Apresentava-se um primeiro exemplo desse posicionamento que era compartilhado

[384] ABREU, op. cit., 1904, p. 212.
[385] Tal texto seria publicado em duas partes, nas edições dos dias 17 de abril e 24 de abril de 1936.

por Azevedo em construir uma ruptura com uma “velha” Geografia. Para Azevedo a ruptura era a fundação da FFCL, Monbeig também se referia a esse marco?

Respondendo à pergunta do título, Monbeig parafraseava o geógrafo Emannuel De Martonne: “Ocupa-se a geografia da repartição dos fenômenos físicos, biológicos e humanos pela superfície do globo, de suas causas e das relações dos fenômenos em si”, e ainda, a Geografia “tem um caráter não só essencialmente científico e filosófico, mas ainda descritivo e realista, que faz sua originalidade”. Monbeig afirma que cada palavra nessas afirmações era cuidadosamente escolhida, mas ficava, ainda, um questionamento. Se a Geografia não devia ser mera enumeração de informações, como defender um caráter descritivo? Monbeig provia uma fórmula, um modelo, no qual a Geografia era uma “descrição explicativa” sendo que tal fórmula define a história dessa ciência. A “antiga geografia” em Heródoto, nas narrativas de viajantes e a geografia universal de Reclus *descreviam,* depois de Ratzel e da escola alemã elas *explicavam.* Mas essa característica não seria comum a outras ciências? A originalidade da Geografia e do papel do geógrafo era a existência do duplo. O estudo de um fenômeno em uma localização específica levava à necessidade de comparação com outros fenômenos semelhantes em toda a superfície da Terra[386].

As afirmações iniciais indicavam uma clara referência a Vidal de La Blache, a quem ele se refere como “mestre da geografia moderna”. No processo de disciplinarização da Geografia na França, La Blache tornou-se nome central na definição de uma geografia humana definida pelas influências entre o homem e o meio. Essa característica fez surgir a denominação *escola possibilista*, pois a natureza não determinando as condições de desenvolvimento das populações ali inseridas, como no determinismo alemão de Ratzel, provia sim as possibilidades dessas interações. Essa noção se relacionava ao conceito de *gênero de vida* ao qual já nos referimos anteriormente, assim como quando Azevedo indicava em *A geografia de São Paulo...* a necessidade de monografias locais, o que poderia indicar o jogo de escalas entre nacional e regional presente na discussão de La Blache e seus discípulos deram grande ênfase aos estudos regionais. Dentre esses discípulos estavam De Martonne, Demangeon, Brunhes, nomes que ensinaram e

[386] MONBEIG, Pierre. Que é geografia? *O Estado de S. Paulo,* São Paulo, 17 abr. 1936. p. 3.

orientaram Monbeig, Ruellan – e alguns deles participaram dessas missões nas faculdades brasileiras.

Ao mesmo tempo em que Monbeig reforçava uma proximidade com La Blache, esta aproximação ocorria através de De Martonne, que foi o introdutor dos "princípios de método" para a Geografia. Estes princípios são três, podendo se estender a quatro: de localização, causalidade, geografia geral e cartográfico. O princípio da localização preocupa-se com a distribuição desses fenômenos pela superfície terrestre; o da causalidade busca estabelecer a extensão e consequências desses fenômenos; o da geografia geral indica a necessidade de relacionar fenômenos localizados com todos os outros na superfície terrestre; e o cartográfico, por fim, localiza e compara esses aspectos por meio das cartas e mapas.

Tais princípios retomavam o próprio processo de profissionalização da Geografia na França, em que a "invisibilidade" e a flexibilidade de um método aberto a novas contribuições e novas influências levaram a valorização de uma ciência pragmática. Nesse sentido, tal método era organizado em torno dos princípios e da prática em si[387]. Em certo ponto, o próprio Monbeig indicava esse aspecto: "[...] seu método? Nenhuma teoria o mostrara melhor do que a prática."[388]. Monbeig asseverava que o campo de estudos do geógrafo era a paisagem e a combinação do conjunto de fenômenos na superfície terrestre. A todos era possível *ver* a paisagem, mas somente o geógrafo poderia explicar o conjunto. Considerando uma viagem de campo, Monbeig elencava algumas questões que poderiam ser feitas sobre a localidade: qual a natureza das rochas, sua idade, sua história, seu clima, sua ação destruidora e construtora? Como está povoada a paisagem e desde quando? Quais os gêneros de vida dos habitantes? Pela amplitude dos questionamentos a Geografia poderia fazer incursões em outros campos e ciências, mas Monbeig negava a apropriação irrestrita de técnicas. A Geografia reunia aquilo que era útil para a formação de uma "síntese geográfica". Nesse ponto cita, por exemplo, que a apropriação de trabalhos históricos os transforma em "matéria geográfica". Tal síntese se encerra no mapa, que não sendo mero trabalho de

[387] LIRA, 2017, op. cit., p. 65 et seq. e p. 72 et seq.
[388] MONBEIG, Pierre. Que é geografia? *O Estado de S. Paulo,* São Paulo, 24 abr. 1936. p. 3.

cartógrafo, desenhista ou topógrafo busca a “melhor reprodução possível da realidade” sendo o mapa a reprodução legível de elementos da paisagem[389].

A expressão “síntese geográfica” trazia novamente essa tensão entre as escalas geral e local, e, consequentemente, La Blache. Monbeig lembrava que se houvera uma grande especialização dentro da Geografia seria necessário lembrar a característica *una* da Geografia. Qual seja no ensino secundário e na formação de professores, mas também na pesquisa, não devendo limitar-se a estudar somente um país: “É característico da geografia ser global, no sentido literal da palavra; reduzi-la ao espaço compreendido entre as fronteiras [...] é mostrar que não a entenderam. Não há geografia nacional”. Apesar de Monbeig priorizar o Estado de São Paulo, a escala global não estava ausente[390].

Monbeig ainda publica outro texto em 1949, o artigo *Geografia humana, cartografia e sociologia*[391]. Mais de dez anos afastado da publicação de sua aula inaugural na FFCL, tal texto poderia apresentar o desenvolvimento tanto das ideias de Monbeig como do próprio campo geográfico no Brasil. Se no texto de 1936, Monbeig indicava que o método geográfico foi construído a partir da prática, aqui o método é claramente delineado em três etapas: trabalho de campo, trabalho de arquivo e o mapa. A importância do trabalho de campo, o *field work* ou estudo do local, já havia sido contemplada por Monbeig em sua aula inaugural e aqui ganhava maior centralidade. Tal etapa era um empréstimo das ciências naturais, não sendo exclusividade dos geógrafos. Da mesma forma, o trabalho de arquivo era um empréstimo da História, pois era necessário na produção geográfica o conhecimento do material escrito sobre a pesquisa. Tais como anuários, livros e artigos, mas também os “documentos de primeira mão”, os arquivos, as fontes, permitindo remontar esses processos no passado. Por fim, o mapa. Em que se constituía o aspecto “essencial do método geográfico”, pois era o instrumento por excelência do geógrafo: “Todo estudo geográfico parte do mapa e finaliza em um mapa”. A partir do conhecimento e interpretação dos mapas era possível compreender tanto os fatos físicos quanto os humanos, proporcionando uma visão de conjunto e uma análise da paisagem natural e cultural.

---

389 MONBEIG, Pierre. Que é geografia? *O Estado de S. Paulo,* São Paulo, 17 abr. 1936. p. 3.
390 LIRA, 2017, op. cit.
391 MONBEIG, Pierre. Geografia humana, cartografia e sociologia. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 4 set. 1949.

Ampliando a compreensão do papel do mapa, Monbeig afirma que diferentemente do cartógrafo e da cartografia, o geógrafo opera uma leitura e uma análise específica desse instrumento. Se o cartógrafo produz exclusivamente mapas, eles não são imediatamente utilizáveis pela Geografia, podendo haver lacunas e confusão nas informações. Sendo assim, o geógrafo deve empreender a construção do *documento cartográfico* a partir do mapa e de novos dados. Não sendo possível permanecer no terreno de estudo, durante o trabalho de campo era necessário produzir notas e lembranças visuais, croquis e fotografias, para, posteriormente, confrontar com o mapa, trazendo a paisagem "a domicílio"[392].

3.6. Produzindo uma "nova" Geografia

A análise dos artigos de Monbeig oferece um breve panorama dessas discussões sobre a definição de uma Geografia que se quer moderna e com uma profunda ligação com os escritos de Vidal de La Blache. Monbeig foi indicado por Azevedo em seus textos e ficou quase uma década a frente da cátedra de Geografia na FFCL. O que nos permite supor sua importância na formação de uma geração de geógrafos. Dessa forma, voltamos a Aroldo de Azevedo. A atuação dele tanto na FFCL quanto no IHGSP traz um interessante cruzamento para pensar esse momento. O IHGSP fundado em 1894 e tendo se estabelecido no cenário intelectual paulista como lugar de produção histórica e geográfica se deparava, a partir de 1934, com esse novo local que se colocou em disputa como espaço de produção. Se Azevedo defende a ruptura, sua presença entre esses dois mundos, entre esses dois modelos, leva a questionar: como foi sua atuação no IHGSP? Como se produz Geografia a partir desses novos parâmetros?

Apesar de não ter uma produção prolífica na *RIHGSP*, Azevedo publicou dois textos entre 1939, sua entrada como sócio, e 1954. A primeira publicação foi o *Império colonial português e o Brasil - um esboço de geografia política*[393]*,* na qual buscou fazer uma análise do Império Português verificando sua formação, sua

[392] Roland Courtot faria uma análise dos desenhos de trabalho de campo de La Blache, De Martonne e Deffontaines expondo a importância destes em suas produções. Cf. COURTOT, Roland. Los dibujos de trabajo de campo en la Escuela francesa de Geografia (Vidal de La Blache y Pierre Deffontaines). *Treballs de la Societat Catalana de Geografia*, n. 70, 2010, p.85-100.
[393] AZEVEDO, Aroldo E. O Império colonial português e o Brasil - um esboço de geografia política. *RIHGSP,* São Paulo, v. 41, 1942.

extensão e seus recursos econômicos. Tal exame era motivado pelo contexto. Publicado em 1942, em plena Segunda Guerra Mundial, Azevedo aponta que em momentos conturbados da Europa as colônias portuguesas eram sempre matéria de especulação: “hoje como ontem, pesa sobre o pequenino Portugal essa ameaçadora espada de Dâmocles: ver imolado da noite para o dia, no altar da Paz, o seu império colonial”. Dois fatos recentes eram indicados por Azevedo para justificar tal receio: a invasão da Etiópia pela Itália, em 1935, e a cessão à Alemanha Nazista da região dos Sudetos na Checoslováquia – para “evitar, momentaneamente, o sacrifício de milhões de inocentes”. Por causa disso, Azevedo não duvidava que, a fim de evitar um custo maior da guerra ou um caminho fácil para a paz, as grandes potências concordassem em repartir as colônias portuguesas[394]. Se em 1944, Taunay escrevendo sobre o IHGSP falava em evitar o contemporâneo, Azevedo aqui não se limitava a tal regra. Porém, mesmo que a preocupação de Taunay fosse motivada por sua associação à escola metódica, ao pensarmos no campo geográfico a discussão não era menos problemática. A preocupação com o contemporâneo traçava relação com a geografia política e, no desenvolvimento da Geografia francesa, a relação com esse aspecto era problemática pela disputa com a Geografia alemã e sua proximidade com o Estado.

A grande preocupação de Azevedo, aqui, era em relação ao Brasil e essas colônias, ou ainda, a utilidade que elas tinham para o desenvolvimento político e econômico nacional em um possível controle efetivo por uma “política internacional” de grande envergadura. Escrevendo sobre Angola em específico, Azevedo elencava similaridades entre os dois países e se referia ao “domínio das costas opostas”. Tal concepção era retirada de Arthur Dix, que no livro *Geografia Política* define tal campo como estudo da esfera do poder do estado, expondo o problema da expansão e estabelecimento dos estados. Podíamos retroceder até a publicação de outra *Geografia Política,* de Friedrich Ratzel, em 1897, onde a figura do estado estava intimamente ligada ao espaço e seu território, às condições naturais, formas de relevo, condições de circulação marítima e fluvial.

Para Dix, o domínio das costas opostas era um dos princípios que governava a expansão dos países, junto a outros princípios como avanço sobre a linha de menor resistência, aspiração a uma saída para o mar, aspiração à unidade nacional

[394] AZEVEDO, 1942, op. cit., p. 347-348.

e o estabelecimento de fronteiras naturais[395]. Azevedo traçava uma proximidade com essas discussões da geografia política. Tendo em vista tais aspectos, Azevedo afirmava que o oceano Atlântico serve não apenas para separar, mas para unir "povos irmãos", e listava três traços de união entre Angola e Brasil: identidade de recursos econômicos, os produtos tropicais; identidade geológica, por terem constituído o mesmo continente em época geológica anterior; e os "pontos de contato" étnico através dos "bantus" escravizados e trazidos para o Brasil. Sua conclusão era a de que o Brasil deveria se esforçar para que tais colônias continuassem sob domínio português "pelo próprio bem de todos quantos falam a língua de Camões". Considerando as possibilidades das relações que o Brasil poderia estabelecer, Azevedo conclui que o melhor era a manutenção do jugo português e, possivelmente, o estabelecimento desta "política internacional"[396].

Seu segundo texto foi publicado em 1950 e, aqui, vemos a presença desses procedimentos que eram delineados na FFCL e na AGB. *Juazeiro e Petrolina, cidades gêmeas*[397] trazia as impressões de uma "viagem de estudo". Realizada na região do sertão pernambucano e feita na companhia de colegas da FFCL, tais como Pierre Monbeig, João Dias da Silveira, Maria Conceição Vicente de Carvalho, José Ribeiro de Araujo Filho e Ary França, além de Othon Leonardos, da Universidade do Brasil. Na breve apresentação, Azevedo afirmava que tal texto era o pagamento de uma dívida contraída junto ao IHGSP, e um agradecimento pela participação na agremiação "digna da gratidão dos paulistas e dos brasileiros". Estando há algum tempo a frente de "um dos setores de maior importância no conjunto das atividades deste Instituto – a Geografia" era hora de apresentar um trabalho orientado pelo viés moderno desse saber[398].

Apesar de, no decorrer do texto, Azevedo explorar a relação entre os grupos humanos, o meio e a formação da paisagem regional, o texto iniciava com a descrição física do terreno contemplando a unidade formada pelos fenômenos físicos e humanos. Ao chegar de avião na região, às margens do rio São Francisco, o olhar do geógrafo se deparava com a paisagem do sertão pernambucano. Em sua

---

[395] COSTA, Wanderley Messias da. *Geografia Política e Geopolítica: Discursos sobre o Território e o Poder*. São Paulo: Edusp, 2008. p. 31 et seq; SILVA, Armando Corrêa. A concepção clássica da geografia política. *Revista do Departamento de Geografia*, São Paulo, n. 3, 1984.
[396] AZEVEDO, 1942, op. cit., p. 355-356.
[397] AZEVEDO, Aroldo E. Juazeiro e Petrolina, cidades gêmeas. *RIHGSP*, São Paulo, v. 45, 1950b.
[398] AZEVEDO, 1950b, op. cit., p. 145.

descrição da paisagem, as inter-relações afloravam, mas também os contrastes. Assim como havia um “oásis” na região do Cariri, havia também a paisagem desolada da chapada da Borborema, o verde dos canaviais, as usinas modernas e as casas grandes de uma aristocracia que não mais existia. Se o olhar atravessava toda a paisagem, também era possível “sentir” a “luta titânica” do homem com o meio por conta do problema da água no sertão. Aflora o elemento humano. Os brasileiros “acobreados” pelo sol, os vaqueiros em suas roupas de couro, os negros manipulando a cana e o fumo, as baianas vendendo Acarajé. Entre cidades que eram verdadeiras metrópoles e pequenas “joias” locais, Azevedo visava do alto esse Nordeste[399].

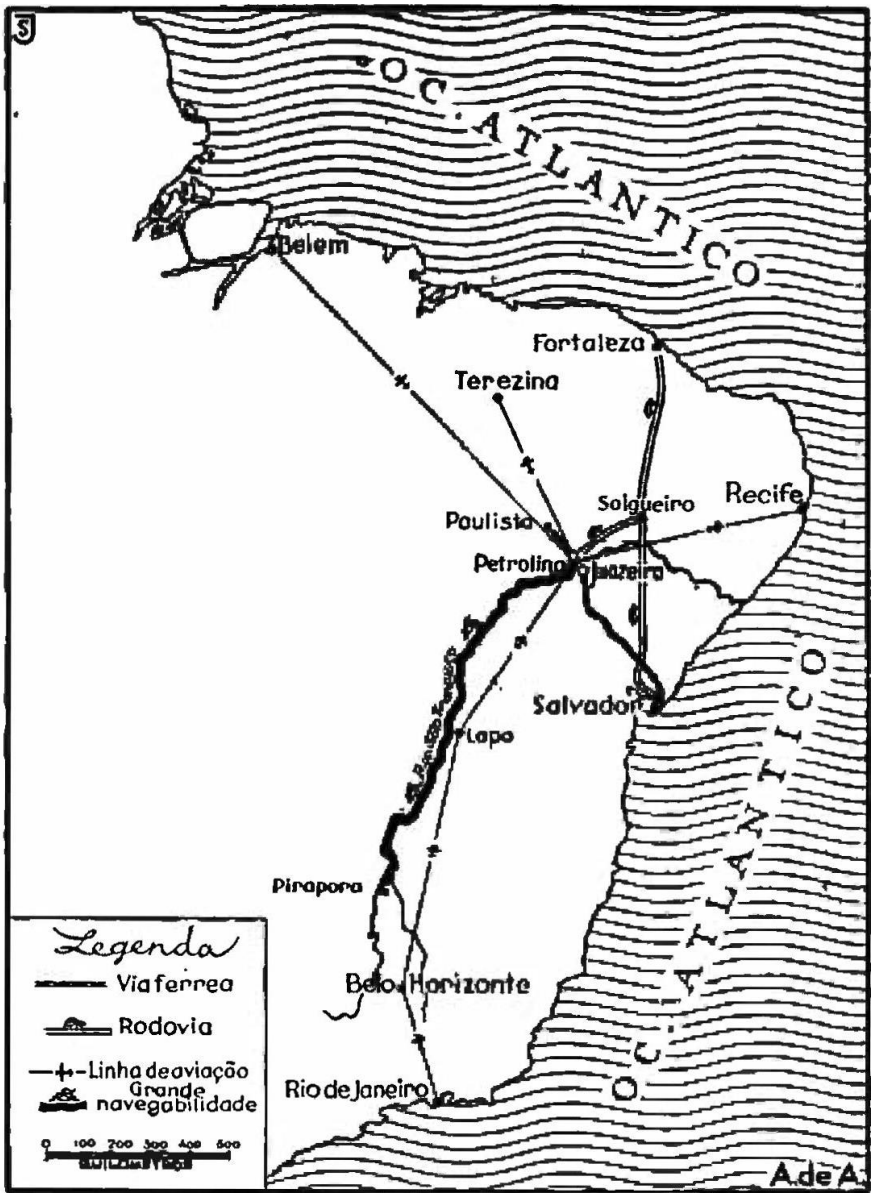
O trecho da viagem focado por Azevedo era a região do cotovelo do Rio São Francisco, próximo às cidades de Juazeiro e Petrolina. A região era uma das mais hostis do país por causa da seca, registrando os menores índices de pluviosidade do país. Apesar disso o rio estava ali, uma grande artéria que servia como via de comunicação e comércio. A seca definia a relação das pessoas com o corpo d’água. Dirigiam-se a ele para buscar água, para lavar roupas e utilizavam-no em projetos de irrigação para tornar possível a atividade agrícola. Depois de uma seca de três anos, a chuva modificava tanto o meio quanto as pessoas. A caatinga era uma “estranha paisagem”, de vegetação arbustiva, mas, em certos pontos, os afloramentos da rocha cristalina faziam surgir “desertos pedregosos” em que mesmo a vegetação rasteira era escassa. Porém, com a chuva, a paisagem ressequida se enchia de verde[400].

Podemos verificar que a descrição de Azevedo se aproximava do duplo da “descrição explicativa” indicada por Monbeig. A descrição da vegetação, do solo e do homem se somava ao entendimento dessas características e de suas relações. Se a seca se relacionava à caatinga, essa estranha paisagem, por causa dela se criavam as relações das pessoas com o rio São Francisco. Ainda, essas interações indicavam a grande preocupação com a geografia humana. Podemos, ainda, observar como a produção precedente auxiliava para reunir informações sobre aquelas localidades. Ao descrever Juazeiro, Azevedo frisava sua característica de *ponto de passagem* reforçando a assertiva com relatos de Spix e Martius, Juazeiro

[399] AZEVEDO, 1950b, op. cit., p. 146.
[400] Ibid., p. 147 e p.149-150.

como local de trânsito de gado; Aires de Casal, como importante passagem da Bahia para o Piauí; e Capistrano de Abreu, mais “via de vasão que de penetração”. Ainda, o relato de Teodoro Sampaio confirmaria sua *função comercial*[401].

Figura 8 – “Nó de comunicações”



Como expresso na introdução do livro por Azevedo, tais mapas eram produzidos por João Soukup, cartógrafo membro da AGB e professor na FFCL. Como que seguindo a indicação de Monbeig, os trabalhos de Azevedo contavam com grande material cartográfico.

Fonte: *Regiões e Paisagens do Brasil*[402]

[401] Ibid., p. 152-153.
[402] AZEVEDO, Aroldo E. *Regiões e Paisagens do Brasil.* São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1952.

Petrolina, ao contrário de Juazeiro, não tinha a mesma importância sendo uma *cidade gêmea*, estando ligada e à sombra daquela. Tendo em vista isso, chamava mais a atenção de Azevedo a catedral "portentosa" e o aspecto sonolento e agreste da cidade. As habitações de barrote ou de tijolos cobertas de telhas apareciam sem alinhamento, sendo as calçadas também irregulares, algumas elevadas, que faziam as ruas parecerem "canais secos". A descrição do espaço urbano ganhava grande detalhamento na narrativa de Azevedo. Azevedo asseverava que o futuro da cidade estava associado a duas iniciativas: a construção de um aeroporto, que se tornaria ponto de passagem obrigatório dos aviões saindo do sul do país em direção ao norte; e a construção do porto da cidade. A partir disso, as duas cidades formariam um *nó de comunicações*, uma encruzilhada de vias terrestres, e Juazeiro se estabeleceria como *cidade mercado.*

Azevedo vinha pagar a "dívida" pela sua eleição como sócio do IHGSP e o pagamento se deu pela introdução da geografia moderna no Instituto, percebida como ausente naquele espaço. Esses trabalhos indicavam aspectos que Azevedo retomaria no seu texto do quarto centenário de São Paulo, assim como retomaria algumas afirmações de Monbeig em seus artigos no *OESP*: a presença de uma "descrição explicativa", a importância dos mapas, o jogo de escalas entre nacional e regional e a relação homem com o meio segundo uma concepção vidaliana. Também podemos traçar proximidade a outro livro de Azevedo, *Monografias Regionais. Planos sumários para pesquisas de caráter geográfico*[403] publicado em 1942. Ali, verificamos a definição desses planos de pesquisas que definiam roteiros de trabalho para três regiões: região agrícola, industrial e a cidade. Nesse aspecto, o plano sobre a cidade guiava a forma como Azevedo descrevia aqueles espaços urbanos. Apesar de indicar que o livro era pensado como um manual para os alunos do curso de História e Geografia, esse não era o próprio fazer geográfico de Azevedo? Expressava-se, ali, a preocupação de situar, caracterizar e descrever a cidade estudada: ela estava próxima a estradas, vias férreas, um curso d'água? Quais são os tipos de habitação, como são suas ruas, como se organizam seus bairros? Quais os principais produtos comercializados, como se organizam as feiras e mercados?[404]. Tais aspectos se faziam presentes no estudo sobre Juazeiro e

[403] AZEVEDO, Aroldo E. *Monografia Regionais. Planos Sumários para pesquisas de caráter geográfico*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1957.
[404] Ibid., p. 45 et seq.

Petrolina, seja pela descrição da função dessas cidades em relação ao espaço regional e/ou nacional, ou pela descrição desse espaço urbano que também conta com os mapas para ilustrar o olhar do geógrafo. Tais características também indicavam outra proximidade.

Novamente verificamos, aqui, uma nova aproximação com Pierre Monbeig. Publicando, em 1941, o trabalho *O Estudo geográfico das cidades*[405]*,* ali também havia a definição de um método de estudo para o espaço urbano contando com algumas características similares às apresentadas por Azevedo. Monbeig afirmava que o estudo sobre as cidades seria feito por meio das relações entre as sociedades humanas e o meio natural, no passado e no presente: "Para ele [geógrafo], a cidade é uma forma de ato de posse do solo por um grupo humano; qual é este solo, quais são estes homens, eis as primeiras indagações a serem feitas". Assim, a análise devia buscar entender as funções, relações e dispositivos presentes no sítio urbano. Monbeig, assim, propõe um roteiro de pesquisa: analisar a posição da cidade, como o meio físico e o natural influenciaram na disposição do sítio urbano; sua evolução urbana, como a cidade se formou e como se desenvolveu, quais as características de sua população; e qual sua função urbana, qual papel a cidade exerce naquele espaço. Muitos dos conceitos utilizados por Monbeig seriam utilizados por Azevedo como cidades gêmeas, cidade acrópole, cidade comercial, nó de comunicação, reforçando a associação com essas discussões.

Monografias Regionais... foi concebido para auxiliar os alunos do curso de Geografia da FFCL. Na apresentação, Azevedo afirmava que havia a necessidade de renovar o método de ensino geográfico, dando cunho moderno e racional. No entanto, não bastando somente renovar era necessário *fazer* e *praticar* essa "nova Geografia", a partir de novos estudos que seguiam tais diretrizes. O manual era uma orientação que podia ser adaptada e complementada:

> Considerando que a Geografia do Brasil muito espera dos estudos de caráter regional, realizados dentro das modernas diretrizes, sentir-no-emos felizes se o presente trabalho puder acompanhar sempre os estudantes em suas viagens e em suas pesquisas[406].

[405] CASSAB, Clarice. A geografia de Pierre Monbeig. *Revista de Geografia - PPGEO*, v.1, n.1, 2011.
[406] AZEVEDO, 1957, op. cit., p. 8.

Endereçava-se novamente o desejo de produzir esses estudos regionais sob as diretrizes modernas, a geografia humana a partir de uma concepção vidaliana, e podemos ainda questionar se não havia novamente a indicação da lacuna, da inexistência desses estudos.

Tabela 1 – Planos de Pesquisa

Planos de pesquisa		
Região Agrícola	Região Industrial	Cidade
Introdução	Introdução	Introdução
Relevo	O quadro natural	Situação e sítio
A estrutura geológica	A população	O plano e o crescimento
Clima	A cidade industrial	Fisionomia da cidade
O solo	As indústrias	A população
Vegetação	A vida agrícola e o comércio	A economia urbana
Hidrografia	Os transportes	Conclusões
A população	Conclusões	
O povoado ou a vila		
A agricultura		
As indústrias		
O comércio		
Os transportes		
Conclusões		

Fonte: *Monografias Regionais. Planos sumários para pesquisas de caráter geográfico*[407]

O estudo sobre Juazeiro e Petrolina foi republicado no livro *Regiões e Paisagens do Brasil*[408]*,* e na apresentação do livro, Azevedo afirma que duas preocupações se sobressaíam, reforçando suas assertivas anteriores: a “análise regional” e a caracterização da “paisagem geográfica”, buscando uma aproximação com a realidade e com a unidade que caracteriza a Geografia. Nesse livro, Azevedo publicou outros estudos referentes às viagens e pesquisas. Em especial, havia outros trabalhos sobre a viagem de 1944, que originou o texto sobre Juazeiro e

[407] Elaborado a partir do índice do livro. AZEVEDO, 1957, op. cit.
[408] AZEVEDO, 1952, op. cit.

Petrolina. Tais trabalhos seriam *O Recôncavo baiano e suas paisagens* e *A cidade de Salvador* e traziam importantes similaridades.

A determinação de duplos e dicotomias tomava um lugar central na caracterização do Nordeste. Em *Contrastes da paisagem nordestina* era exposto como no Nordeste havia "dois pequenos mundos independentes", a Zona da Mata e o Sertão. A Zona da Mata era a região dos canaviais, casas grandes, engenhos e usinas, do clima úmido, de tabuleiros e colinas ricas em solo massapé; em oposição ao Sertão, um peneplano cristalino interrompido por *monadnocks* ou chapadas retilíneas, de clima semiárido e caatinga áspera que o caboclo perambula em suas roupas de couro. Azevedo ainda indicava outras dicotomias presentes naquele espaço: o alto sertão Pernambucano, "desolado", "deserto de homens", em oposição à região de Cariri, um "verdadeiro oásis"; o planalto da Borborema, "caatinga hostil", em oposição ao "Brejo" paraibano, "zona de matas exuberantes, intensamente povoada"[409]. Tais contrastes, separações, dicotomias nos lembram, tanto o jogo de escala entre nacional e regional, quanto à ideia de *brasis* que surgiu na literatura do fim do século XIX e começo do XX. Como, por exemplo, os dois *brasis* de Teodoro Sampaio e Artur Orlando, o norte e o sul. Porém, na caracterização de Azevedo, a questão étnica, tão presente naqueles escritos, era deixada de lado e tal divisão era justificada por aspectos físicos e culturais.

Da mesma forma que havia essas diferenças relacionadas ao espaço, podemos verificar que isso se estendia também para o tempo. Ao comparar duas cidades no sertão, Granito e Salgueiro, Azevedo utilizava o termo *cidade morta*, "cemitério", para aquela que havia sido abandonada, e *cidade viva*, para aquela que se via transformada em nó rodoviário após a instalação de rodovias e ferrovias. Saindo do sertão e se direcionando ao litoral, Azevedo confrontava Olinda, cujo brilho remontava ao Período Colonial, e Recife, onde se sentia "o pulsar de uma cidade moderna, ativa e comercial"[410].

Nos trabalhos *O Recôncavo baiano e suas paisagens* e *A cidade de Salvador* continuamos a verificar essa tensão entre espaço e tempo. Ao descrever o Recôncavo, Azevedo afirma que aquela era uma região que se diferenciava e se destacava tanto no aspecto físico quanto no humano e ainda era possível observar "reminiscências dos tempos coloniais". Tal retomada do passado não era pontual. Ao

[409] AZEVEDO, 1952, op. cit., p. 93 e p. 95 et seq.
[410] Ibid., p. 98-99 e p.102.

escrever sobre sua população e seus centros urbanos, sendo a área mais densamente povoada naquele período, Azevedo elenca quatro fatores que explicavam tal aspecto. Sendo que todos eles tinham associação com a História: 1) “a antiguidade do povoamento”, uma das primeiras regiões a serem colonizadas; 2) a agricultura intensiva da cana-de-açúcar e do fumo; 3) a presença do negro, trazido como escravo para trabalhar nos engenhos de açúcar; e 4) a proximidade de Salvador, “a mais antiga cidade brasileira”. Apesar desses aspectos, Azevedo ponderava:

> Embora tivesse entrado em decadência, não assistiu a região ao triste espetáculo do êxodo em massa de sua população, nem ao aparecimento das cidades "mortas", a exemplo do que aconteceu noutras áreas do país. Prosseguiu até hoje numa existência que muito ainda tem de colonial, conservando em sua população o traço marcante, que lhe foi dado pelo elemento africano, e guardando em seus velhos aglomerados urbanos a atmosfera cheia de tradição e de tranquilidade, que tão bem os caracteriza[411].

Ao analisar a cidade de Salvador, aspectos semelhantes eram observados e o crescimento da cidade era visto como a confluência de diferentes fatores: sua localização à margem de uma baía e a facilidade de defesa pelo seu terreno elevado; ter sido a capital durante dois séculos e estar entre os dois centros econômicos mais importantes do Período Colonial, o Nordeste açucareiro e a zona da mineração, em Minas Gerais. No entanto, no período em que Azevedo escrevia esse crescimento se mostrava lento em relação a outras metrópoles estaduais. As próprias características que auxiliaram em seu crescimento tornavam difícil a expansão da cidade, como a inexistência de um parque industrial na área urbana. Azevedo também indicava que um “exagero do espírito tradicionalista” levava muitos habitantes a pensarem mais no passado do que nos problemas atuais[412].

Dessa forma, os dois *nordestes* definidos por Azevedo, e os vários outros contrastes presentes ali, eram delimitados não somente pelo espaço, quer seja natural, físico ou humano, mas também pelo tempo. Além de Sertão e Zona da Mata, havia a tradição e a modernização – e a História contribuía para explicar esses contrastes e essas regiões. A partir dos referenciais de Azevedo, podemos pontuar

[411] AZEVEDO, 1952, op. cit., p. 115.
[412] Ibid., p. 130 e p. 133.

que essa aproximação entre Geografia e História remete a Vidal de La Blache, cuja proximidade com a História se fazia presente em sua formação inicial e foi desenvolvida mesmo quando ele se consolidou como geógrafo[413]. A preocupação com a História também podia ser verificada na produção de Pierre Monbeig[414], além de outras produções de Azevedo que também demonstravam essa preocupação[415].

Se *Regiões e Paisagens do Brasil* reunia e republicava diferentes textos de Aroldo de Azevedo, editados ao longo das décadas de 1940 e 1950, principalmente, em revistas ligadas à AGB e à FFCL, retomava também dois capítulos de sua tese *Subúrbios orientais de São Paulo[416].* Publicada originalmente em 1945, a tese foi resultado do concurso à cátedra de Geografia do Brasil, para a qual Azevedo foi aprovado e permaneceu até sua aposentadoria[417]. Azevedo se voltava na tese, novamente, a um recorte regional, a cidade de São Paulo e seus subúrbios[418]. O trabalho se iniciava com um breve histórico de São Paulo. Analisar detalhadamente essa história não era seu objetivo, Azevedo estava mais preocupado na rápida expansão urbana que a "metrópole bandeirante" vivenciou desde o fim do século XIX modificando profundamente esse espaço[419]. Os documentos levantados por pesquisadores como Afonso de Taunay, Afonso de Freitas, Alfredo Ellis Junior, Teodoro Sampaio, Tito Lívio Ferreira, assim como o relato de viajantes e fontes cartográficas do século XIX proporcionavam essa fisionomia histórica da Capital. A Geografia, por outro lado, definia o quadro natural da cidade e ainda um quadro "ingrato" para seu florescimento, pois tinha um clima cheio de variações, um solo pobre e relevo acidentado. Apesar disso, a cidade experimentou a rápida expansão na virada para o século XX, crescimento motivado pela ação humana por conta da expansão cafeeira, da ferrovia, da imigração, da indústria e da formação de loteamentos.

---

413 LIRA, Larissa Alves. Vidal de la Blache historiador. *Confins* [on-line], n. 21, 2014. Disponível em: <https://journals.openedition.org/confins/9636> Acesso em: 11 dez. 2019.
414 ARANHA, 2017, op. cit., p. 131 et seq.
415 LENCIONI, Sandra. Aroldo de Azevedo: um geógrafo da Universidade de São Paulo. *Boletim Paulista de Geografia*, São Paulo, n. 92, 2012. p. 43. Cf. CAMPOS, 2000, op. cit.
416 AZEVEDO, Aroldo de E. *Subúrbios orientais de São Paulo.* São Paulo: [s.n.], 1945.
417 CAMPOS, 2000, op. cit., p. 56.
418 Na década de 1950, Azevedo e outros geógrafos ligados a FFCL e a AGB publicaram *A cidade de São Paulo - Estudos de Geografia urbana*, um estudo geográfico amplo sobre a cidade de São Paulo, um desejo de Azevedo desde a produção de sua tese. Inicialmente pensado como parte das homenagens do quarto centenário da cidade de São Paulo, os livros foram publicados somente em 1958. Cf. AZEVEDO, Aroldo E. (org.). *A cidade de São Paulo. Estudos de geografia urbana*. 4 v. São Paulo: Editora Nacional, 1958.
419 AZEVEDO, 1945, op. cit., p. 19

Apesar desses fatores negativos em seu quadro natural, um fator de ordem física tinha sua contribuição. A posição geográfica da cidade não apresentava barreiras para acessar seu interior, dispondo também de vias naturais que facilitavam a penetração no território. Azevedo, como geógrafo, apontava como o sítio urbano de São Paulo não era o melhor para o desenvolvimento da cidade, mas retomando um enunciado presente nos autores que ele cita, todos ligados ao IHGSP e participando da construção da retórica bandeirante[420], ele indica como a posição geográfica de São Paulo facilitava tanto sua defesa como a penetração do território provendo vantagens que o quadro natural negava àquela localidade:

> Desta maneira, numa feliz conjugação de fatores, a cidade que parecia fadada a não desempenhar grande papel na vida do país, alçou-se a primeira plana, a ponto de se tornar, no que se refere a crescimento, uma séria rival da metrópole brasileira - o Rio de Janeiro[421].

Nesse trecho podia haver uma inflexão nos referencias teóricos de Azevedo. Ao mesmo tempo em que ele parece confirmar o *possibilismo vidaliano* ao apontar os aspectos negativos do sítio urbano, ao retomar a imagem da posição facilitadora de São Paulo, ele não estava desviando da Geografia para o simbólico? Uma “feliz conjugação” ou predestinação?

Tendo em vista o crescimento vivenciado por São Paulo nesse período, Azevedo colocava a questão sobre quais relações foram estabelecidas entre essas localidades, os subúrbios e a Capital e quais funções esses subúrbios exerceriam dentro dessa área de influência. O subúrbio era definido como a região ao redor da Capital cuja população mantinha ligação com São Paulo. O próprio conceito de subúrbio se colocava como um problema quando se analisava a primeira região, a Penha: que era um bairro afastado ou um subúrbio? Se a Penha durante longo tempo era a última etapa das viagens antes de alcançar a Capital para quem vinha do leste, com o crescimento da Capital, esse afastamento se tornaria quase inexistente na década de 1940. Azevedo conclui que a Penha se estabelecia como uma zona de transição entre o espaço urbano e suburbano. Azevedo assim definia

---

[420] ANHEZINI, Karina. A retórica bandeirante e o imperativo do arquivo: a constituição de um saber científico para a invenção do paulista. No prelo.
[421] AZEVEDO, 1945, op. cit., p. 29.

quatro regiões, quatro subúrbios, presentes na parte oriental da cidade de São Paulo: Penha, Itaquera, São Miguel Paulista, Itaquaquecetuba e Poá. Dentro dessas regiões, Azevedo também trabalhou bairros ou vilas satélites circunscritas a esses núcleos ampliando, assim, o entendimento das dinâmicas culturais, econômicas e sociais ali presentes.

Em uma caracterização geral desta região alguns aspectos naturais se destacavam: a "topografia de colinas", as várzeas dos rios, localizados dentro da bacia do rio Tietê e a caracterização como ponto de passagem pelas estradas ali estabelecidas[422]. Porém, de fato, o que chamava atenção de Azevedo era o quadro humano, as atividades econômicas desenvolvidas e as suas ligações com o quadro natural. Pela pobreza do solo, os subúrbios orientais como um todo tinham função essencialmente residencial, com as pessoas se deslocando ou para os centros locais ou para a Capital. Nesse aspecto, Azevedo citava em diferentes momentos a importância da ferrovia Central do Brasil e da rodovia Rio-São Paulo para o deslocamento local. O aproveitamento econômico da localidade se voltava para as olarias e a construção de barcos, relacionados à presença dos rios, e em algumas áreas de solo mais fértil a atividade hortense ou a produção de flores, em parte direcionadas para o consumo da Capital[423]. Tal característica das atividades locais, muito associada ao rio, se repetindo em diferentes momentos do texto, indicava o conceito de gênero de vida contemplado por Vidal de La Blache e Pierre Monbeig.

Se na descrição da Penha, Azevedo via um centro mais urbanizado, ao se direcionar à região de Itaquera afirmava que ali se estava em plena zona rural, sendo uma paisagem ainda pouco humanizada e com povoamento mais disperso. Seguindo para a região de São Miguel, Azevedo se deparava com novos contrastes nos gêneros de vida de sua população. Assim como havia olarias e atividade agrícola, grandes fábricas alistavam sua população em atividades industriais. Retomando a história e o passado como ferramentas de análise, Azevedo apontava como essa localidade tinha uma dupla característica. Um "ar antigo" de uma área da cidade que concentrava edificações antigas se deparava com "outra" cidade, os bairros novos, as vilas operárias com estilo moderno e dispondo de água encanada e luz elétrica, o que nem todas as localidades dos subúrbios dispunham.

---

[422] AZEVEDO, 1945, op. cit., p. 41 e p. 47 et seq. e p. 55 et seq. e p. 59.
[423] Ibid., p. 62 et seq. e p. 79 et seq. e p. 96.

Na região de Itaquaquecetuba e Poá se encontravam os extremos orientais dos subúrbios e Azevedo frisava como essas regiões eram zonas de passagem, fato reafirmado pela presença da ferrovia e da rodovia. Dentro dessa região, Azevedo também indica a localidade de Ferraz de Vasconcelos e pontua em seu texto como a ligação com São Paulo nessa região era mais fraca, tendo uma ligação mais forte com o sistema urbano de Mogi das Cruzes. Azevedo retomava, na conclusão, a grande expansão da Capital nos últimos anos, e como os gêneros de vida nos subúrbios orientais estavam associados principalmente aos vales dos rios, onde se praticava a agricultura e a exploração do solo argiloso, principalmente em olarias.

Em *Subúrbios...*, ainda retrocedendo no tempo, encontramos alguns aspectos que foram retomados, posteriormente, e que reforçavam certa unidade da narrativa de Azevedo em torno das ideias da geografia humana. Azevedo ainda localizava sua tese dentro da geografia urbana, um campo de estudos, em suas palavras, recente e que teve seu primeiro impulso com Vidal de La Blache, com expansão na França e nos EUA por nomes como Albert Demangeon, Stuart Queen e Lewis Thomas. No Brasil, os primeiros estudos "puramente geográficos" sobre as cidades também estavam atrelados aos franceses e americanos. Os estudos de Pierre Deffontaines e Preston James sobre Rio de Janeiro e São Paulo, assim como os trabalhos de Caio Prado Junior e o incentivo a esse ramo de pesquisa por Pierre Monbeig. Seja dentro da geografia urbana, geografia histórica ou humana, a grande preocupação era a de entender o estabelecimento dessas populações e de como o homem transformara aquele espaço por meio da relação com o quadro natural.

***

Iniciamos este capítulo analisando a atuação do IHGSP no quarto centenário da cidade de São Paulo buscando frisar que o Instituto havia se modificado, mas sua associação com a história de São Paulo continuava. O objetivo de sobrepor a história nacional com a história de São Paulo havia sido alcançado e os sócios do Instituto reforçavam o papel da agremiação nessa construção durante a comemoração da efeméride que fortalecia tal imagem valorativa de São Paulo. Dentre os diferentes materiais produzidos pelo IHGSP para a ocasião, analisamos os dois volumes de *São Paulo em quatro séculos*, buscando verificar como a Geografia era operada naquele momento. A Geografia de São Paulo abria a História de São Paulo, definindo um palco onde aquelas monografias históricas podiam

acontecer. E ainda Ernesto de Sousa indicava novos horizontes para o IHGSP. Quais mudanças ocorreram na Geografia produzida no IHGSP em 1954? A partir disso, nos voltamos para a produção de Aroldo de Azevedo para responder a essa pergunta, pois sendo professor da FFCL e sócio do IHGSP ele estava nesses dois mundos, entre dois modelos diferentes.

Partindo de sua publicação, também em 1954, *A geografia em São Paulo e sua evolução*, Aroldo de Azevedo definia essa "evolução" a partir de uma Geografia "velha" e uma Geografia "nova". A "nova" era definida a partir do marco da fundação da FFCL, em 1934, e a inserção das teorias e métodos de uma Geografia francesa estabelecida a partir da obra de Vidal de La Blache. A "velha" era criticada por não ter utilizado essa orientação e, desse modo, descreditada de seu caráter científico. Havia uma posição combativa de Azevedo que buscava fazer "tábula rasa" dessa produção precedente para destacar e reafirmar o marco da faculdade, e, portanto, da geografia moderna.

A disputa continuava quando analisamos textos de outros autores inseridos na FFCL e na AGB comentando a obra de autores precedentes como Euclides da Cunha e Aires de Casal. A combatividade reaparecia, mas em níveis diferentes. Como era expresso nos trabalhos, apesar dos autores não divergirem do pensamento de sua época, faltava-lhes a orientação "moderna", mesmo havendo impossibilidades pelos períodos em que tais obras foram produzidas. No entanto, as diferenças da abordagem deste *antes* por Aroldo de Azevedo e José Veríssimo da Costa Pereira, por exemplo, indicava uma memória disciplinar ainda em construção e discussão. Costa Pereira não descartando por completo a produção anterior, em seus estudos da geografia nacional se desenvolvia, ao menos desde o século XIX, a partir de autores como Francisco Varnhagen, Teodoro Sampaio, Orville Derby e Capistrano de Abreu. O que mais chama a atenção é quando Costa Pereira equivale a contribuição de Capistrano de Abreu para a geografia nacional à de Vidal de La Blache para a geografia francesa. Aqui, achamos interessante mostrar a análise de Capistrano de Abreu sobre o desenvolvimento da Geografia nacional no começo do século XX, indicando como a ideia de ruptura podia ser uma repetição para defender uma produção que se quer nova em relação a uma antiga que não utiliza os mesmos referenciais e procedimentos.

La Blache era uma figura constante pela sua importância na definição de uma geografia humana na França – do fim do século XIX e início do XX. Seus discípulos e orientandos fizeram parte das missões francesas que participaram da fundação das universidades brasileiras, tais como Pierre Monbeig. Citado por Azevedo no texto de 1954, seus escritos no mesmo período definiam características desse saber que eram retomadas na narrativa de Azevedo: a presença de uma “descrição explicativa”, a importância do mapa e das pesquisas de campo, o jogo de escala entre nacional e regional e a relação entre o homem e o meio natural segundo a concepção vidaliana. Outra relação estabelecida entre Azevedo e Monbeig estava nos estudos sobre a geografia urbana, tendo em vista a extensa produção do primeiro sobre esse tema, sendo também o objeto de sua tese de cátedra. Nos textos voltados para essa temática, nos dois autores havia a presença da geografia humana explorando o aspecto *possibilista* de como o meio se relaciona com a definição da vida social, econômica e a cultura desses espaços.

O privilégio do IHGSP de ser um espaço quase exclusivo de produção histórica e geográfica foi contestado a partir do momento da fundação da faculdade, mas até que ponto poderíamos afirmar que houve uma mudança imediata e abrupta desse privilégio? Aryana Costa, expondo que alguns letrados do IHGSP estiveram presentes na formação da FFCL, também indica que alguns egressos da faculdade se tornaram sócios do Instituto. No entanto, isso seria um aspecto secundário em suas carreiras. Ao analisarmos a atuação de Azevedo no Instituto, com a publicação de trabalhos e participando da Comissão de Geografia e em outras comissões, como na edição da obra *São Paulo em quatro* séculos, entendemos que havia uma preocupação de estar e ocupar aquele espaço. Azevedo afirma que ele queria apresentar a geografia moderna ao IHGSP, entendendo que ela estava ausente e que outra Geografia foi e ainda era produzida no Instituto, pois o saber geográfico, como vimos, foi importante para definir a retórica bandeirante. Nessas disputas entre “velho” e “novo”, para Azevedo, o “velho” tinha de ganhar uma nova função. A Geografia a partir daquele momento deveria ser feita sob os preceitos modernos, franceses, vidalianos, mas permanecer capitaneada pelos paulistas.

Considerações Finais

Ao longo destas páginas buscamos construir a trajetória do problema histórico-geográfico, na Geografia produzida no Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo. Se o primeiro capítulo abre com a pergunta, “o que é esta Geografia?”, ao fim da análise observamos como traço fundamental uma Geografia próxima ao saber histórico. Se o IHGSP quase surgiu sem a Geografia em seu nome, essa categoria teve grande importância na definição de seu projeto, afinal, histórico-geográfico expresso na frase do primeiro volume de sua revista: “A história de São Paulo é a história do Brasil”. Se o Instituto objetivava reescrever a História e a Geografia de São Paulo a fim de construir uma explicação para a História do Brasil a partir de fatos e personagens locais, a explicação foi encontrada na ação das bandeiras e dos bandeirantes na exploração do território durante o Período Colonial. Retomando a afirmação de Temístocles Cezar sobre a operação da Geografia no IHGB, se a História é a nação no tempo e a Geografia, a nação no espaço, os dois aspectos foram necessários para construir e imaginar São Paulo sobreposta ao Brasil. Essa história só se materializou na ultrapassagem do espaço “São Paulo” para o espaço “Brasil”.

Nesta produção foram destacados alguns enunciados recorrentes entre esses autores. A necessidade de criar ligações entre tempos e espaços distantes fez surgir uma noção de espaço imóvel e imutável, pronto a ser acessado no presente. Ignoravam-se as mudanças e limitações técnicas na produção de mapas e roteiros, além dos interesses de quem os produzia, a fim de explorar a dimensão simbólica desse material construindo uma narrativa que valorizava a unidade e a extensão do território nacional. Nesse ponto, o olhar tinha grande importância como marca de veracidade dos relatos e tornando possível a dissecação do que se *viu* e do que se *vê*, criando esses nexos entre passado e presente. Outro enunciado era a concepção de que as explorações e expedições contribuíam para o desenvolvimento da Geografia pelo conhecimento direto sobre o espaço que se adquiria. Muitos autores remontavam o começo da Geografia ao século XVI, à época das navegações, assim como, uma recorrente referência à ideia de arquivo. Quanto mais documentos se reunissem sobre a Geografia mais estudos e mapas seriam possíveis.

Constatamos também a presença das teorias deterministas expondo a preocupação com um ideal de civilização e de desenvolvimento nacional. Nesse aspecto, esse outro geográfico, o sertão, deserto, um vazio a ser conquistado, era constantemente retomado. Havia uma grande preocupação em explicar a nação e sua população, e encontrar soluções para problemas de ordem prática que ali se colocavam. A metáfora do mosaico também se fez presente. O território era visto de forma fragmentada, dividido em partes menores que tornavam possíveis estudos pormenorizados desses locais para formar o todo. Para além das relações pessoais ou de "orientação" estabelecidas, esse enunciado indicava a presença de Capistrano de Abreu entre os sócios do IHGSP e sua defesa de tais procedimentos e temáticas.

Se no primeiro e segundo capítulos, a fim de expor as emergências desses temas, teorias e métodos que definiram a Geografia produzida no IHGSP, colocamo-nos a analisar um amplo quadro de fontes, o nosso recorte ali se encerrava em torno da década de 1930. Não tendo o Instituto deixado de existir ficava o questionamento de como ele vivenciou tais mudanças e as disputas que se colocaram no debate intelectual a partir da fundação da Faculdade, em 1934. Ainda pesa sobre a pesquisa da história da historiografia o problema da fundação das faculdades, de como esses novos espaços de produção intelectual modificaram os modos de fazer História, Geografia e outras ciências, de como isso se relacionou com o que foi produzido anteriormente. Para além das memórias institucionais e disciplinares que se constituíram nesses espaços, haveria mais rupturas ou continuidades? Essa preocupação nos levou à figura de Aroldo de Azevedo que estando presente tanto no IHGSP quanto na FFCL poderia prover respostas àquela pergunta. Não tivemos a intenção de construir uma biografia, mas acompanhamos as falas e estratégias do intelectual posicionado no centro das mudanças entre esses dois modelos.

Nos trabalhos de Aroldo de Azevedo, encontramos uma posição combativa em relação à produção precedente, definindo 1934, a fundação da Faculdade como um marco, uma verdadeira revolução nos estudos geográficos no Brasil. Ao menos em relação à Geografia, dita moderna, a partir da orientação de uma Geografia francesa a partir da obra de Vidal de La Blache. Frente a uma "nova", a "velha" Geografia era taxada como descritiva – sendo que pouco poderia ser aproveitado a não ser como repositório de informações. Para Azevedo havia exceções, como as produções de Afonso de Freitas e Tomás Marcondes que tentaram escapar desse padrão. Não explicando por que eles eram diferentes, ao analisarmos esses

trabalhos, nos deparamos com textos descritivos e pragmáticos. Além disso, podemos pontuar que o método que se estabeleceu para a “nova” Geografia valorizava a descrição, mas com aspecto crítico e explicativo dos processos. Havia um caráter pragmático, a preocupação em resolver problemas práticos e, para isso, destacava-se a importância do mapa como resultado do trabalho do geógrafo para fazer ver no espaço essas informações. Quando a História era necessária, Azevedo retoma os sócios do IHGSP. Os modos de fazer são diferentes, mas havia similaridades entre os dois mundos, entre os dois modelos.

A Geografia produzida no Instituto esteve sempre buscando se cristalizar ao longo do tempo. Em uma Geografia que se apresentava pela dispersão, “um pouco de cada coisa”. Entre relações com outras ciências, teorias e procedimentos que encontravam maior ou menor aplicação de autor para autor, mas que no todo convergia para um ponto a partir da escolha temática – as bandeiras. O ano de 1954 reafirmou o papel da História e da Geografia produzidas no IHGSP em sua função de construir a História e Geografia das bandeiras relacionado, aqui, à definição de uma ideia de São Paulo sobreposta ao Brasil. 60 anos depois da fundação do Instituto se reafirmava aquela frase: São Paulo era o Brasil, pela História e pela Geografia. Mesmo que outra Geografia estivesse sendo proposta, ela ainda devia ser feita a partir e sobre São Paulo.

FONTES

ABREU, João Capistrano de. A Geografia no Brasil. *Almanaque Brasileiro Garnier*, [s.l], 1904.

AO LEITOR. *RIHGSP*, São Paulo, v.1, n. 1, 1895.

AO LEITOR. *RIHGSP*, São Paulo, v.4, 1898-1899.

ACTAS das Sessões. *RIHGSP*, São Paulo, v.1, n.1, 1895.

ACTAS. *RIHGSP*, São Paulo, v. 19, 1914.

AZEVEDO, Aroldo E. O Império colonial português e o Brasil - um esboço de geografia política. *RIHGSP*, São Paulo, v. 41, 1942.

_____. *Subúrbios orientais de São Paulo*. São Paulo: [s.n.], 1945.

_____. Os “sertões” e a geografia. *Boletim Paulista de Geografia*, São Paulo, n. 5, jul. 1950a.

_____. Juazeiro e Petrolina, cidades gêmeas. *RIHGSP*, São Paulo, v. 45, 1950b.

_____. *Regiões e Paisagens do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1952.

_____. A geografia em São Paulo e sua evolução. *Boletim Paulista de Geografia*, São Paulo, n. 16, mar. 1954.

_____. A geografia em São Paulo e sua evolução. *O Estado de São Paulo*, 25 jan. 1954.

_____. *Monografia Regionais. Planos Sumários para pesquisas de caráter geográfico.* São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1957.

BARROS, Fausto Ribeiro de. Cinquentenário de “Os Sertões”. *RIHGSP*, São Paulo, v. 51, 1952.

CAMPOS, Ernesto de Sousa. PROÊMIO. In. *SÃO PAULO em quatro séculos.* São Paulo: [s.n.], 1954.

CAMARA DOS DEPUTADOS. 31ª sessão ordinária em 17 de setembro. *Correio Paulistano*, São Paulo, 18 set. 1929.

CARVALHO, Afonso José de. Discurso. *RIHGSP*, São Paulo, v. 28, 1930.

_____. São Paulo Antigo. *RIHGSP*, São Paulo, v. 41, 1942.

COMEMORA-SE hoje o cinquentenário do Instituto Historico e Geografico de S. Paulo. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 1 nov. 1944.

DENIS, Pierre. L'État de Saint-Paul, d'après les travaux de la Commission géographique. *Annales de Géographie,* t. 17, n. 94, 1908. Disponível em: <https://www.persee.fr/doc/geo_0003-4010_1908_num_17_94_18237>. Acesso em: 17 mai. 2019.

DERBY, Orville. Os primeiros descobrimentos de ouro em Minas Geraes. *RIHGSP*, v.5, 1899-00.

_____. Roteiro de uma das primeiras bandeiras paulistas. *RIHGSP*, São Paulo, v.4, 1898-99.

_____. Os mappas mais antigos do Brasil. *RIHGSP*, São Paulo, v. 7, 1902.

_____. A serra do Espinhaço. *RIHGSP*, São Paulo, v. 12, 1907.

_____. Contribuições recentes para a cartographia do Brazil. *RIHGB*, Rio de Janeiro, t. 72-2, 1909a.

_____. O itinerário da expedição espinhosa em 1553. *RIHGB*, t. 72-2, 1909b.

FREITAS, Afonso A. de. *Geographia do Estado de São Paulo*. São Paulo: Escolas profissionais Salesianas, 1906.

_____. *Prospecto do diccionario etymologico, historico, topográfico, estatístico, biographico, bibliographico e ethnographico ilustrado.* São Paulo: Estab. Graph. J. Rossetti, 1924.

_____. Capitulos da geographia physica de São Paulo. *RIHGSP*, São Paulo, v. 30, 1931-1932.

_____. Capitulos da geographia de São Paulo. *RIHGSP*, São Paulo, v. 31, 1933-1934.

INSTITUTO Histórico de S. Paulo. *Correio Paulistano*, São Paulo, 19 out. 1894. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/090972_05/5712>. Acesso em: 17 dez. 2019.

INSTITUTO Histórico e Geográfico de São Paulo. *Jubileu Social 1894-1944.* São Paulo: Imprensa oficial do estado, 1944.

LUIZ, Washington. Contribuição para a historia da capitania de S. Paulo. Governo de Rodrigo Cesar de Menezes. *RIHGSP*, São Paulo, v. 8, 1903.

MACEDO, José Felício Buarque de. Acção das bandeiras. *RIHGSP*, São Paulo, v. 14, 1909.

MAGALHÃES, Almeida. “Os Sertões” e o Facundo. *RIHGSP*, São Paulo, v. 51, 1952.

MAGALHÃES, Basílio de. Documentos relativos ao Bandeirismo paulista e questões connexas, no período de 1664 a 1700, - peças históricas todas existentes no Archivo Nacional, e copiadas, coordenadas e annotadas de ordem do Governo do Estado de S. Paulo. *RIHGSP*, São Paulo, v. 18, 1913.

_____. Explicação Necessária. *RIHGSP*, São Paulo, v. 18, 1913.

_____. A expansão geographica do Brasil até fins do século XVII. *Anais do Primeiro Congresso de História Nacional*, Rio de Janeiro, IHGB, Imprensa Nacional, 1915.

_____. Discurso de Posse. *RIHGSP*, São Paulo, v. 18, 1920.

_____. *Expansão Geographica do Brasil Colonial.* Companhia Editora Nacional: São Paulo. 1935.

MONBEIG, Pierre. Que é geografia? *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 17 abr. 1936.

_____. Que é geografia? *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 24 abr. 1936.

_____. Geografia humana, cartografia e sociologia. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 4 set. 1949.

MOURA, Gentil Assis de. O primeiro caminho para as minas de Cuyabá. *RIHGSP*, v. 13, 1908a.

_____. O caminho do Paraguay a Santo André da Borda do Campo. *RIHGSP*, v. 13, 1908b.

_____. A geographia nacional. *RIHGSP*, São Paulo, v. 15, 1910.

_____. As Bandeiras Paulistas. *RIHGSP*, São Paulo, v. 19, 1914.

OLIVEIRA LIMA, Manoel de. A conquista do Brazil. *RIHGSP*, São Paulo, v. 17, 1912.

ORLANDO, Artur. Zonas geográficas brasileiras. *RIHGSP*, São Paulo, v. 13, 1908.

_____. São Paulo versus Alexandre VI. *RIHGSP*, São Paulo, v. 14, 1909a.

_____. Bandeirantes. *RIHGSP*, São Paulo, v. 14, 1909b.

_____. *Brazil, A terra e o homem.* Recife: Empr. D'O TEMPO, 1913.

PEREIRA, José Veríssimo da Costa. Capistrano de Abreu. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, a. 6, n. 2, abr./jun. 1944.

_____. O espírito geográfico na obra de Euclides da Cunha. *Boletim Paulista de Geografia*, São Paulo, n. 5, jul. 1950.

PIRES, Antônio Olinto dos Santos. Speleologia brasileira. *RIHGSP*, São Paulo, v. 15, 1910.

PRADO Jr., Caio. A evolução da geografia e a posição de Aires de Casal. *Boletim Paulista de Geografia*, São Paulo, n. 19, 1955.

RANGEL, Alberto. Aspectos geraes do Brasil. *RIHGB*, Rio de Janeiro, t. 76-1, 1913.

RIBEIRO, João Coelho Gomes. Estudos cartographicos. *RIHGSP*, São Paulo, v. 20, 1915.

RIBEIRO, João. O culto da história. *O Imparcial*, Rio de Janeiro, a. 7, n. 1871, 18 fev. 1918.

SAMPAIO, Teodoro. A posse do Brazil Meridional. Fundação da primeira colônia regular dos portuguezes em S. Vicente. *RIHGSP*, São Paulo, v.1, n.2, 1895.

_____. O sertão antes da conquista (Século XVII). *RIHGSP*, São Paulo, v.5, 1899-1900.

_____. O tupi na geográfica nacional. *RIHGSP*, São Paulo, v. 6, 1900-1901a.

_____. IV centenário do descobrimento do Brazil. *RIHGSP*, São Paulo, v.6, 1900-1901b.

_____. Restauração historica da villa de Santo André da Borda do Campo. *RIHGSP*, São Paulo, v.9, 1904.

_____. Um problema histórico-geographico - Onde foi o assento da villa de S. André da Borda do Campo. *RIHGSP*, São Paulo, v.14, 1909.

_____. Peregrinações de Antonio Knivet no Brasil no século XVI. *Anais do Primeiro Congresso de História Nacional*, Rio de Janeiro, IHGB, Imprensa Nacional, 1915.

SÃO PAULO em quatro séculos. São Paulo: [s.n.], 1954.

SCHULLER, Rodolfo R. O mappa portuguez mais antigo do Brasil. *O Imparcial*, Rio de Janeiro, a. III, n. 512, 27 mai. 1914.

SOARES, José Carlos de Macedo. Apresentação. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, a. 1, v.1, jan. 1939.

SOUZA, Tomás Oscar Marcondes de. *O estado de São Paulo, physico, politico, econômico e administrativo.* São Paulo: Estabelecimento gráfico universal, 1915.

TAUNAY, Afonso d'Escragnolle. Na era das bandeiras. *RIHGB*, Rio de Janeiro, t. 84, 1918.

_____. Discurso do Sr. Afonso de Taunay. *RIHGSP*, São Paulo, v.44, 1949.

_____. Oração pronunciada na sessão solene de inauguração da nova sede aos 25 de janeiro de 1954. *RIHGSP*, São Paulo, v. 53, 1953.

FONTES - OUTROS

ANDRADE, Francisco de Campos. João Ramalho, Contribuição para a sua rehabilitação. *RIHGSP*, São Paulo, v.7, 1902.

AZEVEDO, Aroldo E. (org.). A cidade de São Paulo. Estudos de geografia urbana. 4 v. São Paulo: Editora Nacional, 1958.

BRUNHES, Jean. *Human Geography.* Chicago: Rand, McNally & Co., c. 1920. Disponível em: <https://archive.org/details/in.ernet.dli.2015.260590/page/n259>. Acesso em: 17 mai. 2019.

CONSAGRADO a questão de limites entre São Paulo e Minas Geraes. *RIHGSP*, São Paulo, v.24, 1926.

RIBEIRO, João Coelho Gomes. João Ramalho, sua fé e nobreza. *RIHGSP*, São Paulo, v.7, 1902.

YOUNG, Ernesto. Esboço histórico da fundação da cidade de Iguape. *RIHGSP*, São Paulo, v.2, 1896-97.

_____. Subsídios para a história de Iguape - Mineração de ouro. RIHGSP, São Paulo, v.6, 1900-1901

_____. História de Iguape (documentos para a). *RIHGSP*, São Paulo, v.9, 1904.

_____. História de Iguape. *RIHGSP*, São Paulo, v.8, 1903.

_____. Subsidio para História de Iguape. *RIHGSP*, São Paulo, v.7, 1902.

_____. Apontamentos genealógicos de família iguapenses. *RIHGSP*, São Paulo, v.10, 1905.

BIBLIOGRAFIA

ABREU, Regina. *A Fabricação do Imortal: memória, história e estratégias de consagração no Brasil.* Rio de Janeiro: Rocco: Lapa, 1996.

ABUD, Katia. *O sangue intimorato e as nobilíssimas tradições. A construção de um símbolo paulista: o bandeirante*. 1985. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

_____. A ideia de São Paulo como formador do Brasil. In. FERREIRA, Antônio Celso; LUCA, Tania Regina de; IOKOI, Zilda Gricoli. *Encontros com a história: percursos históricos historiográficos.* São Paulo: Editora UNESP, 1999.

ALBUQUERQUE Jr., Durval Muniz de. *História: arte de inventar o passado*. Bauru, SP: Edusc, 2007.

_____. *A Invenção do Nordeste e outras artes.* São Paulo: Cortez, 2009.

ALVES, Ana Maria de Alencar. *O Ipiranga apropriado: ciência, política e poder: o Museu Paulista, 1893-1922.* São Paulo: Humanitas - FFLCH/USP, 2001.

ALVES, Flamarion Dutra; NETO, Danilo Piccoli. O legado teórico-metodológico de Karl Ritter: Contribuições para a sistematização da geografia. *Geo UERJ*, a.11, v.3, n.20, 2009.

AMADO, Janaína. Região, Sertão, Nação. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 15, 1995.

ANHEZINI, Karina. São Paulo nunca coube dentro de suas fronteiras: a escrita da história de Afonso de Taunay e a invenção das regiões. In: SALES, Jean Rodrigues; FREITAG, Liliane; STANCZYK FILHO, Milton (org.). *História e região: Espaço, Linguagem e Poder.* São Paulo: Alameda, 2010.

_____. *Um metódico a brasileira: a história da historiografia de Afonso de Taunay (1911-1939).* São Paulo: Editora UNESP, 2011.

_____. A retórica bandeirante e o imperativo do arquivo: a constituição de um saber científico para a invenção do paulista. No prelo.

ARANHA, Patricia. O IBGE e a consolidação da geografia universitária brasileira. *Terra Brasilis* (Nova Série) [on-line], n.3, 2014. Disponível em: <http://journals.openedition.org/terrabrasilis/971>. Acesso em: 09 dez. 2019.

_____. *Geografia como profissão. Campo, auto-representação e historiografia (1934-1955).* 2017. Tese (Doutorado em História Social) - Instituto de História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. Ronda noturna: narrativa, crítica e verdade em Capistrano de Abreu. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 1, p. 28-54, 1988, Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1936>. Acesso em: 05 jun. 2019.

ARAÚJO, Valdei Lopes; MEDEIROS, Bruno Franco. A história de Minas como história do Brasil. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, v. XLIII, 2007.

_____. Henry Thomas Buckle (1822-1862). Apresentação. In. MARTINS, Estevão Rezende. *A história pensada: teoria e método na historiografia europeia do Século XIX.* São Paulo: Contexto, 2010.

BARROS, José D'Assunção. Duas Fases de Capistrano de Abreu: notas em torno de uma produção historiográfica. *História, Historiadores, Historiografia*, n. 41, dez. 2010.

BORREGO, Maria Aparecida de Menezes. Perspectivas sobre a representação das monções no Museu Paulista e no Museu Republicano de Itu. *MIDAS: Museu e estudos interdisciplinares*, n. 10, 2019.

BREFE, Ana Cláudia Fonseca. *História nacional em São Paulo: o Museu Paulista em 1922.* Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material, v. 10, n. 1, p. 79-103, 2003.

CALLARI, Cláudia Regina. Os Institutos Históricos: do Patronato de D. Pedro II à construção do Tiradentes. *Revista brasileira de história*, São Paulo, v. 21, n. 40, p. 59-82, 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882001000100004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 03 mar. 2020.

CAMPOS, Rui Ribeiro de. A geografia de Aroldo de Azevedo. Geografia, Rio Claro, v. 25, n. 2, ago. 2000.

_____. Visão de Vidal de La Blache a respeito de Friedrich Ratzel. *Soc. & Nat.*, Uberlândia, v.26, n.3, dez. 2014.

CAPELATO, Maria Helena Rolim; FERRETTI, Danilo. João Ramalho e as Origens da Nação: os paulistas na comemoração do IV centenário da descoberta do Brasil. *Tempo*, Rio de Janeiro, v.04, n.08, p. 67-87, 1999. Disponível em: < http://www.historia.uff.br/tempo/artigos_dossie/artg8-4.pdf>. Acesso em: 12 jun. 2019.

CARDOSO, Luciene Pereira Carris. Os congressos brasileiros de geografia entre 1909 e 1944. *História, Ciências, Saúde - Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.18, n.1, jan./mar. 2011, p.85-103.

CARLOS, Lillian Beatriz. *Uma relação a dois: A história e a geografia nos primeiros anos do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.* 2008. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo.

CARVALHO, Marcos de. Ratzel: releituras contemporâneas. Uma reabilitação? *Revista Bibliográfica de Geografia y Ciencias Sociales*, Barcelona, n.25, abr. 1997.

CASSAB, Clarice. A geografia de Pierre Monbeig. *Revista de Geografia - PPGEO*, v.1, n.1, 2011.

CAVENAGHI, Airton José. A construção da memória historiográfica paulista: Dom Luiz de Céspedes Xeria e o mapa de sua expedição de 1628. *Anais do museu paulista,* São Paulo, v.19, n.1, jun. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-47142011000100003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 06 jun. 2019.

CEZAR, Temístocles. A geografia servia, antes de tudo, para unificar o Império. Escrita da história e saber geográfico no Brasil oitocentista. *Ágora,* Santa Cruz do Sul, v. 11, n. 1, jan./jun., 2005.

_____. Varnhagen em movimento: breve antologia de uma existência. *Topoi*, v. 8, n. 15, jul./dez. 2007.

_____. L'écriture de l'histoire au Brésil au XIXe siècle. Essai sur l'utilisation des modèles anciens et modernes de l'historiographie. Historiografías. Revista de Historia y Teoría, v. 2, p. 45-65, 2011.

_____. *Ser historiador no século XIX. O caso Varnhagen.* Belo Horizonte: Autêntica, 2018.

CINTRA, Jorge Pimentel; BEIER, José Rogério; RABELO, Lucas Montalvão. Affonso de Taunay e as duas versões do mapa de D. Luis de Céspedes Xeria (1628). *Anais do Museu Paulista,* São Paulo, Nova Série, v. 26, 2018, p. 1-53.

CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz. A "Geografia Social" de Sílvio Romero. *Terra Brasilis* [on-line], jul. 2000. Disponível em: <http://journals.openedition.org/terrabrasilis/301>. Acesso em: 07 jun. 2019

COPPES Jr., Gerson Ribeiro. *Definir os limites com história, preencher com história os limites: um estudo da construção de São Paulo como região na Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (1895-1949).* 2016. Dissertação (Mestrado em História). Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Campus de Assis, Assis.

COSTA, Aryana. *De um curso d'Água a Outro: memória e disciplinarização do saber histórico na formação dos primeiros professores no curso de História da USP*. 2018. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de História, Programa de Pós-Graduação em História Social.

_____. Um regime de transição: O papel do IHGSP no curso de História da Universidade de São Paulo (1934). *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 32, n. 67, pp. 530-548, mai.-ago., 2019.

COSTA, Wanderley Messias da. *Geografia Política e Geopolítica: Discursos sobre o Território e o Poder.* São Paulo: Edusp, 2008.

COURTOT, Roland. Los dibujos de trabajo de campo en la Escuela francesa de Geografia (Vidal de La Blache y Pierre Deffontaines). *Treballs de la Societat Catalana de Geografia*, n. 70, 2010, p. 85-100.

Dossiê "5º Congresso Brasileiro de Geografia – 100 anos". *Terra Brasilis* [on-line], v. 8, 2017. Disponível em: <https://journals.openedition.org/terrabrasilis/1947>. Acesso em: 03 mar. 2020.

Dossiê "Os institutos históricos e geográficos". *Patrimônio e memória* [on-line], UNESP, Assis, v.7, n.1, jun. 2011. Disponível em: <http://pem.assis.unesp.br/index.php/pem/issue/view/13/showToc>. Acesso em: 03 mar. 2020.

DRIVER, Felix. Geography's empire: histories of geographical knowledge. *Society and Space*, 1992, v. 10, p. 23-40.

EDNEY, Matthew H. *Cartography: the ideal and its history.* Chicago; Londres: The University of Chicago Press, 2019.

ERBERELI JR., Otávio. *A escrita da história entre dois mundos: uma análise da produção de Alice Piffer Canabrava (1935-1961).* 2014. Dissertação (Mestrado em História), Faculdade de Ciências e Letras de Assis, Universidade Estadual Paulista.

_____. *A trajetória intelectual de Alice Piffer Canabrava: um ofício como sacerdócio (1935-1997).* 2019. Tese (Doutorado em História Econômica) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, Departamento de História.

FERREIRA, Antônio Celso. Vida (e morte?) da epopeia paulista. In. FERREIRA, Antônio Celso; LUCA, Tania Regina de; IOKOI, Zilda Gricoli. *Encontros com a história: percursos históricos historiográficos.* São Paulo: Editoria UNESP, 1999.

_____. *A epopeia bandeirante: letrados, instituições, invenção histórica (1870-1940).* São Paulo: Editora UNESP, 2002.

_____.; MAHL, Marcelo Lapuente. Preservação e Patrimônio no Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (1894-1937). *Patrimônio e Memória (UNESP)*, v. 7, 2011.

FERRETTI, Danilo. *A Construção da paulistanidade: Identidade, historiografia e política em São Paulo (1856-1930).* 2004. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

FIGUEIRÔA, Silvia Fernanda de Mendonça. *As ciências geológicas no Brasil: uma história social e institucional (1875-1934).* São Paulo: Editora Hucitec, 1997.

_____. “Batedores da ciência” em território paulista: expedições de exploração e a ocupação do “sertão” de São Paulo na transição para o século XX. *História, Ciências, Saúde - Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 15, 2008.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1989.

_____. *A Ordem do discurso*. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

_____. *A Arqueologia do Saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

GLEZER, Raquel. As transformações da cidade de São Paulo no final do século XIX e no início do século XX. In. *Chão de terra e outros ensaios sobre São Paulo.* São Paulo: Alameda, 2007.

GOHAU, Gabriel. *A history of geology.* Londres: Rutgers University Press, 1990.

GONÇALVES, Tatiana Mol; NICOLAZZI, Fernando. Inventando a historiografia mineira: O Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais em sua “primeira fase”, 1907-1927. *Revista de Teoria da História*, UFG, a.6, n.11, mai. 2014.

GONTIJO, Rebeca. *O velho vaqueano: Capistrano de Abreu (1853-1927): memória, historiografia e escrita de si.* Rio de Janeiro: 7 Letras, 2013.

GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. Debaixo da imediata proteção do imperial: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889). *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, jul./set., 1995.

_____. Francisco Adolfo de Varnhagen. História geral do Brasil. In: MOTA, Lourenço Dantas. *Introdução ao Brasil. Um banquete no trópico*. São Paulo: SENAC, 2001.

_____. Da escola palatina ao silogeu: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1889-1938). Rio de Janeiro: Museu da República, 2007.

GUIMARÃES, Manoel Luis Lima Salgado. Nação e Civilização nos Trópicos: o Instituto Histórico Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 5-27, jan. 1988.

_____. História e natureza em von Martius: esquadrinhando o Brasil para construir a nação. *História, Ciências, Saúde - Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, s/p., out., 2000.

_____. Historiografia e cultura histórica: notas para um debate. *Ágora*, Santa Cruz do Sul, v. 11, n.1, p. 31-47, jan./jun. 2005.

GUINARD, Martin; LATOUR, Bruno; LIN, Ping. Editorial: You and i don't live on the same planet. *E-Flux* [on-line], n. 114, dez. 2020. Disponível em: <https://www.e-flux.com/journal/114/367057/editorial-you-and-i-don-t-live-on-the-same-planet/>. Acesso em: 28 dez. 2020.

HARTOG, François. *O espelho de Herodóto: ensaio sobre a representação do outro.* Belo Horizonte: Editora UFGM, 1999. p. 273-278.

_____. Tempo, História e a Escrita da História: a ordem do tempo. *Revista de História*, n. 148, 2003. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/18952/21015>. Acesso em: 18 jun. 2019.

_____. *Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo.* Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

KITCHIN, Rob; DODGE, Martin. Rethinking maps. *Progress in human geography*, v.31, n.3, 2007.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos.* Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.

_____. *Estratos do tempo: estudos sobre história.* Rio de Janeiro: Contraponto: PUC-Rio, 2014.

LACOSTE, Yves. *A geografia. Isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra*. Campinas: Papirus, 1997.

LATOUR, Bruno. *Science in Action. How to Follow Scientists and Engineers through Society.* Cambridge, EUA: Harvard University Press, 1988.

LIRA, Larissa Alves de. *Pierre Monbeig e a formação da geografia brasileira: uma ciência no contexto do capitalismo tardio. Erosão dos valores literários, "tentação à ação e sistematização do método (1925-1957).* 2017. Tese (Doutorado em Geografia humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

_____. Vidal de la Blache historiador. *Confins* [on-line], n. 21, 2014. Disponível em: <https://journals.openedition.org/confins/9636> Acesso em: 11 dez. 2019.

LOPES, Maria Margaret. *O Brasil descobre a pesquisa científica: os museus e as ciências naturais no século XIX.* São Paulo: Aderaldo&Rothschild; Brasília: UnB, 2009.

_____.; FIGUEIRÔA, Silvia Fernanda de Mendonça. A criação do Museu Paulista na correspondência de Hermann von Ihering (1850- 1930). *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, v. 10/11, 2002-2003.

LOVE, Joseph. *A locomotiva: São Paulo na Federação Brasileira, 1889-1937.* Paz e Terra, São Paulo, 1982.

LUCA, Tania Regina de. São Paulo e a construção da identidade nacional. In. FERREIRA, Antônio Celso; LUCA, Tania Regina de; IOKOI, Zilda Gricoli. *Encontros com a história: percursos históricos historiográficos.* São Paulo: Editoria UNESP, 1999.

MACHADO, Lia Osorio. Origens do pensamento geográfico no Brasil: Meio tropical, espaços vazios e a ideia de ordem (1870-1930). In. CASTRO, Iná Elias; CORREA, Roberto Lobato; GOMES, Paulo Cesar da Costa (org.). *Geografia: Conceitos e Temas.* Rio de Janeiro: Editora Bertrand, 1995.

_____. As ideias no lugar. *Terra Brasilis* [on-line], fev. 2000. Disponível em: <http://journals.openedition.org/terrabrasilis/298>. Acesso em: 06 jun. 2019.

MAGNOLI, Demétrio. *O corpo da pátria: imaginação geográfica e política externa no Brasil, 1808-1912.* São Paulo: Editora UNESP/Editora Moderna, 1997.

MARCOLIN, Neldson. Euclides no Instituto Histórico. *RIHGSP*, São Paulo, vol. XCIX, 2015.

MENDES, André Oliva Teixeira. *Os Documentos interessantes para a história e costumes de São Paulo: subsídios para a construção de representações.* 2010. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

MENONCELLO, Aline. *Pedro Lessa, um juiz-historiador: nação, patriotismo e raça.* 2016. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Assis.

MORAES, Antonio Carlos Robert. Origens e pressupostos da geografia. In. *Geografia: Pequena história crítica.* São Paulo: Annablume, 2003.

MURARI, Luciana. *Brasil, ficção geográfica: ciência e nacionalidade no país d’Os sertões.* São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: Fapemig, 2007.

NAXARA, Márcia. Desiertos de civilización: significando el Brasil (historia y literatura). In. *Fragmentos da identidade do Brasil: espaços, escritas, paisagens.* São Paulo: Intermeios; Brasília: Capes, CNPq; Curitiba: Fundação Araucária; Campinas: UNICAMP-PPGH, 2018.

NICOLAZZI, Fernando. À sombra do mestre. Gilberto Freyre leitor de Euclides da Cunha. *História* [on-line]. v. 29, n.1, pp.254-277, 2010.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *A questão nacional na Primeira República.* São Paulo: Brasiliense, 1990.

OLIVEIRA, Maria da Glória de. *Crítica, Método e Escrita da História em João Capistrano de Abreu.* Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

PEIXOTO, Renato Amado. *A Máscara da Medusa: a construção do espaço nacional brasileiro através das corografias e da cartografia no século XIX.* 2005. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Programa de Pós-Graduação em História Social, Rio de Janeiro.

PEREIRA, Daniel M. *Descobrimentos de Capistrano. A História do Brasil "a grandes traços e largas malhas".* 2002. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

PEREIRA, Mateus Henrique de Faria; SANTOS, Pedro Afonso Cristovão dos. Odisseias do conceito moderno de história: "Necrológio de Francisco Adolfo de Varnhagen", de Capistrano de Abreu, e "O pensamento histórico no Brasil nos últimos cinquenta anos", de Sérgio Buarque de Holanda, revisitados. *Revista IEB*, n. 50, p. 27-78, set./mar. 2010.

PEREIRA, Sergio Luiz Nunes. *Geografias: caminhos e lugares da produção do saber geográfico no brasil 1838/1922.* 1997. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

_____. *Sociedade de geografia do Rio de Janeiro: origens, obsessões e conflitos (1883-1944).* 2003. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

_____. Obsessões geográficas: viagens, conflitos e saberes no âmbito da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro. *Revista da SBHC*, v. 3, n. 2, p. 112-124, 2005.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. Ufanismo paulista: vicissitudes de um imaginário. *Revista USP*, São Paulo, v. 13, p. 78-87, 1992.

REIS, José Carlos. Varnhagen (1853-7). O elogio da colonização portuguesa. *Vária História*, Belo Horizonte, n. 17, p. 106-131, 1997.

_____. *As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

ROIZ, Diogo da Silva. *A Institucionalização do Ensino Universitário de História na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (1934-1956).* 2004. Dissertação (Mestrado em História). Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Campus de Franca, Franca.

RUBEL, Franz; KOTTEK, Markus. Comments on: "The thermal zones of the Earth" by Wladimir Köppen (1884). *Meteorologische Zeitschrift*, v. 20, n. 3, jun. 2011.

SALIBA, Elias Thomé. Histórias, memórias, tramas e dramas da identidade paulistana. In. PORTA, Paula. *História da cidade de São Paulo: a cidade na primeira metade do século XX (1890-1954).* São Paulo: Paz e Terra, 2004.

SANTIAGO, João Phelipe. A valorização estratégica do território na acepção ratzeliana. *Anais do I Congresso Brasileiro de Geografia Política, Geopolítica e Gestão do Território.* Rio de Janeiro. Porto Alegre: Editora Letra1; Rio de Janeiro: REBRAGEO, 2014.

SCHIER, Raul Alfredo. Trajetórias do conceito de paisagem na geografia. *RA'EGA*, UFPR, Curitiba, n. 7, p. 79-85, 2003.

SCHNEIDER, Alberto Luiz. Os paulistas e os outros: Fama e infâmia na representação dos moradores da capitania de São Paulo nas letras dos séculos XVII e XVIII. *Projeto História*, São Paulo, n. 57, pp. 84-107, set./dez. 2016.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: Cientistas, instituições e questão racial no Brasil do século XIX.* São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SERPA, Angelo. Paisagem, lugar e região: perspectivas teórico-metodológicas para uma geografia humana dos espaços vividos. *GEOUSP: Espaço e Tempo*, n. 33, 2013.

SEVCENKO, Nicolau. *Orfeu extático na metrópole: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20.* São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

SILVA, Armando Corrêa. A concepção clássica da geografia política. *Revista do Departamento de Geografia*, São Paulo, n. 3, 1984.

SILVA, Helenice Rodrigues da. “Rememoração” /comemoração: as utilizações sociais da memória. *Revista brasileira de história*, São Paulo, v. 22, n. 44, 2002.

SOUZA, Laura de Mello e. Vícios, Virtudes e Sentimento regional: São Paulo, da Lenda Negra à Lenda Áurea. *Revista de História*, São Paulo, n. 142-143, 2000.

VENTURA, Roberto. Leituras de Raynal e a ilustração na América Latina. *Estudos avançados* [on-line], 1988, v.2, n.3, p.40-51. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141988000300003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 06 jun. 2019.

WEHLING, Arno. *Estado, História, Memória: Varnhagen e a construção da identidade nacional.* Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

BIBLIOGRAFIA - OUTROS

AB’SABER, Aziz Nacib. Vinte e cinco anos de geografia em São Paulo (1934-59). *Boletim Paulista de Geografia*, São Paulo, n.34, 1960.

GODOY, Arnaldo Sampaio de. O jurista alemão Rudolf von Ihering e a luta pelo Direito. *Portal conjur*, 31 ago. 2014. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2014-ago-31/embargos-culturais-rudolf-von-ihering-luta-direito>. Acesso em: 28 jan. 2020.

HOLTEN, Birgitte; STERLL, Michael. The Danish Naturalist Peter Wilhelm Lund (1801-80): Research on Early Man in Minas Gerais. *Luso-Brazilian Review*, v. 37, n. 1, 2000.

INVENTÁRIO analítico do fundo Rudolf R. Schuller. *Museu Paraense Emílio Goeldi*, Belém, 1987. Disponível em: <https://repositorio.museu-

goeldi.br/bitstream/mgoeldi/464/1/INVENTARIO%20ANALITICO%20RUDOLF%20SCHULLER%201987.pdf>. Acesso em: 04 jan. 2020.

MORALES, Walter Fagundes. Ricardo Krone e as pesquisas arqueológicas no vale do Ribeira de Iguape, SP. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, n. 8, p. 281-286, dez. 1998.

OLIVEIRA, Emanuel de. Rodolpho von Ihering (1883-1939): a hipofisação como técnica inovadora na piscicultura. *Portal Sociedade brasileira de história da ciência*. Disponível em <https://www.sbhc.org.br/conteudo/view?ID_CONTEUDO=1045>. Acesso em: 28 jan. 2020.